



**Senado
Federal**

BASTA DE IMPUNIDADE

(ATUAÇÃO PARLAMENTAR – 2000)



Senador Pedro Simon

Senador Pedro Simon

**BASTA DE
IMPUNIDADE**

(Atuação Parlamentar – 2000)



Senador Pedro Simon

BASTA DE IMPUNIDADE

(ATUAÇÃO PARLAMENTAR – 2000)

2ª edição, ampliada

2001, 2ª edição ampliada

Capa de: José Tadeu Alves, a partir do quadro “O Semeador”, de Flávio Scholles.

Simon, Pedro.

Basta de impunidade : Atuação Parlamentar – 2000 / Pedro Simon. – Brasília, Senado Federal, 1999.

924 pp.

1. Política e governo, Brasil. 2. Discurso parlamentar, Brasil.
3. Ética política, Brasil. I. Simon, Pedro, atuação parlamentar.

CDD 320.08

Sumário

	Pág.
Apresentação.....	7
Prefácio.....	15
Punição para Francisco Lopes	21
Debate sobre venda e porte de armas de fogo.....	25
Barbosa Lima Sobrinho (I).....	31
Barbosa Lima Sobrinho (II).....	39
Barbosa Lima Sobrinho (III).....	45
Vazamento de óleo na baía de Guanabara.....	53
Aplicação de recursos do BNDES.....	59
Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.....	63
Diferenças salariais no Brasil.....	67
Código de Defesa do Contribuinte.....	79
Vencimentos de Parlamentares.....	89
Denunciando teto salarial duplo.....	97
Análise das CPI Brasileiras.....	115
Cobra explicações sobre a dívida do Banco BFC com o BNDES.....	147
Indicação de diretora do Banco Central.....	161
Audiência do prefeito de São Paulo.....	169
Combate à pobreza.....	177
Cresce número de excluídos.....	183
Agência Nacional de Vigilância Sanitária.....	193
Código de Defesa do Contribuinte (II).....	199
Discussão entre ACM e Jader Barbalho.....	213
Condena capitalização de juros.....	223
Cobrança de juros sobre juros.....	245
Enterro de João Goulart.....	265
O Pensamento de Luís Roberto Ponte.....	277
Elogia prisão de Salvatore Cacciola.....	289
Reunião da SBPC em Brasília.....	299
Homenagem ao ex-Senador Salgado Filho.....	303
Por uma cultura da paz.....	307
Elogia Ministério Público Federal.....	311
Inauguração do gasoduto Brasil-Argentina.....	323
Homenagem a Getúlio Vargas.....	339
Vigilância da Amazônia.....	369

	Pág.
Política agrícola brasileira.....	375
Chefes de Estado da América Latina.....	383
Comenta ações da Subcomissão que investiga o TRT-SP.....	393
Fim da Subcomissão do TRT-SP.....	415
Artigo de Josaphat Marinho sobre ética.....	435
A violência nas grandes cidades brasileiras.....	439
Homenagem a Márcia Kubitschek.....	455
Esvaziamento de Subcomissão.....	465
Homenagem a Dilson Dinnebier.....	471
Serviço civil voluntário.....	473
Homenagem a Ulysses Guimarães.....	491
Reunião do Banco Mundial em Brasília.....	501
A fome no mundo e no Brasil.....	509
Financiamento público de campanha.....	529
Ética e impunidade.....	547
Lançamento da pré-candidatura do PMDB.....	567
Homenagem a Guido Mondin.....	599
Homenagem a Milton Campos.....	613
Combate à impunidade.....	625
Três homens públicos: Guazzelli, Faoro e Celso Furtado.....	639
Globalização com soberania.....	649
Propostas de Emenda à Constituição.....	661
Pareceres.....	687
Requerimentos.....	773
Emendas.....	865

Apresentação

Ao pedir a punição exemplar do ex-presidente do Banco Central, Chico Lopes – cuja efêmera gestão causou um prejuízo de mais de R\$1,5 bilhão ao País –, o Senador Pedro Simon deu, já no primeiro discurso que fez no ano 2000, o tom que marcaria grande parte dos seus pronunciamentos posteriores. O fim da impunidade, disse Pedro Simon, é uma – se não a maior – das maiores urgências brasileiras. “Dirijo-me neste momento ao Procurador-Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal: eles têm de enquadrar e denunciar o Sr. Francisco Lopes imediatamente”, exigiu o senador gaúcho naquele discurso inaugural.

Em várias oportunidades, ao longo do ano, o senador voltaria à tribuna para cobrar do Ministério Público Federal e da Justiça brasileira

a imediata denúncia – e julgamento – das pessoas indiciadas pelas comissões parlamentares de inquérito, para que não persista no imaginário da população o sentimento de que “as CPI acabam em pizza”.

No dia 16 de março, por exemplo, Pedro Simon fez um pronunciamento histórico, em que desvendou o trabalho de todas as principais CPI da última década, iniciando pela que determinou o impeachment de Fernando Collor de Mello, para mostrar que o Parlamento tem feito o que lhe cabe fazer nos grandes escândalos que têm sacudido a Nação: investigar e desvendar as irregularidades.

A importância deste pronunciamento pode ser medida pelo número de apertes. Nada menos que seis senadores pediram a palavra para apoiar as teses defendidas por Pedro Simon. Em um dos trechos mais candentes, o senador gaúcho desabafa: “A CPI do Impeachment cassou um presidente. O que a Justiça fez depois? O procurador enviou um inquérito cheio de falhas ao Supremo Tribunal Federal, que poderia tê-lo devolvido, puxando as orelhas da Procuradoria, pedindo mais provas. Em vez de fazer isso, absolveu por falta de provas. Fizemos uma CPI que acabou cassando dez parlamentares. Até agora não existe inquérito andando contra absolutamente ninguém. O processo da CPI dos Precatórios denunciou governadores, prefeitos, secretários, bancos, uma enormidade de pessoas e não aconteceu absolutamente nada. Assim, há uma conclusão lógica para a opinião pública: CPI termina em pizza, o que não é verdade. Essa é

uma tremenda injustiça que a imprensa tinha a obrigação de esclarecer”.

Nos seus pronunciamentos que cobram o fim da impunidade no Brasil, da impunidade dos mais ricos e poderosos, é claro, o senador gaúcho tem sempre destacado a atuação corajosa do Ministério Público Federal, especialmente dos procuradores no início de carreira. No dia 16 de agosto, Pedro Simon foi à tribuna elogiar a ação dos procuradores da República que têm se notabilizado por tentar levar adiante investigações sobre escândalos com verbas públicas, como o do auxílio bilionário do Banco Central aos Bancos Marka e FonteCindam e o das obras inacabadas do TRT de São Paulo. Disse o senador gaúcho: “Em meio a tudo isso, em meio a toda essa impunidade, somos obrigados a reconhecer que há um movimento novo, o dos procuradores, dos jovens procuradores. Temos de saudar, dizer hosana, dizer, felizes, ‘chegou alguém, uma classe começou o trabalho de limpeza’. Estava na hora de começar uma revolução, uma revolta, um protesto, um grito, uma rebeldia contra a omissão da burguesia, da nossa elite, por deixarmos que as coisas aconteçam sem fazermos nada! De repente, um grupo de jovens procuradores, singelamente, começou este trabalho. Gente simples, devagariinho, foi levando adiante; dir-se-ia à revelia do seu chefe. Tenho muito respeito pelo procurador-geral, mas não me parece que seja esse o estilo dele. Essa gente começou a aparecer. Os jovens procuradores deram um show. O que o Sr. Fernando Henrique não perdoad, o que a Fazenda não perdoad é o show que eles deram, porque, no Brasil,

a coisa mais difícil é prender gente importante. Na Europa, nos Estados Unidos, é fácil prender gente importante, basta sonegar um centavo, um dólar que se está preso, para explicar depois”.

Outro dos pronunciamentos mais marcantes de Pedro Simon este ano foi aquele em que ele denunciou, em primeira mão, a manobra sinuosa de que se serviu o Governo para tentar aprovar – “de contrabando”, na 17ª reedição da medida provisória que tratava de recursos de caixa do Tesouro Nacional – um dispositivo regulamentando a cobrança de juros sobre juros. Para exemplificar os danos causados pela medida aos tomadores de empréstimo, disse o senador: “O efeito prático pode ser, assim, exemplificado: uma taxa de juros de 10% ao mês, linear, corresponde a 120% ao ano. Já uma taxa de 10% ao mês, capitalizada, corresponde a 213,84% ao ano”.

E explicou: “Observe-se que, até a reedição da Medida Provisória nº 1.963-16, não existia o art. 5º que trata da capitalização de juros sobre juros. Somente na 17ª reedição, nesta que está aqui, é que foi incluído. Não obstante esse procedimento alheio à melhor técnica legislativa, para não usar um termo mais pesado e mais duro – no contrabando de uma medida como esta, trata-se de matéria que não tem nada a ver com o assunto – somente na reedição de nº 17 foi incluída a autorização para que as instituições financeiras cobrem juros capitalizados. Além disso, convém anotar que o art. 5º, cuja supressão estou buscando e pleiteio, por emenda, é inconstitucional. Estou buscando derrubar o art. 5º por

uma emenda à medida provisória. Mas ele é inconstitucional, pois a matéria que ali é tratada somente poderia ser objeto de lei complementar, além do que carece dos pressupostos de relevância e urgência. E qual é a urgência e a relevância para que o Governo baixe uma medida provisória permitindo que os bancos possam capitalizar juros? Qual é a urgência? Qual é a relevância para o Governo baixar uma medida provisória no meio de uma outra, escondendo sorrateiramente para que não aparecesse essa medida? Qual é a urgência? Não há urgência para isso. O Governo poderia mandar um projeto de lei. Além disso, é matéria de lei complementar”, disse Pedro Simon.

Igualmente obteve grande repercussão o discurso pronunciado no dia 12 de maio, que teve como tema a morte do ex-Presidente João Goulart. Naqueles dias, falava-se muito na operação Condor, manobra repressiva levada adiante em conjunto pelos governos militares do Cone Sul nos anos 70. No seu pronunciamento, Pedro Simon descreveu o enterro – feito às pressas, por ordem do Governo de então – do ex-Presidente em São Borja. E elogiou a figura de Jango: “Na verdade, João Goulart foi um homem que se impôs ao nosso respeito e à nossa admiração. Ele poderia, em 1964, ao invés de ir para o exílio, fazer a guerra civil. E ele tinha o Rio Grande do Sul do seu lado. Ele tinha muita gente do Brasil do seu lado. Mas, como Getúlio Vargas, em 1954, preferiu a morte à guerra civil. É verdade que a mídia, a lavagem cerebral que se fazia pelo rádio, pela imprensa e pela televisão, mentindo e inventando fatos sobre ele, fazia com que a sociedade adotas-

se a posição, com a Igreja à frente – que triste passagem! –, de exigir a derrubada do Sr. João Goulart. Mas, se ele debatesse as suas teses e resistisse, haveria uma página de muito sangue na História”.

Boa parte dos debates parlamentares do primeiro semestre deu-se em torno da discussão entre o valor do salário mínimo nacional e o teto salarial dos servidores públicos. Além de criticar o valor estabelecido para o salário mínimo, por ser insuficiente, o senador também atacou a tentativa de criar um teto duplo para certos marajás do funcionalismo. E defendeu, mais uma vez, seu projeto que fixa em, no máximo, vinte vezes a diferença entre o salário mínimo e o máximo pagos no País. Disse o senador: “Apresentei um projeto que está parado, que não anda. O meu projeto dispõe que o maior salário não pode ser 20 vezes maior do que o menor salário. Assim, se aprovado o projeto do Sr. ACM, que fixa o salário mínimo em US\$100,00, o maior salário não pode ser maior do que US\$2 mil. Mas, infelizmente, esse projeto não anda. As pessoas me dizem: ‘Mas, senador, isso é piada. O salário mínimo é de R\$140,00. Como é que um senador vai viver com R\$2.800,00?’ Respondo: ‘Mas, meu amigo, será que você não deveria perguntar como é que um cidadão vive com um salário mínimo de R\$140,00?’”.

Neste livro foram reunidas também algumas intervenções do Senador Pedro Simon nos debates travados nas comissões permanentes do Senado Federal. Entre os temas mais polêmicos enfrentados pelos senadores, estavam a proi-

bição do porte de armas de fogo, a constituição de um fundo para o combate à pobreza e a criação de um Código de Defesa do Contribuinte. Também nas comissões do Senado Federal foram ouvidos o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que veio discutir a cobrança de juros sobre juros, tema levantado pelo Senador Simon; o Presidente da Petrobras, Henri Philippe Reischtul, que veio debater os vazamentos de óleo nos terminais da empresa; e o Prefeito de São Paulo, Celso Pitta, que falou sobre precatórios. Fecham a presente obra as propostas de emenda à Constituição apresentadas por Pedro Simon, bem como os relatórios e pareceres que ofereceu às comissões.

LOURENÇO CAZARRÉ

Organizador

Prefácio

Com a palavra o Senador Pedro Simon

A repórter da revista *Veja* achou que ele fazia teatro e quis saber se havia freqüentado algum curso de arte dramática. Ele respondeu como se não tivesse entendido a provocação. Ou por achar natural o reconhecimento da sua oratória: “Não, minha escola foi o júri”. E ficou por isso mesmo.

Como num corte de cena de filme, passou-se para outra pergunta, e a entrevista enveredou por outro assunto.

Esse diálogo está na raiz do projeto da “biografia monitorada” que acabo de escrever para as Edições Dédalo, numa coleção onde, lado a lado, a História (dos últimos 50 anos) e depoimentos pessoais de protagonistas da vida brasileira (como Pedro Simon) podem ser cotejados pelos leitores.

Achei que a rapidez com que as entrevistas localizam, tocam e simplificam com duas palavras, questões como a oratória do Senador Simon, que derruba ministros e opera outros impactos políticos, mereciam mais atenção e desenvolvimento. A arte de enquadrar e reduzir a um esquete o conteúdo de um drama (ou comédia, quem sabe tragédia) em três atos, que pratiquei a vida inteira de repórter, é uma técnica, não é uma solução.

Por mais que pretensiosamente repórteres e editores anunciem terem publicado tudo, apenas afloram temas. A rapidez, por um lado, e o espaço da mídia, seja impressa ou eletrônica, por outro, não permitem que se vá muito longe ou que se mergulhe mais profundamente na *performance* de políticos, economistas, jornalistas. Ou diretores de cinema, romancistas, humoristas, atletas, etc., tomando-se por etc. qualquer categoria cujas atividades demandem criatividade e/ou fascínio popular.

Daí, a solução do livro.

Há quase dois anos, quando ainda nem pensava em iniciar minhas “biografias monitoradas”, preocupo-me em decifrar o imaginoso processo dialético do Senador Simon.

Precisamente no dia 19 de novembro de 1998, posso afirmar porque tenho à vista as minhas anotações, era um princípio de tarde. Havia muita gente pelos corredores e os comentários revelavam espanto geral com o prodígio de minutos antes: o Senador Pedro Simon obrigara o então Ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, a demitir-se. O ministro havia chegado ao Congresso naquela manhã absolutamente seguro, no cargo e na sua capacidade de desarmar quaisquer provocações. E assim atravessou a sabatina, safando-se até das grosserias e insolências que não seriam tentadas em parlamentos civilizados, mas que são toleradas no Brasil. Então veio o Senador Pedro Simon e com um pequeno discurso de menos de dez minutos, encurralou-o, sem lhe deixar espaço para uma saída. Começou chamando-o de gênio e absolvendo-o das culpas de que o acusavam ferozmente os senadores da Oposição. Mas no minuto final derrubou-o com golpe inapelável.

Curioso é que a leitura da transcrição do discurso – mesmo que seja feita em voz alta – não transmite a carga explosiva que continha.

O Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros estava no Senado para explicar sua conduta na privatização de empresas de telecomunicações, exposta com a publicação de escutas ilegais

de conversas que teve ao telefone às vésperas de um leilão. Os senadores perguntavam, o ministro respondia. E quanto mais insólitas e provocativas as perguntas, melhor se defendia. Quando chegou a sua vez, Pedro Simon não fez perguntas, construiu um labirinto verbal. Enredado, Mendonça de Barros não tinha o que responder, pois não havia pergunta. Limitou-se a uma declaração de 30 segundos admitindo pela primeira vez a renúncia. Tal como Simon pedia.

Sutilmente, com um jogo de palavras, como se montasse os termos de um elementar silogismo, Pedro Simon havia construído solidamente um labirinto de Creta – a teia de corredores de saída quase impossível para os que nela se embrenhavam – e nele precipitado sua vítima.

O astuto e desabusado ministro, que passara a manhã desdenhando as interpelações grosseiras, expondo ao ridículo os senadores mais agressivos, demolindo denúncias e devolvendo carapuças, agora parecia manietado. Incapaz de qualquer reação diante das palavras de Pedro Simon, que analisou seus atos com civilidade e bonomia, ao ministro não restou outra alternativa, senão caminhar para o cadafalso. Pedro Simon havia removido a condição para não renunciar já declarada pelo ministro. “Não deixo o Governo sob acusação de cometer ilícitos” – ele declarara aos jornais. Mas, elogiado e absolvido, como lhe atendeu Simon, saía. Funcionou o ardid para atraí-lo e embrenhá-lo no labirinto, onde seria devorado pelo Minotauro, a fera que atacava quem se atrevesse por seus corredores.

O labirinto verbal construído pelo Senador Simon tinha o requinte da irreversibilidade.

Lembrava-me muito bem que a sessão do Senado, depois da intervenção do Senador Pedro Simon, se arrastou rápida e melancolicamente para seu fim, mas só muito além do meio-dia foi encerrada. Jornalistas e funcionários, saindo para o almoço, formavam um caudal pelos corredores, o elevador estava cheio, e um jovem assessor parlamentar repetia para os colegas: “Agora, é a renúncia ou a demissão *ex officio*”. Horas

depois o Palácio do Planalto anunciou a saída do ministro.

Isso não aconteceu apenas uma vez, nem aconteceu apenas no Senado.

Em júris populares, em Caxias ou Santa Cruz, por exemplo, no Rio Grande do Sul, a mesma técnica funcionou. No caso, para absolver acusados.

A dialética da oratória de Simon parte da adulação inicial, o protesto de amizade e sinceridade, de respeito e fidelidade, para no final, vibrar o golpe implacável, duro.

No caso de Mendonça de Barros, parecia estar montado um silogismo absurdo, indiferente às regras de Aristóteles, e que o favorecia: “O Ministro presidiu um leilão de privatização;/os ágios para o Governo superaram previsões;/logo...”

Os termos iniciais favoreciam o ministro, que terá se surpreendido, como toda audiência, quando Simon anunciou a conclusão: “... logo, deve renunciar”.

Ao contrário do que induzia o raciocínio, que o declarava absolvido, a conclusão condenou-o.

O êxito no caso do ministro só aconteceu porque Simon desprezou a preliminar de que a escuta telefônica – a chave da acusação – foi criminosa. Ora, o essencial – o imoral e inaceitável – era a intervenção de Mendonça de Barros no leilão, ajudando pretendentes, quando devia tê-lo presidido como magistrado. Desprezando o escândalo da escuta criminosa, como se a processualística não a excluísse liminarmente, Simon fixava-se no que o próprio ministro confessava: a violação de princípios da impessoalidade, distanciamento, independência, formalidade a que são obrigados os funcionários na gestão das coisas públicas. Especialmente porque Pérsio Arida, amigo e ex-sócio do ministro, fazia parte do grupo que poderia – mas não foi, porque perdeu o leilão – beneficiado por sua intervenção.

Havia guardado as palavras de Simon:

– Do fundo do coração, digo que tenho o maior respeito por V. Ex^a. Acho que não tem nenhum tipo de comprometimento nisso, mas as circunstâncias levaram a que V. Ex^a... Para sua

biografia, para ajudar o Presidente, o nosso Presidente, sua renúncia é o grande gesto.

No princípio, Simon havia exagerado nos elogios ao Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros:

– Acho que V. Ex^a é um homem de bem, de uma competência extraordinária, até de causar inveja. Não creio que em todo episódio se possa dizer que V. Ex^a tenha agido no sentido de trazer compromisso ao Erário Público ou obter vantagem de ordem pessoal.

Também sentenciara, como num julgamento:

– Dos atos que o tenham comprometido, em que V. Ex^a seja acusado de ter usado de má-fé, eu o absolvo.

Mas a conclusão foi irrecorrível, fatal:

– Eu lhe digo do fundo do coração: se eu fosse V. Ex^a, renunciava.

Parecia repetir Marlon Brando no papel de Marco Antônio na tragédia de Shakespeare, fazendo o elogio de Júlio César diante do seu assassino:

– Lembrais de César nas Lupercais? Três vezes lhe ofereci a coroa, três vezes ele a recusou. Será que essa atitude pode se dar o nome de ambição? Entretanto, Brutus disse que César era ambicioso. E Brutus é um homem honrado...

Tinha na retina a cena clássica do filme do diretor Joseph Mankiewicz, de 1953. Brando, carregando nos braços o cadáver de César, recitava seu libelo ironizando ao mesmo tempo o assassino covarde do seu protetor:

– ... e no entanto, Brutus é um homem honrado.

(O fato de socorrer-me de Marlon Brando para evocar a cena deriva de outro momento de oratória parlamentar que registrei como repórter. Em 1954, Carlos Lacerda, discursando na Câmara e querendo citar a Odisséia – a passagem do golpe astucioso de Ulysses para libertar-se do gigante Polifemo – achou um meio para diminuir os adversários, sugerindo que eram jejunos dos clássicos. Lembrou que certamente todos sabiam do que falava porque há semanas estava em exibição no Rio o filme

de Hollywood que pasteurizou a Odisséia, com Kirk Douglas no papel do herói de Homero...)

Simon/Brando, recitando o texto teatral ou improvisando, realizam *performances* idênticas. A catapulta de elogios que ironiza a impunidade do acusado não passa de tática oportunista “para dizer a verdade”, uma das catalogadas por Bertolt Brecht no ensaio popularizado no Brasil nos anos 60.

Quando Simon elogia, sem peias, está apenas no primeiro dos seus movimentos. Perdulariamente, gasta adjetivos: gênio, honrado, competente, corajoso, correto, leal, sincero. Mas, na conclusão, o “gênio, honrado, competente, corajoso, correto, leal, sincero” deve demitir-se.

– ... e no entanto, *Brutus é um homem honrado.*

Luiz Gutemberg

Punição para Francisco Lopes

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 13 de janeiro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, hoje, o líder do meu partido, o Senador Jader Barbalho, trouxe para a tribuna desta Casa um assunto da maior importância, que é a CPI do Sistema Financeiro Nacional. E digo a todos: a impressão que deve ter ficado na imprensa é a de que, realmente, aquela CPI não resultou em nada. Aliás, como acontece com todas as CPI, porque a opinião pública confunde CPI com o direito de prender e colocar na cadeia, que nós, parlamentares, não temos. Como, nas CPI, nós investigamos, descobrimos certos fatos e os denunciamos e, depois, não acontece nada, as pessoas dizem que as CPI “acabam em *pizza*”. Mas a verdade é que a CPI do Sistema Financeiro não “acabou em *pizza*”. Tem razão o Senador Jader Barbalho ao dizer que aquela CPI desvendou fatos da maior gravidade.

Nobre Senador Jader Barbalho, acrescento apenas um fato que considero muito sério. Tentarei analisar aqui o comportamento do Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, que, de maneira arrogante, negou-se a responder às indagações da CPI. Quando interrogado a respeito de um documento encontrado na casa do seu sócio, o Senhor Bragança, endereçado à esposa do Sr. Francisco Lopes, que fazia referência a um depósito no valor de US\$1.670 mil feito no exterior, o Sr. Lopes respondeu: “Nego-me a responder. Respondo somente em juízo”. Dois ou três dias depois, ele depôs na Polícia Federal e se negou a responder

novamente, dizendo: “Só falo em juízo”. Ao ser solicitado a escrever algumas linhas para verificar se ele havia escrito o bilhete, para que as letras fossem comparadas, o Sr. Chico Lopes respondeu: “Nego-me a fazer isso”. Então, o Delegado da Polícia Federal fez o seu enquadramento no inquérito policial, que foi enviado à Justiça.

Senador Jader Barbalho, permita-me que eu estenda o seu pronunciamento. Creio que, neste momento, o Brasil olha para a Justiça e para o Procurador-Geral da República, o Doutor Brindeiro, que tem o Relatório da CPI, enquadrando o Sr. Francisco Lopes, e o Relatório do Inquérito Policial, no qual – vamos ser sinceros – o Sr. Francisco Lopes praticamente diz o seguinte: “Eu quero ser denunciado”. Ele diz que só responde na Justiça; para responder na Justiça, ele tem que ser denunciado. Veja só: na CPI, ele disse que só responderia na Justiça; na Polícia Federal, disse que só responderia na Justiça. Por que agiu assim? Porque o inquérito policial poderia ter sido arquivado. A pessoa depõe, explica, e o delegado pode dizer: “Não há nada, archive-se”. Mas ele disse que só responderia na Justiça.

Dirijo-me, neste momento, ao Procurador-Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal: eles têm de enquadrar e denunciar o Sr. Francisco Lopes imediatamente!

O último presidente do Banco Central do Japão está na cadeia por ser ladrão; o penúltimo se matou para não ir para a cadeia. O líder da unificação da Alemanha, que, até o ano passado, eu considerava o líder mais importante do mundo, está respondendo a inquérito, passando vexame, por causa de dinheiro que teria conseguido de empresas para as campanhas eleitorais do seu partido. Naquele país, a campanha é feita com dinheiro público, como queremos fazer aqui, e o Sr. Helmut Kohl teria utilizado, por baixo do pano, dinheiro da campanha para o seu partido. Por essa razão, está passando o maior vexame, respondendo a inquérito, perante a opinião pública da Alemanha.

Quando o Sr. Líder do meu partido, Senador Jader Barbalho, com sua competência e autoridade, fala sobre o fato,

tem toda a razão. Mas a Justiça e a Procuradoria-Geral da República estão com a palavra e têm que tomar uma posição. Não pode a CPI terminar na gaveta do Procurador-Geral da República, não pode! S. Ex^a pode mandar arquivar o processo e dizer que essa CPI foi incompetente, irresponsável. Ou nem precisa usar adjetivos, S. Ex^a pode dizer que a CPI, lamentavelmente, não apresentou fatos e que o processo deve ser arquivado. Assim como o Supremo Tribunal Federal, surpreendentemente, absolveu o Sr. Collor, atirando a culpa no Procurador-Geral da República, ao dizer que o processo havia sido mal instruído, que não houve apresentação de provas. Poderia também ter deixado o processo na gaveta – como aconteceu no caso do Sr. Café Filho, até a posse do Juscelino –, para depois dizer que já havia passado o prazo; poderia, por outro lado, ter exigido que o Sr. Procurador-Geral da República instrísse melhor o processo; mas não o fez, absolveu-o.

O Procurador-Geral da República pode mandar arquivar esse processo por falta de provas ou denunciar. Penso que, se havia alguma dúvida, não há mais, porque S. Ex^a receberá as conclusões da nossa CPI e o inquérito policial. Em ambos, o Sr. Chico Lopes diz que só fala na Justiça. Que triste, Sr. Presidente, mas a impressão que o Brasil tem é a de que ele diz que só fala na Justiça porque, sendo rico e tendo importância, a Justiça esquece, passa o tempo e não acontece nada.

Trata-se, meu Líder, de um fato muito importante. É o primeiro deles e o mais importante, porque envolve o presidente do Banco Central. Quando V. Ex^a diz que é uma irresponsabilidade total, é verdade. No caso do Sr. Chico Lopes, que foi pego em flagrante com a mão na botija, em qualquer lugar do mundo civilizado, ele estaria na cadeia e responderia preso por isso. Aqui, pelo menos, que ele responda o processo.

Muito obrigado.

Debate sobre venda e porte de armas de fogo

Pronunciamento na reunião conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 13 de janeiro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, creio que vivemos um momento muito importante nesta Casa hoje. A matéria merecia o destaque que o Senado deu a ela. Foi longo o debate, foram longas as exposições, foram profundas as explicações.

O Senador José Roberto Arruda disse que o debate deu a ele tranquilidade para votar o projeto. Confesso que o debate me deu uma angústia muito maior em não votar o projeto imediatamente. As questões foram muito bem esclarecidas. Mas acho que nesse projeto e no debate que se travou aqui, temos que reconhecer que fomos muito além do projeto.

Os dois lados, quer os que defendem o projeto, quer os que são contrários, ambos vão para a tribuna e apresentam dados impressionantes. Nos Estados Unidos, para cada cem crimes, 98% deles são desvendados e os criminosos são condenados; apenas 2% dos que praticam homicídios não são condenados. No Brasil, dá-se justamente o inverso: 98% dos criminosos não são condenados e apenas 2% são condenados.

Parece-me que essa estatística independe do projeto que estamos votando aqui. É uma questão real, concreta, mas acima dela está algo que se chama efetivamente impunidade. Este País não leva a sério a questão da punição, não amedronta aqueles que não se dispõem a cumprir a lei.

O Senador José Fogaça mostrou um exemplo perfeito, que é o do trânsito em Brasília. Tenho um filho de cinco anos, que atravessa a rua a que o Fogaça se referiu, na nossa quadra, na faixa de segurança, e tenho a maior tranqüilidade, porque sei que os carros param. Param mesmo. E uma lei de trânsito que aqui é cumprida. Mas nem o Fogaça nem eu temos coragem de atravessar uma faixa de segurança em Porto Alegre, porque sabemos que os carros não param. Não param mesmo. Aqui, a disposição existe e é cumprida; lá, a disposição existe e não é cumprida.

Neste País, as questões de “o que fazer” e “como fazer” não são levadas a sério... Votamos, ontem, na Câmara, um projeto fantástico que vai ser lei. É de um Senador, um Colega aqui do Senado Federal. O projeto foi aprovado, por unanimidade, na Câmara Federal, estabelece que o direito à moradia é uma obrigação do Estado. Como o direito à saúde, será um direito do cidadão e uma obrigação do Estado. Como é constitucional que todo cidadão tem direito ao trabalho e, como remuneração desse trabalho, a ganhar um salário que lhe dê condições para viver com dignidade. Como é direito constitucional que a educação é uma garantia do cidadão. E há até lei dizendo que se bote na cadeia o pai que não bota o filho na escola. O problema não é a lei: o problema é a disposição de cumpri-la ou não.

Juro que eu gostaria de aprovar este projeto de armas e que pudéssemos fechar os olhos e adivinhar como seria o resultado deste projeto daqui a dez anos. Quais seriam as consequências deste projeto. Se vai ficar só nisso, se vai ficar exclusivamente nisso!

Creio, Sr. Presidente, que é muito difícil. Quando discutimos aqui, tomamos uma posição. Um defende uma tese “A”, o outro defende uma tese “B” e nos identificamos:

“Você está certo; você está errado.” Mas, tirando os adjetivos que tenham sido usados, em tese, todos os argumentos apresentados tinham conteúdo e tinham profundidade. O ideal é não ter armas! Então, vamos ter coragem!

Por que a Rússia ainda tem seu arsenal atômico? E por que os Estados Unidos fabricam cada vez mais armas, se nem adversário eles têm? O que os americanos estão gastando em fabricação de armas nucleares, num momento em que eles não têm adversário, daria praticamente para resolver o problema da fome do mundo.

Então, essa tese é correta, é absolutamente correta. Só que há uma diferença muito grande entre o que queremos e a realidade.

Vejo meu irmão Renan Calheiros me olhando meio assim, é que ele deve estar pensando o seguinte: se não votarmos agora, vai para a gaveta. Isso é o que acontece no Senado. Precisamos dar um prazo, tal data, porque com a tal data todos correm. Isso foi o que aconteceu nesse projeto.

Por que fizemos uma reunião anteontem, igual a esta, com os Senadores, que também foi tarde adentro e agora estamos fazendo de novo?

Porque queremos votar o projeto. Agora, qual é o perigo que se corre? Marcar uma reunião na semana que vem e votar? Não, vamos estudar mais.

Por que pedi a cópia dos números, Senador Renan Calheiros? Porque os números e as informações foram impressionantes e divergentes. Por exemplo: quando foi feita a afirmativa de que o Governador Anthony Garotinho havia dito que os Estados Unidos haviam proibido a venda de armas para o Paraguai e o Brasil. Isso é um absurdo. Mas, de repente vêm os fabricantes de armas e dizem que eles proibiram por conta própria. Onde está o Governo? Quer dizer, os fabricantes de armas, tomando conhecimento da notícia, suspenderam a venda para o Paraguai e o Governo não tomou conhecimento? Não sei o que realmente aconteceu, estou apenas argumentando porque esses dados foram apresentados. Essa questão do contrabando é muito importante.

Um outro dado que considero ser da maior importância é o da segurança. Já estamos fazendo um serviço hoje, que vamos ter que regulamentar, que é separar as funções do Exército, da Polícia Militar e da segurança particular. São verdadeiros exércitos particulares que estão se formando. Como ficará essa gente? Aonde vão parar essas armas? Essas questões, meu querido amigo Renan Calheiros, vamos ter que estudá-las e debatê-las.

Fui procurado em Porto Alegre por duas pessoas que me trouxeram depoimentos muito interessantes. São pessoas de classe média baixa, que moram num bairro afastado, estudam à noite e, na volta para casa, depois de descerem do ônibus, caminham seis quadras numa escuridão total. Uma delas disse: “Eu não uso arma, mas estou sempre com a minha amiga aqui, e ela usa. E não sei como é que eu atravessaria essas quatro quadras”. A outra pessoa é a minha empregada, em Porto Alegre. Ela diz o seguinte: “Eu moro lá na favela, cercada de perigos. Eu tenho uma arma, nunca usei nem sei usar. Mas, na verdade, ela está ali guardada e eu durmo com uma certa tranquilidade, se baterem na minha porta. Se eu não tiver, não sei o que vai acontecer”.

Esses são exemplos da sensação de insegurança que nós, o Estado, oferecemos à sociedade. Será que esse, meu querido Renan Calheiros, não é todo um processo a ser analisado no seu contexto geral? Será que não temos que aproveitar isso para fazer um grande estudo, um grande debate que termine, inclusive, com a votação do seu projeto? Que a conclusão final seja essa, mas que ela seja fruto de uma realidade. Na verdade, o que vimos hoje é que o Estado não dá nenhuma garantia à sociedade.

O Governador Mário Covas tinha dinheiro, tinha a verba e tinha um projeto que poderia terminar com a Febem, substituindo-a por pequenas instituições bem organizadas, com boa estrutura, distribuídas por várias cidades do interior de São

Paulo. O que aconteceu? Os prefeitos não admitiam, porque não queriam instituições semelhantes à Febem em suas cidades. Quando fui Governador enfrentei forte oposição em minha terra, Caxias do Sul, para fazer uma penitenciária. Foi um guerra. A cada lugar que eu ia, ouvia alguém dizer coisas do tipo: “Aqui não. Que seja num outro distrito, longe; no nosso distrito, não”.

O medo, o sentimento de angústia é real. Estamos aqui com dois Senadores que foram Ministros da Justiça — ambos tiveram um excepcional desempenho — que conhecem muito melhor do que eu essa situação.

Penso, meus queridos amigos, que esse projeto tão importante poderia ser amadurecido, aprofundado. Talvez até pudéssemos criar uma comissão especial, com tempo determinado, para fazermos um debate aprofundado sobre o conjunto da questão.

Acho que a discussão foi formidável. Mas, ao contrário do meu amigo Arruda, ele me deixou a preocupação de estudar mais e não a certeza e a serenidade de que sou dono da verdade.

Muito obrigado.

Barbosa Lima Sobrinho (I)

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 18 de janeiro.

Senhor Presidente, como o jornalista Barbosa Lima Sobrinho completa 103 anos de existência no próximo dia 22, peço a transcrição nos *Anais do Senado Federal* do pronunciamento que fiz sobre essa data. Penso, do fundo do coração, que é muito melhor prestar uma homenagem numa data como essa, da maior importância.

Senhor Presidente, o Senhor Barbosa Lima Sobrinho chega inteiro aos 103 anos de idade. Ainda outro dia, fui perguntar, no *Jornal do Brasil*, como ele fazia seus artigos. Fui informado de que ele escreve ao seu estilo, com começo, meio e fim. São páginas e páginas, onde faz a análise do que era, do que é, e do que defende que deveria ser o Brasil. Com uma grande lucidez, Sr. Presidente, que me deixa boquiaberto. Pode ser que alguém não simpatize com algumas de suas idéias, mas há que se louvar o fato de se chegar aos 103 anos com a sua coerência, com a sua firmeza, com a sua dignidade, com a sua correção, sempre desejando que as coisas melhorem para o nosso Brasil.

Senhor Presidente, tenho dito muitas vezes que estamos vivendo uma época, no Brasil, em que não temos mais referências. No passado, ao contrário, tínhamos grandes figuras que atuavam no Congresso, no Exército Nacional, na Igreja, na intelectualidade, no meio empresarial. Por exemplo, D. Hélder Câmara que falava pela Igreja. Podíamos divergir do Brigadeiro

Eduardo Gomes, mas era um grande cidadão. Enfim, eram pessoas as mais variadas que serviam de referência aos brasileiros. Hoje, lamentavelmente, lemos os jornais, as revistas e assistimos à televisão, enfim, conhecemos, votamos em uma pessoa, mas não há uma referência que nos permita dizer: “É realmente o que ele disse. Se ele disse, é porque é verdade”.

Mas o jornalista Barbosa Lima Sobrinho é assim, Senhor Presidente: cento e três anos de idade, cento e três anos de coerência, cento e três anos de seriedade – com a esposa dele, com os hábitos dele, com o jeito dele, com a maneira de ser dele. Não temos o direito de não aproveitar essa oportunidade. Não temos o direito de, neste início de milênio, não realizar o grande gesto, que ainda não houve por parte do Brasil, de marcar o ano 2000. E seria um grande feito, Sr. Presidente, se, sob o comando de V. Ex^a no Congresso Nacional, marcássemos esse ato com uma grande homenagem ao nosso Brasil na pessoa de Lima Sobrinho. Essa é a minha proposta.

Entrego o pronunciamento que iria ler, agradecendo a gentileza de V. Ex^a, da qual não quero abusar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou apresentando, hoje, à Mesa Diretora desta Casa requerimento solicitando a realização de Sessão Especial do Congresso Nacional para homenagear José Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, que completa agora, no dia 22 do corrente mês, seu 103^o aniversário.

São muitos os títulos pelos quais poderíamos chamar o nosso Barbosa Lima Sobrinho: jornalista, advogado, escritor, político, administrador, acadêmico ou estadista. Tantas foram as atividades que este ilustre homem público brasileiro exerceu ao longo de sua vida fecunda que é impossível tentar sintetizá-lo numa só.

Mesmo assim, tentemos simplificar. Chamemo-lo de cidadão brasileiro exemplar.

Nosso homenageado nasceu em Recife, em 22 de janeiro de 1897, filho do tabelião Francisco de Cintra Lima e de Joana de Jesus Barbosa Lima.

Herdou de seu tio, José Alexandre Barbosa Lima – que governou Pernambuco, de 1892 a 1896, e que foi senador pelo Amazonas, de 1923 a 1929 – o nome e o perfil de estadista.

Aprendeu as primeiras letras com a própria mãe. Aos 13 anos, já escrevia para o jornal do colégio e, aos 15, publicava seus primeiros artigos no jornal *A Província*.

Em 1913, ingressou na Faculdade de Direito, onde se bacharelou em 1917. Logo nomeado adjunto de promotor, dedicou-se, paralelamente, ao jornalismo, no *Diário de Pernambuco*, no *Jornal Pequeno* e no *Jornal de Recife*. Colaborou, ainda, com a *Revista Americana*, a *Revista de Direito*, o *Jornal do Comércio* (Rio), o *Correio do Povo* (Porto Alegre) e a *Gazeta de São Paulo*.

Em 1921, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou no *Jornal do Brasil*, tornando-se redator político e chegando a redator-chefe em 1924.

Em 1926, foi eleito, pela primeira vez, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), sendo reeleito em 1929. Durante esse período, colaborou com *A Província* e o *Diário da Manhã*, ambos de Pernambuco.

Durante mais de cinquenta anos – inclusive quando Governador de Pernambuco – manteve sua coluna no *Jornal do Brasil*, contendo análises da conjuntura política, econômica e social.

Com a promulgação da Constituição de 1934, ingressou na política, vinculando-se ao Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco, pelo qual foi eleito Deputado Federal. Na Câmara, elegeu-se Líder de sua bancada.

Em abril de 1937, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

Em julho de 1937, foi nomeado relator do Projeto de Lei de criação do Instituto de Resseguros do Brasil (M), órgão, a seu ver, imprescindível a uma economia nacionalista no País.

Em maio de 1938, assumiu a presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em conjuntura de crise gerada pela superprodução de açúcar no Nordeste. Em novembro de 1941, foi instituído o Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-Lei nº 3.855), que visava, principalmente, à defesa do pequeno produtor em relação às grandes usinas.

Em outubro de 1944, foi baixado o Decreto complementar ao Estatuto da Lavoura Canavieira –, voltado para as necessidades dos trabalhadores rurais, sujeitos à CLT, estabelecendo garantias de salário, moradia, assistência médica e educacional e indenização por demissão sem justa causa. Tal decreto, segundo Barbosa Lima Sobrinho, equivalia a uma “reforma agrária setorial”, na medida em que garantia ao trabalhador rural direito à concessão de uma área de terra próxima à sua moradia, para plantação de subsistência.

Durante sua gestão no IAA, realizaram-se, com sucesso, as primeiras experiências de utilização do álcool anidro misturado à gasolina como combustível para motores a explosão.

Com a redemocratização de 1945, lançou-se candidato à Assembléia Nacional Constituinte. Eleito, assumiu o mandato em abril de 1946, após renunciar à presidência do IAA. Como constituinte, combateu a idéia de uma delegação de poderes ao Executivo, ao mesmo tempo que defendia maior intervenção do Estado na economia.

Após a Constituinte, no exercício do mandato legislativo ordinário, assumiu posição contrária à cassação dos mandatos dos deputados eleitos pelo Partido Comunista do Brasil, cujo registro fora cancelado.

Em meados de 1946, aceitou sua indicação como candidato ao Governo de Pernambuco, pelo PSD, sendo eleito com

a diferença de 565 votos sobre Manuel Neto Campelo Júnior. Só assumiu o governo, no entanto, em fevereiro de 1948, em razão de recurso impetrado pelo adversário, só então julgado improcedente.

Durante seu governo, realizou obras de urbanização em Recife e incentivou o desenvolvimento da Liga Social contra o Mocambo, possibilitando a construção de casas populares. Também inaugurou a Faculdade de Filosofia e a Escola Superior de Veterinária, depois incorporadas à Universidade Federal de Pernambuco.

Além de abrir estradas no interior do Estado, implementou um programa de assistência aos trabalhadores rurais, criando escolas, hospitais, postos de puericultura.

Deixando o Governo de Pernambuco, foi nomeado procurador no Rio de Janeiro, tendo se empenhado na questão relativa aos bens reversíveis da Light, pela qual todos os bens que constituíssem o patrimônio da empresa reverteriam gratuitamente ao Estado, ao final do contrato, em 1990.

Em 1952, foi eleito Secretário-Geral e, no ano seguinte, presidente da Academia Brasileira de Letras. Sem se desvincular das atividades jornalísticas, candidatou-se a Deputado Federal, nas eleições de 1958, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Eleito, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça, vinculando-se à Frente Parlamentar Nacionalista, bloco suprapartidário criado em 1957 com objetivo de combater as concessões ao capital estrangeiro e as remessas de lucros para o exterior.

Nas eleições presidenciais de 1960, apoiou Jânio Quadros e João Goulart, candidatos de chapas diferentes, mas eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Como vice-líder do PSB na Câmara, apoiou, com vigor, o projeto de criação da Eletrobrás, aprovado em 1961. Apesar do apoio à candidatura, condenou a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, que considerou um golpe frustrado.

Durante o Governo de João Goulart, empenhou-se, ao lado do Deputado Fernando Santana, pela aprovação do projeto que deu origem à Lei de Remessa de Lucros, de setembro de 1962.

Apesar das críticas às vacilações do Governo de João Goulart quanto a assumir uma política nacionalista, manifestou sua oposição ao golpe militar que o derrubou. Com a instituição do bipartidarismo, optou pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Empenhou-se, então, na organização da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), fundada em 20 de setembro de 1967.

Ao final da década de 1960, foi eleito Presidente do Conselho Administrativo da ABI, cargo que ocupa desde então.

Em 1970, ingressou no magistério, como professor da Faculdade de Ciências Econômicas Amaro Cavalcanti, mais tarde incorporada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LTERJ).

Em 1973, a convite da executiva nacional do partido, disputou a vice-presidência da República, junto a Ulysses Guimarães, na qualidade de “anticandidatos”, às eleições indiretas de 15 de janeiro de 1974, nas quais foram homologados os Generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos.

Em agosto de 1976, pediu a punição dos autores de um atentado à bomba no edifício da ABI, reivindicado por uma autodenominada Aliança Anticomunista Brasileira (AAB).

Sobre os casuísmos da legislação eleitoral que determinaram sucessivas vitórias para o partido do Governo, – a Arena e, posteriormente, o PDS – declarou: “Uma democracia que não admite a alternância no poder não merece o nome de democracia. Quanto ao nome que merece, seria bom convocar o povo para as eleições e perguntar que nome se daria ao regime”.

Além dos inúmeros artigos, prefácios, conferências, discursos, pareceres, relatórios e do livro já citado, publicou quase duas dezenas de livros.

No dia 16 de maio de 1995, renunciou ao cargo de presidente da ABI, que ocupava há 14 anos, abrindo uma crise sem precedente na entidade, em razão de denúncias de irregularidades que teriam sido praticadas por um diretor.

Foi casado com Maria José Pereira Barbosa Lima, e com ela teve quatro filhos.

Barbosa Lima Sobrinho (II)

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 27 de janeiro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, anteontem, na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, realizou-se uma bonita homenagem a Barbosa Lima Sobrinho, pelo transcurso de seus 103 anos de vida.

Lá estavam presentes representantes de várias entidades da sociedade brasileira e de vários partidos políticos.

Faço questão de que seja transcrita nos Anais da Casa a mensagem de Barbosa Lima Sobrinho, lida pelo extraordinário jurista e ex-Ministro Evandro Lins e Silva e enviada a nós que lá estávamos.

Inicialmente, falou o Doutor Evandro Lins e Silva, que disse o seguinte:

“Vezes sem conta tenho falado de Barbosa Lima Sobrinho, bondoso e mui ilustre amigo. Tenho lido a sua obra de escritor, seus ensaios sobre os problemas brasileiros, sua pregação nacionalista, inspirada nos estudos de Alberto Torres, seus artigos de jornalista padrão, seus arazoados forenses, com o encantamento do admirador e a devoção de um discípulo sempre atento às suas lições de sabedoria e ao seu acendrado amor à gente e à terra brasileira, de retidão inigualável, figura emblemática, exemplo, modelo e símbolo do cidadão incorruptível, que deve ser apontado aos jovens como um nume tutelar do nosso povo. Se é assim que vejo o nosso homenageado de hoje, imaginem a alegria, a satisfação e o envaidecimento de que me achei possuído ao receber a incumbência de ler o seu agradecimento nesta solenidade.

É um encargo que cumpro prazerosamente e sei que o devo a uma antiga empatia que sempre nos aproximou. Desvanecido, passo à leitura do agradecimento do nosso muito querido Barbosa Lima Sobrinho.”

A seguir, o Ministro Lins e Silva leu os agradecimentos, escritos do homenageado:

“Confesso que não sei como agradecer as palavras do meu amigo Antônio Cândido, um dos intelectuais mais importantes e respeitados do Brasil contemporâneo, de quem tanto gosto e a quem admiro, de longa data, por seu valor autêntico e pela seriedade de sua obra. Este seu velho concidadão, por tramas e imprevistos do destino, viveu em três séculos diferentes, coincidência rara de acontecer, mas que ocorreu por motivos puramente temporais. Sinto-me lisonjeado e desvanecido por sua louvação, e respondo com a simplicidade do meu feitio, sem ostentações retóricas, mas com a maior sinceridade e muito honrado por sua escolha para ser o intérprete de tantos amigos que vêm algum merecimento na luta que tenho travado contra uma chamada globalização, que traz em seu bojo um enganoso sistema de privatizações, notoriamente desnacionalizador de nossa economia. Digo-lhe, prezado Antônio Cândido, com toda a emoção, as duas palavras que, em nossa língua, exprimem o reconhecimento de alguém por qualquer gesto de simpatia ou de delicadeza que lhe é dirigido: – muito obrigado. E esse muito obrigado se estende a todos os que o elegeram para a missão que agora tanto me comove e sensibiliza.

O meu especial amigo e companheiro de tantas lutas, que lê estas linhas, Evandro Lins e Silva, sugeriu que eu não deixasse passar em branco este momento como apenas de homenagem ao meu aniversário. Pediu-me que o aproveitasse e fizesse desse instante uma reafirmação dos ideais que marcaram toda a minha vida pública. Não posso fugir à sugestão embora me falem os dons e qualificações para fazer uma exposição capaz de encantar todos os presentes ou representados, tantos amigos, irmanados no desejo comum de prestar solidariedade ao mais velho e antigo companheiro de ideais. Não me é difícil, porém, repetir aqui a mensagem enviada, há bem pouco tempo, ao meu querido amigo – Ziraldo –, em carta com este título:

“Ao Brasileiro do Terceiro Milênio”, onde está resumido o meu pensamento político e a minha fé na vitória das idéias que levarão o nosso País a não transigir com a sua soberania e a resguardar o seu patrimônio contra a cobiça de especuladores internacionais. Ei-la:

“Estou escrevendo esta carta no último dia dos mil e novecentos. Nascido nos mil e oitocentos, percorri mais de cem anos de vida vendo o Brasil crescer graças ao esforço dos brasileiros, apesar de todos os problemas que surgiram nessa caminhada. Quando esta carta for publicada estaremos nos anos 2000 e para mim é um privilégio ter assistido e participado de todo esse tempo da história do Brasil.

Espero sinceramente que no século XXI o Brasil cresça com justiça e igualdade, graças ao esforço de brasileiros como você. Gostaria de ver, no tempo de vida que me resta, o nosso País destacado entre as nações de todo o mundo pelo desenvolvimento, a justiça social, por muita paz nas relações de trabalho e por um sentimento nacionalista que represente antes de tudo a defesa do nosso patrimônio econômico e cultural, e jamais hostilidade para com os outros povos.

Todas as grandes nações do mundo construíram suas economias em bases nacionalistas. O Brasil não poderia agir de outra forma. Só com independência política e econômica será possível alcançar uma posição de destaque no cenário internacional e inserir-se na verdadeira globalização, não esta, dos mercados financeiros internacionais, cujo único objetivo é o lucro a qualquer preço, mas a da fraternidade e da justiça, única globalização que interessa ao ser humano.

Apesar de tudo o que sofremos, continuo acreditando, aos 103 anos de idade, que a vida é bela e vale a pena ser vivida. Apesar de todos os problemas, eu ainda tenho esperança. E nesta mensagem reafirmo a certeza de que você, brasileiro do terceiro milênio, certamente conhecerá um Brasil mais justo, mais próspero e menos vulnerável à exploração de suas riquezas por grupos estrangeiros.

Posso lembrar o menino que fui, em Olinda, certo dia, ao alvorecer, quando ouvi o som do Hino Nacional. Pulei da cama e fiquei de pé, com o sentimento, desde criança, de que o

nosso hino não pode ser ouvido senão de pé. Lembrei esse episódio num de meus últimos artigos, de certa forma colorindo a cena como uma espécie de semente que viria a crescer e tomar toda a minha vida: – o sentimento da nacionalidade.

E foi por essa estrada enorme, às vezes ingrata, às vezes formosa, que caminhou aquele menino de Olinda por 103 anos até chegar a ser motivo, merecido ou imerecido, de alegria ou reencontro de tantos amigos, todos solidários nos mesmos ideais.

Posso dizer que nunca consegui nada com facilidade. Mas devo acrescentar que as dificuldades nunca foram suficientemente fortes a ponto de trazer desânimo e recusa à luta. E mesmo para as derrotas que acumulei, nunca deixei o sentimento da amargura dominar o pensamento e a cordialidade, até para os que me encaram.

Aquele menino de Olinda tornou-se jovem e, posso dizer homem, com os ensinamentos do pensador inglês Herbert Spencer. Dizia ele, em livro exemplar, que a personalidade mais completa deveria seguir a ordem educacional de, primeiro, ter a formação física, por meio dos exercícios físicos. Em seguida, a formação moral que qualificaria para o convívio humano e, ainda na ordem, a formação intelectual, que abriria o jovem para o mundo do conhecimento.

Procurei seguir os ensinamentos de Spencer, que muito me ajudaram a chegar às mais altas montanhas na travessia tão difícil que é a vida de todos nós. Se não tenho patrimônio físico acumulado, consegui formá-lo com minha família e com meus amigos e companheiros de lutas, tanto presentes aqui. Uma dádiva muito mais valiosa.

Não sei se fiz o destino ou se este me fez. Talvez tenha ocorrido um acerto entre as duas possibilidades, uma vez que não possuo fórmulas ou ensinamentos que possam vir a ajudar os que me cercam. Mas, mesmo assim, há uma linha de pensamento e ação que marcou toda minha trajetória e, volto a ele, ao menino de Olinda, que é o do extremo sentimento de nacionalidade. Uma presença diária que nos leva ao patriotismo e daí ao nacionalismo econômico. Que nos leva a encontrar sempre a energia indispensável para lu-

tar em defesa de uma nação forte, independente, respeitável aos olhos do mundo, que poderemos passar às gerações futuras com legítimo orgulho, um país que nasceu para ter papel dominante no cenário internacional.

Não é sonho ou miragem. É uma estrela que aponta nossa direção e que, algum dia, conseguiremos chegar ao nosso merecido destino.

Não são essas noites de angústia que passamos, ao ver a política dominante tentar destruir nosso patrimônio público e nos colocar a reboque das grandes potências, não são essas noites que conseguirão tirar nossa energia para continuar a luta. Não são esses pesadelos, que mais parecem resquícios da época colonial, que baixarão nossos braços e calarão nossas vozes.

Podem ter certeza todos os que procuram dilapidar a nação, que essas noites e pesadelos também contribuem mais fortemente para a nossa reação mais indignada ainda, mais disposta a continuar a luta, sem tréguas, sem desânimo e sem qualquer ou mínimo pensamento de capitulação.

Vamos continuar. A estrela continuará a brilhar.

Se da minha parte deixo mais de 52 livros e 30 trabalhos editados, cerca de 4 mil artigos publicados, mais de muitas vidas no tempo, sempre dentro do mesmo objetivo, devo confessar que todos aqui presentes, muitos ausentes, eram também co-autores de toda essa obra.

E é com enorme alegria que compartilho com todos. Muito menos importa tudo o que fiz do que o ideal de que essa chama não esmoreça e que todos, todos nós, possamos conseguir ter afinal o País, a Nação, com que tanto sonhamos e merecidamente conseguiremos conquistar.

Tenho certeza de que a estrela continuará a brilhar.
Cordialmente, obrigado.”

Barbosa Lima Sobrinho (III)

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 28 de janeiro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o mais respeitado jornalista brasileiro, José Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, completou agora, no dia 22 do corrente mês, seu 103º aniversário.

Poderíamos chamar o nosso Barbosa Lima Sobrinho: advogado, escritor, político, administrador público e acadêmico. Mas, na verdade, ele é um dos pouquíssimos brasileiros a quem se pode chamar, hoje, sem medo de errar, de estadista, seja pela largueza de sua visão política, seja pelo seu sentimento de brasilidade.

Sim, tão numerosas foram as funções que este eminente homem público brasileiro exerceu, e com tanta competência, ao longo de uma longa vida de rara fecundidade, que seria muito difícil escolher uma dessas atividades como a principal. Mas se tivéssemos mesmo de fazer esta escolha, ela recairia sobre o jornalista. Acredito, penso, sei que Barbosa Lima Sobrinho considera-se, principalmente, um jornalista.

Antes de enumerar aqui datas e funções do nosso homenageado, vou transcrever um pequeno trecho da entrevista que Barbosa Lima Sobrinho concedeu ao *Jornal do Brasil* e que foi publicada na edição do último sábado, dia 22.

A jornalista perguntou:

“– Como o senhor se sente sendo apontado como reserva moral da Nação, a consciência de todos os brasileiros nacionalistas? É muita responsabilidade?”

Barbosa Lima Sobrinho respondeu:

“– Eu sempre me declarei nacionalista. Não podia compreender que houvesse um brasileiro que não se considerasse nacionalista, porque achava que um brasileiro que não se achasse nacionalista no fundo não passaria de um traidor. Ou, pelo menos, abria caminho para essa traição. Não posso compreender que possa haver um brasileiro que não tenha orgulho de ser brasileiro e de ser solidário com o povo do Brasil. Era para que o Brasil não tivesse nenhum infeliz, nenhum necessitado em seu território. Lamento que o Brasil não seja o país dos homens mais felizes do mundo.”

Vejam, Senhoras e Senhores, o que disse Barbosa Lima Sobrinho, neste momento de globalização acelerada, neste momento em que muitos sentem falsear a confiança que sentem no nosso País: “Lamento que o Brasil não seja o país dos homens mais felizes do mundo”.

Nascido em Recife, em 22 de janeiro de 1897, o nosso mais destacado jornalista era filho do tabelião Francisco de Cintra Lima e de Joana de Jesus Barbosa Lima. Ele herdou o nome de seu tio, José Alexandre Barbosa Lima, que governou Pernambuco, de 1892 a 1896, e que foi senador pelo Amazonas, de 1923 a 1929. Dele recebeu também a vocação para trabalhar pelas causas públicas.

José Alexandre aprendeu as primeiras letras com a própria mãe e já aos 13 anos escrevia para o jornal do seu colégio. Aos 15, publicava seus primeiros artigos no jornal *A Província*. Em 1913, ingressou na Faculdade de Direito, onde se bacharelou em 1917. Logo a seguir, foi nomeado Adjunto de Promotor. Mas, mesmo assim, dedicou-se, paralelamente, ao jornalismo, atuando no *Diário de Pernambuco*, no *Jornal Pequeno* e no

Jornal de Recife. Colaborou, ainda, com a *Revista Americana*, a *Revista de Direito*, o *Jornal do Comércio* (Rio), o *Correio do Povo* (Porto Alegre) e a *Gazeta de São Paulo*.

Em 1921, Barbosa Lima Sobrinho transferiu-se para o Rio de Janeiro. Teria deixado a capital pernambucana por causa de uma desilusão profissional: estava se preparando para disputar uma cátedra na famosa Faculdade de Direito daquela cidade quando soube que, por injunções extra-universitárias, um outro cidadão havia sido escolhido para o cargo.

Na cidade do Rio de Janeiro, ingressou no *Jornal do Brasil*, como redator político. Assim, desde 1921, há quase oitenta anos, escreve naquele jornal. Três anos depois era promovido a redator-chefe. Ocupa desde 1927 o espaço mais nobre na página dominical.

Em 1926, foi eleito, pela primeira vez, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), sendo reeleito em 1929. Durante esse período, colaborou com *A Província* e o *Diário da Manhã*, ambos de Pernambuco. Foi com a promulgação da Constituição de 1934 que ingressou na política, vinculando-se ao Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco, pelo qual foi eleito deputado federal. Na Câmara, elegeu-se Líder de sua bancada. Em abril de 1937, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

Em julho de 1937, foi nomeado relator do projeto de lei de criação do Instituto de Resseguros do Brasil, órgão, a seu ver, imprescindível a uma economia nacionalista no País. Em maio de 1938, assumiu a Presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em conjuntura de crise gerada pela superprodução de açúcar no Nordeste. Em novembro de 1941, foi instituído o Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-Lei nº 3.855), que visava, principalmente, à defesa do pequeno produtor em relação às grandes usinas.

Em outubro de 1944, foi baixado o decreto complementar ao Estatuto da Lavoura Canavieira, voltado para as ne-

cessidades dos trabalhadores rurais, sujeitos à CLT, estabelecendo garantias de salário, moradia, assistência médica e educacional e indenização por demissão sem justa causa. Tal decreto, segundo Barbosa Lima Sobrinho, equivalia a uma “reforma agrária setorial”, na medida em que garantia ao trabalhador rural direito à concessão de uma área de terra próxima à sua moradia, para plantação de subsistência.

Durante sua gestão no IAA, realizaram-se, com sucesso, as primeiras experiências de utilização do álcool anidro misturado à gasolina como combustível para motores a explosão.

Com a redemocratização de 1945, lançou-se candidato à Assembléia Nacional Constituinte. Eleito, assumiu o mandato em abril de 1946, após renunciar à presidência do IAA. Como constituinte, combateu a idéia de uma delegação de poderes ao Executivo, ao mesmo tempo que defendia maior intervenção do Estado na economia. Após a Constituinte, no exercício do mandato legislativo ordinário, assumiu posição contrária à cassação dos mandatos dos deputados eleitos pelo Partido Comunista do Brasil, cujo registro fora cancelado.

Em meados de 1946, aceitou sua indicação como candidato ao Governo de Pernambuco, pelo PSD, sendo eleito com a diferença de 565 votos sobre Manuel Neto Campelo Júnior. Só assumiu o Governo, no entanto, em fevereiro de 1948, em razão de recurso impetrado pelo adversário, só então julgado improcedente. Até mesmo durante o tempo em que governou Pernambuco manteve sua coluna no *Jornal do Brasil*.

Durante seu Governo, realizou obras de urbanização em Recife e incentivou o desenvolvimento da Liga Social contra o Mocambo, possibilitando a construção de casas populares. Também inaugurou a Faculdade de Filosofia e a Escola Superior de Veterinária, depois incorporadas à Universidade Federal de Pernambuco.

Além de abrir estradas no interior do Estado, implementou um programa de assistência aos trabalhadores rurais, criando escolas, hospitais, postos de puericultura.

Deixando o Governo de Pernambuco, foi nomeado procurador no Rio de Janeiro, tendo se empenhado na questão relativa aos bens reversíveis da Light, pela qual todos os bens que constituíssem o patrimônio da empresa reverteriam gratuitamente ao Estado, ao final do contrato, em 1990.

Em 1952, foi eleito Secretário-Geral e, no ano seguinte, Presidente da Academia Brasileira de Letras.

Sem se desvincular das atividades jornalísticas, candidatou-se a deputado federal, nas eleições de 1958, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Eleito, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça, vinculando-se à Frente Parlamentar Nacionalista, bloco suprapartidário criado em 1957 com objetivo de combater as concessões ao capital estrangeiro e as remessas de lucros para o exterior.

Nas eleições presidenciais de 1960, apoiou Jânio Quadros e João Goulart, candidatos de chapas diferentes, mas eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Como Vice-Líder do PSB na Câmara, apoiou, com vigor, o projeto de criação da Eletrobrás, aprovado em 1961. Apesar do apoio à candidatura, condenou a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, que considerou um golpe frustrado.

Durante o Governo de João Goulart, empenhou-se, ao lado do Deputado Fernando Santana, pela aprovação do projeto que deu origem à Lei de Remessa de Lucros, de setembro de 1962.

Apesar das críticas às vacilações do Governo de João Goulart quanto a assumir uma política nacionalista, manifestou sua oposição ao golpe militar que o derrubou. Com a instituição do bipartidarismo, optou pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Empenhou-se, então, na organização da As-

sociação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), fundada em 20 de setembro de 1967.

Ao final da década de 1960, foi eleito Presidente do Conselho Administrativo da ABI, cargo que ocupa desde então.

Em 1970, ingressou no magistério, como professor da Faculdade de Ciências Econômicas Amaro Cavalcanti, mais tarde incorporada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1973, a convite da executiva nacional do partido, disputou a Vice-Presidência da República, na chapa de Ulysses Guimarães. O Dr. Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho eram “anticandidatos” às eleições indiretas de 15 de janeiro de 1974, nas quais foram homologados os Generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos.

Em agosto de 1976, pediu a punição dos autores de um atentado à bomba no edifício da ABI, reivindicado por um grupo autodenominado Aliança Anticomunista Brasileira.

Sobre os casuísmos da legislação eleitoral que determinaram sucessivas vitórias para o partido do Governo – a Arena e, posteriormente, o PDS – declarou: “Uma democracia que não admite a alternância no poder não merece o nome de democracia. Quanto ao nome que merece, seria bom convocar o povo para as eleições e perguntar que nome se daria ao regime”.

Além dos inúmeros artigos, prefácios, conferências, discursos, pareceres, relatórios e do livro já citado, publicou dezenas de livros.

Senhoras e Senhores, como se pode ver, pela leitura das suas múltiplas atividades, Barbosa Lima Sobrinho esteve envolvido em todas as lutas que, ao longo deste século, colocaram em trincheiras diferentes os nacionalistas e os liberais brasileiros.

Numa das três páginas com que o *Jornal do Brasil* homenageou Barbosa Lima Sobrinho no último sábado, o jor-

nalista Wilson Figueiredo escreveu um artigo – intitulado “Eterna batalha” – em que mostra os embates entre as duas correntes de pensamento, desde a proclamação da República.

Depois de chamar Barbosa Lima Sobrinho de “o sobrevivente dentre os grandes pregadores do nacionalismo na segunda metade deste século”, Wilson Figueiredo conta que, nos primórdios deste século, os liberais defendiam a produção exclusiva de produtos agrícolas e debochavam da pregação nacionalista em favor da industrialização do Brasil.

A luta ganha corpo em 1945, quando os nacionalistas defendem a redemocratização, contra a opinião dos porta-vozes das empresas internacionais. E se intensifica, um pouco mais tarde, com a campanha para a estatização da produção de petróleo.

Na verdade, essa luta entre um ponto de vista eminentemente brasileiro, nacional, contra um outro, internacionalista e liberal, se mantém até os nossos dias. A recente privatização das empresas públicas brasileiras ainda é discutida todos os dias. Há quem ache que a nossa privatização foi um fracasso porque os serviços públicos decaíram, ao mesmo tempo em que os preços das tarifas sobem sem cessar.

Esses debates mostram a atualidade do pensamento de Barbosa Lima Sobrinho, um homem que, como poucos, engrandece a Nação onde nasceu.

Vazamento de óleo na baía de Guanabara

Intervenção no dia 2 de fevereiro na Comissão de Infra-estrutura, em que foram ouvidos o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstuhl, e diretores da empresa.

Senhores Senadores, talvez estejamos a viver hoje um dos momentos mais importantes desta Comissão, em virtude da presença das distintas autoridades que aqui se encontram e da relevância do assunto que ora discutimos.

Repare, Sr. Presidente da Petrobras, que estamos vivendo hoje uma situação paradoxal. Considero-me seu aliado total na defesa da Petrobras e estou tremendamente magoado com V. Ex^a quanto à questão do acidente que poluiu a baía da Guanabara.

No Senado, a Petrobras teve em mim o seu maior aliado na garantia de sua manutenção. Na Câmara, havia passado o projeto para extinguir o monopólio, deixando, ao mesmo tempo, aberta a privatização. Na votação, no Congresso Nacional, dessa emenda que tirou da Constituição o monopólio, para votarmos, exigimos uma carta do Presidente da República em que ele assumia um compromisso de honra com o Congresso e com a sociedade brasileira de que a Petrobras era intocável. A referida carta foi exigida por nós, Senadores, da tribuna do Senado, da qual ela foi lida e depois anexada à emenda constitucional que nos dá a garantia da intangibilidade da Petrobras. Isso constitui quase pensamento unânime do Congresso Nacional — pelo menos do Senado Federal.

Víamos com muita preocupação, naqueles dias, o que estava acontecendo com a Petrobras antes do acidente. De repente, parece-nos que, indiretamente, estão querendo extinguir o seu monopólio. Não entendemos o porquê dessa venda de ações na Bolsa, pela quantia de R\$ 7 bilhões, que representam apenas um mês de juros da dívida que pagamos e não significam praticamente nada quanto à produção futura da Petrobras. Qual a razão de se mexer na empresa, diminuindo seu patrimônio?

Casualmente, esse era o debate que travávamos nesta Casa, cobrando do Governo Federal uma resposta às interrogações. Queríamos saber se não haveria nessa venda, indiretamente, uma maneira de burlar o compromisso do Presidente de garantir a Petrobras como empresa estatal. Essa era e continua sendo a discussão. Repare V. Ex^a que, pelo que lemos nas manchetes dos jornais, uma pessoa como o ex-Governador do Rio de Janeiro, o Dr. Leonel Brizola, desconfia da existência de sabotagem nessa questão. Pensa ele que foi tão rudimentar a precaução que poderia ter sido feita e o combate poderia ter sido feito com muito mais rapidez. Diante disso, pergunta: “Teria havido um boicote nessa questão toda?” Exatamente nessa hora em que todos estão de olho na Petrobras e em que estamos nos abraçando a ela para que fique nossa, de repente acontece um incidente dessa natureza, gerando interrogações no mundo inteiro, em que se põe em dúvida a competência, a capacidade, a credibilidade, a tecnologia da Petrobras.

Então, reparem que esse acidente aconteceu numa má hora, porque veio exatamente facilitar, de certa forma, a ação daqueles que estavam trabalhando no silêncio. E nós, tomando conhecimento desses fatos, provocamos o debate sobre a venda das ações lá fora por uma empresa estrangeira.

Quando iniciamos o debate, convocando para virem aqui as autoridades responsáveis, de repente o tom da conversa muda, indo para esse acidente, que, por mais apreço e respeito que tenhamos à Petrobras, é grave e nos leva a várias pergun-

tas. Por exemplo, está no *Correio Braziliense* de hoje: “Não tenho experiência no assunto”. O Superintendente, exatamente o responsável pela prática ambiental, é demitido e diz que não tem experiência sobre o assunto. Sou leigo nessa área, mas me parece que, numa empresa como a Petrobras, o fato de V. Ex^a estar lá há nove meses não significa nada. Lá não existe uma eleição vencida pelo PT ou pelo PMDB que ocasione mudança de orientação. Como diz V. Ex^a, a orientação da Petrobras baseia-se em seus quarenta e tantos anos de aperfeiçoamento, de tecnologia, de estudos, de experiências. O fato de V. Ex^a dizer que lamentavelmente não tem experiência, porque em seus nove meses de trabalho não houve nenhum acidente, não significa nada, pois, nos quarenta anos da Petrobras, ela deve ter em seu quadro permanente os técnicos necessários que conheçam os acidentes daqui.

Penso que é até uma infelicidade desse Diretor dizer que não tinha experiência. Ele pode não ter experiência, mas, se não chamou para o seu lado quem tinha experiência, aí, sim, ele era um irresponsável.

Então, agora veio à tona a questão do meio ambiente, que é um problema mundial. E será que a Petrobras não deixou de dar atenção a essa questão com a devida profundidade? A prevenção é infinitamente mais fácil do que o agir depois. E a Petrobras tinha que estar preparada para esse tipo de ação. E então, com todo o respeito, fiquei boquiaberto com a resposta de V. Ex^a. O acidente aconteceu às cinco e meia da manhã, e V. Ex^a ficou sabendo às dez e meia, sendo que, desde as seis horas, o pessoal da Petrobras já estava trabalhando. A rigor, V. Ex^a tem toda a razão em dizer que não faria nada diferente, que não avisaria ao Governador Anthony Garotinho nem mudaria em nada a questão; mas se sou Presidente da Petrobras, eu quero ser informado. E, se sou Governador, tenho o direito de saber.

Então, são informações desinformadas, que fazem com que façamos essas perguntas. Acredito que o pessoal do

Greenpeace foi infeliz nessa nota no momento em que a lançou – deixem-me dizer com toda a sinceridade – e penso até que o Presidente da Petrobras tem razão de estar magoado. Contudo, o impacto já passou, estamos com a cabeça mais tranqüila, mais serena, vamos ver o que faremos, até porque não estamos procurando um réu. O réu está sentado na cadeira e diz: “A culpa é minha”. A Petrobras agiu de uma maneira que merece respeito, pois não se conhece por aí afora nenhuma empresa desse porte que tenha reconhecido a responsabilidade total de tudo o que aconteceu. Então, não era necessário bater ainda mais na Petrobras, se ela já reconhece toda a sua responsabilidade, mas também não vamos deixar de reconhecer a importância do *Greenpeace*, o seu desempenho, a sua atuação, a sua luta, nem deixar de respeitar as pessoas que defendem o meio ambiente. Gostei de ouvir o Senador Álvaro Dias questionar sobre a autoridade do Congresso, sendo que a lei existe desde 1992, há oito anos. O Senador Dias deu o seu parecer no Senado Federal há quatro anos.

O Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso, nestes cinco anos, baixou medidas provisórias sobre vários assuntos. Podia ter baixado uma sobre essa questão. O Governo também não deu bola, não teve nenhuma preocupação. Não houve ninguém, nem nós da Oposição, nem da Situação, que tivesse buscado, no momento exato, a urgência dessa matéria. Tem razão o companheiro do PMDB de Mato Grosso quando diz que não há uma política ambiental. Tem razão a companheira Marina Silva quando grita permanentemente da tribuna sobre a importância da responsabilidade sobre o meio ambiente.

Lamentavelmente no Brasil é assim: somente vamos colocar fechadura depois de a porta estar arrombada. Mas talvez agora, diante de um rombo tão grande, de um desastre ecológico dessa extensão, a Petrobras deve assumir uma campanha, sendo o grande motor, a grande alavanca de uma política de meio ambiente.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve no Rio Grande do Sul para inaugurar a expansão de um pólo petroquímico. Foi uma festa. No Rio Grande do Sul, houve a explicação necessária, e o povo sabe que, naquele Estado, 30% do que é investido no pólo — como aconteceu com 30% do que foi investido na duplicação da Refinaria Alberto Pasqualini — são gastos no combate à poluição. Em Porto Alegre, há vinte anos, quando instalaram uma fábrica de celulose de papel na beira do rio Guaíba, foi uma guerra devido à poluição. Hoje sabemos que existem formas de evitar a poluição, e parece-me que a Petrobras deve estar colocando o combate à poluição no custo da matéria.

Aplicação de recursos do BNDES

Intervenção em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos no dia 8 de fevereiro, em que foi ouvido o presidente do BNDES, Andrea Calabi.

Senhor Calabi, eu não poderia deixar de fazer uma referência especial ao carinho e admiração que tenho por V. Ex^a. Tive a felicidade de acompanhar V. Ex^a quando iniciou a série de cargos que vem desempenhando na vida pública, lá no Ministério do Planejamento. De lá para cá, por todas as posições por onde passou, é importante salientar a dignidade, o caráter, a seriedade, a competência, a dedicação e o esforço feitos por V. Ex^a. Numa hora em que a vida pública é tão conturbada, tão cheia de interrogações e dificuldades, é importante ver uma pessoa como V. Ex^a que, passando por governos diferentes, cargos diferentes, é sempre o mesmo homem, com o mesmo estilo, a mesma dignidade e a mesma firmeza.

Vejo em V. Ex^a uma questão interessante, porque sempre me parecia que o Banco do Brasil, hierarquicamente, era o banco mais importante do Brasil. No entanto, a imprensa toda informou que V. Ex^a deixou de ser Presidente do Banco do Brasil e preferiu ser Presidente do BNDES. Não sei se é o estilo de V. Ex^a, se V. Ex^a deu mais importância ao tipo de ação do BNDES, mas na verdade foi um fato que me chamou a atenção.

Creio que V. Ex^a preside uma das poucas instituições que poderá representar a busca da justiça social na Federação brasileira. O que temos verificado, lamentavelmente, nos últi-

mos tempos, é que os poucos instrumentos que tínhamos, que estavam dentro da Constituição, visando à busca de diminuir os desníveis regionais, foram acabando, a mando do Executivo.

Havia a determinação de que o preço do aço era um preço único, independentemente da localização. Então, podia haver uma indústria de aços em São Paulo a um preço irrisório e menor, em Minas também, mas, se fosse no Nordeste, se fosse no Amazonas ou se fosse no Sul, esse preço era o mesmo.

Havia uma determinação de que o preço do óleo e da gasolina também fossem um só para todo o País, independente do transporte. Quer dizer, o fato de levar o óleo e levar a gasolina para o Nordeste, como se fosse mais caro, longe de uma refinaria, portanto com o transporte influenciando muito mais do que ali do lado da refinaria, que é o caso do Rio Grande do Sul, a nossa refinaria, e, no caso, os outros, isso também desapareceu. O transporte, agora, passa a variar de acordo com a localização e a diferença da refinaria. É outro diferencial que desapareceu.

Havia também a questão da unidade de preço da energia elétrica. A energia elétrica também era unitária, de forma para que as indústrias pudessem se estabelecer nos lugares mais variados, no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste. Tínhamos uma tarifa unitária, independente da localização. Isso também desapareceu.

Então, esses três itens, que eram tremendamente importantes e que tinham exatamente o objetivo de facilitar os desníveis regionais, desapareceram.

E verificamos que caímos nisto que está aí, quer dizer, a guerra fiscal. A notícia que se deu de que a Bahia tirou a fábrica Ford, no Rio Grande do Sul, não é verdadeira, porque, na verdade, o Rio Grande do Sul se despreocupou em buscar a Ford no seu final. Mas a informação que se tinha era de que a empresa já estava decidida pelo Estado do Espírito Santo, já tinha dado a garantia de que se instalaria no Espírito Santo. En-

tão, um incentivo fiscal que a Bahia conseguiu a mais determinou que a Ford saísse do Espírito Santo e fosse para a Bahia.

Essa guerra fiscal é muito delicada. Na verdade, é muito difícil para um governador sair do Ceará para ir ao Rio Grande do Sul, Paraná ou São Paulo para tentar atrair indústrias para o seu Estado. Ele está no direito dele. Agora, a União é que tinha que tentar fazer isso. A União é que tinha que sentar com governadores dos estados mais desenvolvidos para debater formas de ajudar os mais pobres. Para não acontecer o que aconteceu no Rio Grande do Sul, com as fábricas de calçados indo para o Ceará, com os empregos do Rio Grande do Sul sendo levados para o Ceará. Isso poderia ser substituído por coisas novas, por perspectivas de novos investimentos, de novas indústrias, de novas possibilidades. Isso era positivo. Penso que o Governador Mário Covas, que está nessa revolta total, em resposta à guerra fiscal, se fosse chamado para sentar à mesa, onde se estabelecesse um objetivo nesse sentido, sentaria. Eu sou do Rio Grande do Sul, mas não posso aceitar, por exemplo, o que vi no Piauí, as tremendas injustiças sociais que há ali. Com um investimento infinitamente menor do que o que se aplica na região Sudeste, poderia haver uma nova realidade para aquele estado. Creio que são coisas tão claras em termos de Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Amazônia, são coisas tão fundamentais que não me parece que elas possam ficar adstritas aos Governadores do Amazonas, ou do Piauí, ou do Maranhão. É natural que os Governadores do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, de São Paulo se revoltam, quando perdem indústrias. Se houvesse uma política nacional para tratar dessas questões isso não estaria ocorrendo.

Essa é uma política que tem que ser levada adiante pelo Governo Federal. E, olhando para este Governo Federal, vejo que o instrumento que sobra, hoje, efetivamente para isso, chama-se BNDES. Penso que o BNDES seja o grande instrumento, por meio do qual, com a possibilidade e estando o Governo realmente interessado nisso, possamos tentar buscar a justiça social.

Vejo com muita angústia, os desníveis regionais. Acredito que eles estejam indo para um problema realmente difícil, complexo, delicado. Penso que estejamos cometendo brutalidades, e não fazendo um movimento organizado no seu contexto geral. Este é um País onde as diferenças são gritantes. Lá em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, quem tem, tem, quem não tem, não tem. Mas, principalmente no âmbito das regiões, vejo uma irresponsabilidade nossa, a começar por nós do Senado, que somos a Casa da Federação, e não temos a perspectiva de criar algo que não deveria ser.

V. Ex^a, que já passou por cargos tão importantes, foi Ministro do Planejamento, passou pelas posições mais variadas. Então, é o homem certo, com a experiência certa, no lugar certo, que é o BNDES. E queria dizer apenas a V. Ex^a o seguinte: que, dentro do possível, se nós do Congresso Nacional, pudéssemos ajudá-lo, V. Ex^a deveria contar conosco, como aliados, no sentido do que pode ser feito, inclusive nesse Plano Brasil em Ação, para que não aconteça aquilo que é o normal: os grandes estados terminam levando as grandes parcelas, e os pequenos estados continuam ficando na perspectiva de que um dia vai acontecer.

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

Intervenção da Comissão de Constituição e Justiça, no dia 9 de fevereiro.

Senhores Senadores, o que quero dizer é que chego neste momento em que vamos votar a criação do Fundo para erradicar a pobreza com uma profunda melancolia. Disse e repeti várias vezes que fazia muito tempo que não havia uma unanimidade no Congresso Nacional, onde independentemente de partido ou posição política, todos eram favoráveis àquela Comissão Especial Mista que discutiu a pobreza. Todos pensavam igual e buscavam o mesmo objetivo, uma fórmula para encontrarmos uma saída para essa questão.

Com todo o respeito e carinho que tenho — e trata-se de um grande amigo meu e talvez dos mais dignos, corretos e competentes Senadores, que é o Senador Lúcio Alcântara — fico com alguma preocupação com o substitutivo que ele apresentou para a Constituição do Fundo contra a pobreza. Primeiro porque acho que tirar, como tínhamos feito na Comissão da Pobreza, a regulamentação, pelo menos as regras gerais que vamos votar aqui e deixar tudo para o Poder Executivo, parece-me que não é positivo. Acho que o projeto original — e nisso eu fico com o substitutivo do Senador Eduardo Suplicy — onde ele retorna a idéia do conselho, composto de 12 membros, metade dos quais representantes da sociedade civil e que tenha a finalidade de estipular essa questão.

Por outro lado, Sr. Presidente, com todo o respeito, embora o Senador que me antecedeu diga que é exagero des-

confiar, mas não deixa de ser uma maneira muito estranha como uma das maneiras de enriquecer o fundo com os frutos das privatizações. O que tem hoje em debate, em termos de privatização, chama-se Petrobras e vejo que estamos aqui abrindo uma porta para se justificar que se privatizarmos a Petrobras teremos todo o dinheiro utilizado nesse fundo. Não me parece que seria uma saída.

Creio que fazermos o que fizemos para criar um fundo que o próprio Senador Relator tem preocupação, e na sua preocupação diz que se não chegar à quantia de 4 bilhões poderá buscar-se no Orçamento essa quantia, porque terá que ter essa garantia, porque na verdade as fontes apresentadas por S. Ex^a não nos levam a isto. Se criamos e terminamos de criar, e é uma realidade que está aí esse novo nome de fundo com 20% que o Governo poderá utilizar-se, no total de R\$40 bilhões, de acordo com determinados limites do Orçamento e da lei, qual é o crime se tirarmos 6% dessa quantia e colocarmos no fundo da pobreza? Como diz o nobre Senador do PT de Sergipe, só do FAT é R\$1,8 bilhão que está sendo retirado para constituição desse fundo. Pelo menos se criaria um impacto e teríamos algo como R\$12 bilhões voltados para esse fundo.

Então, acho que da maneira como vai sair dando um cheque em branco ao Governo, que regulamentará em lei ordinária, na hora que quiser e como quiser, e não sabemos como será concedida essa regulamentação e para onde irá o fundo e qual é a sua quantia. Fico angustiado se não ficará pior do que é hoje, pois nos reunimos com a bancada do Rio Grande do Sul e o Secretário-Executivo da Comunidade Solidária lançou um projeto do Governo que é do maior significado, onde ele lança a comunidade ativa, que será exatamente um projeto da comunidade solidária, que criará entidades para desenvolver o progresso social dentro do município. O Governo está descentralizando a sua atuação. De repente, estamos correndo o risco de marcharmos para centralizar a distribuição desse fundo de uma maneira difícil e complicada.

Fico magoado, Sr. Presidente, porque esperava que hoje tivéssemos uma reunião célebre. Quando o Senador Eduardo

Suplicy propôs ao Presidente Fernando Henrique, em um jantar que tivemos com Sua Excelência para fazermos uma reunião com o Presidente da República especificamente para tratar dessa matéria, e Sua Excelência concordou dizendo que poderíamos marcar o dia e a hora que estaria à disposição para discutirmos essa matéria de uma forma mais lógica e racional. Também não me passa pela cabeça que o nobre Relator dessa matéria, ou que o Governo, ou que o Poder Executivo tenha intenções que não sejam as melhores, só que entre a intenção e o projeto em si há uma diferença infinita.

Por tudo isso, Sr. Presidente, lamento que não tenha se chegado a um entendimento e que não tenha saído a reunião com o próprio Presidente. Acho que em uma reunião do Presidente com a Comissão, aceita por ele, teríamos chances bem melhores do que uma conversa do Relator com o Sr. Malan, e sabemos que o pensamento do Governo não é muito simpático a esse tipo de realidade. Mas faria um apelo, Sr. Presidente. Poderíamos criar aqui dois fatos de impacto. Um deles seria que a criação de um substitutivo que regulamenta e determina uma certa objetividade à matéria, é bem melhor do que deixar no vazio. Segundo, eu apresento a minha emenda e acho que desse fundo de 40 bilhões que estamos criando, tirar 6%, uma quantia que será 10 bilhões, está pelo menos criando um impacto, uma verba com a qual se poderá fazer alguma coisa real em qualquer projeto dessa natureza.

Então, chocado, em um dia que pensei que seria um dia de festa para essa reunião, vendo que chegamos a um resultado muito pífio, faço um apelo, Sr. Presidente. Voto pelo substitutivo que regulamenta a matéria, que regulamenta o Conselho, que diz como será o Conselho, que regulamenta a aplicação, e apelo no sentido da aprovação da emenda de que 6% do que criamos, que são os 20% do aparte de verbas do Governo, sejam destinados ao fundo.

Era isso, Sr. Presidente.

Diferenças salariais no Brasil

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 28 de fevereiro. Apartes: Eduardo Suplicy (PT – SP) e Amir Lando (PMDB – RO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero referir-me, hoje, à questão do Judiciário, assunto tremendamente importante, embora eu vá analisá-la de um ângulo diferente daquele abordado pelo ilustre Senador Ademir Andrade, Vice-Presidente desta Casa.

Vivemos um momento de grande ansiedade no Brasil. É claro que tem razão o Senador Ademir Andrade, quando diz que a greve é um direito e que devemos estar preparados para ela. Mas uma greve do Poder Judiciário seria uma iniciativa inédita e de conseqüências imprevisíveis. Foi uma luta muito grande na história da humanidade terminarmos com o poder absoluto do rei, lutarmos contra a ditadura, e estabelecermos os regimes democráticos, que se constituem dos Três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário harmônicos e independentes. Tremendamente importante é o papel do Judiciário, que fiscaliza o Executivo e o Legislativo, que fiscaliza a execução das leis e os atos do Executivo e que, exatamente, por ser o poder com a força e a autoridade de decidir e de julgar, é o poder que se tem em uma redoma de dignidade e de seriedade.

A perspectiva de uma greve no Judiciário nos pegou numa situação de impacto, principalmente, quando as manchetes de sexta-feira e de sábado diziam que todos os entendi-

mentos tinham fracassado e que o Governo estava preparado para essa greve.

O Presidente da República viajou para São Paulo e, inclusive nos jornais de televisão da noite de sábado, as informações eram de que iniciariamos a segunda-feira com uma greve no Judiciário. Felizmente isso não aconteceu. E, como disse o Senador Ademir Andrade, que me antecedeu, também assisti na televisão e li nos próprios jornais, o Presidente do Supremo, ladoado de vários senhores ilustres magistrados, comunicar a decisão tomada com base em uma liminar que estava no Supremo desde setembro e, como consequência do resultado daquela liminar, a greve era suspensa por todos os setores das categorias que estavam dispostos a iniciá-la poucas horas depois.

O assunto é realmente complexo. Felizmente não tivemos a greve, é verdade. Quanto à fórmula encontrada, ela não me convenceu. Em primeiro lugar, é profundamente lamentável que os três Poderes, ao longo de todo esse período que vem desde a promulgação da Constituição até hoje, não tenham se entendido em termos da fórmula pelas quais os vencimentos do Judiciário, do Executivo e os nossos fossem concretizados. Não se chegou a esse entendimento. As razões são as mais variadas e cada um enfoca um determinado fator. Mas querer que haja um diálogo em nível de Estado, de sociedade, quando as pessoas que representam os mais altos poderes da República não se entendem, não chegam a um denominador comum, e faz-se uma liberação no sentido de “aconteça o que acontecer”, sinceramente isso não consigo entender.

Claro que a análise deve ser vista de dois ângulos. O Senador Ademir Andrade abordou um ângulo importante. Vivemos dois países em um só. Aliás, eu diria que vivemos três países em um só: a classe rica; nós, que somos a classe média; e a classe pobre ou miserável. Todo esse debate sobre o teto salarial que envolve o Poder Judiciário, Executivo e Legislativo diz respeito a nós, ou seja, a 30 milhões de brasileiros. A outra parte

que recebe salário mínimo faz parte de outra sociedade, de outro Brasil, que, às vezes, conhecemos, vemos, focalizamos e, às vésperas das eleições, do qual até tomamos conhecimento. Mas, depois, é um outro Brasil. Vivemos essa dolorosa realidade.

Acusa-se o PFL de ter cometido o equívoco de ter antecipado o debate do salário mínimo, que seria para a segunda quinzena do mês de abril. O PFL o antecipou, empunhando a bandeira do Deputado Federal Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, e, quando se viu, o PFL já estava defendendo o valor equivalente a US\$100.00 para o salário mínimo.

A antecipação do debate fez com que os dois assuntos coincidissem. De um lado, o debate sobre o teto dos três Poderes e o vencimento da Magistratura; de outro, o debate sobre o salário mínimo. O PFL querendo cerca de R\$170,00; o Governo – que antes defendia R\$140,00 –, chegando a R\$150,00 e o PSDB, ficando em R\$160,00. Um aumento de até R\$25,00 ou algo assim. Este é um debate que está sendo travado. O outro diz respeito à greve da Magistratura e ao vencimento dos três Poderes. O trágico é os dois debates estarem sendo travados ao mesmo tempo!

Sr. Presidente, fico a me perguntar: se eu ganhasse salário mínimo e assistindo à televisão, visse o debate, qual seria a minha posição? O que eu pensaria? Que país é este?

Sr. Presidente, ganhar muito não é pecado. Penso que a Magistratura, no Brasil, ganha pouco. Principalmente a Magistratura, porque, entre nós, parlamentares, há os que ganham líquido, como eu, R\$4.600,00, e somente isso. Mas há outros que têm fábrica, fazenda, já que nós não estamos proibidos de exercer outra função, enquanto que o Judiciário está. O magistrado exerce somente a Magistratura, não tem outra atividade. Então, a posição do magistrado é muito mais grave do que a nossa. Se ganho só isso é porque não tenho competência ou não quis ganhar mais. Mas não há proibição em ganhar mais no Legislativo. No entanto, para o magistrado há.

A verdade é uma só: em qualquer país sério em que haja um mínimo de justiça social, há um teto, não com máximo e mínimo, mas com uma diferença entre o máximo e o mínimo. O que tínhamos que debater era exatamente isto. O Brasil tinha que ter uma diferença, um máximo entre quem ganha mais e quem ganha menos, como na Alemanha, por exemplo! Lá ninguém pode ganhar mais do que oito vezes o menor salário. Um presidente de empresa não ganha mais do que oito vezes o que ganha um faxineiro. É que esse faxineiro deve ganhar dois mil marcos, e o que ele ganha dá para viver, alimentar-se, educar seus filhos. Já o presidente da empresa, que ganha oito vezes mais, portanto, ganha dezesseis mil marcos, ganha muitíssimo bem!

No entanto, no Brasil, o salário mínimo é de R\$150,00!

Há um projeto de minha autoria, tramitando, que diz que o maior salário, no Brasil, não pode ser vinte vezes maior do que o menor salário. Na Itália é de oito vezes, na Alemanha é de oito ou sete vezes. Aqui falo vinte vezes, para fazer um período de adaptação, para caminharmos para uma verdadeira justiça social.

Creio que não teria condições racionais de colocar em prática o que ocorre na Alemanha ou na Itália, por exemplo: o maior não pode ser oito vezes maior do que o menor, por isso coloco vinte vezes. Mas o projeto não anda!

Alguém me disse: – Senador, isso é demagogia! Como um deputado, um senador, um juiz, um ministro vão viver com um salário vinte vezes maior do que o salário mínimo – lembrando que isso daria R\$2.500,00? Então, disse-lhe: – Creio que você não deveria perguntar como é que viveremos com um salário de R\$2.500,00. Você deveria perguntar como é que um trabalhador vive com um salário de R\$150,00.

Vamos, então, diminuir essa diferença. Ninguém toca no assunto. Por isso, debateu-se o Judiciário. E, justiça seja fei-

ta, eles ganham pouco. Como vamos olhar o Brasil? Temos que olhar o Brasil de quem ganha dez salários para cá, classe média para cima, os nossos trinta milhões de trabalhadores. Dentro desses trinta milhões, nós, parlamentares, ganhamos pouco, assim como os juízes; agora, o Brasil lá de baixo é outra história! Ficando no nosso Brasil: será que a fórmula encontrada pelo Supremo Tribunal Federal foi a melhor?

Tenho o maior respeito pelo Supremo. Aliás, tenho respeito pela Magistratura brasileira. Vim do Rio Grande do Sul acostumado com os juízes da minha terra. Tenho a perspectiva da grandeza do exercício da Magistratura, e vejo no nosso Supremo Tribunal Federal pessoas da maior compostura, seriedade e dignidade. De um modo especial, quem decidiu, quem deu a liminar é pessoa que conheço e que respeito: o Ministro Nelson Jobim, que foi deputado federal, foi constituinte, Ministro da Justiça e, atualmente, é Ministro do Supremo; trata-se de uma das pessoas da maior integridade, da maior seriedade, da maior competência e da maior inteligência que conheço. Não tenho nenhuma dúvida nesse sentido. E acredito que o Ministro Nelson Jobim só deu essa decisão porque, como sabemos, é temporária para esperar uma decisão final. Foi uma tomada de decisão dramática: ou saía essa decisão ou haveria greve. Quer dizer, a faca estava encostada. Ou se dava uma resposta ou haveria a greve da Magistratura – isso tem que ser analisado. E, nessas condições, com a faca encostada no peito, mesmo assim penso que o Ministro Nelson Jobim deu essa decisão porque ela não o atinge. Sendo S. Ex^a Ministro do Supremo, que está exercendo a sua atividade no Tribunal Superior Eleitoral, é um dos três Ministros do Supremo – casualmente o segundo também é gaúcho, e o terceiro é o nosso companheiro Maurício Corrêa, ex-senador desta Casa – que não será atingido pela medida, porque a determinação é de que quem já ganha o teto não ganhe mais nada. Os outros Ministros do Supremo subiram de R\$10 mil e pouco para R\$12.800,00, que é a importância que ganham os três Ministros do Supremo que estão no Tribunal Su-

perior Eleitoral. Então, o Nelson Jobim não ganha mais nada, e o auxílio-moradia não o atinge. Agora, com essas medidas, eles não podem ganhar mais que o teto. Qual é o teto? É o do Ministro do Supremo que está servindo no Tribunal Superior Eleitoral. Não tenho nenhuma dúvida de que se atingisse o Ministro Nelson Jobim, S. Ex^a – pelo que eu o conheço – não teria dado a liminar. Mas como S. Ex^a sabe que é uma solução de emergência dramática, era isso ou o Brasil seria manchete no mundo: greve no Judiciário. S. Ex^a tomou essa decisão, com a tranquilidade de quem não seria atingido por ela. E não tomou uma decisão em causa própria, porque é uma decisão que não o atinge. Mesmo assim, será que essa seria a melhor solução para o Supremo? Mas, por que não pediram um abono? Era autoridade! O Supremo poderia ter enviado um projeto à esta Casa – e ninguém tenha dúvida de que esta Casa votaria favoravelmente.

Já me manifestei duas vezes contra o auxílio-moradia e sou responsável pela não-tramitação – em uma das vezes, eu era Líder do Governo – do projeto de lei que queriam apresentar para vender aos deputados e aos senadores os apartamentos em que moram. Penso que é normal que os apartamentos existam e que os parlamentares de Tocantins, de Rondônia, de São Paulo, do Rio Grande do Sul tenham um local onde morar, em uma cidade como Brasília. Ganho o valor líquido de R\$4.500,00 e, pelo aluguel de um desses apartamentos, estaria pagando R\$2.000,00, quase 40% do que percebo; por isso considero normal.

Agora, não sei se foi uma grande saída estender o auxílio-moradia, para fazer algo que, daqui a pouco, será universalizado. Sinceramente, não sei. Que me perdoem os Ministros do Supremo Tribunal Federal que, há pouco tempo, compraram os apartamentos do prédio do Supremo Tribunal Federal por um preço a ser descontado de seus salários, não sei por quantos anos. Se ganharam, de uma forma financiada, um apartamento de altíssimo gabarito há pouco tempo, como esse mes-

mo tribunal determina que pode receber auxílio moradia? Eles mesmos dizem que foi a fórmula encontrada para se dar aumento. Mas o Supremo Tribunal Federal, com a seriedade e a importância que tem, encontra uma fórmula como essa para sair do impasse? Será que foi o ideal? Sou muito sincero: não há anjo nessa reunião. Dou meu pensamento. Sei que vou magoar companheiros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mas penso que se deveria estabelecer o teto. E o teto é para valer. Sou muito sincero. Se o teto é R\$12.800,00, o teto é R\$12.800,00; se o teto é R\$15.000,00, o teto é R\$15.000,00. O que quer dizer isso? É o que posso ganhar. Agora, se há uma, duas ou três fontes de renda não importa; o total tem de ser o teto. Perdoem-me a franqueza; eu penso assim. Sei que há colegas meus que pensam diferentemente e os respeito. Isso não é imoral, não é indecente; eles trabalharam, tiveram a ocupação. A lei existe, eles exercitaram, fizeram por merecer. Alguém que foi juiz ou membro de um tribunal ou promotor durante 20 anos, por exemplo; que exerceu a sua missão, aposentou-se e agora é, excepcionalmente, senador ou deputado: não é imoral, não está errado que receba dos dois lados. Não estou aqui para dizer que isso é um escândalo, uma imoralidade. Estou apenas dizendo que, em um país pobre como o Brasil, deveríamos estabelecer um determinado diâmetro, que, na minha opinião, deveria ser este: o teto. E ele começaria para valer. Não haveria um teto para Ministro de Tribunal, que não pode exercer outra missão, outro para nós, parlamentares, que podemos exercer várias missões, e outro para os demais. Não! Tem de haver um teto único.

Definido o teto, deveríamos ter condições de estabelecer a obrigatoriedade de adotar uma linha de conjunto, abrangendo a sociedade como um todo.

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Prezado Senador Pedro Simon, V. Ex^a representa a consciência viva da Nação; em assuntos como esse, sempre faz ponderações extremamente pertinentes. Compartilho também desse sentimento, porque seria próprio que o Congresso Nacional já estivesse à frente desse episódio. Nós, no Congresso, temos a responsabilidade maior de definir as remunerações do Presidente da República, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos membros dos demais órgãos do Poder Judiciário. Nós, deputados e senadores, temos a responsabilidade grande de definir a nossa própria remuneração, e o povo nos confere essa delegação. Também temos a responsabilidade – como a que exerceremos nos próximos dias – de definir o salário mínimo, a política salarial; de definir se ao povo brasileiro conferiremos a garantia, por exemplo, de uma renda mínima. Então, uma definição de salário para os juizes, nas suas mais diversas formas, deverá ser uma decisão, sobretudo, do Congresso Nacional. O Ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, ao conceder uma liminar, tomando uma decisão de enorme impacto para o Poder Judiciário, até para adiantar-se e, assim, evitar a realização de uma greve que colocaria o Judiciário e as instituições brasileiras em séria situação, agiu, talvez, para atender certos sinais vindos do Palácio do Planalto e pressões do próprio Poder Judiciário. Todavia, isso chama a atenção para a nossa responsabilidade, mormente neste momento que atravessamos. Outro dia, V. Ex^a estava presente, quando o Presidente Antonio Carlos Magalhães mencionou que, na próxima semana, por ser a do Carnaval, poderia não haver sessão na quinta-feira e na sexta-feira. No entanto, fico preocupado: se ocorrer um fato grave no País? O Congresso Nacional precisa agir; precisa estar respirando, afinal é o pulmão da Nação. Devemos ter a responsabilidade, Senador Pedro Simon, de fazer com que a solução deste problema tão sério, assim como de todos os outros que estamos por decidir, como o Fundo de Combate à Pobreza, a definição do salário mínimo e tantos outros, não decorra apenas da liminar de um Ministro. Esta deci-

são sobre a remuneração apropriada aos juízes tem de ser de responsabilidade do Congresso Nacional.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço a oportunidade do aparte de V. Ex^a. Ouvirei agora o aparte ao Senador Amir Lando e depois encerrarei.

O Sr. Amir Lando – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a, com sabedoria e propriedade, aborda temas candentes, que realmente dizem respeito a esse estrépito que hoje toda a imprensa noticia. No entanto, queria dizer que, quanto à remuneração, à fixação do teto, há uma hipocrisia imensa; não da parte de V. Ex^a, quero fazer logo este reparo. Por que não se definiu isso? É claro que há uma base, um salário mínimo que não atende a nenhuma daquelas necessidades fundamentais estabelecidas quando da sua própria concepção. Mas o que poderíamos dizer da equivalência, hoje, do salário mínimo de quando esse foi criado? Ele estaria em torno de R\$468,00. Isso significa que estamos cada vez mais recalçando, achatando a possibilidade de vida do povo brasileiro. A situação é dramática. Como bem diz V. Ex^a: temos de aumentar o patamar do salário mínimo. Esse é o ponto de partida para tornar uma sociedade mais justa, possível, um Brasil de perspectiva e de futuro. Mas, não, cada vez mais, a pretexto das obrigações previdenciárias, achata-se o salário mínimo. Por outro lado, também não podemos deixar de entender a necessidade de uma boa remuneração dos juízes federais, que decidem causas contra a União, envolvendo, às vezes, milhões e bilhões. Que independência eles têm quando lhes falta o pão de cada dia, a necessidade do essencial à mesa, sobretudo no padrão de vida de juiz? E de nós, parlamentares? O que queremos, realmente, é manter sempre um Congresso genuflexo? Salvo as exceções heróicas de V. Ex^a e tantos outros. É isso o que queremos, submeter-nos ao jugo dos interesses alienígenas, estranhos aos da Pátria, aos da Nação? Queremos um Congresso que vota com uma perspectiva de uma vantagem menor, e que as coisas andem no sentido de um car-

go, de participação no Governo? Não queremos isso, e, sim, um Congresso independente. Todavia, não há independência sem uma remuneração mínima. É evidente que devemos perguntar quanto ganha o trabalhador. Isso é dramático; V. Ex^a tem toda a razão. Mas essa solução de emergência foi o possível, dado, sobretudo, que o Congresso não agiu, não se antecipou. O Congresso ficou preso a alguns princípios, a algumas idéias, a uma falsa moralidade. Com tudo isso, aconteceu o imponderável. A solução foi boa no sentido de resolver uma urgência, mas temos de dar a solução definitiva, com coragem e destemor, olhando o povo brasileiro e, sobretudo, a dignidade das instituições. Sem remuneração justa, não há instituição digna.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, dizendo que é uma pena a situação deste nosso País, porque não estamos fazendo nada para minorar os problemas que nos cercam. Estamos aqui, recebemos nossa remuneração, trabalhamos com a melhor das intenções. Vejo os companheiros lutando, esforçando-se, tentando fazer algo, mas, na verdade, na verdade, pouco, muito pouco estamos fazendo do que deveríamos. Digo isso pela milésima vez, mas é o que sinto.

Na vida, temos de dar prioridades. Não podemos fazer tudo o que queremos. Entre o que nossos filhos pedem e o que podemos dar, há uma diferença muito grande. E, muitas vezes, não podemos dar aquilo que eles querem. Mas nós, pais, sabemos da nossa responsabilidade quanto ao que não podemos deixar de dar: pão, leite, educação, saúde, vestuário. Pode ser uma alimentação simples, um feijão com arroz. Pode ser um teto meio barranco, junto com a família, com um banheirinho só, com todos juntos, mas que abriga da chuva.

Nós somos os pais da Pátria. O senador é a figura do pai da Pátria. Em Roma, para chegar ao Senado, o cidadão tem que, realmente, ter condições, competência e a sabedoria de chegar lá. Mas se aqui não vemos isso... O problema é começar pelo

mais singelo. O povo não quer grandes coisas. Quem quer grandes coisas somos nós, classe média, classe média alta, burguesia, intelectualidade. O povo quer coisas simples: quer ter direito ao trabalho, quer trabalhar, um trabalho que pode ser árduo, pode ser pesado, e receber, como remuneração desse trabalho, um salário com o qual possa viver com dignidade: casa, comida, saúde, educação. Mas será que os ministros do Supremo Tribunal Federal não vêm isso? Será que os senadores da República não vêm isso? Será que os deputados federais não vêm isso? Será que o Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe não vêm isso?

Creio que é por aí que deveríamos começar, Sr. Presidente. É por aí que deveríamos começar. Enquanto não fizermos isso, a cada dia estaremos oficializando que este é um Brasil de vários brasis. Nós que estamos aqui pertencemos a um belo Brasil, Sr. Presidente. Não há nos Estados Unidos, não há na Europa, não há ninguém que viva melhor do que vivemos. O outro Brasil é o que os Estados Unidos vêm dizer agora que ofende os Direitos Humanos, é o salário mínimo pago no nosso País. E não fazemos nada; votamos com tranqüilidade R\$3 mil a mais para uma classe. Daqui a pouco vamos discutir que queremos também um aumento, e ficamos aqui discutindo quem é o maior patriota: se é o PFL, que quer US\$100.00; se é o PSDB, que quer R\$160,00; ou se é o Governo, que quer dar R\$150,00. Essas duas discussões pela mesma gente, no mesmo dia, juro, Sr. Presidente, não consigo entender.

Muito obrigado.

Código de Defesa do Contribuinte

Intervenção em reunião da Comissão de Constituição e Justiça em 29 de fevereiro.

Senhor Presidente, considero da maior importância o projeto do bravo amigo e Presidente Bornhausen. Li a matéria com atenção e solicitei inclusive ao atual Secretário da Receita que fizesse algumas exposições sobre o assunto. Creio que será muito interessante — não digo nesta Comissão, mas na Comissão de Assuntos Econômicos — que ele e mais pessoas sejam convidadas para expor e analisar o projeto, a fim de que o assunto seja aprofundado.

Não há dúvida alguma sobre o estudo profundo e sério feito pelo Senador Bornhausen. Não há dúvida alguma também de que ele, com a sua capacidade e competência, procurou a assessoria de pessoas que entendem do assunto e que elaboraram muito bem um projeto sob qualquer ângulo.

A interrogação que se faz, com todo respeito ao Senador Bornhausen, é com relação ao dia-a-dia que estamos vivendo. Tudo que o Senador Bornhausen apresenta em seu projeto me parece correto. Mas se chamarmos aqui pessoas da Receita que analisam sob outros ângulos, parece-me que suas análises também serão corretas.

Em primeiro lugar, no Brasil, infelizmente, é difícil se buscar a lei ideal, porque há uma diferença muito grande entre a lei e aquilo que é cumprido pela lei.

Quando o Dr. Maciel, responsável pela Receita, falou na Comissão, na CPI do Sistema Financeiro, S. Ex^a salientou as dificuldades. Eu lhe fiz uma pergunta: Por que os Estados Unidos, que são um país de mais liberdade, de mais democracia, na hora de se declarar os bens à Receita todo mundo treme nas pernas? Como é que, nos Estados Unidos, chega a polícia, fecha o estabelecimento, faz o levantamento de tudo, e o cidadão vai para a cadeia? Ele respondeu que isso só existe nos Estados Unidos, que nem na Europa conseguem fazer um sistema semelhante. É originário dos Estados Unidos desde a sua criação, onde a determinação da seriedade e da obrigatoriedade do tributo fez com que a sociedade, no seu conjunto, considerasse que é uma questão de honra cada um pagar o seu tributo e que é um crime alguém não fazê-lo. Por isso, é aceito naquele país da mais absoluta independência que em relação ao fisco se faça o que não é possível se fazer em qualquer outro setor, mesmo no da repressão, da violência, do arbítrio.

No Brasil, a situação é polêmica sob os dois ângulos. Que o Brasil tem leis demais, tem; que o Brasil pega o pequeno contribuinte – são sessenta tributos –, é uma anarquia, a pessoa tem que contratar uma empresa só para lhe orientar nesse sentido, sim. Isso deveria ser infinitamente simplificado, a começar pelo que dizia o Deputado Ponte: três ou quatro tributos, não mais do que isso. E eu dizia ao Ponte que acabaríamos fechando inúmeros escritórios de contabilidade, inúmeros cursos de contabilidade e terminaríamos com os fiscais. Fariamos com que a fiscalização desaparecesse, porque, pelo que você está falando, tributos tipo imposto sobre o cheque, imposto sobre o álcool, bebidas alcólicas, sobre o combustível, todos são energia. São tributos cobrados onde sai a mercadoria. Não é preciso ir a nenhum bar para ver se a pessoa bebeu ou não; ir a nenhuma bomba de gasolina nem coisa nenhuma.

Eu disse a ele que isso desempregaria muitas pessoas. Acabaria com muitas profissões. Mas, na verdade, o Brasil não

quer isso. Estamos vendo agora que a reforma tributária não está saindo.

O meu querido amigo Rigotto, Presidente, fez um trabalho fantástico, fez um trabalho de candidato a presidente da República. No ano passado, foi aproximadamente seis vezes a cada estado. Visitou 20 municípios de cada estado para debater a reforma tributária. Ele jogava a própria alma dizendo que a reforma tributária iria sair. Agora ele está dizendo que não vai sair, que o Governo não quer que saia.

Então, dentro desse contexto, temos que analisar a questão no seu conjunto. A primeira pergunta que me faço é por que Código sobre Direitos e Garantias do Contribuinte. A pergunta que ele faz é a seguinte: E por que não direitos e responsabilidades do contribuinte? Há de se dizer: “Mas as responsabilidades já as tenho por vários lugares”. Se estamos fazendo um Código, vamos fazer um Código dos direitos e dos deveres. Vamos codificar esses direitos e esses deveres.

Quando o Secretário da Receita, o Everardo, esteve na Comissão dos Bancos, respondeu a uma pergunta dizendo que o Sistema Financeiro não paga imposto. As quatrocentas ou quinhentas maiores empresas brasileiras não pagam imposto. Quando foi abordar o problema de Foz do Iguaçu: “Não tem solução”. Quando foi abordar a questão do cigarro, da montanha de dinheiro que sai do contrabando do Paraguai para cá, chegou a dizer que ninguém vai lá para Foz do Iguaçu, que as pessoas se negam a ir para lá pelo medo de vida, e que, ao colocar o Exército, este fez uma tentativa e não voltou mais, porque o Exército não aceita mais participar daquilo. S. Ex^a parte, praticamente, para a idéia de que aquilo não tem solução.

Estamos vivendo uma situação em que vemos, de um lado – e inclusive e correto –, a loja trabalhando, pagando tributos e tal, e, na frente, os camelôs, onde se vê o contrabando que veio de fora, tudo importado – e importado sem pagar coisa

alguma. Então, compra-se televisão, radiozinho, ali no camelô, ali, na Rua da Praia, em Porto Alegre; na Avenida Paulista, em São Paulo, onde se quiser. Aqui, na Feira do Paraguai, em Brasília, você compra o que quiser, que é importado, não pagando nada, e você compra sem nota, sem coisa alguma. É uma situação tão anárquica que alguma coisa deve ser feita nesse sentido.

Quando o Maciel disse, eu lamentei porque, na hora, imaginávamos que, ainda que desse em nada a CPI do Sistema Financeiro — e parece que vai dar em nada mesmo —, só da vinda do Maciel e da proposta de que falava — em como poderia duplicar a receita, sem tributo a mais, só fazendo com que os que não pagam pagassem — alguma coisa sairia.

Lamentavelmente, na reforma tributária, nada e aqui, até agora, nada.

O SR. JORGE BORNHAUSEN — Agradeço, Senador Pedro Simon. Vou justificar por que pedi um aparte. Não foi, absolutamente, para interromper seu raciocínio. É que em função de um problema de ordem familiar, terei que me deslocar, em seguida, para São Paulo. Quero dizer que esse estudo foi feito por um grande constitucionalista e cinco tributaristas nele trabalharam. Evidentemente, temos consciência da sua constitucionalidade, mas também da necessidade do aprimoramento. Acho que o lugar oportuno para o debate, para ouvirmos as autoridades fiscais, para fazermos audiência pública é a Comissão de Assuntos Econômicos. Então, justifico esse desejo da aprovação do Código. Acho que é uma agenda positiva na vida do Congresso Nacional, porque estamos discutindo alguma coisa que vai aprimorar a cidadania.

Agradeço muito ao eminente Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço a gentileza do aparte e acredito, pelo que disse, que V. Ex^a concorda que essa é uma matéria que lá na Comissão de Economia tem de ficar o tempo necessário e fazer o estudo que deva ser feito.

Acredito que há um sentimento de que seja aprovado aqui, mas há um sentimento de que isso seja discutido na Comissão de Economia. Vou apresentar rapidamente algumas considerações só para que não pareça que o projeto foi aprovado aqui, e, sendo aprovado aqui, tenha o endosso pelo menos de todos os membros da Comissão.

Vejo o projeto com muita restrição, só que reconheço que essas restrições devam ser debatidas lá. Mas, para constar, faço a seguinte análise do estudo que foi feito sobre este projeto. Sob uma ótica global, estabelecer direitos e garantias para o contribuinte é salutar, na medida em que se logra maior transparência, maior segurança nas relações da administração tributária com seus administrados. É importante que o contribuinte tenha a tranqüilidade e a serenidade perante o cobrador de imposto para que ele tenha a serenidade necessária, para que não seja vítima do arbítrio, às vezes, da violência, e muitas vezes da injustiça. Sabemos de casos, V. Ex^a foi e eu fui, e tantos foram Governadores, que, à nossa revelia, às vezes, isso era cometido nos estados usando até como chantagem a questão de tributo entre companheiros ou adversários.

Entretanto, em se tratando de regras como o do presente projeto de lei, o nosso querido Presidente Jorge Bornhausen, que, na prática, estabelece uma série de prerrogativas individuais, poderá apresentar restrições ao exercício das atividades voltadas à garantia dos interesses coletivos, em benefício dos quais os tributos são instituídos e cobrados. Ao que paga tributo, todos os direitos. Ao direito que ele tem com relação ao poder que o Estado tem de lhe cobrar, todos os direitos. Mas quanto ao destino do contribuinte, isso também deve ser analisado.

Desse ponto de vista, seria mais adequado, a fim de garantir o equilíbrio entre interesses individuais e coletivos, que o projeto de lei também tratasse das obrigações dos contribuintes. Com efeito, embora a justificativa do projeto de lei pretenda que se estabeleça uma relação de igualdade jurídica com o fisco

e uma co-responsabilidade na arrecadação pública, o texto só se preocupa com os direitos dos contribuintes, não tocando, em momento algum, nos deveres dos contribuintes.

Em diversos artigos do projeto de lei, favorece até o provável mau contribuinte, proporcionando-lhe situações e argumentos que pode utilizar como subterfúgios e expedientes protelatórios, para eximir-se da obrigação tributária, seja na via judicial, seja perante a própria administração.

Exemplo. Art. 20, parágrafo único – Subordina a instituição e majoração de tributos a condições de extrema subjetividade, como capacidade contributiva equitativa, distribuição de carga tributária, generalidade e não confiscatoriedade.

Dado o elevado grau de formalismo do Direito Tributário, o subjetivismo se presta a infundáveis controvérsias, elevando o grau da incerteza e insegurança. Além do mais, a instituição e majoração de produtos já está sujeita às limitações constitucionais ao poder do tribunal (Constituição Federal, art. 150).

Outro exemplo. O art. 50 estabelece que somente a lei pode alterar condições que, de qualquer forma, onerem o contribuinte. Onerar de qualquer forma é simplesmente tudo, pois até pedir uma simples nova informação implica ônus para o informante, seja material, seja temporal. Exigir lei para tratar de temas meramente operacionais significa grave restrição ao exercício da administração tributária. Retirando-lhe a necessária celeridade e não sendo previsto em lei qualquer ato seu que o contribuinte entenda como oneroso, pode ser questionado na Justiça.

Outro exemplo. O art. 34 manda que a administração fazendária oriente a sua atuação de forma a impor o menor ônus possível aos contribuintes. Outra imprecisão e subjetivismo, de forma que permitirá a protelação e criação de obstáculos a procedimentos fiscais, buscando discutir o que representa o menor ônus possível.

Outro exemplo. Art. 35 – sujeita a utilização de técnicas presuntivas à publicação, com antecedência mínima de 30 dias, da norma regulamentadora, para que o contribuinte possa, se for o caso, impugnar sua aplicação. Cria mais uma dentre as diversas instâncias de reclamação e recursos, aumentando a oportunidade dos expedientes protelatórios que hoje já existem.

Art. 37 – estabelece a vedação à administração fazendária, dentre as quais reter documentação além do tempo estritamente necessário. É mais uma norma de conteúdo subjetivo, prestando-se ao questionamento protelatório.

Outro caso. Art. 34, § 4º – desonera os litigantes em ações coletivas de diversos encargos processuais exigidos nas ações comuns, estimulando dessa forma o ajuizamento desse tipo de ação cujo resultado, se pedido pelos autores coletivos, como acontece com as ações propostas pelo Ministério Público contra a CPMF, acarretar-lhes-á ônus adicional, significativo, decorrente da incidência do acréscimo legal e multas.

O Projeto institui verdadeiros privilégios para o contribuinte, o qual corresponde a reais prejuízos para a arrecadação tributária.

O art. 14 veda a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição do estabelecimento, a proibição de transacionar com órgãos, entidades públicas e instituições oficiais de crédito, etc.

O art. 16 estabelece uma série de restrições à desconconsideração da pessoa jurídica, da sociedade, dentre as quais que somente poderá ser efetuada por decisão judicial, acarretando injustificada limitação à ação da autoridade fiscal. Também restringe o alcance da desconconsideração à pessoa do sócio, o que significa desconhecer a realidade dos fatos, pois o comum é a adoção de artifícios mediante a utilização de interpostos a pessoas, os famosos “laranjas”. É comum que os sócios de fato não

o sejam de direito, o que torna a norma, lei restritiva do ponto de vista operacional, totalmente inócua para o combate à fraude.

Merece registro que a Secretaria da Receita Federal, por meio da Portaria SRF nº 1.265, de 22 de novembro de 1999, estabeleceu normas relativas ao planejamento das atividades fiscais e à execução do procedimento de fiscalização quanto aos impostos e contribuições por elas administrados, objetivando a garantia dos direitos dos contribuintes, muitos dos quais constantes no presente projeto e a transparência da ação fiscal sem, contudo, restringir sua execução, como faz o projeto de lei.

Isso é uma síntese que distribuirei a todos os membros, do estudo que, a meu pedido, pelo telefone, entregou-me o Secretário Nacional da Receita, Dr. Everardo Maciel. Enviei uma cópia do Projeto e S. S^a fez com muita urgência porque na última reunião, se não me engano, na quinta-feira, V. Ex^a marcou a reunião para hoje.

Entregarei uma cópia a todos os companheiros. Peço a gentileza de entregar. Levarei novamente ao Dr. Everardo Maciel essa cópia e o resultado desta Comissão, dizendo que agora terá mais tempo para se preparar para o debate e para a discussão na Comissão de Assuntos Econômicos.

Apenas chamei a atenção para essas questões porque, quem estava na CPI do Sistema Financeiro deve se lembrar da exposição de Everardo Maciel, quando argumentava que a grande questão do Fisco não era o problema de fazer a reforma tributária apenas, a evasão fiscal saía por subterfúgio, por interpretações do Judiciário, por vazios na lei e que economistas, técnicos e escritórios altamente especializados se aproveitavam disso para fazer o que acontece hoje, onde S. S^a reconhece que arrecadamos metade do que poderíamos arrecadar se as leis valessem.

Acredito ser da maior seriedade, da maior importância e do maior significado o Projeto do Senador Jorge Bornhausen.

Mas, para haver um debate realmente concreto, é importante que esse Projeto vá, como já está nas mãos da Receita, e se faça na Comissão de Assuntos Econômicos — poder-se-ia ter sido feito aqui, mas ficou-se apenas no aspecto jurídico da legalidade. É constitucional a tramitação do Projeto, mas fiz essas observações agora só para chamar a atenção, na hora oportuna, que é agora, quando estamos votando aqui e sob essa condição. Não estou dizendo que sobre o que li esteja integralmente favorável, pode ser que eu tenha dúvidas nesse sentido, mas recebi e li aqui, chamando a atenção para a importância de fazermos esse debate na comissão. É da maior importância? É, mas, com todo o carinho, parece-me que, afora o contribuinte, o que temos na verdade é uma evasão fantástica de receita que impede que este País avance mais.

Vencimentos de Parlamentares

Intervenção em reunião da Comissão de Constituição e Justiça em 29 de fevereiro.

Senhor Presidente, faço questão de fazer uma análise sobre a questão do vencimento dos Parlamentares. Quero salientar uma questão que me parece importante. Recebemos por mês R\$8 mil. É claro que falar sobre o vencimento dos Parlamentares quando é discutido se o salário mínimo deve ser aumentado em R\$15, R\$20 ou R\$30 é uma situação profundamente esdrúxula.

Um projeto de minha autoria, que está tramitando na Casa, determina que a diferença entre o maior e o menor salário deve ser de 20 vezes. O maior salário não pode ser mais do que 20 vezes o menor salário. E isso deve ser feito progressivamente, visando a um futuro como o da Alemanha, o da Itália, o dos países desenvolvidos, onde o menor salário proporciona uma vida digna ao cidadão.

Na Alemanha, por exemplo, o maior salário não pode ser maior que oito vezes o menor salário. O Presidente da Volkswagen ganha oito vezes o salário do lavador de banheiro da Volkswagen. É que o lavador de banheiro da Volkswagen ganha dois mil marcos e pode viver bem. Modestamente, mas com dignidade. É um bom salário. Enquanto que aqui, com R\$130,00, o cidadão vegeta, não compra nem uma cesta básica.

Mas, quando falo em 20 vezes esse salário há uma grita, perguntam-me: “Como é que um Senador vai viver com

R\$2.600,00?” Eu respondo: “Realmente, não pode viver com R\$2.600,00, mas você me pergunta como vive quem ganha o salário mínimo, que é R\$130,00?”

Dentro desse contexto, ontem houve um debate no Congresso Nacional, no Senado, em torno do auxílio-moradia concedido pelo Supremo Tribunal. Quando saí daqui, encontrei com alguns amigos que me disseram: “Mas vocês ainda estão nessa discussão enquanto as pessoas ganham um salário mínimo?” Realmente, torna-se uma situação difícil. E é dentro dessa situação difícil, já pedindo desculpas, que vou fazer a seguinte análise: nós ganhamos R\$8 mil por mês; a imprensa quando salienta, fala em R\$8 mil. Na verdade, recebemos R\$8 mil brutos; daí, temos que descontar o Imposto de Renda, que é cerca de R1,5 mil; o INSS, que é cerca de R\$138,00 – é o que eu pago – ou cerca de R\$900,00 – é o que paga quem quer contar o tempo –, e nós terminamos recebendo menos de R\$5 mil, R\$4,5 mil. Isso porque não sou do PT, se fosse teria que pagar ainda mais um 1/3 para o Partido; nós, do PMDB, somos mais modestos, pagamos cerca de R\$550,00 para o Partido. Então, recebemos cerca de R\$4,5 mil eu, e R\$3,5 mil meu querido Senador de Sergipe.

Então, essa lei que estamos votando, vou votar favoravelmente, não tem o que discutir. Voto favorável no sentido de que me atinge. No meu caso, pago R\$138,00 para o INSS; poderia pagar R\$1,3 mil e contaria esses oito anos que vou ser Senador como tempo de serviço prestado. Só que teria que descontar dos meus R\$4,5 mil, e terminaria ganhando menos de R\$3 mil. Então, optei por pagar os R\$130,00, que é obrigatório, é a contribuição mínima do INSS, e não os R\$1,3 mil que me dariam direito a contar os oito anos que vou ficar aqui no Senado. Então, estou no Senado sem poder pelo menos contar tempo de serviço – o que qualquer cidadão que trabalha tem direito – para a minha mulher, para os meus filhos quando eu falecer. Esses oito anos para mim não

contam nada. Poderia estar em casa. Não recebo – porque não quero – aposentadoria de Deputado, poderia recebê-la integral; não recebo – porque não quero – aposentadoria de Governador, poderia recebê-la integral. Mas aqui a questão é diferente. Acho que eu deveria ter o direito de contribuir para contar o tempo que estou trabalhando. Tenho oito anos de serviço e esses oito anos não vão contar nada, era melhor estar em casa sem fazer nada. Porque, na verdade, acho estranho a extinção do Instituto, o que terminou acontecendo. Ganhamos os R\$4,6 mil líquidos, mas se eu fosse contribuir com a Previdência – que agora temos que pagar completa, que era mais de R\$1 mil – iria receber R\$3 mil. Então, não posso pagar e não conto tempo.

Vou ficar aqui oito anos, se Deus me ajudar; espero ficar e espero que os senhores queiram que eu fique, porque, eu morrendo, cada um de vocês terão um desconto de R\$500. Pelo menos os senhores têm esse motivo para não quererem que eu “saia”, que é o que acontece mais conosco, e sem contar que ganhamos os R\$4,8 mil.

Morrendo alguém, somos descontados. Não vou morrer, Deus queira! Mas descontei muitos R\$500 por mês. Teve mês – e temos que agradecer ao Dr. Antonio Carlos porque – que morreram dois e o Presidente, pelo menos, mandou que se fizesse o desconto em meses diferentes. Não fez no mesmo mês, para não acarretar em R\$1 mil de desconto. Então, fez R\$500 num mês e R\$500 no outro mês.

Estou pensando nessa questão, Sr. Presidente. Nem levantando porque é uma questão pessoal, mas está errado. Errado nem discuto, mas é injusto. No meu caso, estou aqui por 8 anos, não vai contar o tempo de serviço. Tenho 16 anos de Senado, poderia ir para 24 anos, mas vou ficar só com 16 anos de Senado. E para os que estão vindo, que pensam, porque saiu na imprensa que o deputado e senador com 4 anos se aposenta, convém que se esclareça que não é isso. O senador para ter apo-

sentadoria tinha que ter direito a 32 anos. Fico com os meus 16 anos e os 8 anos não contam, porque se fosse pagar teria que pagar R\$1,2 mil e iria receber menos de R\$3 mil por mês.

Então, vejam como no meio dessa confusão toda, pela falta de clareza da exposição, de transparência dos números, existem casos que realmente terminam acontecendo isso. Quero apenas salienta esse aspecto para ver como as coisas são, tem essa complexidade.

Sei que com o Senador Fogaça acontece a mesma coisa, porque ele também não paga. Não conta tempo.

Para pagarmos hoje e contar tempo tem que descontar para o INSS cerca de R\$1,2 mil. E só vou ficar com R\$2,9 mil. O INSS é o mínimo, R\$120 e não conta tempo algum. É que os R\$120 não podem deixar de ser pago.

Continua contribuindo, mas tem que pagar R\$ 1,2 mil, é onde quero chegar. Se eu pagar R\$1,2 mil, vou receber no fim do mês R\$2,9 mil. Dá para entender? Eu não posso. Por isso, contribuo só com os R\$120 e não conta tempo. É isso que quero salienta. Fiquei dentro desse dilema.

Pensei, tenho um filho de cinco anos, a minha mulher, vou morrer, vou contar mais oito anos de serviço. Passo o sacrifício agora mas... Mas não tive condições. Mais de R\$1,2 mil reduziria o meu salário a R\$2,8 mil.

E eu não estou contribuindo, não vou ter o direito na frente, porque não tenho como pagar hoje. Apenas para mostrar como a vida é engraçada, dentro dos seus contextos. Poderia pagar, podia receber a pensão de governador, de deputado estadual a que tenho direito – já me incluí no teto –, mas creio que não devo receber. Acredito, com toda a sinceridade, que está faltando entendimento entre os grandes líderes do Senado, da Câmara e do Executivo. Penso que se quisessem equacionar o problema do teto, seria só uma questão de vontade, já que R\$12.800,00 é um belo teto. Agora, deve ser um teto para tudo.

Não pode ser um teto para o Senado e eu receber mais como governador, como deputado.

Outro colega poderia, além do teto de Senador, receber mais como procurador aposentado, o que poderia elevar esse valor para R\$30 mil ou R\$40 mil.

Sr. Presidente, estou tentando mostrar como as coisas têm que ter a clareza necessária. Estou nesta posição: não vou contar os oito anos que os colegas estão contando.

O Fogaça também não. Por quê? Porque não há dinheiro para pagar. Porque, em vez de receber o total, vou receber R\$2.800,00. E não posso viver com esse salário.

Ao lado disso, há a discussão de qual deve ser o teto. Essa situação tinha a obrigação de ser transparente, Sr. Presidente. E me parece que, se há algo correto, esse algo é a fixação de um teto. Chega a ser ridículo, vamos ganhar R\$12.800,00, o teto, que, comparado com o salário proposto pelo PFL, R\$170,00, equivale a 90 salários mínimos. E mesmo isso não estão querendo.

Penso que, ao lado da crítica que se faz ao Supremo – não quero discutir isso – a solução encontrada foi péssima. Não vamos esquecer – fui um dos que obstaculizou quando líder do Governo – o movimento para vender os apartamentos para os senadores e deputados novamente, o que já foi feito durante a Revolução de 1964. Em 1966, quando os deputados e senadores puderam comprar os apartamentos em que moravam, o Congresso construiu novos apartamentos. Houve, na época do Itamar, pessoas querendo vender os apartamentos. Sou contra. Penso que é normal que os congressistas que cheguem a Brasília tenham um espaço para morar. Não é possível compará-los aos Ministros do Supremo, porque estamos aqui temporariamente, não sabemos quanto tempo vamos ficar. Daqui a pouco tempo podemos ir embora, o povo nos manda embora. Então, penso que a manutenção dos

apartamentos funcionais para os congressistas é absolutamente normal. Vender é um absurdo.

No ano retrasado houve um movimento para que se vendessem os imóveis funcionais para os militares que moram no Setor Militar. Relatei a matéria, dei voto contrário, mas quase apanhei. Justifiquei o meu voto dizendo que as pessoas que moram lá estão ali transitoriamente e que quando se aposentam, novas pessoas virão. Se eles permanecerem, vão atrapalhar, porque estarão dentro do Setor Militar enquanto os novos militares, que irão trabalhar, terão que morar em outro lugar. Isso não os convenceu. Eu disse também que era contrário, porque, senão, estaria votando em causa própria. Como? Porque, se eu votasse favoravelmente, reconhecendo o direito que eles têm de ficar, amanhã vou ter que votar favoravelmente ao meu direito de ficar no apartamento que estou morando há 24 anos.

Os ministros do Supremo compraram os apartamentos em que moram, a um preço razoável. É um belo apartamento. Agora depois de comprar o apartamento, votar o auxílio-moradia é complicado. Mas os Ministros do Supremo têm razão quando dizem que está na hora de fixar o teto. E acho que está na hora. E, cá entre nós, o que está levando à confusão de fixar o teto é essa questão que na hora ninguém disse, e é isso que quero dizer aqui: alguém quer ganhar como governador, como ex-presidente, como ex-deputado estadual ou federal, como ex-procurador, como ex-juiz. Somando isso, dá bem mais do que os R\$12.800,00. Essa questão tem que ser esclarecida. Acredito que os R\$12.800,00 deveriam ser o total; a qualquer custo do Erário público, ganho isso. Mas, Sr. Presidente, no Brasil se confunde teto com básico. Teto é o máximo, mas no Brasil pensam que o máximo é o básico.

Trago à discussão esse debate para mostrar como as diferenças são grandes. De um lado, estou trabalhando, há oito anos, sem ter direito ao mínimo a que todo cidadão, até de salá-

rio-mínimo, tem direito, que é contar tempo de serviço. Em segundo lugar, não posso pagar aquilo que deveria porque não tenho condições de sobreviver. Vejam essa discussão cruel em torno do teto e em torno da fixação dos Ministros do Judiciário, enquanto não encontramos uma solução que nós parlamentares deveríamos dar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Denunciando teto salarial duplo

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 3 de março. Aparte do Senador Roberto Requião (PMDB – PR).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em Montevideu, aonde foi para a posse do novo Presidente da República Oriental do Uruguai, o Presidente Fernando Henrique reagiu ao relatório feito nos Estados Unidos e apresentado ao Congresso americano, que envolve algumas críticas ao Brasil no campo social, no campo do salário mínimo e no campo dos direitos humanos.

É interessante salientar essa tradição americana de, em seu Congresso, tradicionalmente, ser apresentada uma análise feita por órgãos de informação do Governo dos Estados Unidos sobre a situação de vários países: os mais interessantes e mais importantes, os países emergentes, aqueles que mais interessam àquela nação. É interessante essa preocupação dos Estados Unidos, e o Presidente Fernando Henrique, inclusive, estranha, perguntando o que os americanos têm que ver conosco e a razão de ser desse relatório.

A verdade é que ele sempre foi feito. É verdade que os Estados Unidos fazem o relatório à mercê do que lhes interessa, por exemplo, agora, eles falam em direitos humanos; eles dizem que o salário mínimo pago no Brasil é absolutamente insuficiente e que fere os direitos humanos; falam de crianças trabalhando de modo quase forçado no interior do Brasil, o que fere os direitos humanos.

Considero importante essa análise de órgãos informativos dos Estados Unidos. É verdade que durante o regime militar, durante a ditadura, quando morreu gente, esse Governo e esse Congresso deram apoio às ditaduras do Brasil, do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai. Não, não deram apoio, mas instigaram e deram força para que os golpes fossem praticados.

Quando João Goulart foi derrubado e quando se ensaiava um movimento de resistência contra o golpe que o depôs, a imprensa fez questão de salientar que *mariners* americanos estavam no mar territorial brasileiro. E ficaram claras as notícias. O Embaixador Lincoln Gordon, em suas memórias, fala que era iminente a possibilidade de intervenção dos *mariners*, caso o golpe que derrubou o Sr. João Goulart não fosse consolidado.

Então, sejamos claros: não é por nenhum valor ético e moral que os Estados Unidos fazem esse tipo de apreciação. É que eles, como policiais do mundo, como fiscalizadores do mundo, sentem-se na obrigação de ver como é que está, como vão as coisas por aí.

Aí, eu concordo com o Senhor Fernando Henrique Cardoso, nosso Presidente, pela irritação da sua resposta ao relatório. Mas se eu reconheço que não há profunda sinceridade nem preocupação dos congressistas americanos com os problemas sociais do Brasil, nem por isso devemos deixar de analisar os dados lá contidos. Para os nossos estudos, para as nossas interpretações, temos que analisar o que ali foi dito, o que ali foi falado sobre o Governo brasileiro. Sobre o Governo brasileiro? Não, sobre a situação da economia brasileira.

Dizem eles que um salário, pago no Brasil, de US\$70,00, R\$136,00, é insuficiente para sustentar uma família de quatro pessoas. Dizem que esse salário é profundamente injusto e fere os direitos humanos. Alguém tem dúvida

nesse sentido? Alguém tem alguma dúvida de que o salário mínimo brasileiro é profundamente cruel? E alguém tem dúvida de que, quando falamos em salário mínimo, ainda estamos falando, dentro da pobreza e da miséria, de um grupo que ainda tem personalidade, tem carteira de trabalho, tem certidão de nascimento, existe, produz e consome? E aqueles que não têm carteira, e aqueles que não têm trabalho? E aqueles que não têm emprego, e aqueles que não têm fonte de renda? E aqueles que são marginalizados e morrem de fome? O que dizer dessa gente?

Podemos reagir, e o nosso Presidente pode dizer que não é responsável por esses 500 anos de atraso – e realmente não é. Podemos reagir e nos irritar com a preocupação americana, que não é sincera; mas não podemos deixar de fazer o *mea culpa* de que, infelizmente, ela é real.

O Presidente Fernando Henrique irrita-se e diz algumas verdades que deveriam ser ditas permanentemente; e nós, Congresso Nacional, deveríamos agir de forma mais concreta em relação a isso.

Outro dia, o meu querido amigo Lauro Campos, Senador do PT de Brasília, disse que quando o Congresso americano sugeriu que o Banco Mundial e o Banco Internacional não deveriam emprestar dinheiro, mas doá-lo aos países pobres, o nosso bravo senador disse que preferia a decisão do Congresso americano à nossa, que não fazíamos nada. S. Ex^a tem razão. Magoado, o Presidente Fernando Henrique pergunta por que os países não fazem um relatório, sob o protecionismo dos mercados americanos ou europeus, para que não se abram as economias, para que se mantenha a situação tremendamente injusta aqui? Qual é a consequência de se impedir a venda de aço brasileiro no mercado americano? Qual é a consequência dos entraves enormes à entrada do suco de laranja nos Estados Unidos? Quais são as consequências da sobretaxa à importação de calçados brasileiros nos Estados Unidos?

Boa e correta a pergunta do Presidente Fernando Henrique, porque, quando se trata de os americanos protegerem os seus interesses, que se dane o mundo! Quando há uma intempérie que prejudique a colheita dos laranjais da Flórida, diminuindo a produção de suco de laranja nos Estados Unidos, vibram os brasileiros, porque é a grande chance que têm, pela lei da oferta e da procura, de aumentar a venda e o seu lucro.

Mas o Governo americano sobretaxa a importação do suco de laranja brasileiro para auxiliar os produtores frustrados dos laranjais dos Estados Unidos. E isso eles fazem com relação a todos os produtos que importam. Eles tabelam o preço, tabelam a sobretaxa, tabelam a quantidade, tabelam como querem!

Veja o nosso querido Presidente Fernando Henrique que o mercado global a que se referiu, no início do seu Governo, não é tão global assim. Lembra-se que os neoliberais, quando falavam que a queda do comunismo faria com que a economia liberal da livre iniciativa se traduziria no aumento da produção, e a adaptação dos mercados faria com que melhorasse a justiça social? Nada disso aconteceu nem nos Estados Unidos, onde é surpreendente o número de pessoas que chegam a passar fome.

Estamos vivendo uma cruel realidade. E, hoje, sexta-feira, de manhã, é véspera do feriadão de carnaval. Voltaremos a nos reunir não na quarta-feira de cinzas, mas na outra segunda-feira, depois do carnaval. Aliás, essa instituição do carnaval é importante, como o jogo do bicho; são instituições sérias neste País! Pelo menos no Rio Grande, os carnavais em clube praticamente desapareceram. O carnaval de rua e os desfiles são interessantes, mas o percentual de participantes é muito pequeno. Contudo, o respeito aos foliões faz com que este Congresso Nacional pare hoje e volte na segunda-feira, depois do carnaval.

Param os debates em torno de matérias importantes, como esta: os americanos dizem que o salário mínimo fere os direitos humanos e não dá para sustentar uma família. E estamos às vésperas de fixar o salário mínimo!

Sinto-me machucado quando ouço o debate que se está fazendo sobre a matéria. Creio que o assunto mereceria mais seriedade. Respeito, por exemplo, a decisão do Sr. Antonio Carlos Magalhães de fixar um salário mínimo de US\$100.00. “Ah, mas o PFL está querendo tomar posição, quer bancar o bacana!” Isso não me importa. O importante é que aproximadamente 100 deputados e cerca de 20 senadores estão dispostos a votar a matéria.

Estou acostumado a ver o meu amigo do Rio Grande do Sul, o Deputado Paulo Paim, defender a matéria. S. Ex^a é um fanatizado, um apaixonado, que sempre viveu em função desse assunto. Essa é a maior razão de ser do seu extraordinário e brilhante trabalho como parlamentar. Mesmo assim, não creio que ninguém seja dono da matéria.

Mas não estou gostando de ver o debate em torno de quem vai se sair bem em relação ao assunto. Não pode ser US\$100,00 porque o vitorioso seria o Sr. Antonio Carlos; então, vem o PSDB e apresenta uma proposta; vem o Governo, via PSDB, e apresenta outra proposta; vem PPS e diz: “se é para aumentar, vamos aumentar”; e apresenta uma proposta de US\$150.00; vem o PCdoB e apresenta outra proposta. Creio que não é por aí; perdoem-me, mas não é por aí! O mínimo que tínhamos a obrigação de fazer é dar o tom de seriedade que a matéria merece e respeitar a cruel situação de milhões de brasileiros.

Que triste, Sr. Presidente! Estou vibrando de satisfação. Aplaudo Antonio Carlos Magalhães porque antecipou o debate do salário mínimo. Eu o aplaudo porque ele fez coincidir o debate do salário mínimo com o debate dos magistrados, dos senadores, dos deputados, enfim, da burguesia funcional do Brasil. Vejam que bela coincidência!

Juro que não sei se ganhamos pouco. Claro que você, telespectador, que está assistindo à TV Senado, fecha os olhos. Se você tem chance de ver a NET, ótimo, porque a verdade é que a nossa TV só chega à casa dos que podem pagar; e quem pode pagar R\$50,00 para ter a NET está gastando meio salário mínimo. Portanto, na verdade, não conseguimos falar com o povão, porque R\$50,00 é um terço do que ele precisa para comprar o pão, o feijão e o arroz para comer.

Mas, cá entre nós, ontem, por exemplo, o Jornal Nacional fez uma análise da decisão.

E quais foram as conclusões? Em primeiro lugar, o teto. Acho que teto não é base, é teto. Quer dizer, deveriam ganhar mais o Presidente da República, o Presidente do Congresso, o Presidente da Câmara, o Presidente do Supremo, que ganhariam cem. Não significa que todos nós vamos para cem. Mas, aqui, estamos transformando o teto em base.

Ponto número dois: vamos fazer justiça ao Judiciário. Ele saiu mal dessa situação? Saiu mal. Saiu desgastado dessa situação? Saiu desgastado. Mas quero fazer justiça ao Judiciário: juiz é só juiz, vamos ser claros! Desembargador é só desembargador! O máximo que ele pode ser é professor universitário e sabemos que o vencimento de um professor é uma miséria. Agora, juiz não pode ter outro emprego, não pode ser aposentado, deputado, senador, governador, prefeito, não pode ter empresa, não pode ter fazenda ou estação de rádio ou televisão, não pode ter fábrica. Nem ele nem sua mulher o podem. Ele vive do salário de juiz.

Cá entre nós, no Poder Executivo e no Congresso Nacional não é assim. Em primeiro lugar, há os como eu, que não têm nada e há os competentes, que têm suas fábricas, indústrias, fazendas e propriedades. Sobre isso nada tenho a dizer. Não tenho nada o que falar, só quero constatar a realidade.

Por outro lado, há os que ganham duas, três e até quatro aposentadorias, porque foram governadores, foram deputados e se aposentaram, foram procuradores, promotores e hoje são parlamentares, mas se aposentaram no ocupação de origem. Conhecemos pessoas que têm até quatro aposentadorias. Conheço uma pessoa muito importante e que ocupou um cargo muito importante, que era o seu salário de parlamentar, era o terceiro. O maior vinha de um cargo ocupado em um órgão estadual. Conheço dois casos: um em uma Assembléia Legislativa e outro em um Tribunal de Justiça. E esses proventos são somados.

E o que decidiram ontem? Decidiram que há um teto, que não foi fixado nem em 12 nem em 10, mas em 11. Decidiram, também, que nós, parlamentares, e o Executivo podemos ter dois tetos. Nós ganhamos, como parlamentares, 11 e para as aposentadorias acumuladas o teto também é 11. Houve uma modificação importante, porque não havia teto algum. Um funcionário ganhava 17, por exemplo, como aposentado de um tribunal, ganhava 16 como aposentado de uma Assembléia Legislativa e, somando tudo, dava 25.

Hoje, esse valor baixou para 11, mas, na verdade, temos dois tetos: 11 mais 11 = 22. Os membros do Tribunal de Justiça têm um teto: 11. Não vamos encontrar um juiz, desembargador, Ministro do Supremo Tribunal ou de qualquer tribunal que ganhe outra coisa senão aqueles 11. Por outro lado, disse meu amigo Fernando Henrique, no Uruguai, que não vai fixar o aumento do salário mínimo em dólar, porque o brasileiro não gasta em dólar. Sua Excelência vai fixar o aumento do salário mínimo de acordo com o aumento da cesta básica. Quanto é que aumentou a cesta básica? É esse valor que será aumentado no salário mínimo.

Mas por que Sua Excelência não aumentou também o nosso salário baseado na cesta básica? Por que nós? Por que nosso aumento também não está ligado à cesta básica? Ai, as

peças devem estar rindo, até os parlamentares devem estar rindo de mim. Cesta básica não existe para parlamentar, nem para juiz, nem para Presidente da República, nem para membro do Poder Executivo, porque ganhamos muito mais do que isso. Nossas questões e as nossas responsabilidades são de outro estilo. Pode ser. Mas aí é que volto a dizer: acertou o ACM em colocar a discussão agora, porque estamos discutindo duas matérias.

Uma vez, mexeram com o hoje Governador, então Senador Esperidião Amim. S. Ex^a estava falando da tribuna e um Senador o agrediu dizendo: “V. Ex^a não pode fazer isso, V. Ex^a tem duas caras!”. E S. Ex^a respondeu: “Ora, meu Senador, se eu tivesse duas caras, eu viria aqui com esta cara sem cabelo, sem coisa alguma? Eu viria com a outra!” Mas, na verdade, estamos discutindo essa matéria com duas caras.

Sentamos aqui e discutimos o salário mínimo, e saímos, vamos para lá, voltamos e vamos discutir os nossos salários. Mas o Parlamento é um só, mas somos um só, o povo é um só, a gente é uma só, a sociedade é uma só, as exigências são uma só! E por que aqui não copiamos o exemplo dos países desenvolvidos? Não estou pregando o comunismo nem o socialismo, estou pregando a justiça social. Não estou dizendo que os homens são iguais e todos devem ganhar igual, como queriam a Rússia soviética ou a China de ontem! Estou dizendo que os homens nasceram desiguais, que uns vão ter mais e outros vão ter menos; uns vão prosperar, vão ter fazendas, residências espetaculares; outros vão ter muito pouco. Mas o que estou aqui a dizer é que em qualquer país desenvolvido há o mínimo a que qualquer um tem direito. Na Europa é assim. E não é que se diga que temos que mudar a legislação. Não há, no mundo, um país que tenha uma Constituição que garanta tanto isso como no Brasil!

A Constituição do Brasil diz: todo cidadão tem direito a trabalho e todo cidadão que trabalha tem direito a uma remuneração que dê para ele e a sua família a garantia dos gastos com alimentação, com saúde, com moradia, com lazer, com comida, com transporte. Está na Constituição. E nós estamos a invocar a Constituição, aqui e ali uma série de vezes! Será que existe um artigo mais importante que esse, para que precisássemos exigir cumprimento? No Brasil, milhões de pessoas recebem meio, um ou dois salários mínimos. Normalmente, não conseguem nem mesmo comer, quanto mais ter moradia, vestir, educar e manter a saúde. Mas, em um Congresso democrático, qual outra prioridade que deveríamos ter senão cumprir esse artigo da Constituição?

Sr. Presidente, é difícil chegar à Presidência da República. Mas, se eu chegasse lá, com toda a sinceridade, a minha prioridade número um seria a honestidade e o combate à impunidade. A começar pelo Presidente da República, este País haveria de ser sério, e lugar de ladrão seria a cadeia. A prioridade número dois seria resolver o problema da fome, da miséria e do desemprego. Esses são os problemas fundamentais. Não há outra coisa. Para mim, seria uma questão de honra. Nem que se fizesse um plano de estratégia nacional, no qual cada um seria co-responsável. Se um Senador ganhasse determinado valor, teria de ser responsável pela alimentação de algumas pessoas. A responsabilidade seria distribuída. Não sei como isso se daria, mas a resolução desses problemas seria prioridade absoluta. Mais uma vez o Sr. ACM elaborou um projeto para criar o Fundo da Fome e foi muito criticado. Eu fui a favor. Não sei qual o interesse do Sr. ACM, se pretende ou não ser candidato. Não me importa se ele nunca se preocupou com o pobre, mas na verdade, ele tem projeção e ocupa as manchetes.

A nossa querida Senadora Marina Silva, Líder do PT, propôs, então, a criação de uma Comissão Mista do Congresso, com a qual todos concordaram. Vivi momentos que me gratifi-

caram naquela Comissão, porque lá estavam o Aloizio Mercadante, os representantes do PCdoB, do PFL, do PMDB, todos formando uma unanimidade. Analisamos exemplos de combate à miséria dos Governos de Brasília, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, com várias teses apresentadas e aprovadas. Estávamos embalados, pensando que seria para valer, que daríamos o passo inicial.

Na hora de concluir o objetivo da Comissão, foi uma piada. Apresentaram um projeto fraco, de menos de R\$4 bilhões, para ser entregue ao Executivo. Apresentei uma emenda e vou lutar como um leão. Se votamos R\$40 bilhões, que são os 20%, para o Presidente fazer o que deseja, o Congresso tem de exigir que R\$10 bilhões – 6% dos 20% – sejam destinados ao fundo de pobreza, porque aí teríamos dinheiro. Teríamos R\$14 bilhões para decidir onde aplicar. Proponho um projeto concreto e real não de distribuição de alimentos, mas de criação de condições para que um número cada vez maior de cidadãos possa trabalhar para produzir, receber e consumir com o seu dinheiro. Mas, enquanto o projeto de combate à fome desapareceu das manchetes, estão querendo aprovar aqui – queira Deus que não – uma insignificância. Estamos aqui com essas duas grandes decisões. Há um grupo de parlamentares que tem dificuldade. Tenho pena do pessoal do PT, porque, além de tudo o mais que temos de pagar, eles ainda têm de dar a contribuição do Partido, que é três vezes maior que a do PMDB. Falam que um parlamentar ganha R\$8 mil. É verdade. O valor bruto é R\$8 mil, mas ganhamos R\$4,5 mil líquido. Desses R\$4,5 mil, nós, do PMDB tiramos R\$400 para o Partido e R\$100 para a Fundação Ulysses Guimarães.

A minha situação é tão delicada que sou Senador e poderia contribuir – já fui Senador por 16 anos, vou ser por mais oito – por 24 anos para que os meus filhos, quando eu morrer, recebessem sobre 24 anos. Não estou contribuindo. Eu teria de

pagar R\$1,2 mil. Ao invés de receber R\$4,5 mil, eu estaria recebendo R\$3,2 mil.

Sou um caso estranho. Não recebo outros proventos porque não quero. Não precisa haver lei para a questão. Eu poderia receber aposentadoria de deputado e de governador.

Não recebo. Nunca quis, porque, para mim, não precisa haver lei: a minha consciência me diz o que é certo. Mas, em compensação, estou pagando o preço do outro lado. Não posso nem contribuir durante esses oito anos para aumentar o valor da aposentadoria. Mesmo assim, ganharmos dobrado – dois tetos, o do Judiciário mais o outro teto – é uma questão delicada.

É realmente delicada essa questão do aumento do teto. Juro por Deus que morro de vergonha. Juro por Deus que tenho vergonha de discutir essa matéria.

Sr. Presidente, tenho um filho pequeno. Saio daqui, vou para casa. Encontro-o dormindo e sei que ele comeu, bebeu, que está bem. Porém, se eu não fosse político, nem parlamentar, mas um trabalhador que, ao chegar em casa, encontrasse o filho acordado, chorando de fome por não ter o que comer, vou ser muito sincero: eu desceria, iria à padaria, quebraria a vidraça e pegaria um pão para levar para casa. Não sei o que aconteceria comigo depois. Mas sou muito sincero para dizer isso: eu não ficaria com o meu filho nos braços chorando de fome sem ter o que comer. Isso acontece com milhões de pessoas.

Nós, parlamentares, teríamos de construir essa realidade. Não estamos dando prioridade ao que é prioritário. O mal do Brasil é não dar prioridade. Apresentei um projeto que está parado, que não anda. O meu projeto dispõe que o maior salário não pode ser 20 vezes maior do que o menor salário. Assim, se aprovado o projeto do Sr. ACM, que fixa o salário mínimo em US\$100, o maior salário não pode ser maior do

que US\$2 mil. Mas, infelizmente, esse projeto não anda. As pessoas me dizem: “Mas, Senador, isso é piada. O salário mínimo é de R\$140,00. Como é que um Senador vai viver com R\$2.800,00?” Respondo: “Mas, meu amigo, será que você não deveria perguntar como é que um cidadão vive com um salário mínimo de R\$140,00?”

Repito, pela décima vez, desta tribuna: na Alemanha, o maior salário não pode ser maior do que oito vezes o menor salário. Estou propondo que o valor do maior salário não seja maior do que 20 vezes o menor, porque acho que não podemos chegar lá. Nós, de repente, não podemos fazer isso, mas temos que chegar lá. Temos de determinar que não haja aumento algum, a não ser para o salário mínimo. Aumentando-se o salário mínimo, aumentamos o nosso, mesmo que seja numa proporção maior do que para nós, para, daqui há 10 anos ou 15 anos, diminuir-se a diferença. Agora, reparem: se a diferença entre o valor do nosso salário e o do salário mínimo já é fantástica, o aumento de R\$3 mil dado aos juizes, só esse aumento, significaria vinte vezes mais em relação ao salário mínimo? A proposta feita ontem estabelece o teto de R\$11,5 mil. O senador ou o deputado que receber esse teto poderá ainda receber por fora mais R\$11,5 mil, ou seja, receberá 180 vezes mais do que o valor do salário mínimo. Na Alemanha, o maior salário não pode ser maior do que oito vezes o menor salário. Isso acontece lá.

Sr. Presidente, V. Ex^a e eu já viemos para a tribuna defender o aumento do salário mínimo. E, na hora de olhar para o outro lado, viemos com a outra cara, com a nossa cara. Se não tivermos coragem de analisar isso. Os americanos e os europeus têm razão na crítica que fazem. É cruelmente injusta a diferença entre os que ganham muito e os que não ganham nada.

Quando organizávamos o Governo do Presidente Tancredo Neves, que depois não pôde assumir, tivemos a hon-

ra de receber Celso Furtado, que veio da França para ser Ministro. Reuníamo-nos com o Celso Furtado e ele nos contava como era a vida dele em Paris. Ele nos dizia: “Eu era um privilegiado, eu e a minha mulher. Eu lecionava em duas universidades: a de Sorbonne e a Universidade de Paris. A minha mulher lecionava na Universidade de Paris. Tínhamos um apartamento de dois quartos e um carrinho; ela me levava à universidade, porque só lecionava um turno. Eu terminava de lecionar numa universidade, ia para a outra de metrô, e ela ia me pegar no final do meu turno para sairmos. Veraneio? Íamos à Espanha, porque era mais barato. Aquelas praias espetaculares da Riviera Francesa são para gente rica; a classe média francesa não as conhece. A classe média francesa – dizia o Professor Celso Furtado – vive um padrão equivalente ao do pobre aqui no Brasil. Eles têm a casa deles, vivem a vida deles, mas não conhecem o luxo, as vantagens existentes aqui no Brasil. A classe média baixa está ficando pobre. Vemos, no Rio de Janeiro, os pobres indo morar nas favelas dos morros, enquanto que os antigos moradores dos morros estão indo para debaixo da ponte. Isso acontece com a classe média baixa. Na maioria das vezes, a classe média alta do Brasil, principalmente quando é constituída de novos ricos, que vivem em grandes palacetes, inclusive aqui em Brasília. Eles possuem grandes residências na praia, grandes carros; têm um padrão de vida equivalente ao de classe alta européia.

Sr. Presidente, enquanto não determinarmos esse valor, vamos marchar exatamente para isso. Segundo o padrão alemão, o maior salário não pode ser maior do que oito vezes o menor salário. Quando ocorrer isso, vamos cortar. Vamos cortar as nossas passagens aéreas, mas vamos dar comida para os que têm fome.

Sr. Presidente, Senador Ademir Andrade, V. Ex^a, que é um socialista, mais do que eu que sou apenas um humanista,

há de convir que, enquanto não estabelecermos essa regra, tudo o que estamos fazendo é falácia. Não estamos tocando no ponto fundamental. As pessoas estão morrendo de fome, e estamos aqui falando bonito, apresentando projetos, fazendo um belo trabalho, mas não estamos tendo coragem de tocar no essencial.

O Senador Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, eu estava aqui a recordar os debates na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre essa sua proposta de limitação salarial, que estabelece uma relação fixa entre o mais alto e o mais baixo salário. Recordo que trouxe, naquela ocasião, como argumento a favor de sua proposta, a ação que realizei quando Governador do Estado do Paraná. No Paraná, nenhum salário era dezessete vezes maior que o menor salário. E o menor jamais era dezessete vezes menor do que o maior salário. E isso funcionou muito bem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Funcionou, quer dizer que não funciona mais?

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Não funciona mais. Depois que o novo governador assumiu, virou uma verdadeira anarquia. Mas, enquanto V. Ex^a ocupa a tribuna para reforçar essas idéias, eu me pergunto, junto com V. Ex^a, onde está esse projeto? Em que gaveta foi parar? Por que nunca mais ouvimos falar dele? Talvez esteja junto com aquele meu projeto para impedir o contrabando do cigarro, que foi arquivado por não ter sido colocado em pauta. Eu o rerepresentei; no entanto, continua parado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas parece que, depois de uma conversa que tive, publicamente, com o Senador José Agripino, as coisas vão melhorar; talvez melhorem para o seu projeto tam-

bém. Mas, Senador Pedro Simon, eu queria introduzir no tema do seu discurso esta imoralidade, esta brincadeira cometida, ontem, pelos Chefes dos Poderes: a fixação de um teto salarial, com a permissão de acumulação de aposentadoria, no valor de R\$23,5 mil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Para nós, porque, para o Tribunal de Justiça, são R\$11,5 mil.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – O valor de R\$11,5 mil, mais algo em torno de R\$1,9 mil, para quem trabalha no Tribunal Superior Eleitoral, e mais o auxílio-moradia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não.

Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – O auxílio-moradia não caiu ainda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vai cair, está dentro do teto.

Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – É uma esperança que V. Ex^a tem no julgamento da liminar do Ministro Nelson Jobim. Mas, por enquanto, está vigendo e é avidamente esperado por toda a categoria dos juizes, porque agora eles são tratados como categoria – não é mais o Poder Judiciário, com a sua independência, com a nobreza de suas funções, é a categoria mobilizada para fazer greve. Vimos, na reunião dos presidentes dos três poderes, na minha opinião, uma ação tão ou mais imoral do que o auxílio-moradia. Acertaram a acumulação de aposentadoria, que é prerrogativa de uma meia dúzia de marajás privilegiados do Poder Legislativo. É vergonhosa a atitude e espero que, no Congresso Nacional, essa medida seja derubada. Que se estabeleça o teto. Aliás, Senador, na minha opinião, deveríamos ter congelado o salário dos juizes e dos parlamentares até que o salário mínimo pudesse chegar num determinado patamar, fosse ele os quatrocentos e trinta e poucos reais do salário mínimo histórico, corrigido para a situação

de hoje, ou, como quer o Dieese, R\$900 reais. Só poderíamos falar em aumento depois que o salário mínimo no Brasil chegasse a um patamar que viabilizasse a sobrevivência dos trabalhadores. Foi uma vergonha a reunião do Presidente da República com os Chefes dos Poderes. Não tem cabimento algum que esses privilégios sejam estabelecidos dessa forma. O caminho seria o congelamento, um choque de realidade social. Como os juízes podem julgar, se eles vivem num mundo que não é o do conjunto da população? Como os parlamentares podem legislar ganhando vinte e três mil e poucos reais? Isso significa quase duzentas vezes um salário mínimo brasileiro. Não tem o menor cabimento. Estou envergonhado com a atitude do Legislativo, do Judiciário e do Executivo brasileiros.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Diria que V. Ex^a fez realmente o que disse no Governo do Paraná. V. Ex^a imitou, melhorando, o que fiz no Governo do Rio Grande do Sul quatro anos antes. Também mandei um projeto. Eu queria que o maior não pudesse ser mais do que quinze vezes o menor. Eu não tinha maioria na Assembléia para conseguir aprovar. A Assembléia o elevou para vinte e eu concordei. Votamos vinte. Agora, os vinte do meu governo hoje são o inicial, é o básico. Quer dizer, os vinte da minha lei, como a de V. Ex^a, Senador Roberto Requião, era o total; agora vinte é o básico. Pode-se ganhar o que quiser, porque o básico é vinte vezes o menor salário e, somando-se outras vantagens, ganha-se o dobro do que ganhamos.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, isso sem considerarmos ainda o artifício das organizações sociais autônomas, que admitem o pagamento dos famosos salários de mercado. No Paraná, estamos vendo isso com muita frequência. Até o fundo de aposentadoria dos funcionários constituiu-se numa organização social sem limite salarial. De repente, aparecem salários de R\$20 mil, R\$25 mil, que fogem a qualquer limitação e a qualquer teto estabelecido

para o Poder Público, embora essas organizações sociais autônomas sejam alimentadas, na sua totalidade, com recursos públicos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Análise das CPI Brasileiras

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 16 de março. Apartes: Sebastião Rocha (PDT – AP), Amir Lando (PMDB – RO), Lauro Campos (PT – DF), Maguito Vilela (PMDB – GO), Roberto Requião (PMDB – PR) e Casildo Maldaner (PMDB – SC).

O

SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde segunda-feira tenho tentado falar, mas não tenho tido a felicidade de conseguir espaço.

Falo, inicialmente, a respeito do pronunciamento da ex-primeira dama de São Paulo, Sr^a Pitta, que chamou a atenção do Brasil inteiro. Não há dúvida de que se trata de um pronunciamento que lembrou muito o feito pelo Sr. Pedro Collor, o qual causou grande impacto na Nação.

O irmão do então Presidente da República, numa entrevista à revista *Veja*, fez uma série de acusações ao governo do seu irmão; de um modo especial, chamou a atenção para a figura do Sr. PC Farias e do papel que representava na coordenação da corrupção, desde a campanha até o governo do Sr. Collor.

Na ocasião, o Senador Eduardo Suplicy tentou colher assinaturas para criar uma CPI em torno das declarações do Sr. Pedro Collor. Ele não as estava conseguindo. A própria mãe de Pedro Collor soltou uma nota dizendo que o seu filho estava com uma doença mental – na verdade, viu-se depois que ele estava com câncer no cérebro – e não estava no pleno domínio do seu juízo. Tanto que o Sr. Pedro Collor exigiu ser submetido a

um exame para apurar a sua capacidade mental. Ficou provado, então, que ele estava absolutamente no domínio das suas faculdades mentais. Entrei na jogada. Havia praticamente unanimidade contra a criação da CPI. Lembro-me de que o próprio Dr. Ulysses Guimarães era contrário a ela, assim como a esmagadora maioria dos parlamentares. O Dr. Ulysses e outros procuraram-me dizendo: “Simon, você está fazendo uma loucura apoiando isso! Logo você, um gaúcho!”

Foi criando uma CPI dessa natureza que terminaram cassando o mandato, ou melhor dizendo, levando o Dr. Getúlio Vargas ao suicídio. Foi criando uma CPI desse tipo que se derrubou, por um golpe militar, o Sr. João Goulart. “Essa é uma questão muito delicada, Simon. Não entre nisso”.

Eu discordei e apoiei o Senador Eduardo Suplicy. Naquela altura, pela posição que ocupava, consegui as assinaturas necessárias à criação da CPI, promovendo debate com a opinião pública e com as próprias lideranças políticas do Congresso. Aquela CPI nasceu das declarações de um cidadão considerado louco, embora não o fosse, levado pela mágoa, pelo ressentimento não sei por quê. Na verdade, era um irmão que falava do outro irmão. Mas, na verdade, ficamos com o conteúdo das afirmativas. Por meio deste conteúdo, verificou-se que o Sr. Pedro Collor tinha a mais absoluta razão e que o Sr. PC Farias era absolutamente o coordenador da corrupção que havia sido iniciada já na campanha eleitoral.

Por isso, há um projeto meu – e penso ser a hora de ele ser votado – que pretende estabelecer que as campanhas eleitorais só podem ser feitas com dinheiro público, como na Alemanha. Está provado que toda corrupção começa na campanha eleitoral, oportunidade em que pessoas importantes dão dinheiro para as campanhas, mas não o fazem por amor, e sim porque, depois, vão receber respostas, favores em compensação.

Foi isso o que se viu na CPI. Toda a corrupção do Governo do Sr. Fernando Collor se iniciou na campanha política, quando o Sr. PC Farias procurava os empresários – e, às vezes, colocando uma faca no peito deles –, querendo auxílio, para, depois de eleito o Sr. Fernando Collor, darem-se compensações.

Saiu a CPI, vencendo todas as resistências. Não nos preocupamos com as razões do Sr. Pedro Collor, com as mágoas e os ressentimentos que tinha para com seu irmão. Isso não nos preocupou. O que nos preocupou foi o conteúdo das acusações.

Passa-se o tempo e vem a Sr^a Nicéa Pitta, não na revista *Veja*, mas na TV Globo, numa atitude inédita, eis que, de repente, ocupava um dos melhores espaços daquela emissora, diga-se de passagem, um dos poucos que às vezes permito que o meu filho Pedrinho, de cinco anos, assista, qual seja, o Globo Repórter – e dessa vez não permiti. Assim, de repente, não mais que de repente, a Rede Globo, no programa Globo Repórter, entrevista a Sr^a Pitta.

E se disse que a Sr^a Pitta estaria revoltada porque apareceram na imprensa notícias de que o seu marido estava com uma loira muito bonita em Paris. Pode ser! E se disse que a Sr^a Pitta estaria revoltada porque o Sr. Prefeito entrou com um pedido de separação judicial contra ela. Pode ser! E se disse que a Sr^a Pitta não teria autoridade moral porque esteve envolvida na questão das galinhas, nas irregularidades observadas no fornecimento da merenda escolar. Pode ser! Mas não é isso que está em jogo.

Está dito na Bíblia, no Eclesiastes, que há um momento para tudo. Querem processar, querem envolver a Sr^a Pitta? Façam o que bem entenderem. Mas o que está em jogo aqui são as decisões; são as afirmativas feitas pela Sr^a Pitta. E me parece que, até agora, nem nesta Casa, nem na Câmara, em lugar algum, haja alguém preocupado com as afirmativas da Sr^a Pitta. E estas são sérias.

Ela estava envolvida? Não sei nem quero saber. O que sei é que ela era a esposa e estava junto, colaborou e estava presente. Se só está falando agora porque brigou com o marido, não me interessa. O que me interessa é o que ela disse. E aqui me parece, com toda a sinceridade, que quem agiu certo foi a Polícia Federal, melhor dizendo, a Promotoria, que chamou a Sr^a Pitta para prestar depoimento. E ela o prestou. O que vamos fazer aqui não sei. Se vai ser criada uma nova CPI dos Precatórios, também não sei.

Creio que o Senador Roberto Requião colocou, com muita felicidade, a questão de que os precatórios foram discutidos à exaustão. O problema está no que se fez com as decisões daquela CPI. O Senador Roberto Requião foi exageradamente duro naquela ocasião. Governadores, prefeitos, secretários, diretores de grandes bancos, uma série de entidades foram envolvidas. Onde é que estão as denúncias da CPI? O que foi feito delas?

Aliás, Sr. Presidente, eu gostaria de interpretar aqui o que a imprensa, de certa maneira, tem feito na tentativa de ridicularizar o Congresso Nacional. Há um movimento que aponta na direção de que, para tudo o que se quer fazer, fala-se na criação de uma CPI. Então, os jornais dizem que há um exagero de CPI e que todas elas terminam em *pizza*. Começam brilhantes, com o Senador Roberto Requião como vedete, o Brasil inteiro acompanhando; e, quando termina, não acontece mais nada, o que também é verdade.

Agora, quero analisar a questão sob dois ângulos, que me parecem ainda não ter sido analisados. Por que no Brasil, quando vem à tona qualquer escândalo, fica-se na expectativa da criação de uma CPI? Por que o Sr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, diz que vibra quando vê no jornal o início do funcionamento de uma CPI? Ora, S. S^a diz que vibra porque é a única oportunidade que tem a Receita Federal de tomar conhecimento das falcatruas que acontecem, já que, via Banco

Central, não se consegue nada; via Tribunal de Contas, não se consegue nada; via Justiça, não se consegue nada. Só se consegue ver contas abertas e tomar conhecimento do que acontece quando há uma CPI.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Pedro Simon, eu gostaria de apartear V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Senador Pedro Simon, eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentá-lo por, mais uma vez, trazer à tribuna desta Casa tema de tão grande importância. Quando do pronunciamento do Senador Roberto Requião, ontem, oportunidade em que pude apartear-lo — e aproveito para esclarecer que fiz questão, também, de ressaltar a firmeza, a contundência, a competência com que o S. Ex^a se desincumbiu do trabalho à frente de tão importante relatoria — também frisei que o Senado votou de forma também precisa, correta. Então, não paira nenhuma dúvida sobre o resultado dos trabalhos da CPI — fiz questão de frisar isso e gostaria, novamente, de ressaltar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pediria que V. Ex^a não me desviasse do assunto. Não estou discutindo a questão, por favor.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Eu apenas fiz essa introdução para dizer a V. Ex^a que já tenho em mãos a cópia da proposta de requerimento de instalação da CPI na Câmara dos Deputados, exatamente em cima do que V. Ex^a coloca. O que está sendo proposto na Câmara é que seja constituída uma CPI com a finalidade de investigar os fatos contidos nas denúncias da Sr^a Nicéa Pitta, capazes de configurar delitos penais na utilização de recursos públicos. Não se está propondo investigar precisamente os precatórios, retomar as investigações sobre os precatórios. Então, eu queria apoiar o pronunciamento de V. Ex^a, que me parece ser nesta direção, pelo que pude acompa-

nhar, e dizer que nós, do Bloco, também estamos tomando a iniciativa de apresentar um requerimento com o mesmo teor, para que essa CPI, se constituída, possa ser mista, podendo, assim, contribuir para elucidar essas denúncias apresentadas pela Sr^a Nicéa Pitta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu até teria a petulância de pedir a V. Ex^a que colocasse as “graves declarações”, as “graves denúncias” da Sr^a Pitta. Penso que pode.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Exatamente. Só para concluir, Senador Pedro Simon, quero dizer que já houve, no Congresso Nacional, duas CPI que foram criadas com requerimentos similares a este: as denúncias do Pedro Collor contra o PC Farias e as do José Carlos Alves dos Santos – Requerimento nº 151/93. São fatos determinados. O que a Câmara deseja apurar, com o apoio já declarado do Bloco aqui no Senado, é exatamente os fatos contidos nas denúncias da Sr^a Nicéa Pitta. Se algum desses fatos se refere a ocorrências que vieram após a conclusão da CPI dos Precatórios, que se investigue também isso. Mas nada de reabrir aquilo que já foi tão bem explorado, tão bem investigado pelo Senado, que foi a questão dos precatórios.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acho que investigar as declarações da Sr^a Pitta é importante, porque ela fala em assuntos muito graves, muito sérios, envolvendo questões da maior profundidade. Creio que existe a obrigatoriedade de investigar. Não sei em que ponto entra a Câmara de Vereadores; afinal, a Sr^a Pitta diz que a imensa maioria dos vereadores está envolvida na questão e menciona fatos concretos. Mulher ferida e, também, homem ferido – não vamos deixar de reconhecer – às vezes denunciam fatos sérios, graves, que devem ser apurados.

Lamentavelmente, só se fala em CPI. A CPI do Narcotráfico está fazendo um trabalho fantástico. Não entendo por que tem de ser a CPI do Narcotráfico. Não entendo porque a

Polícia Federal, a Procuradoria Geral da República e a Justiça não fazem nada nesse sentido.

No Rio Grande do Sul, já está na cadeia por sonegação o oitavo grande empresário. A Polícia Federal, a Procuradoria e a Justiça, em operação conjunta, criaram uma fórmula de trabalho e analisaram os dados, os números, e até uma pessoa que considero de bem, por quem tenho o maior respeito, senhor proprietário de uma grande empresa de calçado, acabou preso por sonegação.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Com todo o respeito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo o respeito. Ontem, foi preso por sonegação um outro cidadão empresário muito ilustre e importante. Essa é uma demonstração de que, quando se quer, se faz.

Por que, de repente, a CPI do Narcotráfico foi ao Paraná e, 24 horas depois, caiu o Chefe da Polícia Civil? Precisava a CPI do Narcotráfico ir ao Paraná para que isso acontecesse? A CPI do Narcotráfico foi a Alagoas. Foi também ao Maranhão e mudou a situação daquele Estado. Começaram a aparecer dados e cassaram um parlamentar.

Eu trouxe duas vezes ao Brasil os juízes e promotores da Operação Mãos Limpas na Itália, que aqui ficaram uma semana. Estivemos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e fizemos um grande debate no Auditório Petrônio Portela, quando eles mostraram como funcionou a operação na Itália e como centenas de parlamentares, empresários, juízes foram para a cadeia. Ministros deixaram de ser ministros e foram presos, e milhões e milhões de dólares voltaram.

Na Itália, promotor e juiz seguem a mesma carreira, diferentemente do Brasil, onde há curso para promotor e outro para juiz. O cidadão pode ser juiz durante três anos e, durante outros três anos, promotor. A promotoria funciona no comando

do processo. Não tem inquérito policial, como no Brasil, que é uma anarquia que faz com que as coisas não andem.

Houve a recíproca. Lá pelas tantas, os acusados passaram a acusar os procuradores. Em alguns casos, provaram que era verdade e também foram condenados. Em outros, sofreram ameaça de vida e tiveram que ser protegidos. Milhares e milhares de pessoas foram para a cadeia.

Agora, no Brasil, é só a CPI que funciona. A CPI do *Impeachment* cassou um Presidente. O que a Justiça fez depois? O procurador enviou um inquérito falhudo ao Supremo Tribunal Federal, que poderia tê-lo devolvido, puxando as orelhas da Procuradoria, pedindo mais provas. Em vez de fazer isso, absolveu por falta de provas. Fizemos um inquérito cassando dez parlamentares. Até agora não existe inquérito andando contra absolutamente ninguém. O processo da CPI dos Precatórios denunciou governadores, prefeitos, secretários, bancos, uma enormidade de pessoas e não aconteceu absolutamente nada. Assim, surge uma conclusão lógica: para a opinião pública, CPI termina em *pizza*, o que não é verdade. É uma tremenda injustiça que a imprensa tinha a obrigação de esclarecer.

Meu querido amigo, por quem tenho um respeito enorme e considero um grande jornalista, Boris Casoy, volta e meia diz que vai terminar em *pizza*. Em mais de uma oportunidade, eu disse no programa dele: meu amigo Casoy, você tem que entender que CPI nem pode concluir por apresentar denúncia contra ninguém, quanto mais colocar na cadeia. Pode cassar o mandato do Presidente? Pode. Pode cassar o mandato do parlamentar? Pode. Mas não pode mexer no governador, no cidadão ou no dono do banco; não pode fazer nada. A CPI conclui como fez o Senador Roberto Requião: “Conclusão: Manda-se ao promotor o governador fulano de tal, o prefeito fulano de tal, incursos no crime de responsabilidade tal”, e o promotor recebe. Cabe ao promotor fazer duas coisas. Ele pode despachar dizendo: não aceito; arquite-se porque não tem nada; o Senador Requião diz

uma série de bobagens e não prova nada. É um direito dele. Ou, então, ele pode denunciar: denuncio por crime os senhores fulano, fulano e sicrano. O que não pode é deixar por anos na gaveta a conclusão da CPI.

A opinião pública diz que CPI dá em *pizza* porque, no momento em que o Senador Requião diz que fulano de tal e os deputados tais são culpados, no momento em que nós dizemos que o banco tal é culpado, imagina que esse cidadão tem que ir para cadeia no dia seguinte. Se não vai para a cadeia, é porque nós não fizemos nada. Mas nós não fizemos nada porque nós não podemos fazer nada. Isso é muito sério.

Então, está aí a CPI do Narcotráfico. Está aí uma CPI fazendo um trabalho espetacular dos medicamentos, provando o aumento brutal, estúpido dos medicamentos. E aqui quero fazer justiça ao Ministro Serra, que topa essa luta. Pessoalmente, o Serra disse-me uma coisa que eu nunca soube. Eu nunca soube que não há medicamento nenhum cuja matéria-prima custe mais do que 10% do produto final. Não há medicamento cuja matéria-prima custe mais do que 10% do produto final! Então, quando as multinacionais, esses grandes laboratórios, aumentam duas, três vezes o preço, argumentando que aumentou o produto original, a matéria-prima importada, é mentira. Porque a matéria-prima poderia aumentar 10%, e não 50%.

Vou dizer uma coisa muito séria aqui: o Governo Federal do Sr. Fernando Henrique e o Sistema Judiciário praticamente nos reduzem a zero. O Fernando Henrique só governa por medida provisória, escandalosamente por medida provisória. Em primeiro lugar, um crime cometido pelo Supremo, que permitiu a reedição. Quem lê o texto da Constituição vai ver que ali não fala e nem dá a entender em nenhuma vírgula a possibilidade de reedição. O parágrafo único diz: “Passados trinta dias e não sendo aprovada, cessará seu efeito”. De onde o Supremo Tribunal foi tirar a possibilidade de reedição? Não sei, mas este é culpado do que há de pior. Na ditadura eram publicados decre-

tos-leis. Agora, temos uma medida provisória reeditada setenta vezes. A cada vez que uma medida é reeditada, fazem mudanças. Por fim, o Governo diz, com orgulho, que o Presidente Fernando Henrique foi quem menos publicou medidas provisórias. É verdade, vai reeditando. Considero um escândalo que em meio a medida provisória enxertem outra que nada tem nada a ver. Ficou célebre o caso em que Sua Excelência baixou uma medida provisória de trinta e dois artigos que, até o art. 31, versava sobre a Previdência Social. O Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado, negou-se a colocar em votação um projeto de lei, aprovado na Câmara, que prorrogava os incentivos fiscais para a indústria de informática do Estado de São Paulo. Disse o Senador Antonio Carlos que o projeto chegou aqui numa quinta-feira e ele não iria colocar em votação na sexta-feira, quando terminava o prazo. O Governo Federal não teve nenhuma dúvida, baixou uma medida provisória. Aquela medida com 31 artigos e que tratava da questão social. O art. 32 diz que são prorrogados os termos das leis tais e tais. Inclusive fez um escândalo. Só vim à tribuna denunciar porque alguém, assistindo a TV Senado, me telefonou e disse que estavam prorrogando, por medida provisória, a Lei da Informática. Mandei minha assessoria verificar que artigo era aquele e realmente dizia da prorrogação da Lei da Informática.

Quem lesse como eu li a medida provisória, entenderia que aquele artigo tinha a ver com o problema da assistência social que estava em discussão. E isso está em vigor. O Supremo baixa as liminares, mas depois não faz mais nada, não toma decisão, faz com que este Congresso tenha pouca atividade. Mas este Congresso, na minha opinião, nessa hora em que a corrupção e a impunidade aparecem como o que há de mais sério no País, é o que está desenvolvendo melhor o seu papel. É este Congresso Nacional. Às vezes não faz como devia. Criada a CPI do *Impeachment*, foi um impacto. Democraticamente, neste Plenário, cassamos o mandato do Presidente. Vieram as denúncias

envolvendo deputados federais, senadores e a corrupção do Orçamento. Nessa época, o Presidente era Itamar Franco e eu era o Líder do Governo. Foi uma guerra, imaginem V. Ex^{as}, que envolvia parlamentares contra criar a CPI. Diziam que parasse com essa história, já havíamos feito a CPI e afastado o Presidente, deveríamos trabalhar. Para mim foi uma questão de honra: só ficaria na Liderança se a CPI fosse criada. O então Presidente Itamar Franco, desde o início, liberou que fosse criada, e foi criada a CPI dos Anões do Orçamento, que apurou a corrupção. Na CPI do *Impeachment* foi apurada a corrupção no Planalto, no Executivo; na CPI do Orçamento, a corrupção no Congresso. Mas ficou provado, tanto numa quanto na outra, que onde há corrupto há corruptor. Desde quando se acusou Getúlio Vargas, no episódio do chamado mar de lama, fala-se em corrupção. A figura dos corruptos mudou uma infinidade. Seguidamente, deputados, ministros, secretários e governadores são acusados de corrupção. Às vezes é verdade, às vezes é mentira, mas tudo cai logo no ostracismo. Agora, quem são os corruptores? Temos casos de entidades que são citadas desde 1954. Em 54 eram fulanos os corruptores; em 64 eram fulanos os corruptores; durante todo o regime militar lá estavam os mesmos fulanos, que eram os corruptores; na CPI do *Impeachment*, lá estavam os fulanos, que eram os corruptores; na CPI dos Anões do Orçamento lá estavam os fulanos, que eram os mesmos corruptores; na CPI dos Medicamentos; na CPI dos Precatórios; na do Narcotráfico, lá estavam os fulanos, que são os mesmos corruptores.

Chegou-se a um determinado momento em que, com as Comissões Parlamentares de Inquérito do *Impeachment* e do Orçamento, tínhamos uma sala cheia de documentos, envolvendo também os corruptores. Descobriu-se, então, uma montanha de documentos num prédio, em Brasília, de uma determinada entidade. Foi-se lá e se apanhou a montanha de documentos. A Comissão, então, cometeu um erro brutal. Ela, por

meio de um de seus membros, liberou para um dos repórteres da *Veja*, que publicou páginas e páginas sobre o material encontrado, cometendo tremendas injustiças.

Cidadãos honestos, parlamentares, empresários e membros do Governo apareciam como aliciados na Imprensa. Foram arroladas até pessoas que receberam como presente de Natal uma agenda. Isso causou uma revolta total no Congresso Nacional, e ficamos sem aliados, porque praticamente todo mundo era citado. O Congresso Nacional negou-se a prorrogar o prazo da CPI. Tivemos que terminar nos vinte e cinco dias que faltavam, sem prorrogação.

Tínhamos duas saídas: ou iríamos pegar aquele dossiê que o Senador José Paulo Bisol havia encontrado, entraríamos de cara nele e passaríamos os vinte e cinco dias sem que nada acontecesse, iríamos terminar sem uma vírgula, ou teríamos que tomar uma decisão. Fiz a proposta, como primeira decisão, de que só iríamos continuar apurando o que houvesse contra Parlamentar e assumir o compromisso de que o primeiro item das conclusões da CPI era de que, imediatamente após a conclusão de seus trabalhos, teríamos que criar uma CPI dos corruptores para apurar aquele material que já estava lá. Não mais que sessenta dias, e tudo seria apurado! Cassamos dez deputados.

A essa altura, já era Presidente o Senhor Fernando Henrique Cardoso. Colhi as assinaturas. Era necessário um terço de assinaturas e colhi mais da metade das assinaturas de deputados e senadores para criar a CPI dos corruptores, com a responsabilidade, dizia eu com todas as letras, de não precisar convocar ninguém, nem apurar mais nada, porque as provas estavam todas lá. Um quarto com os dados da CPI do *Impeachment* e outro quarto com os dados da CPI dos Anões do Orçamento. Fui tranqüilo, sereno, pensando que fôssemos completar nossa obra. Íamos fechar o tripé com a figura dos corruptores! Meu amigo Fernando Henrique, pressionado, não

aceitou. A mesma pressão sofreu o Sr. Itamar Franco quando da criação da CPI do Orçamento, que envolvia o Parlamento. S. Ex^a, porém, foi firme, permitindo a instalação da CPI, ao contrário do Sr. Fernando Henrique. Foi com constrangimento que vi os Parlamentares do PFL e do PSDB na Câmara dos Deputados retirarem suas assinaturas! Por mais que me esforças-se, não adiantou. Até quero ser justo. O argumento do Sr. Fernando Henrique e sua equipe era o de já termos tido duas CPI. “Agora é o Governo da social-democracia. Nós temos que trabalhar, produzir, avançar! O nosso Governo é sério, digno, incorruptível. Temos o beneplácito da Nação. Não vamos perder seis meses com essas coisas. Vamos caminhar para frente!” E eu dizia: “Olha, Presidente, é muito melhor V. Ex^a deixar criar a CPI agora, que não há um fato envolvendo o seu Governo – é tudo sobre fatos anteriores – do que deixar pôr isso debaixo do tapete, e, daqui a um ano, começará tudo de novo”.

Sem as assinaturas do PSDB e do PFL na Câmara dos Deputados, houve um gesto bonito do Senado. Eu consegui as assinaturas, no Senado, do PFL, do PSDB e dos outros partidos. Eles se negaram a retirá-las. Então, a minha segunda comissão não era mais mista, porque, na Câmara, eu não consegui as assinaturas, mas eu as consegui no Senado. Ninguém fez o PFL e o PSDB retirarem-nas, apesar das pressões. Criamos a Comissão.

Criada a Comissão, os Líderes do PFL e do PSDB não indicaram os seus membros. E, aí, Sr. Presidente, houve um gravíssimo erro da Mesa. Ela ficou um tempo enorme esperando, esperando e, quando chegou o final do ano, mandou arquivar a Comissão, porque não houve a indicação dos membros. Pena que o Secretário da Mesa, que é uma pessoa tão competente, tão capaz e tão responsável, não tenha orientado o Presidente do Senado quanto à existência de um artigo que diz que, se, no fim do prazo determinado, os Líderes não indicarem, cabe ao Presidente indicar. O Presidente do Senado podia ter indicado

os membros do PFL e do PSDB. Não indicou. A Comissão foi para o Arquivo. Eu recorri dessa decisão e requeri a sua implantação. O Presidente aceitou em parte o meu recurso e retirou do Arquivo, enviando-o para ser discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Os anos se passaram e o recurso continua na Comissão.

Quando vejo o Presidente Antonio Carlos Magalhães com firmeza e tranqüilidade afirmar que é a favor de toda CPI, inclusive a dos corruptores, digo a S. Ex^a para conversar com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é uma pessoa excepcional, para analisar o meu recurso e entregá-lo ao Relator, que confirmará que eu tinha razão, instalando, assim, a Comissão dos Corruptores. Nesta hora em que tanto se fala sobre essa matéria, que tanto se discute essa questão, que tantos fatos são apurados nesse sentido, é importante a criação da CPI para apurar, levar adiante as denúncias; essa sim pode ser o dia seguinte, mas não no sentido de um recomeço e sim de saber por quê, por exemplo, na CPI dos Precatórios as denúncias não foram adiante e as questões não foram consumadas.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, meu querido Senador.

*O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Pedro Simon, acompanhei atentamente o seu brilhante e inteligente pronunciamento. V. Ex^a, com muita competência, mencionou a CPI do Poder Executivo, que culminou com o *Impeachment* de Fernando Collor de Mello, bem como a CPI dos Anões do Orçamento, do Poder Legislativo, que levou à cassação de vários parlamentares. Mas precisamos fazer referência a uma outra CPI: a CPI do Poder Judiciário, que apurou corrupções as mais escandalosas deste País, inclusive o desvio de mais de R\$150 milhões do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo; a ques-*

tão dos alvarás no Amazonas e no Mato Grosso; a questão do tráfico de crianças em Jundiá e em outras cidades...

Então, é importante que se complete que as CPI funcionaram para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Vamos ver o que ocorrerá com esses juízes e desembargadores corruptos deste País, sobre os quais não há dúvida nenhuma. A CPI não julga e não estou fazendo prejulgamento. Mas assistimos a corrupções vergonhosas também no Poder Judiciário. Um Presidente da República e vários parlamentares foram cassados. Vamos aguardar, agora, o que acontecerá com os juízes e desembargadores corruptos. Era esse o adendo que gostaria de fazer ao belíssimo pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi muito feliz, meu querido Senador Maguito Vilela, o aparte de V. Ex^a, porque o Congresso Nacional, basicamente o Senado, avançou em um terreno tremendamente delicado. As dúvidas existiam: pode, afinal, um Poder investigar outro?

Graças à competência basicamente do Senador Ramez Tebet – o Presidente da referida Comissão Parlamentar de Inquérito –, do Senador Paulo Souto – o Relator – e de todos que participamos, tudo foi feito com muita tranquilidade e serenidade.

Lá está o Juiz Nicolau, que tinha que ter ido para a cadeia. Ele foi Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e, depois de deixar esse cargo, apesar de todas as falcatruas que cometeu, o seu sucessor encarregou-o de coordenar a construção daquele prédio que seria a nova sede do TRT.

Isso não pode continuar. Tem razão V. Ex^a. Devemos criar o controle do Poder Judiciário. Como será – interno ou externo – não quero nem discutir, porque não é o momento; mas como está não pode continuar.

Repare V. Ex^a – somos culpados e o Poder Executivo também – que foi mandado a esta Casa o Projeto de Lei da Mordça, segundo o qual promotores, juízes e delegados que pu-

blicarem dados com relação a inquiridos em andamento poderão perder o cargo. Não estão preocupados em averiguar os atos de corrupção tampouco em verificar os juizes, promotores e delegados que usam o cargo em prol da imoralidade.

V. Ex^a tem razão. Não há dúvida nenhuma. Precisamos, na minha opinião, terminar o inquérito policial, unir a polícia judiciária com a promotoria e dar rapidez ao processo judicial. Além disso, temos que dar prioridade à investigação de quem mexe com o dinheiro público, quem decide as coisas, seja senador, deputado, juiz, procurador ou membro do Poder Executivo.

Na verdade, não pode acontecer o que ocorre agora: a imprensa publica o que quer, certas pessoas roubam e não acontece nada. A imprensa publica a cada dia um novo escândalo e o escândalo de hoje é esquecido porque vem o de amanhã, mas, na consciência das pessoas, somos todos uns corruptos que não temos como levar a questão adiante. V. Ex^a tem absolutamente toda a razão nesse sentido.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, eu estava comentando com o Senador José Alencar que vou procurar nas livrarias o *Elogio à Loucura*, de Erasmo de Roterdam, e pretendo oferecê-lo a V. Ex^a na segunda-feira. V. Ex^a fez uma autópsia das CPI e da situação brasileira e, no caso, estou empregando o termo em sua acepção correta, porque a autópsia é a própria necropsia. E V. Ex^a fez o exame do cadáver insepulto no nosso próprio Parlamento. Gostaria de me ater um pouco mais à necropsia do processo. Por que essas CPI não têm dado o resultado esperado? Senador Pedro Simon, vamos com mais objetividade e clareza e cortemos mais a fundo o

processo. Quando nós – eu, V. Ex^a e o magnífico Senador Vilson Kleinübing – estávamos na CPI dos Precatórios, querendo trazer o Paulo Maluf para prestar depoimento, ele não vinha sob a alegação de que estava viajando para o Exterior. No dia seguinte, descobríamos que não estava no Exterior e, sim, conversando com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, tomando café da manhã e jantando no Palácio do Planalto. E Sua Excelência, o Presidente, havia acertado com ele o seu não-depoimento. Tanto que não conseguimos o apoio do PSDB. E o Maluf não depôs. A CPI termina. Foi dura, foi séria, foi difícil para mim, porque o Paulo Afonso Vieira era Governador do PMDB, do nosso partido. Eu havia subido no palanque com ele em Santa Catarina. O Miguel Arraes era um amigo de trinta anos. O Divaldo Suruagy era do PMDB. E tivemos que mostrar que gato é gato em qualquer partido, e que ladrão tem que ser punido independentemente de legenda partidária. Contudo, como termina o processo? O Presidente Fernando Henrique Cardoso está fraudando a CPI. Ele fez um acordo com o Jarbas Vasconcelos em Pernambuco, fraudando decisões e reconhecendo a existência de títulos inexistentes numa negociata com o Bradesco; letras do Tesouro Federal cobriram esses títulos, mas por determinação do Executivo, do Fernando Henrique Cardoso. V. Ex^a fez um elogio ao Serra, meu velho companheiro de política universitária lá pelos anos 60; mas V. Ex^a se esqueceu de que antontem denunciei que o Ministro José Serra trouxe para uma Diretoria do seu Ministério o Geraldo Biasoto. Lembra-se, Senador, do gângster de Campinas? Do Secretário da Fazenda que foi apreender com o Celso Pitta e o Paulo Maluf, em São Paulo, a fraudar letras? E que foi indiciado também pelo Ministério Público e fez parte do duro relatório da CPI? O Geraldo Biasoto é diretor do Ministério da Saúde! Portanto, o Governo Federal está fazendo tábula rasa da Comissão Parlamentar de Inquérito. Agora, vale a pena bater no Paulo Maluf. Eu gostaria de ver Paulo Maluf e Celso Pitta definitivamente fora da política brasileira, mas não é o desejo do Fernando Henrique Cardoso. É só

quando lhe convém, só quando existe uma ameaça concreta ao poder no processo eleitoral que essas pessoas são expostas; senão, são protegidas. O Governo Federal protegeu o Maluf durante a CPI dos Precatórios. O PSDB evitou que o chamássemos a depor. Perdemos na Comissão, porque o Governo mandou votar contra a convocação. Quanto ao caso de Santa Catarina, o representante da União vai a Santa Catarina e propõe a mesma fraude de Pernambuco: “Entrem com uma ação anulatória, façam um acordo na ação e reconheçam a existência de precatórios que nunca existiram!” Quem propôs isso foi o Governo do Fernando Henrique Cardoso. O Fernando Henrique Cardoso, Senador Pedro Simon, é o *pizzaiolo* da República. É ele que está temperando e assando essas *pizzas* todas. Veja bem, Senador, nós, aqui no Senado, votamos a CPI dos Bancos, o relatório final. O Senador José Roberto Arruda, que agora há pouco colocava em dúvida o meu pronunciamento e o do Senador Eduardo Suplicy, votou a favor do relatório final. E o relatório final manda investigar a D. Tereza Grossi, a Terezinha do Fernando Henrique, a menina dos olhos do Armínio Fraga, aquele ex-funcionário do George Soros, que quer ser Diretora do Banco Central. E o Fernando Henrique Cardoso manda o nome da Tereza Grossi para o Senado da República, depois de o Senado ter recomendado ao Ministério Público Federal investigações, aliás já iniciadas. Há duas ações no Rio de Janeiro e uma aqui, mas o nome dela está aqui. Os 81 senadores votaram o relatório, não houve nenhuma discordância. É a desmoralização do Senado, Senador Pedro Simon. É um escárnio! O Fernando Henrique está pisando o Senado da República. Ele trabalha com factóides. De repente, o Presidente diz que precisa acabar com a impunidade, mas rola os títulos de Pernambuco, faz acordo com o Celso Pitta e manda o nome da Tereza Grossi para o Senado da República aprová-la como Diretora do Banco Central. Fatos no ar, apoio da imprensa, hipocrisia total! A Justiça anda lenta, nada aconteceu ainda como consequência da CPI dos Precatórios. Soube ontem pelo Procurador Geraldo Brindeiro que

o Supremo Tribunal Federal já mandou que o Tribunal de Santa Catarina resolva o problema com Paulo Afonso Vieira. Ora, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina avalizou a lista fria de títulos enviada ao Banco Central pelo Governo de Santa Catarina. Como vai julgar Paulo Afonso Vieira? Trata-se de crime federal. Foram lesados a ordem financeira, o Banco Central e o Tesouro da União. Mas estão mandando “lá para baixo”, para o acerto corporativo, para a ausência absoluta do distanciamento que a Polícia Federal, que a Justiça Federal e que o Ministério Público Federal têm em relação às questões estaduais. A coisa vai muito mal porque o Governo está jogando decididamente a favor da corrupção. Não tolero mais a história de que o rei é bom e está mal acompanhado, de que Fernando Henrique é sério. Ele não é sério. Decidida e definitivamente, ele não é sério. Um homem sério não enviaria o nome de Tereza Grossi ao Senado da República, pedindo à sua bancada que concorde com a sua indicação após a aprovação de um relatório que a considerou absolutamente inidônea e que a enquadrou em quatro possibilidades típicas do Código Penal. O *pizzaiolo* da República é Fernando Henrique Cardoso. A Justiça vai mal. As coisas param, as decisões são protelatórias, tudo é procrastinado. A Justiça vai mal, o Congresso não está respondendo à altura, e o Executivo é corrupto. Não sei que outro nome posso dar a quem age como Fernando Henrique Cardoso. Não sei utilizar meias palavras e meios termos. Não vejo nuances. Bandido é bandido, mocinho é mocinho, polícia é polícia. Governo sério é Governo sério. Governo que envia o nome de Tereza Grossi, que rola título de São Paulo, que faz acordo com o Pitta, que protege o Maluf, é governo corrupto. No meu velho CPOR, no Paraná, aprendi que a responsabilidade é do comando. Se o Governo é corrupto, o Presidente é o corrupto chefe. O Fernando Henrique Cardoso fala em moralidade e aparece publicamente com o seu mantido Ministro do Turismo, depois de encontrarem dinheiro na conta do diretor-geral, depois de ter viajado com o seu motorista para a Itália por conta do Ministério, durante um tempo dilatado,

depois de estar literalmente desmoralizado no País inteiro. Mas não, este Governo tem a declaração da seriedade, do fim da impunidade e da continuidade da complacência, da omissão e da patifaria. O *pizzaiolo* da República é o Presidente da República, que é o responsável pelo que acontece no Governo. Aliás, as determinações são diretas. Portanto, Senador Pedro Simon, peça perdão à sua velha e mantida amizade com o Fernando Henrique Cardoso. A corrupção é de sua responsabilidade. Ele é o *pizzaiolo* e o corrupto-mor da República.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, tenho de responder ao aparte do meu querido amigo Roberto Requião. Vamos dividir o assunto por partes. O Senador Roberto Requião desviou o meu pronunciamento, mas foi feliz. Não vamos ter medo de discutir. Não retiro uma palavra do que falei aqui. No caso a que me referi, a culpa é do Judiciário e não do Fernando Henrique.

O relatório da CPI do *Impeachment* foi enviado ao Procurador, e não se fez nada por culpa do Judiciário. A CPI dos Anões do Orçamento fez o seu trabalho, deu os nomes, cassou os mandatos, mandou o relatório para o Procurador, e não aconteceu nada por culpa do Judiciário. A CPI dos Precatórios, cujo Relator foi o Senador Roberto Requião, deu os nomes, fez as denúncias, mandou para a Procuradoria, e não se fez nada por culpa do Judiciário. Não vamos misturar os assuntos.

Se temos de mudar o Judiciário, vamos fazê-lo; se temos de alterar leis, vamos fazê-lo. Mas as decisões tomadas por uma CPI não podem terminar na gaveta do Judiciário ou do Procurador.

Não retiro nada do que afirmei. Entrarei no debate do Senador Roberto Requião, mas S. Ex^a não alterou uma vírgula do que falei. E repito: as CPI vêm cumprindo, desempenhando seu papel e, quando os relatórios chegam no Judiciário, não acontece nada.

Quem tinha de fazer o que está fazendo a CPI do Narcotráfico, do crime organizado, era a Justiça, juntamente com a Procuradoria e com a Polícia Federal. Na CPI do Sistema Financeiro, reuniram-se dois procuradores, dois delegados federais e um escrivão da Polícia Federal, solicitaram a um juiz do Rio de Janeiro uma autorização e foram à casa de Chico Lopes, onde encontraram uma série de dossiês, entre os quais a prova de que Chico Lopes devia estar na cadeia: uma carta que dizia que US\$1,87 milhão estava no exterior na conta do Sr. Bragança, embora pertencessem ao Sr. Chico Lopes.

Esses Promotores vieram a Brasília para serem censurados. Usei a tribuna para colocá-los no céu. Felizmente, foram elogiados. Dois promotores e dois policiais federais procuraram autorização judicial, foram à casa de Chico Lopes e pegaram as provas. O que foi feito de Chico Lopes? Por muito menos, o ex-Presidente do Banco Central do Japão deu um tiro na cabeça, para não ser processado. O anterior foi condenado, está na cadeia. O Sr. Chico Lopes está trabalhando normalmente, voltou para sua empresa de origem. Nada aconteceu.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – RS) – E a sua parceira, Dona Tereza Grossi, vem ao Senado para ser nomeada diretora do Banco Central.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por que a Justiça não julga o Sr. Chico Lopes? Por que não oferecem denúncia? Por que o caso não anda? É um absurdo! Mas o Presidente Fernando Henrique não tem culpa disso.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Mas tem no que se refere a Dona Teresa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vamos dividir o assunto em duas partes. O Judiciário deve compenetrar-se. O Presidente do Supremo, em determinado momento – assim como vem ao Senado discutir a justa questão do salário –, deve reunir sua equipe, chamar o Procurador-Geral e a Polícia

Federal e dizer o que precisam fazer, que mudanças devem ser feitas nas leis, para poderem agir. Foi o que aconteceu na Itália com o processo Mãos Limpas e é o que deve acontecer aqui.

Com relação a outra parte do aparte do Senador Roberto Requião, concordo com S. Ex^a: quem dá a voz do Governo é o Presidente da República. Fui Governador do Rio Grande do Sul e fui responsável pelo que aconteceu. Depois de mim, veio o Collares; em seguida, o Britto, que era do meu Partido. Na época do Britto, descobriram algo sobre as estradas e abriram uma CPI a meu pedido. Não apuraram nada. Fiz questão de dizer que nem o *Zero Hora*, um jornal que agia duro comigo, que batia duro no meu Governo, nem deputados do PT ou do PDT, ninguém foi à tribuna para dizer qualquer coisa a respeito do meu Governo. Quando o faziam, eu tomava as providências.

Concordo com o Senador Roberto Requião: o culpado chama-se Fernando Henrique Cardoso. Se há atos graves acontecendo no Governo, só existe um responsável: Fernando Henrique Cardoso. Aí concordo.

Sobre a apreciação do nome da Sr^a Teresa para a diretoria de fiscalização do Banco Central, pretendo não analisar o assunto agora; vou analisá-lo em hora oportuna. Mas deixo claro que meu voto é contra, se há um responsável, este é o Senhor Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Senador Pedro Simon, senti-me bastante contemplado com o discurso de V. Ex^a e com o paralelo pronunciamento do nobre Senador Roberto Requião, que eu até iria desistir do meu telegráfico aparte. O discurso de V. Ex^a foi muito rico e gostaria apenas de perguntar-lhe, diante do seu pronunciamento comunicando-nos que

oito empresários haviam sido presos no Rio Grande do Sul por meio de uma ação conjunta de juízes federais e da Receita Estadual, se eles não desejam passar férias aqui em Brasília para fazer uma limpeza semelhante. Abro mão das minhas passagens e até me prontifico a hospedá-los na minha casa. Estamos precisando muito de uma ação como essa para limpar a nossa casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador, mudo o sentido do pronunciamento de V. Ex^a: V. Ex^a poderia solicitar que viessem depor na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que contassem como fizeram. Seria interessante, é uma bela idéia. O que V. Ex^a pensa disso?

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – É uma ótima idéia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – S. S^{as} viriam expor na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como fizeram.

O Sr. José Alencar (PSDB – MG) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço o Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar (PSDB – MG) – Eminente Senador Pedro Simon, no Senado, já aprendemos a acompanhar com grande admiração e respeito os pronunciamentos de V. Ex^a, que possui uma biografia tão rica em comportamento, probidade, em sentimento nacional que nos faz seus admiradores. Este é o meu primeiro mandato eletivo, e, como a TV Senado tem estado muito presente nos lares do meu Estado e do Brasil inteiro, alguns amigos comentam que eu pareço ter grande experiência parlamentar. Ninguém acredita que este seja o meu primeiro mandato. Tenho, de fato, uma experiência parlamentar de meio século, porque, aos 18 anos de idade, meu pai me emancipou,

para que eu me estabelecesse com uma pequena loja de tecidos. O presidente da associação comercial da cidade onde iniciei a minha vida, Caratinga, uma das minhas cidades, procurou-me juntamente com dois diretores da associação, convidando-me para ingressar nos quadros da entidade. Na ocasião, disseram que não pagaria anuidade porque era menor de idade. De fato, tinha 18 anos e a maioridade ocorre ao 21. Mas eu exibia uma cópia da escritura pública com que meu pai me emancipou, para mostrar que era maior, responsável. Portanto, não aceitaria ingressar na entidade sem o pagamento da anuidade. Ingressei para aquela entidade e a freqüentei e digo a esses amigos que argumentam ter eu grande experiência parlamentar que, realmente, tenho alguma experiência, porque aquela associação de Caratinga tinha o mesmo que temos aqui: mesa, tribuna, plenário e comissões, com a diferença de que, lá, íamos à tribuna, falávamos, éramos ouvidos por todos e aplaudidos. Terminávamos e descíamos, então, certos de que tínhamos levado alguma contribuição para consertar o Brasil. Nesta Casa, vamos à tribuna, falamos, ninguém nos ouve, ninguém nos aplaude e descemos da tribuna certos de que temos muito pouco poder, ainda que sejamos um dos Poderes da República. E hoje, com o pronunciamento de V. Ex^a, confirmo a minha resposta. Onde está o nosso Poder? Quantas comissões parlamentares de inquérito têm acontecido nesta Casa que se transformam em nada? E mais: aquela proposta de V. Ex^a para a instauração de uma CPI contra os corruptores, que mereceu a assinatura necessária para que fosse instalada, e até hoje não foi? Estamos assistindo, a cada dia, ao apodrecimento da imagem do Congresso Nacional, mas não por culpa dos parlamentares. A Câmara dos Deputados, por exemplo, tem dado demonstração da força desta CPI do Narcotráfico. Deputados saíram com malas cheias de algemas para procederem à prisão de bandidos. Meu Deus, onde estamos? Parabenizo V. Ex^a e estou solidário com a iniciativa. V. Ex^a não gostaria de apresentar uma nova proposta de instau-

ração dessa CPI? Talvez devêssemos transformar a Casa em uma CPI permanente para salvarmos o Brasil. Ainda há tempo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fico emocionado com o seu aparte, eminente Senador José Alencar. Na verdade, seus colegas pensam que V. Ex^a tem uma longa prática porque, embora esteja em seu primeiro mandato, seus apartes nos emocionam. V. Ex^a tem a experiência da vida! É um vitorioso, não apenas porque se transformou num grande industrial, mas V. Ex^a tem escola! A cada pronunciamento, a cada análise, V. Ex^a lembra quantos fatos, como o de sua origem, seu pai, com quem aprendeu e compreendeu o que pode ser feito.

Em mais de uma oportunidade, tenho ouvido ilustres empresários dizerem que V. Ex^a é um exemplo típico do verdadeiro empresário de sentimento social. Um grande empresário e um grande político, porque V. Ex^a desenvolve suas indústrias, mas faz questão absoluta de, nelas, ter o conteúdo social. Busca o lucro, sim, mas busca o crescimento, o homem. Seus funcionários têm de ter o melhor tratamento, boa remuneração e condições de viver com dignidade. Por isso, V. Ex^a se torna uma figura impressionante. A vantagem de seus pronunciamentos sobre os meus e os de outros tantos parlamentares é que V. Ex^a – ex-Presidente do Partido, nosso candidato a governador, Senador – une a capacidade do fato político com os cinqüenta anos em que, desde seus dezoito anos, cresceu e conseguiu chegar a ser um megaempresário, mantendo a mesma seriedade, dignidade de caráter, mostrando que não há obrigatoriedade de que o cidadão, para crescer e ser grande, pise, esmague, não reconheça os direitos, aja por meio do achincalhe e da imoralidade. V. Ex^a tem seus impostos, seu trabalho em dia. Por tudo isso, V. Ex^a tem a admiração e o respeito de todos nós.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a é um sacrossanto irrequieto e persistente. Há uma hora e meia falando, e ninguém se cansa. O Brasil, que por certo o está assistindo, não se cansa de ouvi-lo. V. Ex^a, ao externar sua preocupação, mostra o seu íntimo, porque vive aquilo que expõe, e os brasileiros gostam de ouvi-lo. V. Ex^a, possuidor de uma sensibilidade extraordinária, ao apresentar os problemas atuais, consegue tornar partícipe a Nação. Por isso, Senador Pedro Simon, todas as questões abordadas por V. Ex^a não deixam de ser uma aula de civilidade, de vigor e de vontade de continuar. V. Ex^a disse que não vai referir-se hoje à CPI do Sistema Financeiro, referente aos Bancos Marka e FonteCindam. E a pessoa, cujo nome foi indicado pelo Governo para ser apreciado na CCJC, se não me engano, para a Direção de Fiscalização do Banco Central, era à época gerente de Fiscalização do BNDES e deixou de fiscalizar exatamente esses dois bancos. São questões como essa, V. Ex^a mesmo diz, que precisamos, no momento certo, analisar. O Brasil até torce para que V. Ex^a não encerre seu pronunciamento. Aliás, estou inscrito para falar logo após V. Ex^a, mas todos nós estamos aqui aprendendo, e o Brasil, vivenciando um momento extraordinário: V. Ex^a na tribuna desta Casa; um momento que não é de hoje mas de sempre. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O meu querido Senador é um irmão, colega de longo período, pelo qual tenho o maior carinho, admiração e simpatia. Trata-se de um dos grandes homens públicos pelo qual tenho respeito e admiração. Agradeço a V. Ex^a do fundo do coração por suas palavras, fruto exatamente da nossa amizade. Agradeço também a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela tolerância.

Se o Sr. Antonio Carlos Magalhães diz que aceita qualquer CPI, inclusive a dos corruptores, há um requerimento

meu nesse sentido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Basta conversar com o Presidente da Comissão a fim de decidir sobre esse assunto.

Foi dito aqui pelo ilustre Senador José Alencar que, neste momento, talvez, seja o caso de instituir-se uma norma. Vamos instituir uma norma. Não vejo problema nenhum nisso. Digo ao nobre Líder do PDT que vejo com simpatia a criação de uma CPI em torno das denúncias feitas pela Sr^a Nicéa Pitta.

Não se deveria entrar em detalhes sobre essa questão dos precatórios. O Deputado Miro Teixeira é uma figura fantástica, de quem sou fã incondicional. Penso que não foi ele, mas a imprensa que interpretou desse modo, publicando no jornal matéria referente à reabertura da CPI dos Precatórios. A confusão ocorreu, porque, quando se diz “reabrir a CPI dos Precatórios”, se dá a impressão de que as conclusões que mandamos para o Procurador ficam paradas. Se será reaberta a CPI, então, seriam vistas as conclusões vindas de fora. A CPI dos Precatórios foi conclusa, está na Procuradoria, que tem que levá-la adiante.

Mas entendo necessário instituir uma CPI em torno das declarações da Sr^a Nicéa Pitta na qual poderá haver fatos novos – como disse ontem V. Ex^a – que surgiram depois. Acusar a Sr^a Nicéa Pitta e atingir a sua dignidade foram atos infelizes e até as pessoas que falaram dessa forma escusaram-se nesse sentido. A Sr^a Nicéa Pitta e seus filhos merecem o nosso carinho, e a mãe do Sr. Celso Pitta é uma pessoa de grande valor. Nessas questões de casal, eu, pelo menos, não atiro a primeira pedra, porque estamos sempre sujeitos a isso. Esse assunto não é relevante. O que importa são as declarações que ela deu, que são muito graves.

Quando a Sr^a Nicéa Pitta faz a referência entre ela e o Sr. Pedro Collor, está sendo correta. Na verdade, foi o mesmo

impacto. Quando o Sr. Pedro Collor deu a declaração, disseram que ele estava louco – até a mãe dele. Entendo a posição dramática da sua mãe, que, aliás, teve uma morte cruel e injusta. Era uma mulher de valor, que tinha todo o respeito, uma ilustre dama do Rio Grande do Sul, filha de um grande Ministro do período em que o Dr. Getúlio Vargas era Presidente da República, um dos autores da legislação social, o Sr. Lindolfo Collor. Senti o drama daquela mulher. Fui um dos que falaram isso. De um lado, estava o Presidente da República, seu filho, e, de outro, o Sr. Pedro Collor, seu filho – um chamando o outro de corrupto. A posição dela era dramática e ela – não atiro pedra – pediu o exame mental do seu filho. Ele fez o exame e constatou-se que estava absolutamente normal, embora pouco tempo depois morreria de câncer.

A Sr^a Nicéa Pitta inclusive está oferecendo-se para fazer o exame de sanidade mental. Mas entendo que a questão não é essa. O grave é que tudo o que ela diz tem fundamentos em fatos que aconteceram e não está trazendo coisas novas, não inventou, tirou do baú, da Câmara dos Vereadores. Não estou falando da versão dela, mas aconteceu. Que havia uma CPI, havia. Que a CPI estava seguindo um caminho, estava. Que, de repente, mudou tudo, mudou tudo.

Os fatos que são ali apresentados são sérios e devem ser investigados.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a concedeme um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, Senador.

Prometo, Sr. Presidente, ser este o último aparte que concedo se V. Ex^a me permitir, até porque falamos tanto em CPI e ali está a pessoa que foi das mais dignas, das mais corajosas como Relator da CPI do *Impeachment* e eu, que trabalhei a seu lado, sei das pressões enormes que recebeu, da montanha de

trabalho no sentido de que Amir Lando fizesse aquilo tudo, mas que não concluísse o pedido de *Impeachment* do Presidente e deixasse para o Ministério Público. S. Ex^a, enfrentando uma pressão fantástica, praticamente por parte de todas as Lideranças, disse: “Vocês façam o que quiserem, mas vou cumprir o meu dever”. Cumpriu o seu dever e o seu voto foi aplaudido praticamente à unanimidade.

Ouçó V. Ex^a, com o maior prazer, meu querido Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Pedro Simon, não fiz o aparte anteriormente a V. Ex^a porque, como não tive a honra de estar presente durante a grande maioria de seu discurso, automaticamente não me senti credenciado. No entanto, sejam as minhas primeiras palavras as de agradecimento à generosidade constante e permanente de V. Ex^a em relação a minha pessoa. Cumprimos o dever e devo dizer que V. Ex^a, naquela CPI, foi o grande conselheiro. Era exatamente em seu gabinete que nos reuníamos para traçar a permanente e constante estratégia e tática para o desenvolvimento das investigações. V. Ex^a foi peça fundamental, e a História saberá fazer-lhe justiça por tudo aquilo que já prestou, com tanto ardor, sacrifício e despojamento, ao País. Mas, neste ponto, um dia, talvez teremos que escrever a história secreta da CPI. Não foram só rosas e nem só espinhos, mas sobretudo foi o esforço árduo de uma plêiade de parlamentares que ousou defender o Brasil e, acima de tudo, a ética e a conduta moral na política. O ponto a que se referia, entendo que não poderia deixar de agregar também a minha convicção de que é chegada a hora, sim, de se fazer uma investigação, inclusive propondo uma CPI Mista, uma vez que a Câmara dá os primeiros passos sobre as denúncias da Sr^a Pitta. Chegou o momento de dizer que sempre foram os mesmos. Eles estão em tudo de onde se possa extrair uma vantagem ilícita na República. Eles são insuperáveis nessa competência de corromper e de extrair vantagem

ilícita. Por onde caminham os ativos da República, eles estarão lá. Estiveram no passado, estiveram, primeiro, em todo o processo do esquema financeiro; depois, quando não mais tivemos esses ativos financeiros, migraram para as privatizações, comprando as nossas empresas a preço de banana, corrompendo, como estão aí as fitas gravadas que denunciam esse fato, e nós, em silêncio, vemos, cada vez mais, este País definhar. Chegou a hora de não deixarmos passar em branco. Chegou a hora, realmente, de uma CPI sobre as denúncias da Sr^a Nicéa Pitta. Esse é o caminho, não há outro. A indignação e, sobretudo, a insatisfação popular exigem esse ato de ousadia e heroísmo do Congresso Nacional. Parabéns a V. Ex^a, como sempre, tratando de assuntos candentes com coragem, determinação e, sobretudo, o engenho, a arte e o brilho da oratória de V. Ex^a, que o Brasil reconhece.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço, com muito carinho, o aparte de V. Ex^a, que – é importante sempre salientar – foi o grande responsável, como Relator, para enfrentar uma montanha de pressões. Houve determinado momento em que disse: “Mas não há problema! Vocês alterem o relatório! É o meu relatório. Vamos votar no plenário, e quem quiser mudar que mude!” Só que ninguém teve coragem de mudar. Não fora ele, a conclusão teria sido mandar para a Procuradoria, e, na Procuradoria, ficaria na gaveta até hoje.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela tolerância.

Creio, do fundo do coração, Sr. Presidente, que deveríamos meditar sobre esse momento. Penso que, ao par das reuniões que fazem os quatro Presidentes: da Câmara, Senado, da República e do Supremo, para se discutir o vencimento, quanto é que vai ser, quanto é que não vai ser, poderiam se fazer reuniões para se estudarem fórmulas por meio das quais pudéssemos alterar essa questão, em conjunto, que, hoje, é uma

realidade, do crime organizado penetrando por tudo o que é lado. O que se poderia fazer conjuntamente para alterar essa questão?

Mas digo, Sr. Presidente, com todo o coração, nesta hora, nesta parte, se formos analisar em relação ao crime, à corrupção, à impunidade, quem está na frente, cumprindo o seu papel, é o Congresso Nacional. Lá atrás, o Judiciário e o Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cobra explicações sobre a dívida do Banco BFC com o BNDES

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 17 de março. Aparte: Lúdio Coelho (PSDB – MS).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, na *Folha de S.Paulo*, matéria do ilustre jornalista Chico Santos analisa a operação feita pelo Banco BFC e os prejuízos que este ocasionou ao Banco Central. O interessante é que essa matéria, publicada pela *Folha de S.Paulo*, diz que o passivo dessa entidade, à época dirigida pelo Sr. Francisco Gros, quando de sua liquidação, em dezembro de 1995, era de R\$66,6 milhões, segundo relatório do Banco Central. Repito, segundo o jornalista Chico Santos, o relatório do Banco Central, que ele teve a oportunidade de conhecer, mostrava que o passivo do BFC era de R\$66,6 milhões. É uma notícia importante. Esse jornalista conta tudo sobre a operação, como tudo foi feito, comenta a participação do então diretor daquela entidade e a sua passagem, mais de uma vez, pelo Banco Central.

A questão é que o Banco Central enviou à CPI do Sistema Financeiro um relatório que contém um fato que nos chama a atenção – peço que um funcionário da Secretaria da Mesa faça o favor de pegá-lo em cima da minha mesa. Constam do relatório as análises dos dados e números daquele Banco, onde podemos verificar o seguinte – gostaria que as câmaras focalizassem o documento: BFC Banco S.A., o mesmo banco a que se refere o jornalista – dívida, montante do passivo, em dezembro de 1995 – a mesma data a que se refere o jornalista –, R\$115,710 milhões.

O Sr. Chico Santos teve acesso a um relatório do Banco Central que diz que o passivo é de R\$66,6 milhões, enquanto que o relatório enviado pelo Banco Central à CPI do Sistema Financeiro refere-se a R\$115,710 milhões. E a data é a mesma, ou seja, dezembro de 1995.

Estou enviando uma carta ao jornalista Chico Santos, com o seguinte teor:

Caro Jornalista,

Tomei conhecimento de sua matéria publicada na *Folha de S.Paulo* de 15 do corrente, na qual V. S^a denuncia o prejuízo causado ao Erário público, especificamente aos cofres do BNDES, pelas operações irregulares feitas pelo BFC Banco S. A., do qual o Sr. Francisco Gros é co-proprietário. Antes de mais nada, parabenezo-o pela coragem e espírito público de sua matéria.

O valor estimado do “rombo”, segundo a matéria de V. S^a, é da ordem de R\$32 milhões. V. S^a afirma que todos os dados contidos na reportagem são baseados em relatório do Banco Central, fonte oficial de toda a matéria de sua informação.

Já havia tocado no assunto na forma de uma questão de ordem na sessão de anteontem, dia 15. Tal como me pronunciei hoje, dia 17, da tribuna do Senado, estranhou-me que o número contido no relatório sobre o passivo do BFC, quando de sua liquidação em dezembro de 1995, era da ordem de R\$66,6 milhões, conforme reportagem de V. S^a, que não confere com o contido em relatório (cópia anexa) enviado a esta Casa pelo Banco Central quando da CPI do sistema financeiro no ano passado.

Nesse relatório que visa responder aos quesitos que deram origem à CPI, entre os quais a situação das instituições financeiras que sofreram algum tipo de intervenção ou liquidação pelo Banco Central, consta que o valor do passivo do BFC, à mesma época, dezembro de 1995, era de R\$115,7 milhões.

Considero grave, muito grave tal discrepância entre os relatórios – o que o jornalista diz ter lido e estudado para

fazer sua reportagem – e este que tenho em minhas mãos, enviado pelo Banco Central à CPI do sistema financeiro. Na verdade, entre o valor publicado pelo jornalista e o enviado pelo Banco Central à CPI há uma diferença de quase R\$50 milhões. A quantia é importante, porém secundária. O sério problema é o grau de confiabilidade dos documentos oficiais produzidos pelo Banco Central. Essa incompatibilidade de informações e inaceitável no exercício das funções públicas de controle e fiscalização, seja pelo Banco Central, seja pelo Congresso Nacional no desempenho de suas atividades constitucionais.

Espero que, com mais esta informação, possamos trazer a limpo esta questão.

Atenciosamente, – *Senador Pedro Simon.*

Sr. Presidente, é muito difícil que um jornalista, com a responsabilidade do Sr. Chico Santos, tenha cometido um equívoco. Pode ser que ele diga que onde escreveu R\$66,6 milhões de passivo eram, na verdade, R\$115,7 milhões. Não posso deixar de levantar essa dúvida, já que os números reais que tenho em mãos, que são os do relatório do Banco Central, revelam o valor de quase R\$116 milhões.

Se isso for verdade, o jornalista vai desculpar-se pelo equívoco, o que não é um fato absurdo, pois é um erro que qualquer um de nós pode cometer. E eu, de antemão, peço desculpas, porque vim a esta tribuna baseado em um dado publicado na *Folha de S.Paulo*, por um jornalista que estava equivocados.

Mas, se não for um equívoco, o que pode estar ocorrendo? O fato é o mesmo, o Banco é o mesmo, o déficit é o mesmo, mas, no relatório que está em minhas mãos, o valor é de quase R\$116 milhões e, no relatório que o jornalista recebeu, o valor é de R\$66,6 milhões. Concordem que é um fato que não se pode compreender. É um fato grave, que passa a ser mais estranho quando o Banco em referência é o mesmo que passou pelo comando ou pela sociedade do atual Presidente do BNDES.

Anteriormente, havia falado nesse tema, porém, a Mesa não o levou adiante. Lamento. Ou o jornalista, nas suas inúmeras ocupações, não teve oportunidade de conhecer melhor o assunto ou, o que é também razoável, ele está procurando esclarecer se são dois relatórios com dois números diferentes ou se houve um equívoco.

Na verdade, Sr. Presidente, é essa série de fatos, sobre os quais não temos resposta, que faz com que não levemos a sério as instituições do País.

Sr. Presidente, até há alguns meses eu achava que o coitado do herói do primeiro-ministro que uniu a Alemanha era o maior estadista da atualidade. Hoje, vejo ele cair em desgraça e o seu partido pedir que ele se afaste da Presidência de Honra do Partido e que ele renuncie ao seu mandato de deputado do partido. E os motivos da sua desgraça, o crime cometido por ele teria sido o de conseguir que algumas empresas auxiliassem com verbas, com dinheiro, a propaganda de alguns deputados porque para ele era importante que o seu partido tivesse a maioria. Alguns parlamentares tinham que ser reeleitos e ele teria conseguido que algumas empresas de sua confiança dessem algum crédito para que os parlamentares se reelegessem.

Helmut Kohl era o grande herói da unificação da Alemanha do final de Século. Aqui entre nós, é claro que o Sr. Helmut Kohl, o alemão, normalmente, não é um tipo simpático, mas rígido, firme, com um riso formal... com aquela sua estatura enorme..., mas era um grande estadista. Era o grande nome que, na minha opinião, tínhamos nesse final de século. E ele conseguiu o milagre da unificação alemã: fazer com que o muro caísse sem guerra e sem mágoa. Conseguiu o milagre de fazer com que a capital voltasse de Bonn para Berlim e o mundo inteiro aceitasse que as suas embaixadas fossem para Berlim e a outrora capital do Nazismo, considerada como uma mancha negra para a humanidade, para o resto do tempo, transformou-se hoje na velha Berlim, cada vez mais linda e bonita.

É claro que a Alemanha Ocidental ficou um pouco magoada por estar pagando um preço muito alto pela unificação porque, na antiga Alemanha comunista, as fábricas praticamente não têm como se recompor, têm que ser destruídas e reconstruídas. A Alemanha comunista está custando a adaptar-se ao regime da Alemanha capitalista, no qual prevalece o trabalho, a luta, o esforço e a livre iniciativa. Em decorrência disso, o herói terminou perdendo a eleição porque o preço está sendo muito alto. Na verdade, a Alemanha está gastando bilhões e bilhões de dólares e, daqui a mais dez anos, essa nação vai aparecer, de uma maneira fantástica, mais forte do que quando começou a guerra que quase destruiu a humanidade.

Esse homem, Helmut Kohl, hoje está à margem da sociedade, porque conseguiu que algumas empresas dessem dinheiro para alguns parlamentares que ele considerava importante serem eleitos para manter o Partido Democrata Cristão no poder. No Brasil, esse dinheiro para a campanha é oficializado. Isso aqui é a rotina. Na última eleição, fomos pior do que o pior, porque até então, pelo menos de mentirinha, pelo menos de fachada, os partidos, pela lei, tinham que dizer qual o máximo que um deputado poderia gastar. Agora não há nem isso, pois cada partido diz o máximo que pode gastar: vai buscar onde quer, como quer, onde quer.

Fatos como esse demonstram que não temos nenhuma responsabilidade com a verdade. Lembro-me, no tempo do Collor, do que descobrimos daquele presidente do Banco do Brasil: os atos tremendos de corrupção que foram contados ali, as tremendas imoralidades executadas na Caixa Econômica Federal, que praticamente quebrou naquela época. No entanto, as pessoas foram demitidas e não aconteceu absolutamente nada. E agora isso é um fato normal.

Conheço o Sr. Gros. Era Presidente do Banco Central na época do Sr. Collor. Quando o Presidente Itamar Franco assumiu a Presidência da República com a cassação, eu, o seu

Líder, convivi com o Sr. Gros e tive a melhor das impressões. S. S^a teve uma atitude séria, respeitável, ajudando e facilitando a descoberta de fatos e de questões que se tinham que buscar. Mas, na verdade, digo, com todas as letras, que se dependesse de mim, se amanhã chegasse, porventura, o que é quase impossível, à Presidência da República, adotaria mais o exemplo do Itamar Franco do que do Fernando Henrique Cardoso. Para dirigir Banco Central, Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal não é bom que se convoque cidadãos que tiveram passagens pelo mercado internacional, por grandes instituições internacionais e ficam aqui um, dois, três anos e, depois, voltam para as instituições internacionais. Ficam lá três, quatro, cinco anos e voltam para cá, para Banco Central, Banco do Brasil e BNDES. Não me parece que essa seja a melhor política que se possa imaginar para o setor. No Governo Itamar Franco, e fui um dos que participou disso, colocamos no Banco Central, Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal funcionários aposentados, pessoas conhecidas, mas que não tinham tido nenhuma atuação no sistema financeiro, a não ser o oficial, nem dentro do Brasil e nem no exterior. Confesso que tenho tido pelo Sr. Armínio Fraga algum respeito grande, para surpresa minha, que critiquei asperamente quando S. Ex^a assumiu. Cheguei a dizer que se estava indicando uma pessoa que não era a melhor para as nossas finanças, pois era raposa no galinheiro. S. Ex^a era o número um do maior especulador do mundo, era o grande aplicador, mas quero reconhecer que S. Ex^a hoje está usando a experiência que teve na época em que era a mão direita do maior investidor e, no Banco Central, está agindo com correção, com responsabilidade, e não há dúvida de que eu o admiro. Mas, na verdade, com relação a ele, à sua vida, ao seu passado, não conhecemos nada. E eu também não conhecia, sempre tive a melhor impressão do Sr. Gros. Entretanto, essa parte de que há ainda uma questão pendente com o BNDES, e uma instituição da qual ele fez parte, é delicada. E quando aparece discrepância de números, como esses que estão aqui, é mais delicado.

Não é apenas o jornalista Sr. Chico Santos que deve explicar. Ele vai dizer-nos de onde tirou esse número, que relatório é esse no qual se refere aos R\$66,6 milhões, pois o relatório que temos do Banco Central menciona R\$115,7 milhões. E o BC também tem que explicar a diferença entre esse número que está aqui e aquele apresentado pelo jornalista.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador Pedro Simon, o que vem de V. Ex^a é um prazer ouvir, é um aprendizado. Tenho acompanhado seus pronunciamentos, e observo que sempre está preocupado com pessoas que exercem cargos em outras organizações e vêm ocupar cargos importantes de direção no Governo brasileiro. Tenho um pensamento diferente, Senador Pedro Simon: o cargo de Presidente do Banco Central não é burocrático, o comando da política cambial não é um cargo burocrático, mas de alta competência e experiência comercial internacional. Tenho dito a meus companheiros que o Governo do Presidente Fernando Henrique tem tomado, ultimamente, uma direção que considero mais adequada a um regime capitalista. Sua Excelência tem escolhido, para compor seu Ministério, pessoas mais experientes na vida comercial. O início do Governo do Presidente Fernando Henrique caracterizou-se muito pela presença de burocratas, de intelectuais que não tinham experiência administrativa. Considero excelente o atual presidente do Banco Central, apesar das constantes falhas que vêm ocorrendo na parte burocrática do Banco. Vimos, agora mesmo, que houve um equívoco nos pagamentos de curto prazo de US\$ 8 bilhões, por problemas internos e burocráticos do Banco. V. Ex^a fala também de outros equívocos ocorridos em relatórios do Banco Central, um de cento e tantos bilhões de dólares e outro de sessenta e poucos bilhões de dólares. V. Ex^a, ontem, falou

também de sua divergência da nomeação da Sr^a Tereza Grossi para a diretoria do Banco. Ora, essa senhora é uma burocrata, cumpridora de decisões da diretoria. Não compreendo como um funcionário que exerce um cargo burocrático possa deixar de cumprir decisões de governo – porque a decisão do Banco Central sobre o atendimento àqueles bancos foi uma decisão da área econômica do Governo. O Ministério da Fazenda naturalmente foi ouvido...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não foi.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – É claro que foi. Decisões dessa natureza não são tomadas por ...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não foi, o Ministro Malan faz questão de dizer que não foi ouvido, que não soube de nada. Perdoe-me, mas não foi. Se V. Ex^a tem alguma dúvida, pegue o telefone e pergunte ao Ministro Malan. Ele vai dizer que não sabia de nada.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Eu não penso dessa maneira, entendo diferente. Não acredito que o Banco Central, que não tem independência no Brasil, fosse tomar uma medida dessa profundidade se não fosse uma medida de governo. Essa é a avaliação que faço. Posso estar até equivocado, mas, de qualquer maneira, Senador Pedro Simon, V. Ex^a está abordando assuntos amplos, de interesse nacional, muito em moda, atualmente, no Senado. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Admiro V. Ex^a, pelas posições claras e definidas. Admiro V. Ex^a. V. Ex^a é claro no seu pensamento. V. Ex^a disse que está gostando do Governo Fernando Henrique, porque agora ele está adotando as medidas capitalistas, num governo capitalista. Porque, antigamente, quando assumiu, Sua Excelência era meio intelectual, escolhia os intelectuais, os sociólogos, utilizava a chamada social-democracia. Agora é o regime capitalista, no qual Sua Excelência tem se baseado para tomar decisões.

Não sei o que o PSDB pensa do que diz V. Ex^a. Não sei até que ponto a posição clara – V. Ex^a é um empresário de visão, é um homem objetivo –, de V. Ex^a está certa.

Dentro do chamado regime capitalista do Senhor Fernando Henrique Cardoso – V. Ex^a diz que é o regime do governo –, mesmo assim, volto a repetir o que disse. A nossa proposta de quarentena foi aprovada por unanimidade no Senado e está na gaveta da Câmara. No regime capitalista dos Estados Unidos, assim como em vários outros países capitalistas, o presidente do Banco Central, ao deixar o cargo, não pode assumir outro, fica de quarentena, por causa das informações que adquiriu ao longo da sua função. São tão importantes e tão profundos que ele não pode deixar o Banco e assumir uma função de consultor de uma grande corretora internacional e usar esses dados. No entanto, esse nosso projeto não passa na Câmara dos Deputados. Nos Estados Unidos, a capital do capitalismo, o presidente do Banco Central, ao deixar a função, continua recebendo salário, por não sei quantos anos, mas não pode trabalhar. Porque os dados que ele conhece são de tal natureza, que ele tem que ficar um tempo fora da berlinda. Só depois, dois anos depois, quando os fatos econômicos já tiverem se alterado e as informações estiverem defasadas, aí ele pode ir para a iniciativa privada.

No Brasil não se adota essa prática do capitalismo. Essa prática do capitalismo de V. Ex^a e, segundo V. Ex^a, do capitalismo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Hoje, o cidadão é presidente do Banco Central; amanhã, está em um banco particular; e depois de amanhã volta para o Banco Central, e as coisas continuam.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um novo aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador Pedro Simon, não sei, na prática, o que adianta essa suposta quarentena. Na prática, não há diferença nenhuma entre a pessoa sair da direção do Banco Central e passar a integrar a direção de outro banco ou ficar fora. Pode-se, sem estar exercendo função definida na diretoria de algum banco, prestar assistência informal e orientar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não pode, Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Temos de acreditar na honestidade das pessoas, até que se prove o contrário. Considerarei muito adequado o Presidente da República ter convidado o Sr. Arminio Fraga para dirigir o Banco Central, pois S. S^a tem competência comercial para conviver nessa área fantástica da concorrência mundial no mercado de capitais. Não podemos colocar uma freira em um prostíbulo. Temos que nomear pessoas com experiência na área.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Qual é o prostíbulo, Senador Lúdio Coelho?

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Falo de quem não tem experiência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a falou que não se pode colocar uma freira em um prostíbulo. Qual é o prostíbulo?

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Estou apenas fazendo uma comparação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Do Banco Central com um prostíbulo?

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Absolutamente não é isso. Estou falando em matéria de experiência. Uma freira não tem experiência de prostíbulo, se V. Ex^a quer saber. V. Ex^a deve ter entendido perfeitamente o que eu disse. Ao convidar o

Sr. Armínio Fraga para presidir o Banco Central, o Presidente da República foi no caminho certo. Foi buscar no mundo comercial um homem preparado para essa função. E V. Ex^a achou muito ruim. Entendeu que o Armínio Fraga não teria isenção suficiente pelo fato de ter sido diretor de outra empresa. Eu pensei exatamente o contrário, porque acredito na honestidade de propósito das pessoas. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, reconheço que discordo da indicação do Sr. Armínio Fraga. Mas, há muito tempo, reconheço que S. S^a está sendo da maior competência e acho que foi uma boa escolha. Quanto a isso não tenho dúvida nenhuma. Porém, em um governo meu, S. S^a não seria escolhido, porque, assim como deu certo, poderia ter dado errado.

Julgo estranho que V. Ex^a, que se revela um capitalista tão apaixonado, discorde da quarentena, que é tradicional e obrigatória nos Estados Unidos.

Senador Lúdio Coelho, V. Ex^a, que é tão fanático defensor do capitalismo, sabe que lá nos Estados Unidos, país onde a lei existe para funcionar, país que não é paraíso da corrupção nem da impunidade, a quarentena é fundamental. E V. Ex^a, com essa sua cara de Santo Antônio, tranqüilo, sereno! Quem olha para V. Ex^a não diz que é um grande proprietário de terra. Quem ouve V. Ex^a dizer: “Acredito na pureza das pessoas, acredito na santidade das pessoas até que provem o contrário” não deve fazer quarentena.

Será que o americano não tem essa visão? Será que o americano e o europeu, que exigem a quarentena, estão errados? Ou será que nós, brasileiros, que somos o país do “jeitinho”, estamos certos?

Lembram-se daquela Sr^a Landau, Diretora do BNDES, que fez todo o plano das privatizações brasileiras? Depois de fazê-lo, ela deixou a diretoria do Banco Central e assumiu

a assessoria de um banco estrangeiro, que veio para cá para orientar as empresas que queriam comprar as empresas privatizadas. Ela fez o nosso projeto e a nossa proposta. Depois, saiu e, na hora de executar, na hora de privatizar, estava participando de reuniões, ganhando fortunas, orientando e dando dicas para as empresas particulares comprarem as nossas empresas. E o meu querido Senador do Mato Grosso do Sul acha que devemos confiar nas pessoas!

Se essa Sr^a Helena Landau, depois de deixar a diretoria do BNDES, não tivesse assumido aquela outra empresa, talvez muitos dos absurdos que aconteceram não teriam acontecido. Ela e seu atual companheiro, o ex-Presidente do Banco Central, com orientação dela, foram ao gabinete do Ministro para conseguir fundos do Banco do Brasil para fazer a privatização e derrotar o irmão do Sr. Tasso Jereissati.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senador, a seguir o raciocínio de V. Ex^a, não poderíamos aceitar o Ministro Tápias. Como é que S. Ex^a sai da direção de uma empreiteira e da direção do Bradesco para torna-se Ministro?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não tenho nada contra o Sr. Tápias. Ao contrário.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Mas, pelo seu raciocínio, deveria ter.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ao contrário, o Sr. Tápias não tem nada a ver com o ministério que está ocupando. Em primeiro lugar, ele não era dono e não tem um tostão no Bradesco. Era funcionário de carreira do banco.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Mas, pelo seu raciocínio...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Sr. Tápias não tem nada a ver com a empreiteira da qual era superintendente. Em segundo lugar, ele não foi para o Banco Central nem para o BNDES; foi para um ministério que traça as normas,

mas não lida com dinheiro. O BNDES cuida da dívida do banco que o Sr. Gros presidiu.

A Sr^a Landau organizou o esquema das privatizações do BNDES e foi incumbida de orientar as empresas para comprarem as privatizações. O Sr. Tápias foi para um ministério com o qual o Bradesco e a empreiteira que ele representou não têm nada a ver.

Mas creio que hoje tivemos aqui uma afirmação muito importante do meu querido Senador. Ele está contente porque o Governo, agora, é capitalista; adota as práticas do capitalismo e terminou com aquele romantismo de poetas, de intelectuais do tal PSDB! Hoje, ele é capitalista e tem como norte exatamente pessoas como o Sr. Gros, como os empresários. Temos que entregar para empresários. Porque, como diz V. Ex^a, esse negócio de “colocar freira em prostíbulo” não dá. Aliás, a palavra prostíbulo está muito usada; esta semana é a segunda vez que é empregada. Agora é S. Ex^a que diz: “lugar de freira não é no prostíbulo”. Logo, banco não é lugar de freira, mas de gente competente.

Eu já sou diferente. Faço o *mea culpa*. Como Presidente da República, não teria colocado o Sr. Armínio Fraga como Presidente do Banco Central. No entanto, reconheço que S. Ex^a está tendo a maior competência. Armínio Fraga é um homem da maior capacidade e merece todo o meu respeito pela atuação que está tendo à frente do Banco Central. Isso não me impede de dizer que, se depender de mim, quando o Sr. Armínio Fraga sair do Banco Central, deve haver a quarentena para ele voltar para o banco do seu amigo, do qual era o principal orientador.

Espero a resposta do ilustre jornalista da *Folha de S. Paulo* sobre a diferença entre 115,7 e 66,6 milhões e espero uma resposta da Mesa em relação à questão de ordem com a qual solicitei as providências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Indicação de diretora do Banco Central

Intervenção em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 21 de março, em que foi debatida a indicação da senhora Tereza Cristina Grossi Togni à direção do Banco Central.

Senhor Presidente, vamos aguardar o resultado do processo na Justiça contra essa senhora. Com a carta que veio, ainda que não tenha sido o método normal, o conteúdo é sério. Os procuradores assumiram essa responsabilidade, que “não é o tradicional”, disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, mas nem por isso vamos deixar de ver o conteúdo, que é muito sério, pois dois Procuradores saem do tradicional, passam por cima do Procurador-Geral, quando sabemos que há profundas divergências lá, em que uns querem engavetar os processos, e outros querem levá-los e apresentar as denúncias. Não é à toa que estamos aqui brigando, porque os resultados da CPI ficam nas gavetas dos procuradores e não vão para a denúncia nem para o arquivo.

Então, temos que analisar os atos dos procuradores, Senador Antonio Carlos Magalhães. Eles fizeram porque era a única chance que tinham para nos avisar: “Olha, há um processo, a senhora Tereza Cristina está sendo incriminada”.

Reparem no que dizem os procuradores, não só a nossa CPI; eles dizem, na carta, que fizeram uma profunda análise. Reparem a responsabilidade que eles estão assumindo: chegaram à conclusão de que devemos sobrestar, não devemos aprovar o nome da senhora Tereza.

Está aqui, Presidente, documento nº 3:

“Importa enfatizar que as razões são de ordem estritamente ética” — já estou falando aqui do Sindicato dos Trabalhadores —, pedindo para sobrestar. E os procuradores, a mesma coisa:

“Apurou-se que a Sr^a Tereza Grossi, como chefe interina do Departamento de Fiscalização, teve ampla responsabilidade nos fatos. Após profunda investigação, levada a efeito pelo Ministério Público Federal, determinou-se a participação direta do próprio Presidente do Banco Central Francisco Lopes, bem como dos diretores e funcionários graduados dessa instituição financeira, na simulação de uma situação de crise sistêmica. Apurou-se que a Sr^a Tereza Grossi, como chefe interina do Departamento de Fiscalização do Banco Central, foi quem, no dia 15, solicitou à Bolsa de Mercadorias e de Futuros a carta com a suposta alegação de risco sistêmico.”

Sr. Presidente, os procuradores e o sindicato dos funcionários do Banco Central estão solicitando que não se vote agora. É estranho a carta do Presidente da República dizendo que não se deve fazer apreciação preconceituosa, sem dar o direito de defesa, principalmente nós, que lutamos na Oposição, que fomos cassados, presos, banidos. O próprio Presidente da República sabe que isso é verdade, que não devemos fazer isso. Mas ninguém está querendo fazer isso. S. S^a terá o mais amplo direito de defesa, até nem sei se precisará exercê-lo, porque sentimos que, pela tradição, é possível que fique em uma gaveta. Podemos até mudar, Sr. Presidente. No momento em que decidirmos acatar a proposta dos procuradores de aguardar a decisão, estamos cobrando da Procuradoria-Geral e do Supremo Tribunal Federal a decisão sobre essa matéria. Estamos aqui dizendo, chamando e conclamando que atendemos, recebemos ofício de dois procuradores, suspendemos e estamos aguardando.

Podemos até fazer uma visita ao Procurador-Geral e ao Supremo Tribunal Federal para firmarmos a posição de que a decisão é deles.

Um segundo aspecto, Sr. Presidente, diz o nosso querido Senador José Roberto Arruda, Líder do Governo, que nós não a podemos condenar porque ela é uma funcionária que cumpriu ordens. Não! Tem que ser salientado que, no dia em que o Sr. Bragança, às 8h, tomou café da manhã com o Sr. Chico Lopes, pedindo a interferência a favor do Banco Marka, às 9h30 do mesmo dia, o Sr. Chico Lopes convocou extraordinariamente uma reunião do Banco Central. O Sr. Mauch tinha saído tarde da noite no dia anterior e foi para casa. Disse que só soube dessa reunião quando chegou ao Banco. Não tinha sido convocado. Às 9h30, o Sr. Chico Lopes faz uma reunião no Banco Central e determina o apoio ao fortalecimento dos bancos em crise. Não foram a esses dois bancos. Não citou o nome de bancos, aos bancos que estivessem em crise. E o que alega o Sr. Chico Lopes, inclusive em depoimento prestado à CPI? Eu tinha a carta da Bolsa falando do risco sistêmico e o parecer de dois procuradores dizendo que era legal. Foi baseado nisso que o Sr. Chico Lopes teria tomado a decisão de dar a força. Só que S. S^a mentiu. Às 9h30 não havia parecer de procurador, nem carta de Bolsa nenhuma falando em risco sistêmico. Era mentira. As 21h, a Sr^a Teresa, em seu departamento, fez os contatos finais com a Bolsa e solicitou que a Bolsa enviasse uma carta falando em risco sistêmico e citou os nomes dos bancos. E o Presidente da Bolsa esteve aqui e disse que enviou dois textos – um com os nomes dos bancos e outro sem os nomes dos bancos –, para que ela escolhesse. E ela respondeu que queria sem os nomes dos bancos.

Então, ela cumpriu ordens? Mas que ordens que ela vai cumprir, uma ordem imoral, se a decisão já estava tomada? Mas que ordem é essa de telefonar para a Bolsa pedindo um ofício falando em risco sistêmico nesses dois bancos, abalar a Nação, abalar o País com uma mentira dessa? E de onde ela tinha que cumprir essa ordem, se o Sr. Chico Lopes disse “faça isso”, se a decisão já estava tomada? Às nove e meia da manhã o Sr. Chico Lopes reuniu extraordinariamente o Banco Central e tomou a decisão. Ele mentiu para esta Casa quando disse que

tinha tomado a decisão com a carta da Bolsa mencionando “risco sistêmico” e com o parecer dos procuradores.

Se o nosso querido Líder do Governo ler as perguntas que fiz a essa senhora, notará que eu a elogiei. Naquela hora, pensei que o que ela estava contando que tinha se passado em seu gabinete era anterior à decisão do Banco Central. Pensei que, antes da decisão do Banco Central, ela tinha falado com a Bolsa, resolvido a questão com a Bolsa, e tinha falado com os procuradores para que eles dessem o parecer. Só fiquei sabendo que tinha sido depois quando o Presidente da Bolsa esteve aqui e declarou: “Não, eu não sabia de nada. Aí ela nos telefonou e disse: “Olha, mande uma carta dizendo que é um risco sistêmico, porque eu preciso disso por causa do banco tal e do banco tal”.

Vieram aqui depor os procuradores. Às nove e meia da noite – a decisão do Banco Central foi às nove e meia da manhã – eles foram chamados em casa pela Sr^a Tereza, que lhes disse que eles tinham que dar um parecer favorável à operação, algo já tinha sido decretado às nove e meia do mesmo dia.

A Sr^a Tereza cumpriu ordem? Mas o que declaramos aqui está sendo transmitido pela televisão, o Brasil ficará sabendo. Isso é ordem a ser cumprida? Mas que confiança teremos nessa senhora daqui para o futuro se ela cumpre esse tipo de ordem?

O Sr. Chico Lopes está aí. Os dois amigos dele, colegas dele — perdão —, que foram presidente do Banco Central do Japão, um deu um tiro na cabeça para não ir para a cadeia e o outro está na cadeia. Ele está lá com a letra, dizendo que o dinheiro depositado em nome do Sr. Bragança no exterior é dele, US\$1,640 mil, e vai tudo embora. Ele abriu um negócio. Está trabalhando muito bem no Rio de Janeiro, muito satisfeito. Não aconteceu nada com ele. E agora vêm me dizer que não há nada que fazer com a telefonista, quando ela cometeu a coisa mais grave que se pode imaginar!

Por que a melhor saída é sustar? Porque nós não vamos julgar. O normal seria, baseado no nosso relatório, dizer não. Eu voto não, Sr. Presidente. Eu voto não aqui e no plenário. Agora, querem sustar? Eu voto, é correto. Vamos deixar que ela se defenda. Pode ser, já que está tudo errado. Vamos dar chance? Tudo bem! Agora, uma coisa é dar chance para que ela se defenda e outra é promovê-la à diretora, Sr. Presidente.

Já nos queixamos da CPI. O povo diz que CPI dá em *pizza*, e nos matamos explicando que CPI não tem condições nem de denunciar, nem de condenar. Quem denuncia é o promotor ou o procurador e quem condena é só o juiz ou o tribunal. Podemos cassar um Presidente da República, e cassamos; podemos cassar dez deputados, e cassamos; podemos apresentar, como na CPI dos Precatórios, o governador tal como culpado, o prefeito tal como culpado, os fulanos tais e tais como culpados pelos precatórios, mas não podemos colocá-los na cadeia. Só culpamos, acusamos.

Tenho sido duro, cáustico com a Procuradoria-Geral e com a Justiça, pois elas nem colocam na cadeia nem arquivam, porque não têm prova. E um direito que ele tem. Não tem prova, arquivam-se; mas também não há denúncia, fica na gaveta sem se pronunciar. Cobramos essas atitudes a toda hora do Poder Judiciário e da Procuradoria.

Agora, como diz o Senador Roberto Requião, tomamos uma decisão. Vamos cuspir em cima dela?

Mas, agora, nós fizemos uma denúncia, que, sendo acatada, os Procuradores dizem que é real, é séria e muito grave. Nós, também, fizemos — é verdade — e, agora, eles vão promovê-la a Diretora-Geral!

Olhem, depois do Presidente, o mais importante é o Diretor de Fiscalização, que é exatamente o que tem de errado naquele Banco, que é o que tem que mudar totalmente naquele Banco, pois, assim, também, a encarregada desse assunto será promovida a Diretora.

Olhe, Sr. Presidente, custa-me crer — eu me choquei com a carta do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas entendo que é um direito dele — foi bem dito aqui. Eu achei que o Sr. Antonio Carlos Magalhães fez o papel dele: fechou um olho e abriu o outro — olhou a parte jurídica: “Mas como, não são os Procuradores que têm que enviar. Quem tem que enviar é o Procurador-Geral”. Mas S. Ex^a, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, tirou o sofá da sala, pegou a carta dos Procuradores e tirou o sofá. Tirando o sofá, não tem mais adultério. O importante é o conteúdo da carta e esse o Sr. Antonio Carlos Magalhães preferiu não ler.

Agora, nessa hora eu não me lembro. É um momento em que nós, talvez, estejamos no ápice do respeito da sociedade com relação à CPI. O Senado e a Câmara — não sei... Neste País, o Judiciário age por liminares e o Executivo por Medidas Provisórias e nós ficamos assistindo. Mas com relação a apurar, fiscalizar, denunciar e buscar o que é — como dizia o Secretário-Geral da Receita, o Sr. Everardo Maciel — ele bate palmas e agradece a Deus quando vê uma CPI porque é a única chance que ele tem de conhecer e ficar sabendo das coisas que estão acontecendo.

Numa altura dessas, Sr. Presidente, indicarmos essa senhora... sinceramente eu não tenho mais o que dizer. Nós não podemos mais abrir a boca, não podemos mais falar, não podemos mais dizer que a culpa não é nossa se a CPI acaba em *pizza*, porque a Promotoria não denuncia. A CPI acaba em *pizza* porque o Tribunal não julga. Não, a CPI acaba em *pizza* porque nós jogamos de mentira e quando é para valer nós fazemos o que estamos fazendo agora. O próprio Presidente do Banco Central está tendo alta credibilidade. Eu estranho que se coloque uma credibilidade tão alta que ele tem. Hoje, todo mundo, independente se gostava ou não gostava dele, se votou a favor ou não, ele está indo e as coisas não deram no caos que se imaginava, o dólar não estourou como alguns achavam, a inflação não

implodiu como outros achavam; pelo contrário, as justiças dão um rumo positivo. Quando S. Ex^a coloca o seu prestígio e o seu nome em jogo, o Presidente da República manda uma carta como esta, absolutamente desnecessária, para isto, Sr. Presidente? Mas que País é este, como dizia o nosso amigo Francelino — para onde nós vamos?

Eu faço um apelo aos companheiros: vamos votar aceitando essa preliminar. E a grande preliminar. Nós não estamos rompendo com o Governo, nós não estamos deixando mal o Presidente nem o Banco Central nem ninguém. Nós não estamos fazendo juízo de valor. Nós estamos apenas dizendo que recebemos aqui e nós poderíamos até dizer que nós não tínhamos dado conta. Pensávamos que era ofício de dois Procuradores, mas eles disseram que fizeram uma ampla análise e, também, chegaram a essa conclusão. Os funcionários devem ter orgulho — o Banco que tem um funcionário de carreira, concursado e indicado para Diretor para lhes dizer que são contra e que ele exige só por questões éticas. Nessa hora, vamos sustar. Sustando, podemos até voltar atrás daqui 10, 15, 20 dias. Aprovando, nós não temos mais o que fazer. Eu repito: sustando, agora, nós sustamos e daqui a um tempo, numa outra situação, votamos novamente. Agora, se for votado hoje e for para o Plenário, eu acho que a desgraça está feita.

Muito obrigado.

Audiência do prefeito de São Paulo

Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 22 de março, em que foi ouvido o Prefeito da cidade de São Paulo, Celso Pitta.

Senhor Prefeito, talvez V. Ex^a estranhe a serenidade da reunião que estamos tendo no dia de hoje, mas dentro das dificuldades enormes que tem vivido V. Ex^a teve um lado positivo a seu favor que é que esta Casa se reuniu ontem a noite e com a decisão que tomou, V. Ex^a só pode ser recebido desta forma como o está sendo.

Havíamos criado uma CPI muito dura e muito importante sobre o sistema financeiro brasileiro e as conclusões da CPI tinham chegado ao fato de que determinadas pessoas tinham seus nomes sido enviados à Procuradoria-Geral para sofrerem um processo.

Ontem foi um dia trágico para esta Casa. O Presidente da República enviou uma carta para cá dizendo que um nome muito contestado tinha de ser aprovado para a direção do Banco Central e esta Casa aprovou. Aprovou no plenário da comissão e vai aprovar na área do Senado. Assim, ficamos exatamente com a pergunta: Qual é a atribuição do Senado?

O setor mais importante é o Banco Central, que exerce a fiscalização, e aprovamos o nome de uma ilustre senhora que está sendo processada, que a Procuradoria da República, por dois procuradores, pediu que não se aprovasse e que ficasse

sobrestado para esperar o resultado, que os funcionários do banco, por meio do seu sindicato, enviaram um ofício a esta Casa pedindo que, por uma questão de ética, se sobrestasse para esperar o resultado e esta Casa tomou uma decisão dramática em minha opinião.

Venho sempre dizendo que, neste momento em que há uma impunidade muito grande, em que esposas como a esposa de V. Ex^a vai e fala e a imprensa publica como vem publicando permanentemente e não temos chance de provar se aquilo é verdade ou mentira, fica lançado no espaço, a cada dia e a cada hora, uma infinidade de coisas quanto a determinadas pessoas e que, em sendo político, nada acontece.

Se entra em discussões com o Bradesco o Senador Relator da Comissão dos Precatórios mostrou uma série de fatos mais do que evidentes e não aconteceu absolutamente nada. Sendo políticos, a imprensa até batia, e prefere alguns como V. Ex^a para bater mais. Daqui a pouco esquece, não fala mais nada disso. E nós dizíamos que o que tem de importante neste País são as CPI do Congresso Nacional, principalmente do Senado. E nós fizemos nossa parte. Dizíamos que fizemos nossa parte, mas a opinião pública cobra de nós, dizendo que a CPI termina em *pizza*, o que não é verdade, que não cabe ao Senado denunciar, porque quem denuncia é o Procurador ou o Promotor, e não cabe ao Senado condenar, porque quem condena é o juiz. Mas ontem julgamos e absolvemos. Ontem voltamos atrás e desde ontem não temos mais autoridade de dizer que fizemos nossa parte, que a culpa é do Judiciário. Não! Fizemos pior que o Judiciário. O Judiciário não julga, fica na gaveta, não denuncia. Mas nós tomamos uma posição, decidimos sobre ela, e ontem, com a maior tranqüilidade, com a maior cara-de-pau, voltamos atrás.

V. Ex^a está se beneficiando disso. Perdoe-me a sinceridade. É que, depois de esta Casa ter votado como votou ontem,

estão todos aqui quietinhos, sem graça, sem ter o que falar. Esse é o primeiro aspecto.

Quero que V. Ex^a veja como, dentro da temporada de fatos graves que têm batido em V. Ex^a, talvez tenham começado a vir a partir das coisas boas, porque hoje já é um dia em que V. Ex^a foi tremendamente beneficiado. Teria sido muito diferente se V. Ex^a tivesse sido ouvido ontem pela manhã. Vou lhe ser sincero: seria um bombardeio tremendo, seria de CPI para mais. Dormi sonhando com o Presidente da Comissão, Senador Suassuna, e não deve ter sido bom sonho. Foi pesadelo. Eu estava na Comissão, sentado, e não sei o que teria havido, uma movimentação, quando vejo o Senador Suassuna se levantando e dizendo: “Vamos manter as aparências. Pelo menos, vamos manter as aparências”. Quando o Senador Suassuna disse isso ontem na Comissão, vou ser sincero, aquilo me chocou, fiquei tonto. E quando chego lá ainda sonho com isso, com esse “vamos manter as aparências”. Hoje, sim, até com outro estilo, estamos mantendo as aparências.

Não sei o que pensa V. Ex^a Penso o seguinte: quando a imprensa brasileira quer agir, ela age; quando não quer, não age. Há um determinado jornal que, com relação a um certo importante político do Congresso Nacional, já republicou três vezes uma página inteira com um dossiê. Quando esse determinado político é candidato a um determinado cargo, a ministro ou coisa que o valha, a página é publicada. E aí se esquece o nome dele, arquiva-se, não se fala mais. O jornal não fala mais, ninguém fala mais nada. Daí a um ano ele é lembrado para um outro cargo, para uma outra posição, sai a mesma matéria, só muda a data. Pelo menos eles têm a compenetração da responsabilidade e mudam a data. Depois, o Parlamentar não ganha o cargo, não leva o que queria, e se esquece. Isso é a irresponsabilidade da imprensa que temos, a irresponsabilidade da Justiça brasileira.

Acho, por exemplo, que uma declaração como a da sua ex-esposa, desculpe-me pela sinceridade, merece uma apreciação. Discordo de V. Ex^a, do Senador Antonio Carlos, quando diz que se tem que fazer um exame mental para ver se é ou não. Não tem que fazer coisa alguma. Aliás, exame mental foi o que a mãe do Sr. Pedro Collor pediu, pediu que se fizesse um exame mental no filho, porque o filho estava acusando o irmão Presidente. Ele fez um exame mental. Na verdade, ele tinha câncer, e morreu do câncer, mas a situação psíquica dele era absolutamente normal.

Por outro lado, também não sou daqueles, com todo respeito, meu querido Prefeito, que acham que quando sofremos uma agressão, uma ofensa, tenho que ver o que há do outro lado. “Não, você não pode fazer isso, porque você é mais aquilo, mais aquilo...” Acho que, primeiramente, tenho que responder. Há dois momentos. O que acusou tem o rabo preso em muitas coisas. Mas na hora de me defender, tenho de me defender. Depois de fazer a minha defesa, ponto final. Com relação ao Fulano de tal que está me atacando, quero dizer que é isso, mais isso e mais isso. Há casos, de modo muito especial o do nosso querido Presidente Antonio Carlos Magalhães, em que se usa muito bem o contra-ataque. Tudo o que se diz em relação a S. Ex^a, a resposta é: “Mas Fulano é mais isso e mais aquilo”. Então, ele parte para o contra-ataque, o que não considero correto. Ele tem o direito de partir para o contra-ataque desde que, em primeiro lugar, se defenda do que aconteceu.

Não concordo com a tese de que de repente se pegue alguém para ser a bola da vez. Sempre fui contrário à chamada bola da vez. Creio que se olharmos para a política de São Paulo, veremos coisas muito graves, como há coisas muito graves na política brasileira. E são muitos os responsáveis. V. Ex^a pode ser um dos responsáveis. Mas não dá para dizer que seja V. Ex^a apenas. Acho que a Câmara de Vereadores de São Paulo, pelo que se diz e pelo que se fala, realmente vive momentos de uma

auto-afirmação tremendamente negativa. Acho que as afirmativas de sua esposa têm que ser consideradas pelo fato de que não se pode, pura e simplesmente, ignorar e fazer aquilo que se faz na política brasileira: passar por cima. Há algum tempo – um dos maiores escândalos que vi – nós descobrimos na CPI do Sistema Financeiro, que foi provar, escrito com a própria caneta, que um presidente do Banco Central dizia que 1 milhão e 680 mil dólares depositados no exterior, na conta do Sr. Bragança, eram deles e que sua esposa, caso ele faltasse, tomasse as providências. Em qualquer outro lugar do mundo, ele estaria na cadeia, pelo menos por sonegação. Hoje não acontece nada. E é porque não acontece nada que o conceito do Brasil, da política brasileira, é o pior possível.

Assim, seria importante que se explicassem as afirmativas da Sr^a Pitta. Seria importante, porque ela diz coisas concretas. Eu, por exemplo, não acredito que o Sr. Antonio Carlos Magalhães tenha telefonado para o ex-Senador Gilberto Miranda, segundo a esposa de V. Ex^a, e o ex-Senador, quando Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, antecessor de V. Ex^a, era insistente também, mas não acredito que o Sr. Antonio Carlos Magalhães tenha procurado V. Ex^a para fazer intermediação da empreiteira da Bahia. Mas, com todo respeito a Gilberto Miranda, por quem tenho carinho – e quando fui operado ele, num gesto de muito carinho, pegou o melhor médico de São Paulo e, num avião dele, foi até Porto Alegre para assistir minha cirurgia –, eu creio que ele é uma pessoa de quem eu não duvido tenha cobrado de V. Ex^a E até, como disse a esposa de V. Ex^a, lá na casa dele, pegou o telefone e teria telefonado ao Senador Antonio Carlos Magalhães: “Olha, está aqui o prefeito. Como é o negócio do pagamento da empreiteira não sei qual?” Aí ele fala e desliga.

O tema aqui é a dívida de São Paulo, então paro aqui. O tema, amanhã, será a dívida da Bahia, e o Senado vai se afundando e se afundando sob a Presidência de V. Ex^a Muito obrigado.

O SR. CELSO PITTA — Penso que as colocações de V. Ex^a merecem de fato uma réplica, independentemente de não serem o tema dessa audiência.

Em primeiro lugar, todas as questões levantadas pela D. Nicéa foram rechaçadas prontamente por mim e por todos aqueles que foram citados. São todas, naturalmente, improcedentes, inverídicas. Mais do que isso, detalhes desse posicionamento meu, que nem de perto passou por uma consideração como essa citada no caso do ex-Presidente Collor, cuja mãe teria solicitado um exame de sanidade. Nada disso foi feito da minha parte.

No meu caso, nada disso aconteceu. E se V. Ex^a, os demais Senadores e a Nação quiserem mais detalhes das respostas que eu já dei, as revistas do último fim-de-semana publicam entrevistas e matérias, inclusive com todas essas respostas específicas.

Com relação à resposta formal a todas essas declarações, existe o fórum próprio, que é o Ministério Público do Estado de São Paulo, ao qual dirigi um ofício, por meio do meu advogado, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira. Já tem uma semana que esse ofício lá está. Coincidentemente, foi reproduzido ontem no jornal *Folha de S.Paulo*, mais do que me colocando, solicitando ser ouvido item por item daquelas declarações feitas a meu respeito pela D. Nicéa.

Com relação à situação do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado, devo registrar que, tanto eu como a minha família consideramo-nos ofendidos com referências que ele fez a nós. Nada disso, entretanto, tira de S. Ex^a o mérito de, primeiro, ter apoiado a cidade de São Paulo em todos os momentos em que ela precisou de fato do apoio desta Casa. Em segundo lugar, também aquela insinuação de que teria havido solicitação ou pressão da parte de S. Ex^a, por meio do ex-Senador Gilberto Miranda, para o pagamento de atrasados para

a empresa OAS é totalmente inverídica e improcedente. Aquela conversa nunca existiu.

Com relação às outras considerações, fico feliz de que V. Ex^a tenha registrado nesta data, neste momento, uma inversão na curva da minha sorte, e espero que isso continue daqui para a frente.

Combate à pobreza

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 23 de março.

Senhor Presidente, menciono aqui rapidamente duas questões. Em primeiro lugar, acho que V. Ex^a tem de cobrar mais presteza da Câmara dos Deputados na apreciação da matéria que limita a edição de medidas provisórias. Acho um absurdo o que a Câmara dos Deputados está fazendo. Na dúvida, ela simplesmente não toma uma decisão. A Câmara dos Deputados tem obrigação de decidir. Quer aprovar conforme enviámos, que aprove; quer aprovar modificando, que modifique; quer rejeitar, rejeite. Mas como está não pode ficar. Quando diz que, se não houver um determinado prazo, existe a possibilidade de V. Ex^a promulgar aquilo que está nos dois projetos, no da Câmara e no do Senado, V. Ex^a está absolutamente correto.

Em segundo lugar, acho feliz a iniciativa de o Presidente da República reunir hoje os Líderes partidários, e os Presidentes da Câmara e do Senado, para discutirem o valor do salário mínimo. É bom haver uma identidade das bases, é bom que se chegue a um determinado entendimento. Acho correto.

No entanto, baixar uma medida provisória quando já existe um amplo debate na Câmara dos Deputados, quando já existe discussão dessa matéria é mais um atestado de que estamos aqui para fazer de conta. Se houve a decisão de discutir a matéria, se os Parlamentares a estão debatendo, se existe uma comissão para estudar a matéria, a reunião de hoje é oportuna.

É normal e positivo que o Presidente da República reúna as Lideranças para chegar a um denominador. Agora, que esse denominador seja levado pelos Líderes, que têm ampla maioria na Câmara e no Senado – que aprovam o que querem, até a Sr^a Tereza Grossi –, à Comissão, para que seja aprovado.

Uma comissão de trabalho reúne-se de manhã, de tarde e de noite para debater e discutir, e aparece no jornal, depois, que o salário mínimo foi decidido por medida provisória? É um exagero! Já é ridículo que há tantos anos o salário venha sendo decidido por medida provisória! Que há tantos anos a irresponsabilidade do Congresso aguarde que venha do Governo, por medida provisória, o salário mínimo!

Desta vez, não foi o que aconteceu. Desta vez – faça justiça a V. Ex^a –, V. Ex^a antecipou o debate, e antecipou bem. Numa hora em que estavam falando nos vencimentos de juízes, deputados e senadores, V. Ex^a trouxe à discussão o salário mínimo. O normal era o contrário. Discutiam-se os vencimentos da elite, digamos assim, em novembro e dezembro, e o salário mínimo na segunda quinzena de abril. Agora, veio à tona a discussão paralela: de um lado, estamos discutindo aqui quanto devem ganhar juízes, deputados e senadores. Oito mil reais? Não. Oito mil reais é pouco. Dez mil e duzentos reais, ou R\$11.700, que foi o teto a que chegaram os dirigentes dos Poderes? Ainda acharam pouco. Treze mil e trezentos reais? Não sei. Então, R\$11.500 mais R\$11.500, teto *duplex*, totalizando R\$23 mil?

Numa hora em que se discute isso, o mesmo Congresso, com a mesma cara, o mesmo Executivo, com a mesma cara, discutem qual deve ser o aumento do salário mínimo. Quinze reais?

Hoje, há uma coisa fantástica, Sr. Presidente, no jornal. *O Globo* está sensacional, porque diz que, na reunião que está sendo travada, o novo mínimo sai. E *O Globo* noticia que o salário deve ficar entre R\$149 e R\$151. É um debate da maior importância e do maior significado – se será R\$149 ou R\$151.

Parece-me que não será nem R\$149, nem R\$151. Vai ser R\$150,25. Isso não é sério, não é, Sr. Presidente?

Seja qual for a decisão, acho, em primeiro lugar, que a reunião é oportuna. Em segundo lugar, V. Ex^a e os outros Líderes vão debater e chegar a um entendimento. Acho muito feliz esse entendimento, mas, pelo amor de Deus, que os Líderes levem esse entendimento para a Comissão e o defendam. Que haja pelo menos a votação do projeto pelo Congresso Nacional. Se era para baixar medida provisória, isso já deveria ter sido feito.

É verdade, justiça seja feita, que o Governo, ao longo dos anos, tem resolvido essa questão por medidas provisórias, por irresponsabilidade, omissão e comodismo do Congresso, que fica debatendo, discutindo, e não faz nada. Vem a medida provisória e resolve. Desta vez, isso não aconteceu. Ainda ontem, estiveram na Comissão o Ministro Pedro Malan, o Ministro da Previdência, o Ministro do Trabalho e o Ministro do Desenvolvimento, para debater o assunto. Agora, de repente, atropelar com uma medida provisória um debate que está sendo travado é algo que eu, sinceramente, não consigo entender.

Por isso, Sr. Presidente, apelo a V. Ex^a para que não permita que se resolva a questão por medida provisória. Por outro lado, se V. Ex^a me permitir misturar assunto, lembro que o Presidente da República, neste momento, está recebendo o Presidente, a Vice-Presidente e o Relator da Comissão da Pobreza.

Por ocasião do jantar que tivemos com Sua Excelência, no Palácio, o Senador Suplicy pediu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso uma reunião com a Comissão da Pobreza e ele disse que ia marcar. Marcou, e ela está sendo realizada, neste momento, no Palácio. Estão lá o Presidente, a Vice-Presidente e o Relator da Comissão. E nós, que gostaríamos de estar lá, não estamos. Uma série de decisões vai ser tomada.

Com o prestígio que V. Ex^a tem, Sr. Presidente, penso poderia dar um telefonema, para fazer um apelo ao Presidente

da República relacionado a esse projeto, de autoria de V. Ex^a, de combate à pobreza. Sr. Presidente, esse foi um dos momentos mais bonitos que vivi neste Congresso Nacional. Fui um dos primeiros a ser consultado e um dos primeiros a defender o projeto de V. Ex^a. Muita gente achava que V. Ex^a não tinha autoridade, que o projeto era demagógico e eu disse que não era verdade: O importante é que S. Ex^a tem prestígio, está todo dia na imprensa e está colocando esse seu espaço e essa sua dedicação em um projeto da maior importância. E foi o nome de V. Ex^a que permitiu que o debate estivesse em todas nas páginas de todos os jornais.

Em vista disso, a Líder do PT fez a proposta de que, à margem do projeto, criássemos uma comissão especial, com o que V. Ex^a concordou. Foi criada, então, uma comissão mista da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, onde vivi momentos de profunda mágoa, pelos números negativos que eram apresentados, mas de profunda emoção, pela unidade, pelo entendimento, pelo entrosamento, pela vontade de encontrar uma saída. Lamentavelmente, no final, a conclusão mostrou-se muito fraca. Mas há uma emenda que está sendo discutida. O Governo aprovou R\$40 bilhões para serem utilizados em situações especiais. Esse é um fundo que o Governo criou, de maneira permanente. Por amor de Deus, Sr. Presidente, será que é um crime reservar R\$10 bilhões desses R\$40 bilhões para o fundo de combate à pobreza? Penso que há mil problemas com urgência urgentíssima, e poderiam debater, o Presidente da República, o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara, em quais deles esse dinheiro seria aplicado.

Acredito que deveríamos começar por Brasília, onde vejo, chocado, em minhas caminhadas, de madrugada, crianças pequenas dormindo ao relento. Quando Governador, em Porto Alegre, criei uma espécie de SOS, que deu certo. Será que não poderiam ser criados, em Brasília, grandes albergues? Será que não se pode comprar duas ou três caminhonetes que, à noite, passariam recolhendo essas pessoas que estão dormindo no

ção para levá-las para os albergues, onde teriam oportunidade de tomar um banho, de comer alguma coisa? Isso pode ser feito. Eu mesmo vou ao governador do Distrito Federal levar essa proposta. Esta é uma proposta que me parece de urgência urgentíssima, que poderia ser resolvida pelo fundo de pobreza.

Agora, o Presidente da República aceitar proposta do Sr. Ministro da Fazenda... Tem razão V. Ex^a quando diz que ele não conhece muito pobre, embora V. Ex^a mesmo tenha dito que ele já andou recebendo alguns pobrezinhos. Mas o resultado disso ainda não apareceu. Ainda não vi.

Mas eu faria um apelo a V. Ex^a para que telefonasse ao Presidente Fernando Henrique e lhe dissesse que a Senadora Marina Silva vai levar uma proposta para que se aprove uma emenda para que, dos R\$40 bilhões, R\$10 bilhões sejam destinados ao fundo de pobreza. Se Sua Excelência disser que esses recursos são para pagar a dívida externa e para coisas essenciais, tudo bem. Mas será que existe alguma coisa mais essencial do que um fundo da pobreza?

Peço desculpas a V. Ex^a, agradeço a tolerância de V. Ex^a, mas penso que essas questões eram fundamentais. Primeira: que não venha a medida provisória. Que o Governo tome a decisão e que seus Líderes venham a debatê-la na comissão. Em segundo lugar: que a proposta levada pela Senadora Marina – a de que um percentual desses R\$40 bilhões seja utilizado no fundo da pobreza – seja adotada.

Caso contrário, Sr. Presidente, vamos votar em plenário. Voto favorável ao fundo da pobreza, mas voto com uma mágoa profunda, porque é uma decepção total em meio a isso tudo que está acontecendo, quando vamos rolar uma dívida de R\$10 bilhões da Prefeitura de São Paulo e demos para o Banco Nacional R\$11 bilhões. E apenas R\$4 bilhões são destinados para o fundo da pobreza.

Obrigado, Sr. Presidente.

Cresce número de excluídos

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 27 de março. Apartes: Lauro Campos (PT – DF), Tião Viana (PT – AC).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, fico satisfeito de ver, segunda-feira, como se fosse um cidadão do baixo clero do Senado como nós, o Presidente Antonio Carlos Magalhães assistir à sessão. Eu lhe agradeço. Soube agora da decisão da Mesa de publicar – não todo, porque não é o interessante – a base do documento “Dignidade Humana: 2000, um Novo Milênio sem Exceções”. É o documento da Campanha da Fraternidade, este ano organizado não pela Igreja Católica, mas pelo Conselho das Igrejas Cristãs, em que vêm a debate as discussões da hora que estamos vivendo.

Considero feliz e oportuna essa campanha. A Igreja Católica, já há algum tempo – desde 1964, se não me engano – vem fazendo a Campanha da Fraternidade. A Quaresma, para nós, cristãos, é tempo de meditação: lembra os 40 anos em que o povo judeu viajou pelo deserto em busca da terra prometida e lembra os 40 dias em que Cristo ficou jejuando no deserto, sofrendo as tentações do demônio, antes de iniciar sua caminhada rumo à morte e ressurreição.

Que bom que nesses dias da Quaresma sejamos chamados a meditar sobre nosso dia, nossa vida e sobre a realidade do mundo e do País! Que bom que estejamos a nos aprofundar sobre aquilo que acontece no nosso País e a pensar sobre o que podemos fazer para alterar a realidade!

Os objetivos da caminhada da fraternidade são:

– propor uma prática de vida em que os valores morais e éticos exaltem a dignidade da pessoa, evitem as exclusões que marginalizam pessoas e grupos, criem condições de paz na convivência cotidiana;

– lutar por políticas sociais e demográficas e promover a solidariedade e a partilha no respeito aos direitos fundamentais à subsistência e às condições sustentáveis de vida digna para todos, contra o *apartheid* social e econômico;

– denunciar a violação dos direitos humanos e as ameaças à dignidade, em todos os âmbitos e níveis: comportamentos, organização da sociedade, políticas, legislação, administração e prática da justiça;

– opor-se a qualquer forma de violência contra as pessoas, a qualquer estrutura concreta de violência, a qualquer exclusão e intolerância;

– favorecer as soluções não violentas dos conflitos sociais, solicitando as mediações, opondo-se ao uso desnecessário da força, colocando-se em defesa dos mais fracos e ameaçados na sua dignidade e nos seus direitos;

– promover o diálogo, incentivando o respeito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa, na busca da verdade que liberta e salva, denunciando toda e qualquer competição religiosa ou ideológica;

– valorizar a contribuição indispensável da mulher nas igrejas e na sociedade, na busca da superação dos papéis culturalmente impostos;

– defender os direitos das minorias frágeis e marginalizadas contra as discriminações raciais, étnicas, culturais e religiosas.

Sr. Presidente, esse é o objetivo, essas são as teses, esse é o significado. Se nos aprofundarmos nesse texto, vamos nos chocar com ele, pois chama a atenção para o dia-a-dia do nosso povo, para as injustiças que se multiplicam em todas as

horas, para as violências cometidas. E a nossa indiferença é total e absoluta, em todas as horas.

Esse texto nos mostra que, na verdade, as exclusões estão em todos os lados que olharmos. No entanto, nós avançamos, seguimos adiante sem delas tomar conhecimento. Lá pelas tantas, falamos, criticamos. A sociedade de modo geral, os intelectuais, a grande imprensa, políticos, empresários exigem, cobram do Estado ações que já deveriam ter sido praticadas. “Como não se faz? Como ainda há gente na rua e miseráveis dormindo à luz da lua?” Contudo, na verdade, poucos de nós, meu bravo Senador Siqueira Campos, fazem alguma coisa. Na verdade, muito pouca gente faz, e somente aquilo que pode, aquilo que tem condições de fazer.

Respondendo ao meu aparte, V. Ex^a disse que não será com gestos iguais aos seus que se mudará a situação. Permita-me divergir de V. Ex^a: principalmente com atos, com gestos iguais aos de V. Ex^a é que cada um fará a sua parte.

Passei outro dia na Asa Sul, e a vitrine de uma luxuosa boutique que vende produtos para cães me chamou a atenção. Entrei e fiquei impressionado com o que vi. Verifiquei os preços e indaguei: Há clientes para isso? Responderam-me que já estavam inaugurando a terceira casa. Olhei as roupinhas, as jóias mais caras e perguntei se aquilo tinha saída. Disseram-me que as roupinhas mais sofisticadas eram as de maior saída. E fiquei a analisar algo que, desde quando eu era criança, ouvia do Senador Alberto Pasqualini – passaram-se 50 anos, mas naquela época já se falava nisso: uma sociedade que valoriza mais os cachorros de raça do que a criatura humana é algo que não tem justificativa.

Por isso, Sr. Senador, V. Ex^a não deve ter feito por seu filho de sangue – quanto mais para o adotivo – o que aquela senhora da sociedade do Rio de Janeiro fez: uma festa de aniversário para sua cadelinha, cujos convites eram tremendamente disputados pelas pessoas, segundo reportagens publicadas pelas revistas. Foi realmente uma festa de grande esplendor, e o *high society*, a alta sociedade do Rio de Janeiro estava presente. É que a alma humana, se não é chamada, se não se compe-
netra do que é, fica no egoísmo, no individualismo. Quando

perguntaram à dona da cadelinha por que não adotava uma criança, ela respondeu que a cadelinha só fazia o que ela queria, que a agradava e que não lhe causava nenhum problema. Sendo assim, por que adotaria uma criança, se depois poderia arrepender-se? Vejam os senhores a indiferença, a insensibilidade da alma humana da sociedade em que vivemos.

Esse livro chama a atenção para as desigualdades e para os muros que estão sendo feitos em torno dessas desigualdades. É impressionante que estejamos aprofundando as diferenças entre o Brasil rico e o Brasil pobre. O que há de mais chique na Bahia, no Rio Grande do Sul, em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo são os condomínios fechados. Hoje, para os afortunados, felicidade é morar num condomínio fechado. Estive num desses, por acaso: uma enorme área perto de Campinas, casas bonitas, um dos mais modernos campos de pólo do mundo. As pessoas moram ali e vão para São Paulo e de lá voltam de helicóptero. Os muros que o cercam são muito altos. Ali há outra sociedade, com outra organização: polícia interna, clube, vida privada. Eles estão ali. A última idéia que tiveram foi a de criar uma escola só para os condôminos, que não tenha muitos alunos, apenas alunos que não tenham desníveis entre si.

Essa sociedade está aumentando, Sr. Presidente. Aqui em Brasília, é impressionante! No Rio Grande do Sul, chama a atenção. Os desníveis são de tal maneira que chama a atenção o choque entre os que têm e os que não têm.

Dizem os jornais: “A taça da desigualdade é nossa”. Nesse artigo, afirma o jornalista César Fonseca, comentando dados do Ipea:

“Os resultados do estudo revelam que, em 1998, cerca de 14% da população brasileira vivia em famílias com renda inferior à linha da indigência e 33% das famílias, com renda inferior à linha da pobreza. Assim, cerca de 21 milhões de brasileiros podem ser classificados como indigentes e 50 milhões como pobres. Ou seja, 71 milhões de pessoas no País estão praticamente afastadas do mercado de consumo, de bens duráveis, os que realmente dinamizam a demanda global da economia.”

Este é o Brasil. Este é o nosso retrato. Esta é a nossa realidade.

Quando, na primeira campanha do Presidente Fernando Henrique Cardoso – sociólogo, intelectual, ex-ministro da Fazenda, exitoso do Plano Real –, lhe perguntaram qual o plano de governo da sua campanha, Sua Excelência abriu os dedos da mão: agricultura, saúde, educação, moradia e segurança.

Para resolver os problemas relativos a esses cinco dedos da mão do Senhor Fernando Henrique Cardoso não são necessários dólar, globalização, capital estrangeiro ou auxílio externo. Basta ter vontade política.

Sua Excelência encaminha-se para a metade do segundo mandato, abana a mão, mas ainda não se dispôs a levantá-la de novo para dizer: “Nestes meus quase seis anos de mandato, a fome diminuiu, a agricultura avançou, a moradia popular tirou muita gente da rua, a segurança nos dá o direito de respirar, e a saúde melhorou”.

Para o Plano Plurianual ou a denominação que se queira dar ao programa – não sei se é Brasil em Ação –, o Governo tira R\$40 bilhões. O PSDB, o PFL e o PMDB defendem, com unhas e dentes, esse projeto por ser muito importante, ainda que essa quantia venha do Fundo de Amparo ao Trabalhador, de cortes na saúde e na educação. O Governo precisa desse dinheiro. Segundo o Senador Lauro Campos, esse dinheiro servirá para pagar a dívida externa. Já os homens do Governo dizem que ele dará mais agilidade.

Quando o Sr. Antonio Carlos Magalhães lançou o Projeto do Fundo da Fome e a então Líder do PT, Senadora Marina Silva, criou a Comissão para debater essa tese, parecia que iríamos viver um momento diferente na história do Senado. Mas o resultado foi pífio, cruel, insignificante. Espero que esta Casa vote no plenário a emenda que destina parte dos R\$40 bilhões que o Governo tem – não sei para fazer o quê – para o Fundo da Pobreza.

É claro que cada um de nós representa um Estado. Mas, Sr. Presidente, caminho de madrugada pelas ruas de Brasília

não apenas por exercício físico. Gosto de caminhar e fico de olhos abertos, meditando, pensando, refletindo. Dá dó de ver como tem aumentado o número de famílias que dormem nas portas dos prédios, nas portas das igrejas, embaixo das árvores. Crianças de colo estão ali, sem nenhuma perspectiva e sem nenhuma garantia.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço o aparte do nobre Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Nobre Senador, não resisti ao desejo de apartea-lo, tentando seguir sua caminhada que começou tão cedo e que, para alegria nossa, ainda há de prosseguir por muitos quilômetros, por muito tempo e por muito espaço na vida pública brasileira. Cada vez que V. Ex^a fala, busco, no fundo da minha memória, algumas lembranças que fazem com que eu sinta uma admiração cada vez maior por V. Ex^a e uma afinidade que me envaidece. Quando V. Ex^a falou sobre uma sociedade que tem como seu amigo predileto o cão, a sociedade “americanalhada” que se globaliza, recordava-me de que, há trinta, quarenta anos, alertava os meus alunos para esse fato. A prioridade de algumas sociedades capitalistas que transformaram o próximo em inimigo é o cachorro. Quanto às lojas caninas, eu costumava brincar – há 30 anos – que, além dessas lojas, dessas butiques de cachorro, a cachorrada é agraciada com terapeutas especializados. Recentemente, li no livro *Os japoneses e a história do Japão*, volume 2, pág. 284, que os japoneses, hoje, gastam em média cerca de US\$3,600 por ano. Um cachorro no Japão tem o custo médio mensal de US\$300! Nessa cesta de consumo, incluem-se massagens relaxantes, sauna e alimentação. Trata-se de uma sociedade que cresceu “pra cachorro”, como eu costumava dizer há 30 anos. Esse problema que V. Ex^a aborda hoje é de suma importância, bem como esse outro que V. Ex^a conseguiu trazer com muita felicidade. Além de a prioridade envergonhada ser praticamente os cachorros, enquanto a humanidade infantil passa fome, percebemos também que há outra prioridade, aquela a que

V. Ex^a se referiu. No Orçamento da República, mais de setecentos bilhões serão destinados à especulação. Do nosso PIB, mais de setecentos bilhões constituem especulação, pagamento de juro, rolagem da dívida. E os trezentos bilhões restantes se destinam ao mundo real, a satisfazer os gastos com educação, saúde e manutenção da máquina estatal. Vivemos uma época em que homens com a lucidez e a sensibilidade de V. Ex^a são necessários para tentar acordar esta sociedade e fazer com que ela retorne a trilhas humanas, siga os caminhos humanos que V. Ex^a, paripateticamente, corta em Brasília, nas madrugadas em que seu pensamento se libera para as coisas boas da vida.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador, quero solidarizar-me com V. Ex^a pelo pronunciamento. É muito importante, para quem assiste diariamente às sessões do Senado Federal, ver essa persistente demonstração de solidariedade aos humildes por parte de V. Ex^a, exemplo de vida que é, cristão, nunca se cansando desse debate. Também lamento profundamente que 35 mil crianças – dados da Organização Mundial de Saúde – morram por dia em nosso planeta; que a África subsaariana tenha a receita anual de US\$600 milhões – a metade da receita do Estado do Texas – e que 90% das crianças africanas sejam portadoras de doenças convulsivas, epilepsia ou disritmia elevadas, com convulsões quase diárias, sem acesso a um remédio chamado Fenobarbital, um anticonvulsivante cuja caixa não custa sequer R\$6,00. Num debate com o Ministério da Saúde, o diretor da Organização Pan-Americana de Saúde afirmou categoricamente que, de cada três crianças que morrem hoje, uma poderia ter sua morte evitada se medidas simples de intervenção do Estado, com prioridade para as políticas públicas, tivessem sido tomadas pelos governos nos últimos anos. Noventa e cinco por cento das mortes de crianças de até cinco anos estão concentradas nos países do Terceiro Mundo. Fico

profundamente perplexo com esse fato e lamento muito que o Orçamento Geral da União não tenha como prioridade absoluta o orçamento social, como V. Ex^a mencionou: o combate à fome e à miséria, que é um grito inaceitável em nosso País. Parabéns, Senador. Deixo registrada a reafirmação de minha solidariedade e admiração.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador.

Somos Senadores de vários Estados, mas podemos dar o exemplo aqui em Brasília. Presidente Antonio Carlos Magalhães, poderíamos convocar o ilustre Governador Roriz, do Distrito Federal, e lhe propor, com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e alguma verba a mais, a construção, no Distrito Federal – a exemplo do que vem sendo feito em outros Estados, como no Rio Grande do Sul –, de duas ou três casas-lares e a criação de rondas noturnas que, após as vinte e três horas, percorreriam as ruas de Brasília recolhendo as famílias, crianças que ali estivessem, e as levariam para essas casas, onde teriam banho, roupa, comida e uma cama para dormir. Já seria uma grande coisa, Sr. Presidente, um grande início.

O número não é tão elevado assim, embora, brutalmente, estando expostos quase que em uma vitrine, chamem a atenção. Ao lado dessa providência, quando acordassem, poderiam ter sua situação legalizada: uma carteira de identidade e, talvez, até uma carteira de trabalho.

Não entendo e não posso aceitar que pessoas olhem, vejam e não façam nada. Esse é um projeto válido, que poderia ser feito, inclusive, com o patrocínio e a colaboração do próprio Congresso Nacional.

Pretendo voltar a esta tribuna, porque gosto da posição que as Igrejas estão assumindo, meu nobre e querido Senador do meu bravo e querido Acre, gosto da posição agressiva que está sendo assumida. Não é mais aquela posição de irmos ao culto, darmos uma esmola, e pronto: cada um fez a sua parte. Não. Hoje, há a grande tentativa de mostrar que temos

que ser atuantes, e que somos co-responsáveis por este Brasil que está aí.

Sr. Presidente, como diz um amigo meu, se não lutamos para transformar o Brasil, por grandeza, por espírito público, por amor à nossa Pátria, nós, por mais dinheiro que tenhamos e por melhor que seja a nossa situação familiar, deveríamos fazê-lo para resguardar nossos filhos e nossos netos. Levo minha solidariedade ao querido Senador Ney Suassuna. S. Ex^a teve que andar com carro blindado para salvar sua esposa, e mesmo assim, quase que o fatal acontece. Se não lutarmos por um Brasil mais fraterno, por uma sociedade mais justa e mais humana, não teremos condições de garantir que nossos filhos, que nossos netos, ali adiante, não serão vítimas dessa violência, dessa loucura.

Leio aqui o que seria o hino da Campanha da Fraternidade: “Somos gente da esperança que caminha rumo ao Pai. Somos povos da aliança que já sabe aonde vai. Para que o mundo creia na Justiça e no Amor, formaremos um só povo, num só Deus, num só Pastor. Todo irmão é convidado para a festa em comum: celebrar a nossa vida. Onde todos sejam um. De mãos dadas, a caminho, porque juntos somos mais, para cantar o novo Hino da Unidade, Amor e Paz”.

Que bom se essa Campanha da Fraternidade tivesse um pouco mais de recepção! Que bom se a grande imprensa brasileira desse a cobertura necessária! Que bom se os meios de comunicação também aproveitassem esses dias da Quaresma para cinco minutos, não mais do que isso, Sr. Presidente, de um projeto, de uma idéia, de uma filosofia destinada à unidade pela paz.

Voltarei a esta tribuna, apresentando algumas propostas, mas encerro, aqui, com o meu abraço às igrejas cristãs pelo grande trabalho que estão fazendo nesses dois mil anos, sem exclusões, dois mil anos, sem excluídos!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Intervenção na Comissão de Assuntos Sociais no dia 29 de março, em que foi ouvido o Senhor Luiz Milton Veloso Costa, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Senhor Presidente, entendo que o Brasil está fazendo uma experiência muito importante em nível de administração pública: as chamadas agências. Essas agências passariam a fazer o serviço de controle e de coordenação das privatizações, de um modo especial.

Eu até diria que existem algumas no Rio Grande do Sul, indicadas pelo Governo do Britto, mas que o Governo Olívio Dutra não quer aceitar. Eles estão brigando até agora; não houve um acerto. Há outras que estamos acompanhando, e temos algumas restrições ao trabalho que vem se desenvolvendo. É o caso da agência que está cuidando das estradas. É muito difícil. Nunca funcionou direito e, de repente, entre as promessas fantásticas do que aconteceria e o que está acontecendo deve haver um tempo para que as coisas sejam adaptadas.

Não há como deixar de reconhecer que aqui nós estamos tratando talvez da mais importante de todas as agências no campo social, basicamente. Acho muito difícil uma agência com tanta responsabilidade, em termos de futuro, como essa de que estamos tratando aqui. Não sei como vai ser o trabalho da agência, como vai ser a atividade futura que vai desenvolver.

Sei que, no momento em que os Constituintes botaram na Constituição que a saúde é um direito de todos e um

dever do Estado, e não colocaram as verbas destinadas a cumprir isso, criou-se uma situação muito confusa.

Sei que quando se tenta fazer a municipalização da saúde é uma situação muito complexa, porque colocar União, estados e municípios a dialogarem quando não querem dialogar e quando têm filosofias completamente diferentes, fica muito difícil.

Às vezes, fico assustado quando vejo que se quer praticamente empurrar tudo para o município. Vejo um lado favorável em empurrar para o município: é que é ele que faz, que está ali controlando, que pode fazer. Mas vejo dois lados negativos: quando se empurra a obrigação e não se dá o dinheiro, pois o município fica sem ter como fazer; e quando, em determinados municípios, não existe a infra-estrutura, a tradição e nem as pessoas para desenvolverem esse tipo de atividade.

Mas aqui vejo a grande questão que está em debate hoje, que é a CPI dos Medicamentos. O trabalho que a CPI dos Medicamentos, do nosso amigo Marchezan, está desenvolvendo merece muito respeito, principalmente, porque eles estão debatendo teses que são consideradas essenciais. E quero fazer justiça: neste debate que está havendo, fico com o Ministro José Serra. Não sei quais as razões, mas o Ministro Serra está tendo coragem de debater e de expor suas idéias. Não foi feliz o Ministro Pedro Malan quando foi à CPI dos Medicamentos dizer que, com a desvalorização do real frente ao dólar, os aumentos de medicamentos foram inferiores a esse percentual, e que há ainda uma margem a mais para aumentarem os medicamentos. Ou seja, não aumentaram tanto quanto poderiam ter aumentado. Não entendi mais nada. Sinceramente, não entendi.

Estive conversando com o Ministro Serra outro dia, e S. Ex^a me mostrou desníveis fantásticos. Demonstrou, por exemplo, que produtos que são feitos no laboratório do Estado e que saem a R\$0,30, nós compramos da iniciativa privada por R\$3,00

ou R\$4,00. O Ministro fez outra afirmativa que me deixou boquiaberto; disse que não há nenhum medicamento em que a matéria-prima custe mais de 10%. Levei um susto, porque muita gente fala que existem tipos de medicamentos que a matéria-prima é tão cara, é tão fundamental que repercute no custo. Disse S. Ex^a que se uma matéria-prima importada aumenta em 100%, o produto não deve aumentar mais do que 10%.

Penso que aqui, meu ilustre diretor e meu ilustre presidente, o grande desafio agora é fazer com que o Governo aproveite o trabalho da CPI que o Deputado Nelson Marchezan vem conduzindo, e que é espetacular.

O secretário da Receita Federal diz que fica feliz, vibra quando fazem uma CPI, porque é a chance de ver tudo com mais detalhes, a abertura das contas, a liberação do sigilo fiscal e o que realmente está acontecendo.

V. Ex^a entra num momento muito importante e está tendo essa chance, já que na Câmara estão fazendo tudo isso, na CPI dos Medicamentos.

Neste momento em que a CPI está abrindo contas, buscando, analisando, levantando propostas concretas, vou cometer uma inconfidência, sinto que o Ministro Serra está contente por causa dos trabalhos da CPI, sinto que ele está contente que a CPI tenha sido instalada e ele está vendo aparecer informações novas, porque é uma fórmula que ele tem para mostrar as coisas que estão acontecendo.

Penso, com todo o respeito, que V. S^{as} estão começando um trabalho inédito, importante, significativo, mas não há uma expectativa muito otimista sobre o que pode acontecer com o seu trabalho. Acredito que possam surpreender, fazendo um grande trabalho. É tão anárquica a situação da saúde no Brasil, é tão irresponsável a fiscalização, é tão escandalosa a atuação dos laboratórios que sinceramente penso que V. S^{as} podem fazer muito e muito.

Como meus filhos mais velhos têm 30 anos e 27 anos respectivamente; a minha falecida mulher cuidava deles basicamente com a ajuda do farmacêutico, que era também um amigo. Se havia uma emergência, antes de chamar o médico procurava-se o farmacêutico, ele era amigo da família, era a pessoa que entendia, conversava.

Hoje há duas coisas importantes a serem analisadas, vejo o amigo Sebastião Rocha, que é médico, perguntando a sua opinião sobre a venda de medicamentos no supermercado. A segunda proposta é colocar medicamentos à venda nas entradas de *shoppings*; a terceira, em entradas de campos de futebol, o que é muito necessário. E complicado.

No meu bairro, Petrópolis, em Porto Alegre, não é necessário caminhar mais que 50 metros para encontrar uma farmácia, e todas de grandes redes. Há uma rede que possui 100 farmácias em Porto Alegre, há uma outra com 150 farmácias. As equipes ficam um mês aqui, no mês seguinte vão trabalhar em outra farmácia. Se revezam. Então, não há nenhuma ligação que se faça com as pessoas. E esses atendentes não entendem de coisa nenhuma. Há outra coisa muito interessante: a maioria não tem preço. Os preços são de leitura eletrônica. Passa-se o produto pela máquina e ela dá o preço. Compramos, mas sem saber quanto é que vamos pagar.

Eu ainda tenho um dinheirinho, quer dizer, sou classe média baixa, mas não sou pobre. No entanto, o pobre pega o medicamento, olha, depois vai lá, pergunta quanto é. Aí o balconista passa na máquina e diz: é tanto. A pessoa diz: isso não posso pagar. E devolve o medicamento.

Não passa cinquenta metros que não tenha uma farmácia. Não sei se para posto de gasolina existe uma regulamentação de que deve haver um de tantos em tantos metros ou quilômetros, mas não sei por que tem tanta farmácia. Lá no meu bairro, Petrópolis, tem um supermercado, tem uma

loja de vender frutas, tem uma lavanderia, tinha um cinema, que fechou, tem uma loja de produtos femininos, tais como produtos para pintar cabelo, tem uma barbearia e deve ter umas dez farmácias. Não sei por quê. Acho, meu nobre diretor e meu nobre presidente, que o assunto comportava um estudo mais sério sobre essa matéria. Quando fui governador do Estado, tive uma luta dramática para levar adiante o aumento na produção do laboratório do Estado. Aumentei de 50 a 60 mil unidades para 350 mil unidades. Mas era muito pouco, perto do que eu imaginava.

Não tenho informações, mas, segundo dados que me chegam, o laboratório do Estado – que pode ser do Estado, que pode ser da União Federal, que pode ser da prefeitura, que pode ser da universidade, que pode ser de uma instituição – poderia produzir medicamentos que equacionam o problema de 80% das doenças. Não sei se é exata, mas a informação que tenho é essa. A solução para 80% das doenças podem ser produzidas no laboratório do Estado.

Então, acho que vocês têm um mundo pela frente, basta que haja vontade política de fazer isso. Olha, sinto que o Ministro Serra tem essa vontade. Não sei até se é porque o Fernando Henrique insistiu para que, ao invés do Planejamento ele fosse para a Saúde. Pode ser. O Fernando Henrique disse: “Não, você tem que ir para a Saúde”. E disse: “O meu sucessor virá da área social”. Acho que o Serra acreditou e fez um belo trabalho. Agora está o Presidente Fernando Henrique passando ele para trás, dizendo que o sucessor vem da área econômica. Mas, na verdade, prefiro que o sucessor venha da área social. Acho que os senhores têm uma pessoa de luta, que é o Serra. Acho que deveríamos, vocês têm esta chance: aproveitar uma CPI, que está colocando tudo para fora e, em cima dos destroços dessa CPI, fazer um grande trabalho, montar uma grande agência.

Código de Defesa do Contribuinte (II)

Intervenção na Comissão de Assuntos Sociais, no dia 5 de abril, durante discussão do projeto que trata dos direitos e garantias do contribuinte.

Quando este projeto, relatado pelo Senador Lobão, foi elaborado na Comissão de Constituição e Justiça, imaginei que deveríamos fazer um debate mais profundo sobre o tema. Enviei cópia do projeto ao Senador Bornhausen, ao secretário da Receita federal e solicitei ao Sr. Everardo Maciel que nos enviasse antecipadamente o seu pensamento. Ele enviou-nos uma longa exposição. Não sei se todos os Srs. Senadores e conferencistas a receberam.

Não li o documento porque era muito intenso. Propus que fizéssemos a distribuição aos membros da Comissão, para fazer a análise do projeto do Senador Bornhausen e da interpretação inicial do Dr. Everardo Maciel.

Por proposta do Senador Lobão, decidimos que, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não havia o que discutir, porque o processo era absolutamente constitucional, e que o debate seria transferido para esta Comissão. Solicitei, então, ao Presidente que anexasse ao projeto que está sendo enviado para esta Casa a cópia dos estudos feitos pelo Dr. Maciel.

Não há dúvida de que se trata de um projeto da maior importância. Chama atenção o fato de o Senador Bornhausen ter tido a assessoria de uma equipe de alto gabarito, que conhece profundamente a matéria. Trata-se de um projeto muito importante.

Mas, em muitas das teses levantadas pelo Senador Bornhausen e pela sua assessoria e apresentadas e analisadas pelo Relator, há muitos aspectos que devem ser debatidos e aprofundados e que atingem os direitos dos consumidores que devem ser respeitados.

Apenas penso que essa questão deve ser analisada sob dois ângulos: o do contribuinte e o da Receita. Devemos interpretar os dois lados. O aspecto referente ao contribuinte está perfeitamente apresentado no projeto do Senador Bornhausen e no parecer brilhante do Relator Edison Lobão. Mas é preciso analisar também pelo âmbito da Receita, para depois fazer uma análise completa.

Quando o Secretário Everardo Maciel esteve na CPI do Sistema Financeiro, fez uma exposição longa e brilhante. Mostrou as causas dos equívocos mais variados na arrecadação brasileira, que é a metade daquela que poderia ser. S. Ex^a disse, por exemplo, que o Sistema Financeiro e que as maiores empresas do Brasil não pagam tributo nenhum. S. Ex^a argumenta ainda que são os artifícios da lei, os vazios deliberadamente deixados na lei, juntamente com os grandes escritórios especializados em economia e em advocacia, absolutamente preparados, que fazem com que ricos praticamente não paguem tributo ou paguem menos do que deveriam pagar.

Aliás, vemos na imprensa convites de escritórios dizendo “não pague o seu imposto de renda; não pague sem vir falar conosco, pois temos fórmulas que fazem com que ele diminua para um terço”. Isso ocorre nos jornais do Rio e de São Paulo. Grandes escritórios convocam as pessoas e dizem isso.

O depoimento do Dr. Maciel causou impacto. Sai empolgado daquela reunião. S. S^a disse que não mais do que dez disposições que podiam ser alteradas na lei dobrariam a arrecadação da Receita. Diabolicamente são colocados na lei alguns dispositivos com a dupla intenção – e S. S^a sabe quais são.

O Sr. Edison Lobão – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Concedo um aparte ao Senador Edison Lobão, com o maior prazer.

O Sr. Edison Lobão – O meu aparte é para concordar com V. Ex^a A mim também me impressionam os argumentos do Secretário da Receita Federal.

Recordo-me de que fui Relator, aqui, da Cofins, de uma medida provisória da Cofins, e fui procurado por muitos banqueiros que se diziam prejudicados. Falando com o Secretário Everardo Maciel, ele me disse assim: “Senador Edison Lobão, V. Ex^a poderia até propor aos bancos que passem a pagar o Imposto de Renda pelo Simples”. E eu estou de acordo, porque passarão a pagar alguma coisa, pois, hoje, não pagam nada. Mas isso diz respeito à reforma tributária, nada tem a ver com o Código do Contribuinte. Aqui diz respeito aos que pagam. Estamos examinando uma lei que diz respeito àqueles que, de fato, pagam.

Já na reforma tributária, filio-me à corrente de V. Ex^a, tenho as mesmas preocupações de V. Ex^a Creio que aqueles que não pagam, que têm como escapar, precisam pagar. Mas, aqui, não! Aqui, diz respeito àqueles que pagam, e temos que garantir a ele os direitos que lhe são inerentes e que são devidos de acordo com a Constituição Federal.

O SR. PEDRO SIMON — Quem não faz evasão?

O Sr. Edison Lobão — A defesa do contribuinte que não faz evasão, diz, aqui, o Senador Bernardo Cabral.

O SR. PEDRO SIMON – Mas como não está escrito na testa quem paga e quem não paga, se estivesse na testa “este paga”, então faríamos uma lei para este que paga. Precisamos fazer uma reforma tributária, para pegar os que não pagam. Isso seria bom! Mas, como não está escrito na testa das pessoas, temos que fazer a defesa do contribuinte, tendo um olho no

malandro e um olho no sério. Temos que fazer a reforma tributária, tendo também um olho no malandro e um olho no sério.

Não há dúvida alguma, e concordo com o ilustre relator, de que este é um País injusto. Há os que pagam demais e, pagando demais, são levados à exaustão, e há os que não pagam nada. Há aqueles que cumprem as suas determinações e há os que têm caixa 2, que fazem uma concorrência desleal.

Li as manifestações feitas pelo Sr. Everardo Maciel, com relação a isso. A mim, pessoalmente, ele se manifestou profundamente preocupado. Tanto que ele tinha de viajar para o exterior, e, como havia uma reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu disse: “Olha, Dr. Everardo Maciel, o senhor não pode viajar sem me mandar alguma coisa. Só sei que quero ouvir a sua palavra, e quero ouvi-la, pelo que o senhor falou na CPI do Sistema Financeiro. E, como não conheço o projeto, e, lendo o projeto do Senador Jorge Bornhausen, eu o achei da maior importância, quero que o senhor veja as entrelinhas do projeto. E ele me mandou o estudo que passou a noite inteira fazendo e mandou para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Eu entreguei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Está na CCJ. Vou pedir ao Presidente da CCJ, a fim de que se possa distribuir aos membros de lá e examinar o assunto. De maneira que isso supre efetivamente a falta da entrevista do Secretário.

O SR. PEDRO SIMON – Não, não supre! Creio que vamos cobrar a fita.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Mas V. Ex^a diz que ele apresentou um estudo completo.

O SR. PEDRO SIMON – De jeito nenhum! O Everardo Maciel vem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – É um assunto a ser deliberado pela Comissão.

O SR. PEDRO SIMON – O Everardo Maciel vem aqui! Se houve deliberação, não havia *quorum*, peço verificação. O Dr. Everardo Maciel vem aqui!

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Mas não estamos numa sessão deliberativa, estamos numa audiência pública. Não vamos deliberar nada.

O SR. PEDRO SIMON – Então, não dá para dizer que ele não vem mais. Como já ficou decidido que ele não vem mais?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Houve um convite, S. Ex^a não pode atender, e está colocado à nossa disposição. Para ele vir novamente, é preciso que a Comissão delibere.

O SR. PEDRO SIMON – Está bem. Então, estou propondo que ele venha.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sim, mas V. Ex^a vai propor isso na reunião ordinária da Comissão, e todos nós iremos ouvir.

O SR. PEDRO SIMON – Mas foi dito aqui que era matéria superada, que S. S^a não veio e que não vem mais. Não é matéria superada.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Quem delibera isso é a Comissão.

O SR. PEDRO SIMON – Sim, então, não é matéria superada. V. Ex^a está certo. A Comissão vai deliberar, mas não é matéria superada.

O Sr. Jorge Bornhausen – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Jorge Bornhausen – Evidentemente, entendemos que era muito justa essa audiência pública.

O SR. PEDRO SIMON – Era ou é?

O Sr. Jorge Bornhausen – Era e é. Evidentemente, estranhamos a ausência já justificada do Senador Pedro Simon, mas não a dos outros. Desejamos que o processo seja examinado. Há um elemento que desconhecíamos – o qual V. Ex^a traz ao nosso conhecimento – que é um estudo enviado pelo Secretário Everardo Maciel. Por providência do Presidente da Comissão, esse documento será objeto de anexação ao processo e de distribuição aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos. No entanto, para que haja uma nova audiência pública, um novo requerimento terá de ser votado na Comissão. Não há a imposição de comparecimento do Secretário. Ele foi convidado e não compareceu. É direito do Senador Pedro Simon, a quem muito respeito, de trazer, na próxima reunião, um novo requerimento.

O SR. PEDRO SIMON – V. Ex^a sabe que o respeito é recíproco.

O Sr. Jorge Bornhausen – Temos uma ligação de afeição e amizade. Porém, não deixo de consignar que o requerimento feito pelos demais, à exceção justificada do Senador Pedro Simon, cheira a protelação. Evidentemente, como autor do projeto, tenho o direito de defender que ele siga cursos normais. Aceito a discussão de um novo requerimento e acho-o legítimo, mas não posso deixar de consignar meu protesto contra aqueles que fazem desse um instrumento de protelação.

Analisarei, com muito prazer, as observações do Secretário da Receita Federal, que tenho na mais alta conta. Trata-se de uma pessoa capaz, habilitada, que tem prestado grandes serviços ao País.

Era o que eu tinha a dizer ao Senador Pedro Simon. Nem S. Ex^a pode obrigar o Secretário a vir nem eu posso dizer que a matéria está vencida. Um novo requerimento decidirá o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Senador Pedro Simon continua com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON – Fico satisfeito. Quero que V. Ex^a considere que estou fazendo a solicitação. A informação que tive da Secretaria da Comissão é a de que o Sr. Everardo Maciel não pôde comparecer à reunião de hoje. Estamos cansados de, por várias vezes, não vermos atendidos, pelas mais variadas razões, nossos convites a ministros e a pessoas convocadas a esta Comissão.

Faço questão de insistir na solicitação. Se V. Ex^a deseja o requerimento por escrito, peço a minha assessoria que o faça, para que eu reinsista no pedido de vinda do Secretário Everardo Maciel. Considero-a da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Senador Pedro Simon, cabe-me alguns esclarecimentos. Não sei por que a Secretaria desta Comissão prestou uma informação a V. Ex^a que não correspondia à realidade dos fatos. Nem eu, no eventual exercício da Presidência, nem o Senador Ney Suassuna dissemos que não seria realizada a reunião, até porque foram vários os convidados, não somente o Sr. Everardo Maciel, com quem tive contato telefônico como uma atenção à colaboração que sempre prestou à Casa e à Comissão.

O SR. PEDRO SIMON – O que o Secretário disse a V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – S. S^a disse que tinha um compromisso anteriormente assumido, mas que continuava à nossa disposição em outra oportunidade.

O SR. PEDRO SIMON – Foi V. Ex^a que telefonou para o Secretário?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sim.

O SR. PEDRO SIMON – S. S^a não telefonou para dizer que não vinha?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Além do convite oficial, achei que tinha obrigação de ter uma deferência pessoal.

O SR. PEDRO SIMON – Quando V. Ex^a ligou?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Na semana passada.

O SR. PEDRO SIMON – E o Secretário disse que não vinha?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – S. S^a disse que não podia vir porque tinha um compromisso com a Câmara dos Deputados.

O SR. PEDRO SIMON – Ah, está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Isso já tinha sido esclarecido. V. Ex^a não estava aqui quando fiz esse esclarecimento. Estranho que V. Ex^a tenha tido a informação de que a reunião não seria realizada. Havia outros convidados, entre os quais os presentes, que não foram ouvidos por V. Ex^a.

Então, quero dizer que V. Ex^a deverá apresentar um requerimento...

O SR. PEDRO SIMON – Agora. Daqui a pouquinho vou entregá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Ele não será examinado agora.

O SR. PEDRO SIMON – Então eu apresentarei o requerimento ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Apresente V. Ex^a o requerimento, que a Mesa levará em consideração seu pedido e agendará o assunto para a próxima reunião.

O SR. PEDRO SIMON – É preciso ver o outro lado. O outro lado que vejo, com todo o respeito ao meu querido amigo Bornhausen, é que em outros países o contribuinte tem direitos sim, mas tem também deveres. O campeão da democracia

chama-se Estados Unidos. Lá ninguém mete um dedo em ninguém, porque todos têm os seus direitos assegurados. Mas lá a fiscalização chega, fecha o estabelecimento, bota o cidadão na cadeia, porque tributo é coisa séria. Nos Estados Unidos, na Itália, em outros países, primeiro, o cidadão paga o tributo, depois, vai se explicar. Eu não estou defendendo essa situação para o Brasil. Eu estou dizendo que imposto lá é coisa séria.

Outro dia eu estava na Inglaterra e um cidadão da Embaixada brasileira contou que bateu o carro à noite e brotou do nada um guarda britânico. Ele foi lá, fez o acordo, arreglou e pagou na hora. Um brasileiro que estava comigo perguntou: — Por que você fez uma coisa dessas? Por que você não discutiu? Não debateu? E ele respondeu: — Porque eu não sou louco. Se fosse discutir, eu iria pagar muito mais. A melhor coisa que eu tenho a fazer é pagar na hora.

O que eu sinto é que, no Brasil, ocorre o contrário. No Brasil há muitos casos, como diz o Senador Bornhausen, que devemos defender. Mas não podemos votar essa lei sem ver o outro lado. Qual é o outro lado? É o lado que estou sentindo toda hora. Não há dúvida de que há milhões de brasileiros que pagam demais e de que há milhões de brasileiros que não pagam nada. Talvez não seja aqui o caso, mas creio que tenho razão em dizer que acho muito importante analisar esse projeto sob os dois ângulos. Tenho certeza de que o meu pedido será aprovado futuramente na Comissão e teremos oportunidade de ver o Sr. Maciel, que vai nos esclarecer essa matéria e as dúvidas que temos.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) — É o que aguardamos, Senador.

O Sr. Jorge Bornhausen — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com o maior prazer.

O Sr. Jorge Bornhausen – Evidentemente, eu não estava presente, por razões de atraso de avião, quando foi feita essa solicitação de audiência pública, com a qual eu teria concordado, como já havia concordado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não tenho nenhum interesse que o projeto não mereça a observação do Secretário Everaldo Maciel. Mas há uma coisa que eu gostaria de colocar, para que não fugíssemos ao debate da matéria. A justificativa que o eminente Senador Pedro Simon está dando para a presença do Secretário de Distrito Federal é completamente fora da relação fisco-contribuinte. Então, eu faria uma proposta. Para termos oportunidade de ouvir o Dr. Torquato Jardim, que falou hoje aqui e que foi o professor de Direito Constitucional e o coordenador do projeto junto aos eminentes tributaristas, concordo com a audiência pública, desde que ela se limite ao Secretário da Receita Federal e ao Dr. Torquato Jardim. Então eu sugiro, Sr. Presidente, que se marque para quarta-feira da semana que vem uma nova audiência pública com o Secretário Everaldo Maciel e com o Dr. Torquato Jardim, encerrando esse processo.

O SR. PEDRO SIMON – O único apelo que faço é que não seja na mesma data da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Sr. Jorge Bornhausen – Quero deixar bem claro ao Senador Pedro Simon que queremos aprimorar o projeto. Queremos estabelecer uma relação de igualdade e de deveres entre o Fisco e o consumidor.

O SR. PEDRO SIMON – V. Ex^a está sendo injusto. Se V. Ex^a está dizendo isso está dando a entender que estou pensando diferente de V. Ex^a. Tenho certeza de que V. Ex^a pensa isso. Tenho certeza absoluta, por favor. Nem me passa pela cabeça que V. Ex^a tenha outra intenção.

O Sr. Jorge Bornhausen – Então pensamos igual.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Então, Senador Pedro Simon, V. Ex^a concorda com a sugestão?

O SR. PEDRO SIMON – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Levarei o assunto ao Presidente Ney Suassuna, e vamos marcar para quarta-feira que vem, de manhã ou de tarde, comunicando com bastante antecedência, porque o Secretário Everardo Maciel, quando disse da impossibilidade, colocou-se à disposição para a outra semana.

Dou a palavra, que já me foi pedida, ao Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar – Sr. Presidente, eu até não ia falar nada, mas a intervenção do eminente Senador Pedro Simon me inspirou para falar alguma coisa.

Gostaria de ter a atenção de V. Ex^a, Senador Pedro Simon, porque V. Ex^a foi quem me inspirou e tenho um grande respeito por V. Ex^a. Compreendo perfeitamente a preocupação do eminente Senador Pedro Simon. Vivemos no País da impunidade. Essa é que é a grande verdade. Achamos que o grande problema nacional, responsável até mesmo pelo crescimento inadequado da economia, pelo grave quadro social com o qual temos convivido, é a impunidade. Concordo então plenamente com as colocações feitas pelo Senador Pedro Simon.

Por outro lado, o projeto que estamos examinando, de autoria do eminente Senador Bornhausen, não tem nada que possa representar defesa da impunidade ou defesa do mau contribuinte ou defesa da sonegação. Por quê? Porque ninguém pode legislar partindo do pressuposto de que a legislação não vá ser cumprida, não vá ser obedecida, não vá ser observada. Quando se legisla tem-se em mente que a legislação é “para valer”. O pressuposto básico é que o contribuinte seja honesto. Mas, para que isso aconteça, é preciso que haja punição aos desonestos.

Outra coisa que devemos compreender é que nós vivemos esse problema que é quase um problema cultural no

Brasil. Houve um tempo, Sr. Presidente, em que havia no Governo o Ministério da Desburocratização, que fazia um esforço enorme para acabar com esse entrave que representa o cipoal burocrático em que se transformou o sistema tributário e outras questões mais.

Pois bem, eu estava na Inglaterra e li, na primeira página do *Financial Times*, uma nota sobre o trabalho do Ministro Hélio Beltrão – e também havia uma matéria dentro – pela desburocratização da vida brasileira. E ela dizia que ele teria grande dificuldade, porque o problema brasileiro era cultural. Por quê? Porque, *a priori*, o brasileiro é desonesto, segundo a observação feita na matéria do *Financial Times*. Vai haver dificuldade de, por exemplo, eliminar-se a “firma reconhecida”. Alguém vai a uma repartição e pedem que seja reconhecida firma – e há dificuldade de eliminar isso.

Veja que V. Ex^a tem toda a razão, nós temos que considerar o problema da impunidade, porém não no texto da lei. A lei tem que partir do pressuposto de que o contribuinte é honesto.

Fiquei encantado e vou ler duas linhas da justificativa: “Projeto de Código de Defesa do Contribuinte abre a página de uma nova cidadania. Com ele o cidadão contribuinte passa a ter uma relação de igualdade jurídica com o Fisco, para, mediante co-responsabilidade cívica, tratarem juntos e com transparência democrática da origem e da aplicação da arrecadação pública”.

As primeiras quatro linhas da justificativa já dão o tom importante da filosofia do projeto, que é importantíssimo, sem dúvida alguma.

Outra coisa que precisamos reconhecer é que a forma ideal de se levantar o Brasil, do ponto de vista também da arrecadação, é fazer crescer o PIB, e para que isso aconteça temos que promover o desenvolvimento. Para promover o desen-

volvimento, temos que desenterrar esse cipó burocrático que tem representado o sistema tributário nacional e o próprio relacionamento Fisco-contribuinte. A impunidade traz essa preocupação que V. Ex^a retratou com fidelidade e essa preocupação foi que gerou o “fiscalismo”, que é um outro mal. Não precisamos do “fiscalismo” para cobrar bem. Ao contrário, o “fiscalismo”, considerando *a priori* o contribuinte desonesto, entrava a vida do contribuinte para trabalhar, para produzir, o próprio contribuinte honesto, correto.

Outra coisa que se confunde no Brasil, e este projeto ajuda a dirimir este problema, é a diferença entre o sonegador e o inadimplente, e há uma diferença muito grande entre o sonegador e o inadimplente. Então, tudo isso é mais um trabalho, Sr. Presidente, valioso que a Comissão de Assuntos Econômicos traz ao Senado e, obviamente por meio do Senado, ao País. Congratulo-me com V. Ex^a e com o Presidente da Comissão.

Discussão entre ACM e Jader Barbalho

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 6 de abril.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, era previsível a tranqüilidade, a serenidade desta sessão, depois da de ontem, que provavelmente bateu o recorde de presença neste plenário. É verdade que, no tempo de Paulo Brossard e de Jarbas Passarinho, naqueles debates em que o Brossard defendia as teses do MDB, em defesa da democracia, e o Passarinho, brilhante, homem muito digno, fazia um esforço para mostrar os caminhos da abertura.

Quando se dizia que Paulo Brossard ia falar, a Câmara chegava a suspender a sessão. E o plenário lotava para ouvir o debate espetacular entre Brossard e Passarinho. Debate duro. Brossard mostrando os casos de tortura, de violência, de cassação, e Passarinho explicando ou tentando, com grande brilhantismo, explicar que era um caminho em marcha que tinha que chegar a um resultado e que, na história das revoluções do mundo, nenhuma terminou, inclusive a francesa – que criou a guilhotina – sem problemas.

Ontem foi um dia assim, de presença total. Mas a repercussão foi maior porque existe TV Senado. Fico impressionado, andando pelo interior do Brasil inteiro, com o alcance da TV Senado. Fico emocionado. Isso é uma prova contra aqueles que dizem que o povo gosta é de programa de *show*, é de apelação,

de novela. É impressionante o número de pessoas que assistem à TV Senado!

E ontem foi tomada uma decisão muito importante, no gabinete do Presidente Antonio Carlos, pela Mesa do Senado e pelo ilustre Ministro das Comunicações, Deputado Pimenta da Veiga: vamos entrar no canal comum. Não será só por assinatura. Não apenas o cidadão que tem R\$80 para assinar uma tevê a cabo que poderá assistir à TV Senado. Haverá um canal aberto em UHF e, dessa forma, o povo, a gente simples, poderá ouvir a TV Senado. Isso é importante porque não teremos mais de nos submeter apenas às notícias dos jornais escritos ou falados, que expressam a interpretação do órgão de comunicação que os produz.

Conheço pessoas, inclusive moradores de Brasília, que dizem fazer questão de assistir às nossas sessões porque querem viver e saber como é uma sessão do Senado. Essas pessoas ligam a televisão às 14h30 e só a desligam quando termina a nossa sessão. O fato mais grave e importante da reunião de ontem é que ela foi acompanhada.

Falei para várias emissoras de rádio hoje pela manhã. Tentei fugir, não consegui. O comentarista político da CBN, por exemplo, dizia que estava desde às 6 horas da manhã recebendo telefonemas de todo o Brasil a respeito da reunião de ontem. Ele dizia que o que mais tinha chamado a sua atenção e que o estava preocupando – perguntava a minha opinião – era o que diziam os radiouvintes: se o Senado Federal, que é a Casa mais importante do Brasil, tem uma sessão como a de ontem, envolvendo o Presidente do Congresso e Presidente do Senado e o Líder e Presidente do maior partido, com um debate daquele jeito, como vão ser, a partir de amanhã, os debates nas câmaras de vereadores e nas assembléias legislativas? O tom foi dado. Se o debate é aquele, o que vai acontecer?

Venho a esta tribuna com muito senso de responsabilidade. Venho a esta tribuna sabendo que esta seria uma

reunião singela, mas sabendo da repercussão que desejo tenha o meu pronunciamento. Acho que podemos interpretar o que aconteceu ontem aqui sob dois ângulos. Não tenho dúvida de que ontem foi o clímax de um debate nesse estilo na história do Parlamento. Eu duvido de que, do Império até ontem, tenha tido o Senado uma sessão igual àquela. Ela foi inédita. Tendo sido inédita, atingindo o clímax da tensão, da discussão, da argumentação negativa, eu acho que nós temos obrigação de parar para pensar.

Será que a sessão de ontem, como diz o comentarista político da CBN, vai ser um sinal de abertura, no sentido de que esse seja o tom levado para as câmaras de vereadores e para as assembleias legislativas?

Eu estava inscrito para falar ontem e me neguei a falar. Ontem, todos nós, minha querida Senadora Heloísa Helena, estávamos emocionados, estávamos tensos e íamos falar em cima dos acontecimentos. Eu preferi ir para casa, dormir e ver a repercussão – por casualidade, terminei, à minha revelia, falando em rádios e comentando, e soube por essas rádios a reação da sociedade –, para vir hoje falar o que estou falando.

Repito, o comentarista político da CBN diz que a interpretação pelo interior – falaram vereadores, deputados e lideranças municipais de vários lugares do Brasil – referia-se à sessão de ontem como um momento dramático e cruel. Se na mais alta Casa, com os mais ilustres parlamentares – desculpem-me os demais líderes –, foi assim, estão abertas as comportas para que assim seja a cópia que se terá pelo resto do Brasil.

Eu penso diferente.

O Vice-Presidente da Casa e os líderes de bancada farão uma análise – e têm obrigação de fazê-la – sobre o que deverá ser feito ou não com a prova e com o pedido do Sr.

Antonio Carlos, que entregou a sua declaração de bens pedindo a abertura de suas contas. O líder do meu partido, Sr. Jader Barbalho, também fez chegar à Mesa a sua declaração de bens pedindo a abertura de suas contas. Essas questões deverão ser debatidas, e não sou eu, no Senado, Pedro Simon, quem vai subir à tribuna para dizer o que deve ou não ser feito. Estou aqui para dizer o seguinte: ontem nós atingimos o clímax, mas qual foi o clímax? Cada um dos oradores – diga-se de passagem, brilhantes – pegou uma montanha de recortes, alguns sobre fatos que têm mais de 20 anos, mas não aconteceu nada.

Eu posso vir a esta tribuna, como vieram o Sr. Antonio Carlos e o Sr. Jader Barbalho, e trazer uma montanha igual de recortes dos fatos mais graves que ocorreram neste País e cobrar. Qual é o Senador que está me ouvindo e que não pode fazer o mesmo? Em Alagoas, da nobre Líder Heloísa Helena; no Espírito Santo, do nobre líder do PPS? Quem não pode trazer uma montanha de fatos do seu Estado?

Atrevo-me a dizer aqui: este é o país da impunidade! Porque este é o país em que não acontece nada! Porque este é o país que as manchetes, as mais escandalosas de hoje, esquecemos amanhã! Porque este é um país em que não se cobra! Porque este é um país em que não importa ser ou não honesto, porque é a mesma coisa!

Diria que, mais do que nós, ontem, quem deveria ler os pronunciamentos feitos era o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, o Poder Judiciário, porque, na verdade, neste país, campeão mundial da miséria e da impunidade, apenas um Poder faz a sua parte: o Congresso Nacional.

Cassamos o mandato do Presidente; provamos as roubalheiras e as bandalheiras do Sr. PC Farias e companhia. Mas o Procurador-Geral, dizem, mandou um inquérito ridí-

culo envolvendo o Sr. Collor para o Supremo. O Supremo, na minha opinião, em vez de pedir para o Procurador-Geral fazer diligências e melhorá-lo, absolveu por falta de provas e mais nada. Quando mataram o Sr. PC Farias e a namorada dele, vim na mesma hora a esta tribuna, dirigi-me ao meu amigo Ministro Nelson Jobim e disse: “Ministro, mande imediatamente tropas para Alagoas, mande imediatamente uma equipe de procuradores, juízes, porque não há clima em Alagoas para que as providências sejam tomadas”.

Eu, com meus 200 júris, com minha experiência de advogado de júri, disse, aqui desta tribuna, que foi queima de arquivo, mas deixaram para a polícia de Alagoas cuidar do caso, e a polícia queimou tudo. Queimaram o colchão, as roupas, todas as provas e chegaram à conclusão de que foi um crime passional. Aquela senhora, com uma paixão fantástica, igual a de Romeu e Julieta, matou o Sr. PC Farias e depois se suicidou. É grosseiro, é vulgar, mas isso aconteceu.

Cassamos dez parlamentares, com provas e mais provas demonstradas de corrupção no Orçamento e não aconteceu nada a ninguém.

A CPI dos Precatórios provou e comprovou, com provas irrefutáveis, pegou governador, prefeito, secretário, Bradesco. E acontecia aquilo que o Roberto Requião costumava falar: a “cadeia da felicidade”, que só existia porque lá atrás estava o Bradesco garantindo. Mas nada aconteceu. Não aconteceu nada, ninguém foi denunciado.

A Câmara dos Deputados, com o Nelson Marchezan na CPI dos Medicamentos, está fazendo um trabalho que considero fantástico; estou até com inveja, porque gostaria de estar lá. Essa CPI está verificando o crime organizado, está fazendo mais do que a polícia, do que os promotores e a Justiça nos últimos 10 anos. O único Poder que está fazendo alguma coisa para apurar somos nós. Só que existe uma questão: a população acha

que CPI dá em *pizza*. A CPI não dá em nada e a imprensa é cruel, porque sabe que não está dizendo a verdade. A imprensa sabe que essa versão não é correta, mas a repete. E cansamos de dizer: a CPI do Judiciário não deu em *pizza*, a CPI do Sistema Financeiro não deu em *pizza*. Em qualquer outro lugar do mundo, se mostrássemos a prova do Sr. Chico Lopes, aquele ofício em sua mão, dizendo que US\$1,6 milhão está depositado no exterior em seu nome, a Procuradoria já teria denunciado e ele estaria com a prisão preventiva decretada. No Brasil, não aconteceu nada. Ele voltou a negociar e está indo muito bem, obrigado, graças a Deus.

A impressão da opinião pública é que as CPI acabam em *pizza*. E por que isso? Porque há o primeiro impacto de uma CPI: a imprensa toma conta das informações, publicando-as diariamente, a toda hora, a todo momento. Depois, chega-se à uma conclusão, publica-se o relatório e ele cai no esquecimento. Por quê? Porque cai na gaveta do Procurador-Geral. E se, por milagre, consegue sair da gaveta do Procurador, cai na gaveta do Judiciário e não acontece nada. Isto com CPI!

Há um projeto nosso determinando que conclusão de CPI tem que ir para a mesa do procurador, para mesa do juiz, para mesa do tribunal e ser o primeiro caso a ser julgado. Mas podem dizer: mas o Supremo tem 1.500 processos! Que se danem os 1.500 processos. O primeiro é decisão da CPI. O procurador tem 3.000 processos! Que se danem os 3.000 processos. O primeiro é conclusão da CPI. E por quê? Porque a CPI empolgou a Nação, porque a CPI é um outro poder que debateu, analisou, concluiu e apresentou as provas e não pode ficar na gaveta.

Se isso acontece com a CPI, o que acontece com o resto? Vamos tomar como exemplo o Rio de Janeiro. Meu Deus! Tem o caso daquele cidadão, que era assessor para a área de segurança no Governo do Estado, que apresentou provas e de-

núncias contra a polícia. Como essas não foram aceitas, ele foi demitido pelo governador. Aí, ele passou a dizer coisas incomensuráveis. É incomensurável o que ele tem dito e eu não vejo nada acontecer. Como não vi nada acontecer no Governo do Sr. Paulo Maluf, como não vi nada no Governo do Rio Grande do Sul, no Governo de São Paulo, em qualquer área, em qualquer denúncia. E volto a repetir: além das 200 denúncias do Sr. Antonio Carlos Magalhães e das 200 do Sr. Jader Barbalho, eu posso trazer 500. Cada um de nós traz mais 500 fatos ainda mais graves. Mesmo assim, nada acontece. Desapareceram as provas contra o Banco Nacional, no Banco Central. Simplesmente desapareceram as provas nas vésperas de vencer o prazo. Se, dentro de alguns dias não for feita a denúncia, o caso morre, desaparece.

Sr. Presidente, pelo amor de Deus! O que há de manchete, de escândalo todos os dias e não acontece nada! Isso não pode continuar. E não há como culpar o Congresso Nacional. Estamos indo além das nossas obrigações, porque a CPI está preenchendo um papel que não é dela. Na Itália, a Operação Mãos Limpas, que pôs na cadeia ministro, presidente da Fiat, empresário, presidente de banco, foi coordenada pelos procuradores e pela Justiça. Muitos deputados foram para a cadeia, mas não por ação do Congresso Nacional. É a Justiça que faz isso. Em qualquer lugar do mundo, o papel de fiscalizar, autuar, moralizar, fazer, é da Justiça.

O que aconteceu ontem deveria nos levar a uma profunda reflexão. Independente do fato, que não me parece o mais importante, pois o mais importante é a situação em si, o que aconteceu ontem faz com que nós, congressistas, tenhamos que fazer uma reunião e estabelecer uma fórmula por meio da qual vamos acabar com a impunidade neste País.

A imprensa publica: o Pedro Simon é ladrão. Vamos abrir um inquérito para ver se o Pedro Simon é ladrão. É la-

drão? Sim. Está provado que é ladrão. Não é ladrão? Não. Se está provado que não é ladrão, o jornal terá que dar o mesmo espaço para fazer essa declaração. Aí termina a história. E nenhum Senador buscará, 20 anos depois, provas do que não aconteceu. Outro dia, disse para um Parlamentar que estava sendo alvo da imprensa, que era preciso tomar alguma satisfação sobre aquelas acusações. S. Ex^a disse-me: “Não tenho que fazer nada”. Perguntei-lhe: “Como, você não fará nada?”. S. Ex^a respondeu-me: “Eu tenho que submergir, tenho que desaparecer, porque sou a bola da vez. Vou levar pancada, mas, daqui a quinze dias, aparecerá outro escândalo e ninguém se lembrará mais de mim”. Essa é a verdade.

A verdade é que o escândalo de hoje faz com que esqueçamos o de ontem. E, num País sem memória, todos se despreocupam.

A conclusão de ontem é que devíamos sentar à mesa e discutir a grande caminhada contra a impunidade, para que não continuem a ser publicadas manchetes nos jornais sem a devida comprovação. A defesa do cidadão é publicada na seção Carta ao Leitor em três linhas: “O Sr. João da Silva responde que não é verdade o que foi dito”. E fica por isso mesmo. E nós não temos muita autoridade, porque eles dizem e nós não podemos provar o contrário. Para mim, a lição de ontem é a de que devemos nos reunir e estabelecer uma fórmula por meio da qual entremos pra valer na luta contra a impunidade.

Eu tenho opinião formada, Exm^o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exm^o Sr. Procurador-Geral da República, de que uma das grandes responsáveis pelo que ocorreu ontem é a Justiça. É ela que não cumpriu o seu papel de apurar as denúncias. E, se ela não apura porque o processo judicial está cheio de melindres, alterações, modificações que implicam seu não-funcionamento, até agora, não recebi, por

parte do Judiciário, nada que dissesse que tem que mudar ou alterar isso ou aquilo para que a Justiça funcione melhor.

Essa, Sr. Presidente, é a lição que tirei da reunião de ontem.

Muito obrigado.

Condena capitalização de juros

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 28 de abril. Apartes: Bello Parga (PFL – MA), Edison Lobão (PFL – MA), José Eduardo Dutra (PT – SE).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em correspondência do dia 21 de outubro do ano passado, a mim dirigida pelo Dr. Joaquim Ernesto Palhares, Coordenador-Geral da CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, fui alertado para a gravidade dos assuntos abordados pela Medida Provisória nº 1.925, de 14 de outubro de 1999, que dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário. Essa instituição argumentava que, por tal mecanismo, o Governo não atingiria seus objetivos, pelos fatores que transcrevo a seguir.

Primeiro: as medidas anunciadas pelo Governo só beneficiam as instituições financeiras. Terão efeito contrário ao pretendido no custo do crédito para o tomador final e não mexem nos lucros dos bancos.

Segundo: a criação da Cédula de Crédito Bancário é um embuste, fruto das reivindicações das instituições financeiras para legitimar a capitalização de juros.

Terceiro: a Cédula de Crédito Bancário foi criada por força de projeto, transformado em texto de medida provisória, discutido apenas no âmbito das instituições financeiras, sem a participação de outros setores da sociedade. Por isso seu texto mais parece um contrato bancário.

Quarto: é equivocada a Medida Provisória nº 1.925, ao conferir às instituições financeiras a prerrogativa de criar seus próprios títulos executivos legitimando todos os lançamentos, unilateralmente efetuados, na conta corrente do tomador de crédito, faculdade exclusiva do Poder Público nos lançamentos da dívida ativa. Essa atitude é fantástica, brutal, injusta e incompreensível. É mais uma facilidade absurda do Governo ao sistema financeiro.

Quinto: a perversidade da capitalização autorizada revela que, ao contrário do pretendido pelo Governo, os juros passarão a ser mais caros ao tomador; se o Banco Central pretendia a redução das taxas de juros, bastaria, simplesmente, impor às instituições financeiras o cumprimento da legislação vigente, que, desde 1850 (Código Comercial), passando por 1933 (Lei de Usura), veda a cobrança de “juros de juros”. Esta é a tradição do sistema financeiro brasileiro, a proibição da cobrança de juros sobre juros. O efeito prático pode ser, assim, exemplificado: uma taxa de juros de 10% ao mês, linear, corresponde a 120% ao ano. Já uma taxa de 10% ao mês, capitalizada, corresponde a 213,84% ao ano.

Senhor Presidente, eu repito, porque é importante entender o absurdo da medida provisória baixada pelo Governo. O efeito prático pode ser assim exemplificado: uma taxa de juros de 10% ao mês, linear, corresponde a 120% de juros ao ano. Já uma taxa de 10% ao mês, capitalizada, corresponde a 213,84% ao ano.

É o que o Governo fez com a medida provisória.

Sexto: é hipocrisia imaginar a existência de pacto na capitalização de juros. Jamais o mutuário poderá discutir os termos do contrato, prevalecendo sempre a vontade da instituição financeira. A capitalização de juros será, portanto, a regra e não a exceção. Pobre coitado do cidadão que vai que-

rer discutir na agência do banco como será feito o contrato. Ele receberá, e o que ele receber ele vai ter de cumprir.

Sétimo: o Banco Central do Brasil, ao dizer que age de má-fé quem discute na Justiça juros capitalizados, ofende o Poder Judiciário, que vem entendendo, inclusive por meio de súmula, a impossibilidade de as instituições financeiras cobrarem juros de juros. A capitalização é proibida por lei, e, por isso, não se pode dizer que de má-fé age quem busca o Judiciário para fazer cumprir a lei.

Oitavo: as instituições financeiras são as verdadeiras responsáveis pelo elevado número de demandas judiciais onde se discutem os juros bancários, porque simplesmente não se submetem à legislação. Muda-se a legislação, mas não se muda o comportamento usurário dos bancos.

Nono: o Conselho Monetário Nacional, presidido pelo Senhor Ministro da Fazenda, tem instrumentos legais que viabilizam a sua intervenção para limitar as taxas de juros. Por isso, não precisava criar privilégios às instituições financeiras para redução das taxas. A Lei nº 4.595/64 obriga o Conselho Monetário Nacional a limitar as taxas de juros diante da situação econômica atual. Portanto, desnecessário conferirem-se benefícios para redução das taxas, como ocorreu com a Medida Provisória nº 1.925/99. Abro um parêntese aqui, Senhor Presidente: acho um absurdo o Conselho Monetário Nacional ser composto de três pessoas: o Ministro da Fazenda, um subalterno seu, que é o Presidente do Banco Central, e o Ministro do Planejamento. Essas três pessoas decidem e legislam mais do que o Congresso brasileiro, por várias e várias vezes. Quando fui Ministro da Agricultura, participava do Conselho Monetário Nacional, e lá estavam 30, 40 pessoas. Talvez fosse um número excessivo, reconheço. Havia representações do sistema financeiro privado, de instituições privadas. Entendo que era exagerado, mas reduzir a três pessoas, que, na ver-

dade, são duas, porque o Banco Central é cargo de confiança do Ministro da Fazenda, é um absurdo. E esse órgão é que decide tudo neste País.

Décimo: existem fatores que preenchem a condição de necessidade que impõe ao Conselho Monetário Nacional a limitação das taxas de juros.

À época, diante da relevância da medida provisória, reporteime ao Exm^o Sr. Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a necessidade de apreciação célere da matéria. Entendia, como entendo até hoje, que não podemos protelar decisões que tanto afetam ao cidadão quanto à própria continuidade do ordenamento jurídico. Infelizmente não houve apreciação da medida provisória. O Governo não tinha interesse. Não conseguimos que a Casa votasse.

Hoje, essa medida provisória, para a qual pedi a votação, encontra-se em sua 6^a para 7^a reedição. Consolida-se no mundo legal um posicionamento no mínimo controverso.

Então, em 26 de outubro do mesmo ano, por solicitação da mesma Cives e de representantes do Ministério Público, que me procuraram, requeri a convocação de Audiência Pública, agora na Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a exame da Medida Provisória n^o 1.925.

O requerimento foi votado em 10 de abril do ano 2000. E, pelos seus termos, contaremos com a presença do ilustre Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, para os devidos esclarecimentos.

Entretanto, para minha maior surpresa, vejo o Governo Federal na 17^a reedição da Medida Provisória n^o 1.963-17, de 30 de março do ano 2000, que “dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências”, incluir, sorrateiramente, o seguinte art. 5^o.

Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, que “Dispõe sobre a administração de recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências”.

No meio, de contrabando:

“Art. 5º Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano.

Parágrafo único. Sempre que necessário ou quando solicitado pelo devedor, a apuração do valor exato da obrigação, ou de seu saldo devedor, será feita pelo credor por meio de planilha de cálculo que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas estruturais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais.”

Desde a Medida Provisória nº 1.410, do dia 18 de abril de 1996, tenho percebido que as medidas provisórias têm sido utilizadas para se tentar autorizar as instituições financeiras a cobrarem, em suas operações ativas, juros capitalizados, até consolidados, na forma desta medida provisória. Digo sorratamente porque a Medida Provisória nº 1.410 objetivou “...a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN, destinadas ao aumento de capital do Banco do Brasil S.A...” e, estranhamente, a partir do seu art. 5º, passou a tratar dos juros cobrados nos contratos bancários, inclusive quanto à capitalização.

Fui então alertado sobre as conseqüências desastrosas que a capitalização de juros acarretaria para o tomador do crédito bancário, bem como a incoerência de tratar desse assunto em uma medida provisória.

Observe-se que, até a reedição da Medida Provisória nº 1.963-16, não existia o art. 5º que trata da capitalização de

juros sobre juros. Somente na 17ª reedição, nesta que está aqui, é que foi incluído. Não obstante esse procedimento alheio à melhor técnica legislativa, para não usar um termo mais pesado e mais duro – no contrabando de uma medida como esta, trata-se de matéria que não tem nada a ver com o assunto – somente na reedição de nº 17 foi incluída a autorização para que as instituições financeiras cobrem juros capitalizados. Além disso, convém anotar que o art. 5º, cuja supressão estou buscando e pleiteio, por emenda, é inconstitucional. Estou buscando derrubar o art. 5º por uma emenda à medida provisória. Mas ele é inconstitucional, pois a matéria que ali é tratada somente poderia ser objeto de lei complementar, além do que carece dos pressupostos de relevância e urgência. E qual é a urgência e a relevância para que o Governo baixe uma medida provisória permitindo que os bancos possam capitalizar juros? Qual é a urgência? Qual é a relevância para o Governo baixar uma medida provisória no meio de uma outra, escondendo sorrateiramente para que não aparecesse essa medida? Qual é a urgência? Não há urgência para isso. O Governo poderia mandar um projeto de lei. Além disso, é matéria de lei complementar.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Apenas para registrar que a urgência do Governo é a urgência em tomar deliberações que favoreçam aos bancos. Da mesma forma que o Proer foi uma medida provisória baixada às 22 horas de uma sexta-feira; eles agora fazem esta medida provisória para “legalizar” aquilo que já vinha sendo contestado na Justiça. Parabênizo V. Exª pelo discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado. V. Exª tem toda a razão: não pôde ter essa urgência para

o salário mínimo; este tem de esperar. Mas teve essa urgência para o Proer, em uma sexta-feira, e para uma medida provisória dessa natureza. É um absurdo total! Trata-se de uma matéria para ser discutida, debatida, pois é uma matéria jurídica. Os tribunais já estavam dando ganho de causa, dizendo que não podia ter juro sobre juro, porque não havia razão jurídica, não existia lei nesse sentido. No entanto, o Governo, com a maior tranquilidade, no art. 5º de uma medida provisória, estabelece a lei, permite o que não era permitido. Isso é um escândalo, Sr. Presidente. Perdoem-me a sinceridade. Considero esta medida provisória um escândalo.

De fato, segundo depreende-se do art. 192, *caput*, da Constituição Federal, o sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá sobre...”. Isso é matéria de lei complementar, de acordo com o art. 192 da Constituição. No entanto, é regulamentada por uma medida provisória capenga, de má-fé, porque não é uma medida provisória específica para isso, já que o assunto é tratado em um só artigo – art. 5º – de uma medida provisória que trata de outro assunto. A ementa dessa medida não diz nada. Se não me tivessem chamado a atenção, eu não teria tomado conhecimento.

Lembro-me daquela nobre e querida Senadora pelo Amazonas que lembrou de uma medida provisória que não foi votada pelo Senado, já que o Governo havia baixado uma nova medida, prorrogando as vantagens da informática para São Paulo, dentro de uma medida que tratava de um outro assunto – especificamente da Cofins – que nada tinha a ver com a matéria. Mesmo assim, o Governo – em um contrabando – importa um artigo alhures, baixando uma medida provisória.

Ora, é indiscutível que, de acordo com o teor do dispositivo constitucional acima transcrito, toda matéria relacio-

nada ao sistema financeiro nacional, inclusive a que tratar das operações de crédito, deverá ser, necessariamente, objeto de lei complementar. Por conseqüência, inadmissível será a matéria tratada por meio de medida provisória, sob pena de inconstitucionalidade, como é o caso apresentado.

Estou, portanto, com uma emenda para derrubar o art. 5º. Mas, na verdade, ele é inconstitucional.

Demais disso, o art. 5º da Medida Provisória nº 1.963-17, carece de pressupostos de relevância e urgência. Aliás, dificilmente poderia haver relevância e urgência em uma matéria tratada da mesma forma durante 150 anos (desde o Código Comercial de 1850), o que também torna o dispositivo inconstitucional. De repente, o Governo muda, por medida provisória, um dispositivo que era tratado da mesma maneira desde 1850.

Conforme já dissemos, esse dispositivo – sorrateiramente incluído na Medida Provisória nº 1.963, 17ª edição, que trata de outro assunto – é reprodução da frustrada e semelhante tentativa feita na Medida Provisória nº 1.410, de 1996. Naquela ocasião, tentou-se autorizar a capitalização mensal de juros nas operações bancárias. Pressionado pelo entendimento contrário do Congresso Nacional, o Governo Federal reeditou aquela medida, suprimindo os artigos que autorizavam essa prática. Reparem que, em 1996, o Governo praticou a mesma medida. Porém, como estamos perdendo a capacidade de nos indignar, o Governo já não toma mais conhecimento da existência do Congresso Nacional, pois, naquela oportunidade, a reação foi tão violenta, que o Governo baixou uma medida provisória para retirar a cobrança dos juros capitalizados. Atualmente, o Governo está mais tranqüilo, a maioria está mais serena, o Governo está por cima. Assim, ele volta a tratar do mesmo assunto na Medida Provisória nº 1.973, 17ª edição, tema já rejeitado pelo Congresso Nacional em 1995.

Importa demonstrar os efeitos que a capitalização de juros acarreta, o que geralmente não é bem entendido pelas pessoas e não é bem explicado pelos operadores do mercado financeiro, porque não lhes interessa.

Capitalizar os juros, Srs. Senadores, significa incorporar os juros de um período sobre o capital para, no período subsequente, calcular novos juros, agora sobre o montante – capital mais juros – do período anterior. Repito: é a cobrança de juros sobre juros, por mais de um século proibida pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Os efeitos dessa prática tão nefasta e onerosa são incompreensíveis para o homem médio. Tanto isso é verdade que o homem comum, quando faz um empréstimo e é informado de que a taxa de juros correspondente é de 10% ao mês, logo elabora os seus cálculos imaginando que pagará, no decorrer de um ano, 120% de juros, pois dez vezes doze meses são 120. Esse seria o cálculo linear de juros aceito pelo ordenamento jurídico pátrio.

As instituições financeiras, no entanto, procedem a complexos cálculos financeiros, geralmente convertidos em índices multiplicadores, após a resolução de longas fórmulas matemáticas, chegando a um percentual anual maior, porque o calculam sobre juros capitalizados. Assim, utilizando-se uma máquina financeira ou resolvendo-se complexas fórmulas matemáticas, tem-se que a mesma taxa de juros de 10% ao mês, quando capitalizada mensalmente, corresponde a 213,84% ao ano. Reparem, se faço um empréstimo com a taxa de juros de 10% ao mês, ao final de 12 meses, pagarei 120% de juros. No cálculo do banco, oficializados pela medida provisória, de juros sobre juros, com uma taxa de 10% ao mês, em um ano, vou pagar 213,8%. Isso porque o critério da capitalização composta indica um comportamento exponencial do capital ao longo do tempo, ou seja, o seu valor se altera como se fosse uma progressão geométrica. Nesse sistema, os juros são calculados sempre

sobre um saldo acumulado imediatamente precedente, sobre o qual já foram incorporados juros de períodos anteriores.

Em suma, um empréstimo de R\$100 mil com juros lineares é muito mais barato do que o empréstimo de R\$100 mil com juros capitalizados. Observem: se os juros, a uma taxa de 10% ao mês, forem calculados de forma linear, ao final de 12 meses, o saldo devedor corresponderá a R\$220 mil. Se os juros, à mesma taxa de 10%, forem calculados de forma mensalmente capitalizada, no final de 12 meses o saldo devedor corresponderá a R\$313 mil. É fácil de entender a loucura da divergência.

Observa-se, portanto, a perversidade da capitalização de juros e o conseqüente encarecimento do crédito.

Mas não é só a onerosidade e o encarecimento do crédito gerado por esse crédito de cálculo que impõe seja ele rejeitado. Há também uma questão de justiça. Isso porque cobrar juros de juros representa cobrar juros de um montante que a instituição financeira não emprestou.

O sistema de juros capitalizados, de fato, viabiliza a cobrança de juros não apenas do valor principal, efetivamente emprestado, mas também sobre uma parcela (juros) que o credor não desembolsou. O enriquecimento gerado pela admissão desse critério é, portanto, evidentemente ilícito, para não dizer uma palavra mais grave.

É importante observar que no Brasil, desde o Código Comercial de 1850, passando pela Lei da Usura, Decreto nº 22.623, de 1933, a capitalização de juros é proibida. Não há razão para que a legislação seja alterada porque, como se viu anteriormente, manter a proibição é preservar a justiça.

Não se pode ser ingênuo ao ponto de acreditar que a capitalização ou não de juros e a correspondente periodicidade será pactuada: um acordo entre o coitado do devedor e o gerente ou funcionário do banco. Isto porque pacto pressupõe a idéia da liberdade dos contratantes. Entre o tomador de crédito e a

instituição financeira a noção de pacto desaparece. O tomador de empréstimo, na verdade, não tem participação na elaboração das cláusulas sugeridas no título que decorre do exercício exclusivo da vontade do agente financeiro.

É por isso que a intervenção estatal na formação do contrato e eliminação de leis hipócritas, como o inciso I do § 1º do art. 3º da Medida Provisória nº 1.925/99, que predispõe a existência de pacto onde não há, deve ter por norte a proteção efetiva do tomador. A padronização dos contratos por todos os estabelecimentos de crédito é uma realidade dos negócios bancários modernos, circunstância que subtrai do cliente a escolha de uma negociação mais vantajosa e mais justa com outra instituição, restando-lhe apenas aceitar em bloco as condições impostas ou não contratar com qualquer outra instituição.

Essa realidade presente nos negócios bancários modernos não pode ser ignorada pelo legislador, como fez o Poder Executivo por meio da Medida Provisória nº 1.925/99.

Daí que esse maior poder de decisão acerca do negócio acarreta notória desigualdade jurídica.

É certo que a dinâmica dos negócios financeiros obriga à agilidade na sua realização e, portanto, a confecção de formulários é prática que se impõe para cumprir as necessidades do mundo moderno. No entanto, é exatamente neste contexto que deve entrar o Estado para dirigir determinadas estipulações contratuais, como é o caso, por exemplo, da capitalização de juros. Deixar que as partes “pactuem” a capitalização ou não dos juros, como se fez no art. 3º da Medida Provisória nº 1.925, é demonstrar absoluto desconhecimento do modo como são operacionalizadas as transações bancárias. E o legislador demonstrar desconhecimento dos fatos sociais, ainda mais quando se trata de setor vital da economia, é assumir imperdoável dose de incompetência.

Finalmente, quanto à capitalização de juros, importa mencionar a posição do Banco Central do Brasil acerca da in-

cidência da Lei de Usura (Decreto nº 22.626/33), que serviu como justificativa para o Governo permitir a capitalização de juros.

Arvorando-se, na condição de intérprete, a aplicador da lei, acima, portanto, do Poder Judiciário, conclui o Banco Central do Brasil, no relatório sobre juros e *spread* bancário no Brasil, que a Lei de Usura não se aplicaria ao Sistema Financeiro Nacional no que se refere à capitalização de juros. Assim foi consignado no relatório:

“f) esclarecimento sobre anatocismo (juros sobre juros) no Sistema Financeiro Nacional – uma das razões frequentes alegadas por devedores de má-fé (é o Banco Central que está falando) em processos judiciais refere-se ao art. 4º da antiga e não revogada Lei de Usura (Decreto nº 22.626, de 1933), que veda a capitalização de juros nos empréstimos. No Sistema Financeiro Nacional e nos sistemas de todo o mundo, a prática é a capitalização dos juros, tanto na captação quanto na aplicação dos recursos das instituições financeiras. Em função do disposto no art. 192 do texto constitucional, muitos tribunais vêm dando ganho de causa a devedores que alegam a validade de dispositivo do Decreto nº 22.626/33 – Lei da Usura – que trata da não capitalização dos juros. Por isso, o Banco Central deve propor a expressa derrogação do artigo que trata da capitalização dos juros, reforçando o entendimento no exposto na Lei nº 4.595/64.”

A afirmação acima tem o condão de revelar que o relatório do Banco Central do Brasil não foi adequada e seriamente elaborado. Entre tantos defeitos, da afirmação acima ressalta um dos mais graves, revelador da desinformação dos responsáveis pela confecção do relatório.

Logo no início diz o Banco Central que “uma das razões frequentes alegadas por devedores de má-fé em processos judiciais refere-se ao art. 4º da antiga e não revogada Lei de Usura (Decreto nº 22.626/33), que veda capitalização de juros nos empréstimos.

De acordo com o relatório do Banco Central do Brasil, quem sustenta a impossibilidade da capitalização de juros por força do art. 4º do Decreto nº 22.626/33, age de má-fé. Foi o que disse o Banco Central: age de má-fé.

Portanto, Senhor Presidente, segundo o Banco Central:

1. Age de má-fé o Supremo Tribunal Federal que, ao tempo em que era competente para apreciar a matéria e durante muitos anos, inclusive com a edição da Súmula nº 121, vedou, expressamente e por força do art. 4º do Decreto nº 22.626/33, a capitalização de juros, inclusive às instituições financeiras. Teria agido de má-fé o Supremo Tribunal Federal, segundo interpretação do Banco Central.

2. Age de má-fé o Superior Tribunal de Justiça, que, desde a sua criação, atualizou e ratificou o teor da Súmula nº 121, do Supremo Tribunal Federal, sendo uniforme sua decisão no sentido de vedar a capitalização de juros, exatamente por força do que estabelece o art. 4º do Decreto nº 22.626/33.

3. Agem de má-fé todos os Tribunais Estaduais e juízes monocráticos no seu entendimento uniforme, adotando o teor da Súmula nº 121, do Supremo Tribunal Federal e vedando, nos contratos bancários, a capitalização de juros.

4. Agem de má-fé os juristas nacionais que atestam a proibição da capitalização de juros.

5. Agiram de má-fé os parlamentares de 1964 que, quando votaram a Lei nº 4.595/64, não revogaram o art. 4º da Lei de Usura que veda a capitalização de juros.

6. Agem de má-fé, segundo o Banco Central, os atuais Deputados e Senadores, que nenhum projeto de lei apresentam para revogar o art. 4º da Lei de Usura.

Veja, Senhor Presidente, segundo o relatório do Banco Central, toda essa gente age de má-fé.

No entender do Banco Central, a causa dos elevados juros decorre de culpa exclusiva dos tomadores de crédito e do Poder Judiciário. Por isso, segundo o relatório do Banco Central, não é mais o Poder Legislativo que elabora tais leis gerais para tratar das relações sociais. Não é mais o Poder Judiciário que interpreta e explica a lei.

Essas funções passam a ser do Banco Central. Quem é o Congresso Nacional para dizer quanto é o juro? Supremo Tribunal? O que é o Supremo Tribunal? Tribunais? Quem são os tribunais? Quem são os responsáveis? O Banco Central é que vai dizer o que é e o que não é.

Espero que o Presidente do Banco Central, que já se colocou à disposição da Comissão de Assuntos Econômicos, venha debater a matéria. Espero que o Presidente da Comissão entenda a importância dessa matéria e o convide para vir o mais breve possível.

Os jornais trazem a seguinte manchete: “Medida Provisória permite que banco cobre juros sobre juros”. São páginas e mais páginas sobre isso, que afeta a todos, a funcionários simples e modestos do Senado, que vão ao Banco do Brasil e extrapolam o seu crédito bancário. O resultado é que eles vão pagar juros sobre juros.

Tenho a minha dívida no banco. Peguei o dinheiro, então devo pagar. O banco pode me cobrar. Agora, eles querem fazer isso no valor de uma promissória, no valor de um título executivo. O banco pega a minha dívida de R\$10 mil, mais juros sobre juros, e entra com um processo de execução com título executivo, com pedido de bens à penhora, sem que eu tenha o direito de discutir.

Sobre o aparte do ilustre Senador José Eduardo Dutra, do PT, pergunto: por que será que, no Governo do nosso amigo Fernando Henrique Cardoso, o sistema financeiro é sempre tão bem aquinhoado? Até agora, não vi nenhuma medida contra os

bancos. Não ouvi ninguém dizer que o Governo tenha tomado alguma atitude enérgica em relação aos bancos.

Gostaria de poder vir à tribuna e dizer ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: “Presidente, com todo o respeito, acho que os bancos são instituições financeiras sérias e essas medidas que Vossa Excelência está tomando levarão os bancos à falência”. O que vi foi, numa madrugada de sexta-feira, aparecer o Proer. E eu disse ao Presidente da República, olho no olho, quando Sua Excelência me disse que era absolutamente necessário criar o Proer, que não havia outra medida: “Eu teria chamado ao meu gabinete o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, os Líderes dos Partidos, principalmente os da Oposição, as entidades mais importantes, e feito um debate, na sexta-feira à noite, sábado, durante o tempo que fosse necessário, para saber se a sociedade estava do meu lado”.

Mas, na madrugada de uma sexta-feira, instituir o Proer, que beneficiou o Banco Nacional – uma medida que não foi publicada no caso do Banco Econômico, apenas no do Banco Nacional – e atingiu inclusive uma ex-nora do Presidente.

Uma medida dessa natureza, na melhor das hipóteses, deve ser discutida. É uma matéria jurídica, vem lá de 1933 a Lei da Usura. Há 150 anos que é discutida. Por que o Governo não manda um projeto de lei para cá?

A matéria veio de contrabando numa medida provisória! Não foi nem mesmo uma medida provisória própria; ela veio embutida em outra medida provisória. Não dá para entender. Quando se trata de bancos, é assim, Senhor Presidente.

Estão dando dinheiro para a Prefeitura de São Paulo, porque dizem que, se não o fizerem – já dizia isso um ex-Presidente do Banco do Brasil, depois repetido pelo Sr. Calabi –,

o Banco do Brasil quebra. Isso ficou assim e nós estamos votando correndo. É uma coisa fantástica. Eu não pude ver aprovada uma emenda de redação minha, porque corria-se o risco de o projeto voltar à Câmara dos Deputados. Faz quinze dias! A minha emenda podia ter ido para a Câmara dos Deputados e já ter sido aprovada. Humilhou-se o Senado. Votamos uma matéria daquela importância, daquele significado, grande matéria – votei favoravelmente, apesar de tudo –, mas havia grandes emendas a serem feitas.

O ilustre Senador do PFL da Bahia, correligionário do Presidente da Casa, apresentou a proposta de se criar uma comissão para estudar as emendas, depois de aprovada a matéria. Quando a Comissão começou a trabalhar, eu fui dizer ao Presidente que ele estava equivocado, porque a matéria ainda não havia sido promulgada, o Governo estava esperando ser aprovada a dívida de São Paulo.

Agora, fica a pergunta: como aqueles créditos, aqueles precatórios dos escândalos que acompanhamos na CPI do Sistema Financeiro foram parar no Banco do Brasil? Como foram parar no Banco do Brasil?! Nós sabemos como eles foram parar no Bradesco. Como dizia o Senador Roberto Requião, Relator da CPI, aquilo era uma corrente da felicidade. As operações intermediárias começavam na Secretaria da Fazenda da Prefeitura de São Paulo, que foi a matriz, que ensinou, que orientou os outros Estados, como Pernambuco, Santa Catarina e Alagoas sobre o método e a fórmula. E sabia-se que os tomadores de ações, o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto, que não tinham capital nenhum, que não tinham dinheiro nenhum, que podiam estourar em questão de horas – e a sua vida iria para o bebeléu –, faziam isso porque havia alguém que garantisse. Porque havia alguém que bancava. E esse alguém era o Bradesco, que era o tomador final.

Nós imaginávamos que era o Bradesco, mas, na verdade, esses títulos todos acabaram nas mãos do Banco do Brasil.

E vejo agora todo mundo correr para votar a dívida da Prefeitura de São Paulo, senão o banco quebra. E não vejo ninguém perguntar como esses títulos foram parar no Banco do Brasil de São Paulo. Como foram parar lá, Sr. Presidente? É um escândalo!

Pessoas enriqueceram barbaramente com isso! E, agora, temos que votar, por uma razão. Não interessa D. Nicéa Pitta, não interessa se o Pitta foi honesto ou não, não interessa nada. O que interessa é que, se não for liberado o dinheiro, o Banco do Brasil quebra. Quem fez esta afirmativa foi o Presidente do banco, Sr. Andrea Calabi, não fui eu, Pedro Simon: “É preciso dar o dinheiro para a Prefeitura de São Paulo, senão o Banco do Brasil quebra”. E nós vamos dar.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

*O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a está, mais uma vez, levantando um ponto que foi objeto de grande debate aqui no ano passado, até parafraseando o filme de Oliver Stone sobre a morte de John Kennedy, *Uma pergunta que não quer calar: como esses títulos foram parar no Banco do Brasil?* O fato de esses títulos estarem no Banco do Brasil é que dá ao Prefeito Celso Pitta o poder de dizer que só assina a negociação se for com contrato de 30 anos. O Governador Ronaldo Lessa vai assinar um contrato dizendo que os títulos vão ter que entrar na Justiça em dois anos, que não pode haver acordo, que só depois disso é que é permitido rolar. O mesmo vale para o Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, para o Prefeito de Osasco, de Campinas, para o Governador de Pernambuco. Mas, para o Prefeito Celso Pitta, não vale. Ele pode fazer chantagem com o Governo Federal dizendo que só assina se for por 30 anos. E o Governo Federal vem e faz a chantagem sobre o Senado: se não se aprovar a matéria, o Banco do Brasil quebrará. A mesma chantagem que, aliás, o*

então Presidente Andrea Calabi fez quando foi aprovada aquela minha emenda: “Quebraram o Banco do Brasil”. Houve uma reunião no gabinete da Vice-Presidência com as presenças dos Senadores Geraldo Melo, Jader Barbalho, Hugo Napoleão, Roberto Freire, o Presidente Calabi e eu. E o Senador Jader Barbalho disse: “Votamos essa emenda, ontem, porque era o óbvio. Se se exige que a Justiça se manifeste sobre os títulos de Pernambuco, Alagoas, Osasco e Campinas, é preciso que se exija também que o faça sobre os títulos de São Paulo”. Nós não sabíamos que esses títulos estavam no Banco do Brasil. Ninguém sabia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador José Eduardo Dutra, está aqui o Senador que foi Presidente da CPI do Sistema Financeiro. Sempre que debatíamos essa matéria, discutíamos que o fim da linha era o Bradesco. Nunca se falou que ia terminar no Banco do Brasil. Tanto que não se convocou ninguém do banco para depor. Ele não tinha nada a ver com o assunto!

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Ninguém sabia. Realmente, o Dr. Andrea Calabi só falava que estava lá e, segundo ele, não se sabia a razão, porque foi antes da sua gestão. É lógico que não tenho nenhuma prova, mas creio que a resposta desses títulos do Banco do Brasil está na famosa conversa do Palácio da Alvorada, à noite, entre o Dr. Paulo Maluf e o Presidente da República. A partir dali, viabilizou-se um empréstimo do Banco do Brasil para a prefeitura e acabou não acontecendo a candidatura de Paulo Maluf à Presidência da República, o que viabilizou a possibilidade de Fernando Henrique Cardoso ser eleito no primeiro turno. Muito obrigado.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – Senador Pedro Simon, eu gostaria de dizer que efetivamente fizemos parte de uma CPI

do Sistema Financeiro, que nada teve a ver com a dos precatórios, que foi aquela presidida pelo Senador Bernardo Cabral e cujo Relator foi o Senador Requião. Porém, no tocante à CPI, cabe-nos uma situação de perplexidade: saber como esses títulos foram parar no Banco do Brasil. Acredito que haja um instrumento regimental e regulamentar, que é o pedido de informações; creio que não há como o Governo, o Ministério da Fazenda ou o Banco do Brasil não responder para explicar como foi feita essa negociação. Quero terminar, aproveitando este aparte, para saudar V. Ex^a no tocante à modernização da questão dos juros. V. Ex^a está dando uma nova feição àquela condenação anterior da Igreja contra a cobrança dos juros, quanto ao exercício da usura. Ela pensava que aquilo era algo antinatural, que o dinheiro não poderia se reproduzir porque era um objeto, um metal; e só se podiam reproduzir as pessoas e os animais. Portanto, a riqueza poderia vir do crescimento das famílias e dos rebanhos, mas não poderia haver o crescimento do dinheiro via juros, porque estes eram antinaturais. Saúdo V. Ex^a pela retomada desse assunto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É uma provocação, Sr. Presidente, que recebo como cristão e me comprometo a responder oportunamente.

Apenas lembro a S. Ex^a a parábola dos talentos contada por Cristo. Ele deu o dinheiro: para um, dez; para outro, dois. O que recebeu dez aplicou o dinheiro e o devolveu; o que recebeu dois aplicou-o e o devolveu com lucro. O que tinha medo do patrão enterrou a sua moeda e, na hora de entregá-la, disse-lhe: “Entrego aquilo que o Senhor me deu, porque o Senhor é um patrão muito rígido, que planta onde não é Seu e colhe o que não é Seu. E eu fiquei com medo”. Ele, então, respondeu-lhe: “Se tu sabias que eu era tão rígido, se não querias aplicar, por que, pelo menos, tu não colocaste esse dinheiro a juros, porque, pelo menos, eu ganharia os juros”?!

O problema dos juros pode ser discutido. Porém, estamos numa situação tão dramática que, entre a tese de alguns da Igreja que defendem se se pode ou não cobrar juros e agora querem defender três vezes mais, pelo menos, vamos manter a racionalidade.

Mas agradeço a V. Ex^a.

Quero que se retifique na Taquigrafia que cometi um equívoco sério. Não é a CPI de V. Ex^a; é a CPI presidida pelo Senador Bernardo Cabral. E naquela CPI é que debatemos a questão dos precatórios. Tem razão V. Ex^a! E o Senador Roberto Requião fez todo o debate do que chamava...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – A cadeia da felicidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É isso aí. Ele dizia que terminou no Bradesco. Chamamos um dirigente do Bradesco para debater; ele veio e debatemos longamente sobre a matéria, mas em nenhum momento se falou que aqueles títulos tinham ido para o Banco do Brasil. Em nenhum momento se falou que aqueles títulos foram parar no Banco do Brasil. “Como? Do Bradesco eles foram para o Banco do Brasil”? É a pergunta que se faz.

Encerro e agradeço a tolerância de V. Ex^a dizendo o seguinte: essas coisas acontecem, Sr. Presidente, e o Banco Central não faz nada? E o Ministério da Fazenda não faz nada? E o Presidente da República não faz nada? Porém, quando se trata de baixar uma medida provisória da capitalização de juros – por medida provisória faz-se algo que só pode ser feito por lei complementar –, acontece o que está acontecendo.

Faço um apelo ao Presidente da República por intermédio de V. Ex^a, Senador Edison Lobão, que é um dos Líderes respeitáveis desta Casa e que é ouvido, por meio da sua liderança, pelo Presidente da República, para que Sua Excelência faça aqui o que fez da outra vez. Ele já revogou uma medida, porque

viu que estava errado. Alguém o levou a fazer isso de novo. Seria um grande gesto se, independentemente do debate que venhamos a ter aqui, ele revogasse essa medida.

Muito obrigado.

Cobrança de juros sobre juros

Intervenção em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos no dia 4 de maio, em que foi ouvido o Presidente do Banco Central, Arminio Fraga.

O SR. PEDRO SIMON – Em primeiro lugar, quero dizer que quando V. Ex^a foi indicado para presidente do Banco Central, eu disse que se fosse o Presidente da República não indicaria V. Ex^a; e que, se fosse V. Ex^a eu não aceitaria largar um posto como aquele que V. Ex^a tinha, junto ao megaespeculador George Soros, em que era o braço direito dele. Mas veja V. Ex^a que sou obrigado a reconhecer – e reconheço com prazer – que V. Ex^a tem agido com muita competência e está se saindo muito bem. A economia passou a ter um enfoque diferente a partir da presença de V. Ex^a, mas tem-se que fazer justiça, tem-se que fazer uma análise em nível internacional. É que após a saída de V. Ex^a de lá, com o megaespeculador, ele perdeu cinco bilhões de dólares e largou o setor. Quer dizer, veja que V. Ex^a realmente fez uma enorme falta do lado de lá. Informações que tenho – quero dizer com toda a sinceridade que não sei se são verdadeiras – é de que ele teria mandado alguém fazer uma consulta a V. Ex^a e dito que só voltaria para o setor se V. Ex^a voltasse para lá. Diante disso, eu agora digo que V. Ex^a deve ficar aqui. Veio aqui, aceitou, está dando certo. Da mesma maneira que eu disse que não deveria vir, creio que V. Ex^a deve ficar aqui.

O Sr. Arminio Fraga – Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON – Quero dizer a V. Ex^a que confio no meu otimismo, que o resultado dessa reunião com

V. Ex^a... vai acontecer pela segunda vez a anulação de uma medida provisória, que foi editada no passado, contra a qual houve uma crítica enorme no Congresso, na sociedade brasileira, e o Governo teve a coragem, na minha opinião, de voltar atrás. Anulou aquela medida. Surpreendeu-nos a todos agora, quando essa medida, que trata de juros sobre juros, foi reeditada e de uma maneira estranha, o que eu considero um fato grave. Pegar uma medida provisória que não trata do assunto, e nessa medida colocar, de contrabando, a juridicidade da taxa de juro sobre juro. Isso é um hábito do Governo, ele tem feito isso diversas vezes.

Lembro-me que no passado havia um debate entre São Paulo e Amazonas, com relação a prorrogar ou não a licença para isenção das indústrias.

O Sr. Antonio Carlos teve um gesto de coragem, chegou aqui num dia pela manhã e tinha que ser aprovado à tarde. Havia um debate entre Senadores de um lado e outro, então ele disse que não colocaria em votação, porque se colocasse em votação uma matéria sem ir à comissão, e sem a comissão dar um parecer para ir ao plenário... E não a colocou. O Presidente Fernando Henrique, de contrabando, baixou uma medida provisória colocando, numa outra medida provisória que não tinha nada a ver com aquilo, no art. 32 da medida provisória, a referência com relação à Lei da Informática.

Eu só fiquei sabendo porque um telespectador da TV Senado perguntou-me se eu havia visto que tinha sido prorrogada a medida. Fui ver, e era a Lei da Informática. Assim fizeram essa emenda a que me refiro; de uma maneira absurda, porque o Governo tinha que ter coragem de baixar medida provisória sobre essa matéria.

A Medida Provisória nº 1.225/99 resultou do conjunto de medidas anunciadas pelo Governo Federal, com a finalidade de reduzir as taxas de juros – conforme sugestão do Banco Central consignada no relatório juros e *spreads* bancários no Brasil, de outubro de 1999. E a pergunta que faço é: Por que a partir da

edição da Medida Provisória nº 1.925/99 os juros não recuaram significativamente? É a pergunta que faço.

Diz o inciso IX do art. 4º da Lei nº 4.595/64, que: compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República, limitar, sempre que necessário, as taxas de juros.

Tenho visto o Governo Federal, inclusive o Banco Central, manifestar opinião contrária às elevadas taxas de juros cobradas, entendendo-as exageradas. Pergunto: Por que o Banco Central ou o Conselho Monetário Nacional não cumpre a lei, limitando as taxas de juros, por ser necessária essa limitação, em vez de criar medidas de favorecimento às instituições financeiras, para a redução das taxas? Ou o Banco Central entende que a limitação não é necessária?

Segundo: Quem elaborou ou sugeriu o texto da Medida Provisória nº 1.925/99? Os bancos realizaram em São Paulo, nos dias 30 e 31 de agosto de 1999, um simpósio sobre contratos bancários com apoio da ABBC – Associação Brasileira de Bancos Comerciais, e muitos da ABBI – Associação Brasileira de Bancos Internacionais, em que discutiram os principais aspectos do projeto de lei de cédula de crédito bancário. Iniciou-se com a seguinte proposição:

“Essa reunião mostrará, em detalhes, as premissas que compõem um novo projeto de lei sobre implementação de cédulas e créditos bancários, cédulas de crédito rural, comercial e industrial – já conhecidas há bastante tempo. Porém, há necessidade de implementar cédula menos específica para expandir os benefícios para qualquer tipo de operação bancária. Participando dessa reunião, você poderá conhecer importantes vantagens que sua instituição obterá, caso o projeto de lei seja aprovado – projeto de lei, era o que estavam requerendo os bancos –, buscando reduzir custos e riscos em seus contratos a partir desse instrumento adicional.”

Chamou-se a atenção para a necessidade de implementar cédulas menos específicas para expandir os benefícios para qualquer tipo de operação bancária.

A exposição dos aspectos do projeto foi feita por profissionais integrantes do sistema financeiro nacional: Rival Trevisan, Supervisor Jurídico do Banco do Brasil; Renato Romano, Gerente Geral Jurídico do Banco Santander, e Cássio M. C. Penteado Jr., sócio do escritório Toledo, Penteado & Cioconelli Advogados e Consultores, e que foi vice-presidente da Comissão Jurídica da Febraban.

Pergunto a V. S^a: Não acha estranho que apenas dois meses após aquele evento não foi enviado um projeto de lei, mas editada a Medida Provisória nº 1.925/99, tratando da cédula de crédito bancário de forma praticamente idêntica à que foi discutida no referido simpósio?

V. S^a concorda quando os próprios bancos afirmam que a cédula de crédito bancário serve para expandir os benefícios para qualquer operação bancária, bem como vantagens que as instituições financeiras poderão obter caso o projeto de lei – projeto que na verdade não existiu, adotando-se a via de medida provisória – seja aprovado buscando reduzir custos e riscos em seus contratos a partir desse instrumento adicional?

V. S^a tem conhecimento da Ordem de Serviço nº 3.541, do Bacen, que manda que sejam as instituições financeiras fiscalizadas quanto à capitalização de juros? E repare como a vida dá voltas: de autoria da atual Diretora do Banco Central, que não teve o meu voto. Mas, na verdade, foi a Sr^a Tereza Grossi que baixou, na oportunidade, a determinação no sentido de buscar a fiscalização.

Estabelece procedimentos a serem adotados em relação à prática de anatocismo por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Considerando o disposto no art. 40 do Decreto nº 25.626, de 1999 e no pronunciamento do Supremo

Tribunal Federal, e atendendo recomendação da Procuradoria da República do Distrito Federal, fica estabelecido que as gerências técnicas dos Defis devem verificar, na inspeção de rotina nas instituições que compõem o sistema financeiro nacional, a ocorrência da cobrança de juros capitalizados (anatocismo), em período inferior a um ano e em operações de crédito, especialmente de créditos rotativos (cheques especiais) e do Sistema Financeiro de Habitação.

Constatada irregularidade de operação, a instituição deve ser instada a cessar tal prática e rever os contratos em vigor, mesmo que expressamente convencionada a cobrança dos juros capitalizados.

A não observância da determinação desta autarquia sujeitará a instituição e seus diretores às penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.525.

Assinado: Tereza Cristina Grossi Togni, Chefe do Defis.

Isso é o que estava em vigor.

Essa ordem de serviço decorre de alguma providência do Ministério Público Federal adotada em relação ao Banco Central?

V. S^a não acha estranho que, logo após a expedição dessa ordem de serviço, tenha sido incluída na Medida Provisória nº 1.963-17, que tratava até a reedição de nº 16 exclusivamente sobre a “administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza legislação pertinente ao assunto e dá outras providências”, o art. 5º que possibilita às instituições financeiras cobrarem juros capitalizados?

V. S^a sabe de quem foi a sugestão para que esse art. 5º fosse incluído na Medida Provisória nº 1.963-17?

Não sei se V. S^a recebeu – acho difícil, mas pelo menos a sua brilhante assessoria parlamentar deve ter tomado conhecimento – o pronunciamento que fiz sobre essa matéria.

Nesse pronunciamento, analiso com muita profundidade, penso eu, essa questão, e digo o que penso sobre sua existência. Essa é uma questão que vem de longe. A medida provisória só beneficia instituições financeiras e terá efeito contrário ao pretendido. Analiso ainda que a criação da cédula de crédito bancário é absolutamente irregular. É fruto da reivindicação das instituições financeiras para legitimar a capitalização de juros. Analiso que a cédula de crédito bancário foi criada por força do projeto transformado em texto de medida provisória, discutida apenas, como eu disse, no âmbito das instituições financeiras.

Analiso que é equivocada a Medida Provisória nº 1.925 ao conferir às instituições financeiras a prerrogativa de criar os seus créditos, seus próprios títulos executivos, legitimando todos os lançamentos unilateralmente efetuados na conta corrente do tomador de crédito, faculdade exclusiva do poder público da sua dívida ativa.

Analiso a perversidade da capitalização autorizada, revelando que, ao contrário do pretendido pelo Governo, os juros passarão a ser mais caros ao tomador. Se o Banco Central pretendia a redução das taxas de juros, bastaria simplesmente impor às instituições financeiras o cumprimento da legislação vigente. Desde 1850 é o Código Comercial, passando por 1933, Lei da Usura e que veda a cobrança de juros.

O efeito prático pode ser assim exemplificado: uma taxa de juros de 10% ao mês, linear, corresponde a 120% ao ano. Já uma taxa de 10% ao mês capitalizada corresponde a 213,84% ao ano.

É hipocrisia imaginar a existência de pacto na capitalização de juros, porque jamais o mutuário poderá discutir os termos do contrato, prevalecendo sempre a vontade da instituição financeira. A capitalização dos juros será, portanto, a regra, e não a exceção.

O Banco Central do Brasil, ao dizer que age de má-fé quem discute na Justiça juros capitalizados, ofende o Poder Ju-

diciário, que vem entendendo, inclusive por meio de súmulas, a impossibilidade de as instituições financeiras cobrarem juros de juros. A capitalização é proibida por lei, e por isso não se poderá dizer que age de má-fé quem busca o Judiciário para fazer cumprir a lei.

As instituições financeiras são as verdadeiras responsáveis pelo elevado número de demandas judiciais, onde se discutem os juros bancários, porque, simplesmente, não se submete à legislação. Muda-se legislação, mas não se muda o comportamento usuário dos bancos.

O Conselho Monetário Nacional, presidido pelo Sr. Ministro da Fazenda, tem instrumentos legais que inviabilizam a sua intervenção para limitar as taxas de juros. Por isso, não precisava criar privilégios às instituições financeiras para redução das taxas. A Lei nº 4.595/64 obriga o Conselho Monetário Nacional a limitar as taxas de juros diante da situação econômica atual. Portanto, é desnecessário conferir benefício para redução das taxas, como ocorreu com a Medida Provisória nº 1.925/99.

Existem fatores que preenchem a condição da necessidade, que impõem ao Conselho Monetário Nacional a limitação das taxas de juros.

À época, diante da relevância da matéria, reporteime ao Sr. Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos, sobre a necessidade de apreciação célere da medida provisória. E entendia, como entendo até hoje, que não podemos protelar decisões que tanto afetam um cidadão quanto à sua própria continuidade no ordenamento jurídico.

Infelizmente, não houve a apreciação da medida provisória, que hoje encontra-se em sua sexta para sétima reedição. Consolida-se no mundo legal um posicionamento, no mínimo, controverso.

No dia 26 de outubro do mesmo ano, por solicitação de representantes do Ministério Público, requeri a convocação

de audiência pública, agora na Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a examinar a Medida Provisória nº 1.925. Repare que V. Ex^a está aqui atendendo uma reivindicação nossa no dia 26 de outubro do ano passado.

O requerimento foi votado em 10 de abril de 2000. Pelos seus termos, contaremos com a presença do ilustre Presidente do Banco Central, Sr. Armínio Fraga, para os devidos esclarecimentos. E a reunião que estamos realizando neste momento foi pedida em 10 de outubro.

Entretanto, para minha maior surpresa, vejo que o Governo Federal, na 17^a reedição da Medida Provisória nº 1.963/17, de 30 de março de 2000, que dispõe, repare, Sr. Presidente, sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.

Inclui, de forma sorrateira, o seguinte art. 5º:

“Art 5º Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do sistema financeiro nacional é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano.

Parágrafo único. Sempre que necessário ou quando solicitado pelo devedor, a apuração do valor exato da obrigação ou do seu saldo devedor será feita pelo credor por meio de planilha de cálculo, que evidencie de modo claro, preciso e de fácil entendimento a compreensão e o valor principal da dívida, dos seus encargos, despesas contratuais, parcelas de juros e os critérios de sua incidência e parcela corresponde às multas e demais penalidades contratuais.”

Aqui é que eu digo que é muito bonito, mas sabemos que quem dá ordens é o banco e o tomador não tem conhecimento.

Dessa Medida Provisória nº 1.410, de 18 de abril de 1996, tenho percebido que as medidas provisórias têm sido utilizadas para tentar autorizar as instituições financeiras a cobra-

rem, em suas operações ativas, juros capitalizados, até consolidar-se na forma do texto da Medida Provisória nº 1.925.

Digo sorrateiramente, Sr. Presidente, porque a Medida Provisória nº 1.410 objetivou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN, destinadas ao aumento de capital do Banco do Brasil. Estranhamente, a partir do seu art. 50, passou a tratar dos juros cobrados aos contratos bancários, inclusive quanto à capitalização.

Mais uma vez fui alertado sobre as conseqüências desastrosas que a capitalização de juros acarretariam para o tomador de crédito, bem como a incoerência de tratar desse assunto por meio de uma medida provisória.

Observe-se que na reedição da Medida Provisória nº 1.963 não existia o art. 50, que trata da capitalização de juros. Somente na reedição nº 17 é que ele foi incluído. Não obstante esse procedimento, a melhor técnica legislativa, convém anotar que o art. 50, cuja supressão pleiteio por emenda é inconstitucional, pois é matéria que somente poderá ser discutida em lei complementar. Só a lei complementar pode tratar dessa matéria. Se nem lei comum pode tratar, como ela é tratada em medida provisória? Além de carecer dos pressupostos de relevância e urgência.

De fato, segundo se depreende do art. 192, *caput*, da Constituição Federal, o Sistema Financeiro Nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade, será regulado em lei complementar. Logo, não pode ser medida provisória. É indiscutível que, de acordo com o teor do dispositivo constitucional, toda a matéria relacionada ao Sistema Financeiro Nacional, inclusive a que trata de operações de crédito, deverá, necessariamente, ser objeto de lei complementar. Por conseqüência, inadmissível seja a matéria tratada por intermédio de medida provisória, sob pena de inconstitucionalidade, como no caso é apresentado.

“Ademais”, diz o art. 50 da medida provisória, “carece do pressuposto de relevância e de urgência”. Aliás, dificilmente poderá haver relevância e urgência em matéria que trata da mesma forma durante 150 anos, desde o Código de 1850, e que também torna-se dispositivo constitucional.

Capitalizar os juros significa incorporar os juros de um período sobre o capital para um período subsequente, calcular novos juros, agora sobre o montante, capital mais juros do período anterior. E a cobrança de juros sobre juros por mais de um século proibido no nosso ordenamento jurídico.

Continuo aqui. Apenas vou sintetizar. Em suma, um empréstimo de R\$100 mil, com juros lineares, é muito mais barato do que um empréstimo com juros capitalizados.

Se os juros a uma taxa de 10% ao mês forem calculados de forma linear, no final de doze meses o saldo devedor corresponde a R\$220 mil. Se os juros na mesma taxa de 10% foram calculados de forma mensalmente capitalizada, no final dos doze meses o saldo devedor corresponde a R\$313.842,83.

Observe-se, portanto, a perversidade da capitalização de juros sobre juros. Mas não é só a onerosidade, o encarecimento do crédito gerado por esse critério, o cálculo que impõe seja rejeitado. Há também uma questão de justiça, isso porque cobrar juros sobre juros representa cobrar juros de um montante que a instituição financeira não emprestou.

No sistema de juros capitalizados de fato se viabiliza a cobrança de juros não apenas no valor principal efetivamente prestado, mas também, sobre uma parcela, juros que o credor não desembolsou. O enriquecimento gerado pela demissão teve aquele critério. Portanto, é evidente.

É importante observar que, no Brasil, desde o Código Comercial de 1850, passando pela Lei da Usura, de 1933, a capitalização de juros é proibida. Não há razão para que a legislação seja alterada. Não se pode ser ingênuo a ponto de acreditar que

a capitalização ou não de juros e a correspondente periodicidade serão pactuadas – isso porque, já disse, com o pacto, o coitado do tomador está numa situação de tremenda inferioridade!

Eu poderia ler tudo, Sr. Presidente, mas eu gostaria apenas de dizer o seguinte: arvorando-se da condição de intérprete e aplicador da lei, o Poder Judiciário conclui que o Banco Central do Brasil, no relatório sobre os juros e os créditos bancários do Brasil, que a Lei da Usura não se aplicaria ao Sistema Financeiro Nacional, no que se refere à capitalização de juros. Assim foi consignado o relatório do Banco Central.

Esclarecimento sobre o anatocismo: juros sobre juros no sistema financeiro nacional. Uma das razões frequentes alegadas por devedores de má-fé – devedores de má-fé, diz o Banco Central – em processos judiciais refere-se ao art. 40 da antiga e não revogada Lei da Usura, que é de 1933, que veda a capitalização de juros nos empréstimos. No sistema financeiro nacional e no sistema de todo o mundo a prática é a capitalização dos juros, tanto na captação quanto na aplicação dos recursos das instituições financeiras.

Em função do disposto no art. 192 do Texto Constitucional, muitos tribunais vêm dando ganho de causa a devedores que alegam a validade do dispositivo do Decreto nº 22.623.

A afirmação acima tem o condão de revelar que o relatório do Banco Central do Brasil não foi adequado e seriamente elaborado. Entre tantos defeitos de afirmação, ressalta um dos mais graves, revelador da desinformação pelos responsáveis pela confecção do relatório. Logo no início, diz o Banco Central, uma das razões frequentemente alegadas pelos diretores de má-fé, em processos judiciais, refere-se ao art. 40 da antiga e não revogada Lei da Usura.

De acordo com o relatório do Banco Central do Brasil, quem sustenta a possibilidade de capitalização de juros, por força do art. 40, age de má-fé. Nessa condição age de má-fé o

Supremo Tribunal Federal, que, ao tempo em que competente para apreciar a matéria, durante muitos anos, inclusive na edição da Súmula nº 121, vetou expressamente, por força do art. 40 do Decreto nº 22.626, a capitalização de juros, inclusive nas instituições financeiras. Age de má-fé o Superior Tribunal de Justiça, que, desde a sua criação, atualizou e ratificou o teor da Súmula nº 121 do Supremo Tribunal Federal, sendo uniforme sua decisão no sentido de vedar a capitalização de juros, exatamente por força do que estabelece o art. 40 do Decreto nº 22.626. Age de má-fé todos os tribunais estaduais e juízes monocráticos, no seu entendimento uniforme, adotando o teor da Súmula nº 1.121 do Supremo Tribunal Federal. Age de má-fé os juristas nacionais que atestam a proibição de capitalização. Agiram de má-fé os parlamentares de 1964, quando votaram a Lei nº 4.595/64 e não revogaram o art. 40 da Lei da Usura. Age de má-fé os atuais deputados e os senadores, que nenhum projeto apresentaram revogando o art. 40 da Lei da Usura.

No entender do Banco Central, a causa dos elevados juros decorre da culpa exclusiva dos tomadores de crédito do Poder Judiciário. Por isso, segundo o relatório, não é mais o Poder o Legislativo que elabora leis gerais para tratar das relações sociais; não é mais o Poder Judiciário que integra a aplicação da lei.

Sr. Presidente, o que acontece é o seguinte: todas as decisões judiciais vinham determinando a proibição da capitalização de juros sobre juros, sob o argumento de que não havia nada que permitisse isso. Hoje há. De repente, uma medida provisória cria isso. Perdoe-me, mas acho que isso é muito sério. Até concordo com V. Ex^a, até concordo com a proposta dos banqueiros, que pediram uma lei, e a lei complementar viria a esta Casa e nós a debateríamos e votaríamos a matéria.

Os tribunais vêm dando ganho de causa aos autores, dizendo que não pode haver capitalização de juros. Mas nós acha-

mos que deve haver. Então vamos debater essa matéria e votá-la. O Governo, que tem ampla maioria no Congresso Nacional, provavelmente apoiaria o projeto.

Agora o que aconteceu?

No meio do debate, no meio da discussão, no meio de afirmativas seguidas de que não poderia haver capitalização, no meio das decisões dos tribunais, uma após a outra, o que o Governo faz?

Qual a decisão do Tribunal?

A lei dos juros ainda está em vigor. Não há nada que proíba e não há nada que permita a capitalização de juros sobre juros. Nada.

O que faz o Governo?

Baixa a medida provisória, e hoje há dispositivo legal. Hoje não pode, a não ser que anulemos a medida provisória. Hoje não pode ninguém dizer que não há extinção. O Governo está derrubando, numa medida provisória, as decisões do Supremo, as decisões da Justiça e tudo mais.

Primeiro, isso não poderia ser estabelecido por medida provisória; deveria ser lei complementar; em segundo lugar, é uma questão a ser debatida.

O Governo já fez isso uma vez, baixou uma medida provisória exatamente igual a essa, houve uma grita generalizada. Defendo a tese de que ninguém é dono da verdade. Todos nós erramos. Só não erra quem não faz nada; quem faz acerta e erra.

Quer dizer, o Governo fez uma vez, houve uma grita generalizada e ele retirou. Agora está fazendo de novo.

Com todo carinho e com todo respeito, farei um apelo a V. Sa, que é Diretor do Banco: peça ao Governo que retire essa matéria e mande um projeto de lei complementar. Então, iremos debater a matéria.

V. S^a não é jurista, não tem culpa disso. Quero dizer, com toda sinceridade, o equívoco é de quem analisou a matéria e fez essa medida provisória. Foi essa pessoa que cometeu o absurdo de elaborar essa medida sem conhecer a matéria.

O apelo que faço é no sentido de que V. S^a aceite minha sugestão ou que o Governo retire o art. 5^o. V. S^a com a sua palavra autorizada, liberaria a base de sustentação do Governo para que a emenda que apresentamos para revogar o art. 5^o fosse aprovada. Se o Governo mandar para cá um projeto de lei complementar, vamos debatê-lo. Participarei do debate dessa lei com a maior tranquilidade. Se V. S^a provar que é bom assim, vamos aprovar.

Este é o apelo que, do fundo coração, faço a V. S^a: permita que revogemos o art. 5^o ou, então, o Governo, num gesto de compreensão, não reedite esse artigo na próxima medida provisória, e envie para cá um projeto de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Vamos ouvir o Presidente do Banco Central.

O Sr. Armínio Fraga – Bem, obrigado, Senador Pedro Simon, pelos seus comentários iniciais. Eu não recebi nenhuma proposta; e, se recebesse, como disse V. Ex^a, não aceitaria. Para tirar-me dessa honrosa função não vai haver nenhuma proposta. Não foi essa nem nenhuma.

Vou procurar sintetizar, perdoe-me se eu não conseguir abordar com o detalhe merecido cada aspecto da sua exposição.

Mas eu gostaria de começar com uma constatação. V. Ex^a mencionou que o seu pedido veio em outubro. Eu tenho aqui a estatística (Quem sabe podemos até mostrar aquele gráfico dos juros? Não há muita coisa para mostrar). Em outubro de 1999, o chamado *spread* bancário – eu calculo. Nós temos uma média ponderada, para acompanhar a estatística –, mais ou menos na data do pedido de V. Ex^a, estava em aproximadamente 53%. Esse era o custo do dinheiro.

Eu falarei o número (não é preciso mostrar o gráfico, embora ele dê mais vida à frieza dos números).

Então, quando do seu pedido, nós iniciamos uma campanha – se eu puder dizer assim – de redução do custo do dinheiro no País. Nesse ponto a nossa identidade de objetivos é total. Esse mesmo indicador, que antes estava em 52,56%, hoje continua caindo, mas ao final de março estava em 40%. Portanto, houve uma queda significativa. As taxas continuam apresentando essa tendência. Diria que o ponto mais importante é que realmente precisamos trabalhar para diminuir os juros.

Sr. Presidente, não pretendo apresentar um diagnóstico completo, o que nos tomaria bastante tempo, mas gostaria de, resumidamente, mencionar alguns aspectos, como, por exemplo, o que faz esse custo ser tão elevado? Por quê? E o que podemos fazer para reduzi-lo?

Temos, no Brasil, uma situação perversa que, em função de um ambiente macroeconômico tumultuado, com elevadas taxas de juros – ali no gráfico temos a trajetória do chamado *spread* bancário, que está representado pela linha azul, na região central, ela chegou a mais de 60% nos últimos anos, e agora está em torno de 40% – para a pessoa física, passou de 100% – isso é uma média ponderada para cheque especial e outros empréstimos – e hoje está em torno de 60%. Então, existe realmente uma tendência nesse sentido para o qual temos confiança de que poderemos prolongar em direção a um nível civilizado e compatível com o crescimento.

Sr. Presidente, o primeiro problema era o ambiente macroeconômico – taxas altas, elevado índice de inadimplência, grande incerteza –, enfim, todo um conjunto de fatores altamente prejudiciais à saúde da nossa economia. Hoje o resultado está aí, representado por este gráfico.

A pergunta que fica é: o que existe ainda – já que 40% não é o que queremos? De onde vem isso? Vem dos custos

de operação do sistema que, hoje, infelizmente, são elevadas e não são diluídos por uma carteira de crédito maior, que, por sua vez não é grande porque a incerteza não permitia, tampouco era de interesse do tomador, tendo em vista elevadas taxas, e também não era, por sua vez, do credor. O fato é que o sistema não estava funcionando satisfatoriamente. Então, havia custos, oriundos de tudo isso que mencionei; o fator risco é da maior importância; em certos produtos constatamos a necessidade gritante de mais concorrência; impostos também afetam esse custo; depósitos compulsório etc.

Como o banqueiro funciona? Ele pega o dinheiro no mercado, mas sabe que tem que pagar impostos, o compulsório, o custo fixo, tem que levar em conta o risco da operação e também tem de planejar um lucro. Assim pensa o banqueiro. Então, o que temos procurado fazer é afetar todos esses itens, tanto que em outubro apresentamos um conjunto 21 medidas, às quais estão disponíveis no *site* do Banco Central, e que têm um paralelismo com o esse diagnóstico apresentado por mim. Essas medidas implantadas são para dar transparência ao consumidor para que ele possa traçar parâmetros entre as taxas cobradas pelos bancos. Também temos aumentado a concorrência no sistema com a entrada de novos participantes, desde que tenham capital, competência e reputação. Há o aspecto impostos, onde houve uma redução no IOF, fato que teve um impacto relevante para as pessoas físicas, e a Reforma Tributária é um ponto absolutamente crucial. Não me canso de abordar esse tema. Espero que tenhamos condições de concluir esse processo. O Governo está absolutamente empenhado nisso.

E existe a questão do risco. Se me permitem, apenas para não me alongar demais, a idéia, no fundo, nada mais é que aquilo que o Senador José Alencar descreveu de forma muito clara no seu aparte. Entrando no assunto específico de juros sobre juros, a idéia é muito simples. O banqueiro, quando capta dinheiro, por exemplo, na caderneta de poupança, paga juros

sobre juros – todo mundo que tem dinheiro na caderneta de poupança sabe disso, quem aplica dinheiro no fundo ou no CDB também recebe juros sobre juros. Toda população se beneficia disso. É natural, nem pensamos nisso. E quando vai de 0,5% ao mês para 6,18% ao ano, que o Senador José Alencar descreveu com tanta clareza.

Então, se o emprestador não pode, no seu ativo, adotar o mesmo procedimento, ele vai buscar uma compensação. Afinal de contas, se ele não fizer isso, ele não consegue obter um *spread*, um ganho na operação. É muito simples: ou se aceita a capitalização como uma regra tradicional de dinheiro, há séculos e séculos —, e, se ela não ocorrer pela via direta, ela ocorre pela via indireta, porque, se o devedor for obrigado a pagar por não querer enfrentar dificuldade, ele vai ter de tomar dinheiro em outro lugar e vai tomar o valor acrescido dos juros, sendo a capitalização indireta. Não tem muito como resolver, mas gera um problema, a meu ver, de falta de transparência e esse problema de natureza jurídica que o Senador mencionou. Na prática, o que ocorre é que um fato econômico, que é importante para simplificar a vida e o funcionamento do mercado, acaba perdendo transparência e sendo objeto de contestação, nem sempre de má-fé, naturalmente, mas, muitas vezes, sim. Qualquer um que conhece, hoje, o volume de processos no setor judiciário sabe que esse é um problema da maior seriedade.

Mas, na prática, o que é importante é registrar isso que ficou muito claro no aparte do Senador José de Alencar. Os juros lineares não são mais baratos, porque se o emprestador concordar em fazer um empréstimo a uma taxa linear, ele vai querer uma taxa mais alta. Isso é muito simples, principalmente se for num período longo.

O Senador mencionou que é um dinheiro que o sistema não emprestou. Na verdade, se o emprestador não recebeu os juros, é como se ele tivesse emprestado aquele dinheiro. Assim como nós, quando deixamos nosso dinheiro na poupança,

também deixamos mais capital com o banco e, portanto, temos o direito de receber mais juros. É apenas esse o tema.

O que gostaria de fazer, sob o ponto de vista jurídico, mas não sou jurista, é, talvez, encaminhar ao Senador um material que o Dr. Coelho, o Procurador-Geral do Banco Central, preparou sobre o tema, abordando os aspectos de natureza jurídica. Ele menciona, por exemplo, no texto que será publicado em breve, que o Código Comercial de 1850 já permitia, em seu art. 253, a acumulação de juros vencidos aos saldos liquidados em conta corrente e previa a capitalização, sem qualquer limite de periodicidade, desde que convencionado. Isso é que é importante, ou seja, dar transparência, dizer: É linear? É linear. Não é linear? É capitalizado? Deve-se mostrar isso para o consumidor, para ele entender o que está sendo feito e qual a taxa efetiva que ele está pagando, para que ele possa, então, tomar a sua decisão.

É evidente que não se pretende mais que dar transparência ao sistema e evitar contestações que, a nosso entender, são desnecessárias, porque é um assunto, do ponto-de-vista financeiro, muito tranquilo. Na verdade, o Supremo Tribunal Federal e os outros Tribunais não rejeitam a idéia da capitalização. O que eles fazem, evidentemente, é, quando não existe previsão legal para isso, não permitir que isso ocorra. Nós, do Banco Central, entendemos isso com toda a clareza. Nada há, nada contra alguma decisão do Judiciário. Ao contrário. A nossa visão é de que é urgente – porque é urgente reduzir a taxa de juros no Brasil – trabalhar para reduzir os entraves, em alguns casos artificiais, que existem.

O que digo em relação ao Tribunal é muito simples. Este decide com base na lei. Se o Tribunal decide, a partir de uma parte legal, que a um certo produto financeiro permite a captação e a outro não... Na verdade, o que se propôs com essa medida que será certamente apresentada ao Congresso, como todas costumam ser, é apenas permitir a capitalização em pe-

riodo inferior a um ano. Assim, creio que retirará um entrave técnico que contribuirá, sim, para um aumento de juros. Enfim, não acredito que eu possa argumentar sobre o ponto de vista legal ou, mesmo, apresentar uma avaliação de o porquê a medida foi publicada daquela forma. V. Ex^a me isentou – eu agradeço. Tendo a concordar que não houve nenhuma intenção de esconder e, quanto a isso, posso falar pelos meus colegas do Executivo. O que houve, segundo pensamos, um consenso das várias áreas, que era urgente dar seguimento a esse projeto de redução de juros.

A opinião dos juristas do Executivo – os nossos, os da Casa Civil e os da Fazenda – difere da de V. Ex^a. Não tenho condições de entrar nessa área, sob pena de falar impropriedades, pois não domino o tema com a profundidade necessária. Dessa forma, baseio-me nos pareceres daqueles que têm essa visão.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a pergunta por que não foram recuados os juros. Eles recuaram e muito. Não vou alegar que foi por causa da medida, porque seria leviandade da minha parte, porquanto vários fatores têm contribuído para isso: mais concorrência, uma economia que começa a melhorar, redução de impostos, mais transparência, melhores instrumentos e crédito. E isso é absolutamente fundamental. Eu gostaria de terminar para dizer que eu respeito, como sempre, a sua posição. Aprendi muito com a sua colocação. Contudo, quero que V. Ex^a tenha a certeza de que estamos absolutamente comprometidos com a redução do custo do dinheiro no País. No nosso entender, essa medida é essencial e urgente. Tenho, hoje, esses números para serem mostrados. Não estou satisfeito com isso. Mas tenho total convicção de que em um horizonte de 1 a 2 anos continuaremos a ver uma trajetória descendente, pois espero ter a chance de voltar a esta Comissão, regularmente. Creio que seja parte da obrigação de um Presidente do Banco Central prestar contas ao Legislativo. Gostaria de incluir, em minhas futuras apresentações nesta Casa, um acompanhamento, que,

aliás, poderá ser feito, mensalmente, no *site* do Banco Central. Talvez tenha me alongado demais sem ter respondido a cada ponto, até porque anotei tanta coisa. Por outro lado, creio que abordei a maioria. Acredito que falei sobre todos os que anotei. V. Ex^a tenha, por favor, a certeza que isso é um ponto importante que não prejudicará o consumidor. A pergunta que temos de responder é muito simples: O que existe hoje é bom para o consumidor? Não, pois ele não tem acesso ao crédito e, quando o tem, é caríssimo. Isso é o que teremos de corrigir. Muito obrigado.

Enterro de João Goulart

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 12 de maio.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, tenho que aprimorar o pronunciamento, porque tenho a honra de ter aqui, na tribuna de honra, o Ministro Aldo Fagundes, uma das figuras mais notáveis da política rio-grandense, de Alegrete, terra de Oswaldo Aranha, Deputado Estadual, Deputado Federal, durante muito tempo o braço direito do Dr. Ulysses Guimarães, com quem coordenava o comando da direção nacional do nosso partido. Hoje está na Justiça Militar e é um dos homens pelo qual tenho a maior admiração e o maior respeito.

Semana retrasada assisti ao lançamento de um livro de sua esposa, o qual li com muita calma e muito me impressionou. Maria Luiza é uma senhora extraordinária, líder de um movimento cristão que lançou um livro referente à presença das mulheres na Bíblia que me chamou muita atenção. Conta ela que, jovem, em Alegrete, fazendo uma palestra, defendendo essa tese que ela tanto admirava, um pastor da sua igreja – àquela época ainda não havia as Martas Suplicys da vida, defendendo os direitos das mulheres – chegou e disse: “A senhora falou tanto sobre a presença das mulheres na Bíblia, mas não reparou que, 95% são nomes de homens, e apenas 5% são nomes de mulheres”. E ela respondeu: “Cinco por cento? Eu até não sabia que era tanto. Basta um, que é o nome de Maria, porque Maria trouxe o Salvador ao mundo sem precisar de homem”. Quer dizer, só esse nome demonstra a importância da presença da mulher.

É um livro realmente emocionante. Fiquei impressionado, porque, na Bíblia, chamava-me muita atenção a figura de Pedro, meu tocaio. E lá se dizia que ele percorreu, divulgando os ensinamentos, os mandamentos de Cristo, e que sua mulher estava sempre com ele. E, na Bíblia, só havia uma referência à mulher de Pedro, quando conta que Cristo foi à casa de Pedro, que estava com a sogra doente, e Ele a curou para que ela pudesse cozinhar para ele.

Há uma outra referência, em uma epístola de São Paulo, em que ele pergunta: “E se eu quisesse levar uma mulher? Eu poderia fazer como Pedro, que tem a mulher sempre o acompanhando”.

D. Maria Luíza fez uma análise da mulher de Pedro, que não tinha nome, mostrando o seu significado, o que me emocionou. Nas palavras de D. Maria Luíza, eu li o que em nenhum texto das igrejas tinha tomado conhecimento. Pedro era um marinheiro e ela, como todas as mulheres de marinheiros, saía no início da noite para levar os maridos ao mar e, depois, ficavam em casa sonolentas na expectativa do retorno. De madrugada iam aguardar o retorno e ajudar os maridos a preparar os peixes para venda e as redes para o dia seguinte.

Conta D. Maria Luíza que ela arrumava a casa, os pertences, a vida de Pedro. Lá pelas tantas, o irmão de Pedro chamado André sai de casa para defender João Batista, fazendo com que dobrasse a responsabilidade da mulher de Pedro, que passou a ter que executar também as tarefas de André.

Com a morte de João Batista, André voltou muito magoado, até que Cristo passou por ali e convocou os dois irmãos para seguirem-no como apóstolos. D. Maria Luíza conta como foi o trabalho da mulher de Pedro, o sacrifício e a luta dela depois que Pedro saiu e ela ficou ali com a responsabilidade da condução de tudo.

Conta ela que, um dia, Pedro chegou muito triste, contando que Cristo havia sido preso, crucificado e ele sentia-se

muito machucado por ter negado a Cristo três vezes. Conta tudo o que aconteceu, quando Pedro saiu na cruzada pelo mundo e ela o acompanhou.

Dizem que foi Deus quem escreveu a Bíblia, as pessoas apenas escreveram com a força divina. Fico impressionado com o que escreveu D. Maria Luíza. Pretendo pedir transcrição nos *Anais* de alguns dos artigos que ela escreveu, porque considero extraordinário o trabalho dessa senhora, que defende a tese da importância da mulher. Ela que foi o braço direito do marido, Aldo Fagundes, durante a campanha eleitoral e discutia os assuntos relativos à mulher. Na política ontem; hoje, como uma pregadora da sua Igreja, andando pelo Brasil e pelo mundo, defendendo essas idéias.

Por isso, aproveito a presença do meu grande amigo, Aldo Fagundes, presente neste momento, honrando o Senado, para dizer que naquela noite mesmo li todo o livro, que me impressionou muito. Cheguei quase a telefonar-lhe às 2 horas da madrugada, mas achei que era um pouco de exagero.

O outro assunto que me traz à tribuna, Aldo Fagundes ex-Ministro do Superior Tribunal Militar, está bem a par, porque era Deputado do MDB à época. As manchetes de hoje revelam que a Câmara dos Deputados decidiu aceitar proposta para investigar a morte de João Goulart. Será criada uma comissão com quinze membros, por solicitação do Líder do PDT, Deputado Miro Teixeira, para apurar notícias que vieram da Argentina sobre a Operação Condor.

O que foi a Operação Condor? Foi uma operação diabólica do regime militar, integrada por militares do Uruguai, da Argentina, do Chile, do Paraguai e do Brasil, para, literalmente, caçar pessoas que defendiam teses diferentes do regime militar.

Quando houve a instalação do regime militar no Brasil, Jango, Brizola, Darcy Ribeiro e vários brasileiros, notadamente muitos gaúchos, foram para Montevidéu, que era a Suíça brasileira. Durante anos e anos, os brasileiros, princi-

palmente os gaúchos, viveram ali com o carinho e com o afeto dos uruguaios. Estive em Montevideu e andei por lá com o Jango e era impressionante vê-lo andando pelas ruas e pelos restaurantes daquela cidade e ser tratado sempre como presidente, com muito carinho e muito respeito.

Lamentavelmente, o Uruguai, pequeno, não teve condições de fazer retroceder a ditadura no Brasil. Mas o objetivo de ampliar o regime de força para o Cone Sul fez sucumbir a democracia no Uruguai. Lá, de maneira diferente, pegaram um testa-de-ferro civil, que passou a ser o representante do regime militar. E aí passaram a perseguir os brasileiros.

No Chile, que depois também foi um grande núcleo de democracia, para onde iam democratas do mundo inteiro, debatia-se, sob o Governo de Allende, a luta contra a ditadura na América Latina. Com o assassinato de Allende, a situação ficou insuportável.

Lembro-me que João Goulart saiu do Uruguai e foi à Europa para tratar um problema de coração. Naquela época já se falava em ameaças de assassinato a João Goulart, em assassinato de lideranças na América Latina de oposição ao regime militar. E Jango saiu de Montevideu e foi a Paris submeter-se a exames. Na volta, ficava no Uruguai e em sua fazenda na Argentina.

Eu era Deputado Estadual quando, no dia 6 de dezembro de 1976, fomos surpreendidos com a notícia da morte do Presidente João Goulart.

Tenho a obrigação de me colocar à disposição da Comissão da Câmara dos Deputados, porque gostaria – se me permitissem – de falar sobre alguns fatos relativos àqueles acontecimentos.

Eu era Presidente e Líder do MDB na Assembléia Legislativa. Ninguém esperava e, de repente, veio a notícia de que o Sr. João Goulart tinha sido encontrado morto em sua fazenda na Argentina. Naquela noite, ele havia jantado em Paso

de Los Libres, cidade argentina, do outro lado da ponte de Uruguaiana.

Posso e tenho obrigação de mencionar a tremenda injustiça do Governo brasileiro com relação ao tratamento dado à figura do Presidente João Goulart. O Presidente João Goulart, com as notícias da sua doença, estava tão machucado, que muitas pessoas tiveram de fazer um esforço enorme para ajudá-lo, porque ele estava pensando em pegar um avião e vir a Brasília. Acontecesse o que acontecesse, fosse ele preso ou morto, ele achava que deveria fazer isso.

Morto o Presidente João Goulart, os seus amigos e nós, as Lideranças, principalmente do MDB do Rio Grande do Sul, começamos a tomar providências. Procuramos o Embaixador, o Governo brasileiro, as autoridades. A primeira notícia que nos davam era a de que não se sabia se Jango seria sepultado no Brasil ou no exterior. Jango foi o único Presidente brasileiro que morreu no exílio. Dramaticamente, os dois Presidentes da República que nasceram em São Borja, depois de deixarem a Presidência da República, só voltaram mortos para a sua cidade.

Getúlio Vargas deu um tiro no peito, no Rio de Janeiro, levado pela ditadura, pela violência, pelo arbítrio das Forças Armadas e pela violência da UDN, do Sr. Carlos Lacerda. Morto, voltou para São Borja. E o Dr. João Goulart foi além do Dr. Getúlio Vargas: não morreu sequer na sua Pátria; morreu no exílio.

Achávamos que um Presidente da República, morto no exílio, teria um tratamento especial, até porque, naquela altura, já se começava a fazer justiça à memória do Dr. João Goulart. Já se começava a ficar claro que o que tinha havido no Brasil era uma ditadura, um golpe, uma violência, um arbítrio. Já naquela altura, faziam-se acusações absurdas e ridículas contra o Sr. João Goulart, de que ele tinha ficado milionário. Uma publicação na revista *Time Life* dizia que o Dr. João Goulart tinha comprado uma infinidade de fazendas e era o proprietário da maior extensão de terras em todo o mundo.

Naquela altura, o Deputado Marcílio Goulart Loureiro – Deputado Estadual e primo-irmão de Jango – e eu fomos a Montevidéu. Lá João Goulart foi a um cartório e registrou uma procuração em causa própria ao Diretor-Presidente da *Time Life*, comprometendo-se a vender por US\$1 qualquer fazenda que o Sr. João Goulart tivesse adquirido desde que havia assumido a Presidência e a Vice-Presidência da República e cuja escritura estivesse em seu nome, no da sua mulher, no dos seus filhos ou no de quem quer que fosse.

Trouxemos essa carta. *O Estadão*, de São Paulo, o *Zero Hora*, de Porto Alegre, e *O Globo*, do Rio de Janeiro, publicaram uma matéria de primeira página com as acusações feitas na *Time Life*. Procuramos essas entidades e levamos a declaração do Sr. João Goulart, publicada na *Time Life*. Pedimos que eles a divulgassem. Não saiu uma página em nenhum jornal! O único documento que existe hoje a esse respeito é um pronunciamento do Marcílio e um pronunciamento meu, feitos na Assembléia Legislativa, em que contávamos o fato. Naquela oportunidade, pedimos a transcrição nos *Anais* da Assembléia Legislativa daquele documento, da procuração do Sr. João Goulart, feita em causa própria, em Montevidéu, dizendo que os proprietários da *Time Life* poderiam comprar por US\$1 qualquer fazenda sua. E não foi publicada uma linha desse pronunciamento em lugar nenhum!

Portanto, a figura de João Goulart, àquela altura, já tinha o seu lugar. Já estava claro que ele tinha sofrido um golpe de Estado nesta Casa. O Dr. Tancredo Neves berrava no Congresso Nacional quando o Presidente do Senado, num golpe brutal, imoral e indecente, decretava vaga a Presidência da República, dizendo que isso estava acontecendo porque o Dr. João Goulart estava em lugar incerto e não sabido. Tancredo Neves dizia: “Mas ele está na sede do Comando do 3º Exército do Rio Grande do Sul. Se os senhores quiserem, liberem-nos, que, daqui a três horas, telefonarei, e o avião virá para cá!” E decreta-

ram vaga a Presidência da República, num golpe baixo, sujo e imoral. Isso também ficou provado.

Portanto, a figura do Dr. João Goulart já era do mais alto respeito àquela altura, e nos surpreendeu o fato de que toda a ação do Governo brasileiro se dava no sentido de fazer com que aquilo terminasse no máximo.

Milhares de brasileiros e gaúchos se posicionaram quando souberam que ele entraria ali, que ele viria pela ponte Uruguiana – Passo de Los Libres em direção a São Borja. O carro que conduzia o Presidente seguia a 160km/h e quase atropelou pessoas que estavam em Uruguiana para lhe prestar uma homenagem.

A mim, Presidente do Partido, as autoridades do Exército disseram o seguinte: “O Governo fez uma grande concessão, permitindo que o corpo fosse enterrado em São Borja. Mas ele deve chegar a São Borja e ser enterrado na mesma hora”.

Destacaram tropas de Livramento, de Alegrete, de Santiago, de toda a região. Milhares de soldados e oficiais do Exército brasileiro estavam na cidade de São Borja. Não foram muitos os brasileiros que foram a São Borja para o enterro. De alguns, eu me lembro: Almino Afonso, Darcy Ribeiro e o Dr. Tancredo. De Porto Alegre, dezenas de aviões e centenas de carros dirigiram-se a São Borja.

Pensávamos no que iríamos fazer. Preparamos o esquema: o corpo deveria seguir diretamente para o cemitério. A igreja da cidade estava fechada. Ao pararem o carro, a igreja se abriu e estava lotada. Conduziram na marra o caixão de Jango e fizeram o velório. As Forças Armadas não tinham o que fazer; tiveram que aceitar isso. O caixão estava fechado. Não se permitiu, em hipótese alguma, que as irmãs, a viúva, as autoridades políticas, ninguém abrisse o caixão. Isso não foi permitido. Foi proibido abrir o caixão.

No momento do velório, um Coronel do Exército me disse: “Temos que terminar com isso, temos que terminar com

isso!” E, praticamente, postaram-se as Forças Armadas ali, para que o caixão entrasse no carro e seguisse para o cemitério, que fica mais ou menos a quatro quilômetros de distância da Catedral de São Borja.

Porém, se lá havia dez mil militares, havia o dobro de civis. O povo da região inteira estava ali, na frente da catedral. E o que aconteceu? Na hora de pegar o caixão, em vez de colocá-lo no carro do Exército, as pessoas o agarraram e o conduziram a pé.

O comandante da operação disse-me: “Ou o caixão vai para o carro, ou algo vai acontecer”. Eu lhe disse: “Coronel, se o senhor quiser que aconteça, vai acontecer. Mas vai morrer todo mundo aqui. Não entendo o que o senhor quer. Não está havendo nada! As pessoas estão em silêncio”. Não havia nem grito. Havia uma mágoa, uma tristeza. Muitas pessoas choravam. Não havia grito de protesto e nem de revolta, mas uma profunda tristeza de um povo que estava chorando. Eu disse: “Se o senhor quiser, faça alguma coisa. Eu não vou fazer nada. Acho que a situação é normal. Ele está sendo levado para o cemitério. Este é o caminho. Ele será enterrado”.

Foram feitos vários telefonemas, mas ele aceitou a situação. Quando estávamos chegando ao cemitério, deslocaram-se os militares, porque a ordem era enterrá-lo prontamente. Os militares já se posicionavam ali, ao lado das outras pessoas, para enterrarem o caixão. Quando iam fazer isso, eu, que estava ali, comecei a falar: “Presidente João Goulart, estamos aqui...”. E uma pessoa me puxava, e o coronel me olhava com cara de ódio, mas fiz o discurso em homenagem do povo do Rio Grande do Sul à memória do Presidente João Goulart. Conteí a sua história. Esses fatos aparecem no fantástico filme sobre a vida de Jango, filme este que foi patrocinado por sua filha.

Terminei meu discurso dizendo: “Eu, como Presidente do Partido, falei em nome do Rio Grande do Sul. Em nome do Brasil, vai falar o Dr. Tancredo Neves, que foi seu Primeiro-Ministro e seu grande Líder”. Eu não tinha falado nada a esse respei-

to com o Dr. Tancredo, mas, na verdade, ele agiu com muita categoria, aceitou a missão e fez um belíssimo pronunciamento.

Conto esses fatos para dizer que a presença rápida do Dr. João Goulart no Brasil se deu, realmente, de uma maneira muito estranha. Não havia o que temer! Não tinha por que não abrir o caixão! A viúva, os familiares, as suas irmãs, todos nós queríamos que o caixão fosse aberto! Mas não admitiram isso. O caixão estava lacrado. E havia aquela angústia, aquela agonia, de sepultá-lo e colocar uma pedra em cima.

Depois, ficamos sabendo que não houve autópsia na Argentina, e estão dizendo que ele foi enterrado com a roupa que estava. Agora, surge a denúncia de que o teriam traído, dando-lhe um medicamento trocado para os seus problemas do coração: ao invés de lhe facilitar a convivência com a doença, o remédio o teria levado à morte.

É correta a decisão da Argentina de querer investigar. É correta a decisão do Governo brasileiro – não podia ser diferente – de fazer a investigação. É correta a decisão da Câmara dos Deputados de designar uma comissão composta por cinquenta parlamentares, para, com a rapidez necessária, fazer a investigação. Mas eu não podia deixar de vir aqui para contar o fato ocorrido, a maldade e a crueldade com que o Governo tratou a figura do Sr. João Goulart, não o respeitando nem depois de morto. Não deixaram nem que ele viesse aqui para o enterro de sua mãe. Quando sentiu que tinha problemas e que poderia morrer lá fora, ele pediu para morrer no Brasil como ex-Presidente da República, mas não o permitiram. Foi uma figura marcada pelo ódio de seus adversários.

Um ano depois, Sr. Presidente, realizávamos uma missa na catedral de Porto Alegre em homenagem a sua morte, oficializada pelo Cardeal D. Vicente Scherer com muito respeito e muito carinho. E ali, lotada a catedral, com muita gente na rua falando, gritando e protestando, vieram as tropas militares. Deus me livre, como apanharam essas pessoas! Para fugirem,

entraram na igreja. As tropas militares também entraram na igreja, praticamente a cavalo, e esses jovens apanharam muito na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, na missa pela memória do Presidente João Goulart.

Sr. Presidente, essa é uma das páginas mais trágicas, mais tristes, no que tange à maldade, à frieza, à falta de grandeza do Governo brasileiro, que roubou a Presidência, que derrubou um Presidente e tentou demolir a sua imagem. O Governo era o vitorioso e não teve um gesto de respeito com a figura do derrotado, com o cadáver do derrotado, com os filhos pequenos do derrotado, com a viúva do derrotado, com os irmãos do derrotado, com os partícipes das idéias do derrotado. Esse é um capítulo realmente muito triste da nossa História, Sr. Presidente.

Durante muito tempo, uma das coisas mais ridículas, mais grosseiras e mais indecentes que já vi na minha vida foi a publicação, feita pelo Governo militar, de um cartaz com os nomes dos ex-Presidentes da República. Nele não estava a figura de João Goulart. Era como se ele não tivesse sido Presidente da República. Quiseram apagar a História da maneira mais ridícula e grosseira que posso imaginar.

Isso passou, esse tempo passou. Esses militares que fizeram a ditadura de 1964 ficaram reduzidos, na História do Brasil, à irresponsabilidade dos que não têm sonho nem idéia de pátria.

O Sr. João Goulart foi uma das causas da queda do Dr. Getúlio Vargas. Como Ministro do Trabalho, ele assinou um aumento para o salário mínimo – vejam como vem de longe essa história –, e, por isso, os militares exigiram a sua queda. Reparem que a retaliação do Doutor Fernando Henrique Cardoso contra os que votaram pelo valor de R\$177 para o salário mínimo não é um fato novo. Isso já vem desde 1954, quando o Ministro do Trabalho, vendo uma situação injusta, fez uma proposta ao Presidente Getúlio Vargas, para que se desse um aumento real para o salário mínimo no Brasil. Ali exigiram a sua demissão, e Getúlio Vargas teve que ceder.

Na verdade, João Goulart foi um homem que se impôs ao nosso respeito e à nossa admiração. Ele poderia, em 1964, ao invés de ir para o exílio, fazer a guerra civil. E ele tinha o Rio Grande do Sul do seu lado. Ele tinha muita gente do Brasil do seu lado. Mas, como Getúlio Vargas, em 1954, preferiu a morte à guerra civil. É verdade que a mídia, a lavagem cerebral que se fazia pelo rádio, pela imprensa e pela televisão, mentindo e inventando fatos sobre ele, fazia com que a sociedade adotasse a posição, com a Igreja à frente – que triste passagem! –, de exigir a derrubada do Sr. João Goulart. Mas, se ele debatesse as suas teses e resistisse, haveria uma página de muito sangue na História.

Os americanos enviaram duzentos mil *mariners* a El Salvador para lá introduzirem a ditadura, e, hoje, sabemos que, naquela época, eles já estavam andando pela costa do Brasil. O próprio embaixador de então, com a maior cara-de-pau, publicou nas suas memórias a passagem e a ação da Embaixada e do serviço secreto americanos, além de que os *mariners* estavam aqui, realmente, para lutar contra a resistência do Sr. João Goulart.

Senhor Presidente, encerro dizendo que o mínimo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso poderia fazer, Sua Excelência que conheceu o exílio, que também conheceu a cassação, ou melhor, que foi excluído da Universidade de São Paulo, era colocar o Sr. Gregori no Ministério da Justiça por se tratar de um homem que merece o maior respeito e a nossa admiração.

Faz muito bem o Governo brasileiro em prestar esses esclarecimentos, porque, afinal, o País ainda está devendo a dívida homenagem e o devido respeito à memória de João Goulart.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Pensamento de Luís Roberto Ponte

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 17 de maio.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, volto à presença de Vossas Excelências para cumprir o grato dever de lhes dar a conhecer um pronunciamento de um dos mais ilustres e destacados líderes deste País. Por coincidência, trata-se de um particular e querido amigo. Não é pelo fato de ser um amigo, entretanto, que sou menos rigoroso na análise que faço de seu caráter, de sua capacidade de trabalho, de sua disponibilidade para cooperar com as autoridades deste País.

Trata-se de pronunciamento feito pelo Dr. Luís Roberto Ponte, na seção inaugural das Conferências Nacionais da Indústria da Construção – CONFIC, em 8 de maio deste ano, promovidas pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil – CBIC, da qual é Presidente.

O Dr. Luís Roberto Ponte, todos sabem mas não custa lembrar, já no seu primeiro mandato como Deputado Federal e Constituinte – pelo prestígio acumulado em pouco tempo – foi escolhido, pelo Presidente José Sarney, para exercer a função de líder do Governo no Congresso Nacional. E desincumbiu-se com tal competência e brilhantismo dessa tarefa, que, logo em seguida foi nomeado Ministro-Chefe da Casa Civil do Governo Sarney.

Esse, senhoras e senhores, um breve perfil do Dr. Luís Roberto Ponte, cuja personalidade tive o privilégio de examinar

em discurso que pronunciei nesta Casa, logo no início do meu segundo mandato, em 24 de abril de 1991. Mas, não irei tomar mais tempo de Vossas Excelências, a fim de que o dediquem, integralmente, à leitura e análise de seu discurso, cuja transcrição nos *Anais* desta Casa solicito, como integrante deste meu pronunciamento.

“Senhoras e Senhores,

Devo ser breve, mas não omito.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC é uma entidade madura, nascida há 43 anos, com bom DNA, da qual não se verá uma proposição que não esteja, conscientemente, submetida aos interesses maiores do País.

Está ela inaugurando aqui as anuais Conferências Nacionais da Indústria da Construção – CONFIC, e não haveria melhor lugar para isto do que São Paulo, pelo que ele representa para o País, e pela pujança e prestígio das suas quatro filiadas aqui sediadas, que se incumbiram de realizar esta primeira Conferência. As honras e os agradecimentos a Aluizio Cupertino, a Paulo Godoy, a Sérgio Porto e a Walter Lafemina, presidentes do Sinicsp, da Apeop, do Sinduscon e do Secovi, por este evento que haverá de ser o marco de uma nova forma de promover as mudanças que permitam ao setor da Construção bem cumprir o seu papel no crescimento desta Pátria amada, e de impregnar as consciências das convicções que o setor meditadamente consolidou, sobre as medidas necessárias para que isso se dê. Agradecemos aos que vieram de tantas plagas para ajudar a construção do nosso destino; aos painelistas e às lideranças de trabalhadores, que buscam, conosco, a solução de questões que nos permita uma vida digna e fraterna, e, de modo especial, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e demais chefes e membros de Poderes, que, com suas presenças, dão um testemunho da importância da Indústria da Construção para a edificação da Nação.

É o encontro com a verdade, de governados e governantes, que fará o desenvolvimento harmônico da Nação

e dará dignidade aos seus filhos. Esse encontro com a verdade será propiciado pela educação, no seu completo sentido, e pelos debates amplos e qualificados, como pretendemos que sejam os desta Conferência.

Trágicas são as conseqüências do desprezo à verdade, e os exemplos são infindos.

Ainda agora promove-se um pernicioso desgaste da imagem do Presidente da República e de parlamentares dignos, e imobiliza-se o Congresso Nacional, com uma discussão irracional sobre o salário mínimo. Deveríamos procurar a verdade quanto à sua eficácia para aumentar o poder aquisitivo dos mais pobres, e quanto às conseqüências de um aumento que a ele se dê, inadequado à estabilidade econômica, e não discutir o que ninguém nega: a total insuficiência do seu valor atual, ou mesmo dos famosos 100 dólares, para sustentar, com dignidade, uma família. É como se resolvêssemos condenar os governantes por não decretarem a extinção do câncer, denunciando todo o seu horror, ao invés de debatermos o que precisa ser feito para que a sua prevenção e a sua cura tornem-se reais. Conviria que indagássemos por que o poder aquisitivo dos trabalhadores da Inglaterra é tão superior ao dos nossos, ainda que lá, até um ano atrás, fosse zero o salário mínimo?

É óbvio que presidente algum recusar-se-ia a ganhar o aplauso, o respeito e a gratidão do seu povo, para negar a concessão de um salário mínimo digno que nada lhe custaria conceder fosse ele a simples conseqüência de uma mera sanção de lei. O ato de coragem e de solidariedade com os pobres é o da recusa de ceder à tentação do aplauso agradável e fácil, que adviria de uma medida simpática, mas que traria malefícios aos que a reivindicam, aparentando protegê-los.

Também agora estamos vivendo a grande expectativa do julgamento pelo STF de quais índices de correção devem ser aplicados aos saldos do FGTS nos meses de implantação de alguns planos econômicos passados, um remanescente da tra-

gédia da inflação. Há uma demanda jurídica artificialmente exacerbada pelas oportunidades de trabalho que esse contencioso abre aos advogados, mas, na verdade, não há um clamor, como certamente haveria se necessário o reparo de uma injustiça inquestionável.

Ainda que tivesse havido redução de algum índice com prejuízo aos detentores do FGTS, os beneficiários seriam os próprios trabalhadores, já que, em boa parte, os seus saldos foram emprestados a eles mesmos, em financiamentos da casa própria que receberam os mesmos índices na correção de seus débitos. É bom lembrar que a totalidade desses saldos deve ser utilizada para produzir habitação e saneamento, viabilizando emprego para os próprios detentores do FGTS, e ajudando a resolver problemas que tanto afetam a sua qualidade de vida.

Dependendo da decisão do STF, pode advir uma perda da ordem de R\$40 bilhões ao FGTS, que será bancada pelo Governo, o que significa dizer, por todos, inclusive, em parte, pelos próprios ganhadores, com graves riscos para o equilíbrio das contas públicas e para a estabilidade econômica. Tal decisão será tomada pelo voto de seis pessoas, que decidirão com o olhar na justiça, no interesse da Nação e na lei. Provavelmente, quanto à justiça, e, certamente, quanto ao interesse da Nação, uma análise acurada mostraria que o bom seria deixar com o FGTS esses recursos que, sozinhos, viabilizariam a solução da maior chaga social visível do país: a subabitação de quatro milhões de famílias. Quanto à lei, não parece uma decisão óbvia, já que discrepantes têm sido as decisões até aqui tomadas, e, certamente, haverá interpretações divergentes entre os digníssimos onze membros do STF, os únicos que têm o poder de julgar a matéria. O que cabe agora é rezar para que a sabedoria os ilumine, fazendo-os encontrar a verdade, e respeitar a sua decisão, seja ela qual for.

Esta Conferência pretende apontar verdades despercebidas pelos governantes, que, se levadas em consideração, evi-

tarão muito sofrimento à sociedade brasileira, porque darão soluções para as três questões básicas de que ela trata: a insuficiência da infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento; a impossibilidade de acesso à habitação, e a irracionalidade do conflito nas relações do trabalho. Nesta saudação, é adequado citar sucintamente algumas dessas verdades.

Por exemplo, um pequeno tributo sobre os combustíveis, de valor suficiente para conservar as estradas que as pessoas utilizam, representaria, para essas pessoas, um custo bem inferior ao que lhes é imposto apenas pelo aumento do consumo de combustível que estradas mal conservadas provocam. Para não falar na perda de tempo e na despesa com os veículos. Essa verdade, por si só, recomenda um novo sistema tributário que contemple a possibilidade de que uma lei estabeleça a vinculação de parcela de um tributo desse tipo aos gastos com a manutenção das rodovias, a fim de se evitarem custos irracionalmente impostos à sociedade, e de se garantir a existência de uma malha rodoviária condizente com as necessidades da competitividade do País, mediante a superação definitiva da crônica insuficiência de recursos para a sua conservação.

Do mesmo modo, os valores despendidos com as soluções precárias de abastecimento de água e de destinação do esgoto e com os tratamentos de doenças, devido à falta de saneamento básico para inúmeros brasileiros, são muito superiores ao necessário para garantir esse serviço público a todos. Para não falar na perda da auto-estima que isso está causando a tantos irmãos nossos. Essa verdade determina que se tomem duas medidas urgentes: assegurar acesso aos recursos do FGTS, para o Estado poder cumprir a sua parte na solução da questão, e retirar os óbices a uma cuidadosa ampliação das concessões do setor, para o que é mister que se estabeleça a clara definição institucional do poder concedente, das agências reguladoras e do modelo de venda que não leve à concentração da prestação desse serviço público, bem como que se preservem os tributos

pagos pelos brasileiros e entregues ao BNDES, a fim de viabilizar igualdade de competitividade às empresas brasileiras, disponibilizando-lhes recursos com taxas de juros internacionais, como dispõem as empresas dos outros países.

Não se propicia acesso à habitação sem um sistema financeiro que pratique juros reduzidos e conceda financiamento de longo prazo, nem se viabiliza habitação para as camadas de baixa renda sem subsídios parciais para a sua aquisição. Existem já duas fontes autônomas de recursos destinados à habitação: o FGTS e a Caderneta de Poupança, que, se operados sem as distorções atuais, entre as quais a da liberação da poupança para aplicação fora da habitação, viabilizariam o financiamento sustentado para a casa própria, com juros comedidos e sem subsídios, ainda que haja necessidade de seus valores serem altos no restante da economia. Isso porque a Caderneta de Poupança, na sua justa concepção, mesmo com rendimento contido, atrai poupadores suficientes por garantir-lhes a reposição da perda inflacionária do poder aquisitivo de suas economias, dar-lhes segurança e liquidez, conferir-lhes isenções fiscais do IR e da CPMF e propiciar-lhes a expectativa de poderem utilizar-se dessa poupança para a compra de sua casa, devendo, portanto, ser, cada vez mais, incentivada.

Essas verdades tornam indefensável a permissão vigente para que os recursos da poupança, captados com juros baixos e tabelados, sejam aplicados livremente em outras atividades que não a habitação, a juros livres, que chegam a alcançar rendimentos de 180% ao ano, contra os 6,17% pagos aos poupadores. Essa ruínosa permissão, que até teria sido compreensível no seu início, em 1986, se tivesse sido então estabelecido que os decorrentes ganhos extraordinários obtidos pelos agentes captadores seriam abatidos dos seus créditos oriundos do rombo do FCVS, reduziu a compulsoriedade da aplicação em habitação a, hoje, 60%, e, ainda, 20% dela a juros livres! Mesmo assim, os agentes privados, pelas brechas das resoluções, aplicam, de fato,

em habitação, apenas 30% da captação. Sem eliminar essas brechas, entre as quais a de considerar como aplicados em habitação os créditos do FCVS, que, como se viu, já foram compensados pelos referidos ganhos extraordinários, pouco adianta a compulsoriedade.

No Brasil, ingressam na Justiça do Trabalho, anualmente, mais de 2,5 milhões de ações, enquanto que, no Japão, o total de reclamações desse tipo na Justiça Comum, porque lá não há Justiça do Trabalho, é de pouco mais de um milhão. Ainda na última semana ouvi, de fonte abalizada, a estimativa de que a quantidade de ações trabalhistas que se iniciam a cada ano, no Brasil, é superior à da soma de todos os países do mundo. Será que se concentrou nos brasileiros uma espécie de má índole, que faz com que seus empresários desejem sempre subtrair direitos de seus colaboradores, ou será a indústria da reclamatória, sustentada por uma legislação retrógrada, que, injustamente, nos faz parecer uma raça de canalhas, que é este o adjetivo que merece quem logra o trabalhador?

A legislação trabalhista tem provocado um fantástico desperdício de energia humana e de recursos do País. Apenas com a Justiça do Trabalho, que não representa os maiores gastos, consumiram-se, em 1996, R\$2,135 bilhões, mais de três vezes o que gastou a Câmara dos Deputados, e, em parte, como sua decorrência, estima-se que estejam na atividade informal, com todas as conseqüentes seqüelas, 60% dos trabalhadores brasileiros ocupados, para não falar na redução dos empregos provocada pelas incertezas, os gastos inúteis e os riscos por ela gerados.

Essas verdades mostram que só é possível termos o fortalecimento das empresas, assim permitindo mais empregos, e a ampliação dos ganhos e da satisfação pessoal dos seus trabalhadores, se substituirmos a idéia da luta de classes pelo novo paradigma do entendimento e da parceria, e se eliminarmos o preconceito de que o trabalhador brasileiro é um ser hipossuficiente,

incapaz de pactuar livremente sua relação de emprego da forma como entender mais conveniente para si próprio, mesmo que somente com a proteção do seu sindicato. Temos de assegurar-lhe esse direito, ainda que seja limitado apenas ao de trocar os valores correspondentes às remunerações de alguns direitos, os chamados salários indiretos – tais como adicionais de insalubridade e periculosidade, acréscimos para horas extras e trabalho noturno –, que hoje respondem por mais de 90% da demanda judicial trabalhista, por um aumento do seu salário que represente ganhos superiores.

Há um tema de grande interface com as três questões tratadas nesta Conferência: a implantação de um novo sistema tributário, o que nos leva às reflexões a seguir.

Todos reconhecem a importância da reforma do atual sistema para corrigir suas graves distorções, o que resolveria inúmeros problemas do País. Ainda assim, generaliza-se a denúncia de que o Governo não deseja a Reforma Tributária, por não mais ter problema de arrecadação. Outra vez: que governo, qualquer que seja ele, ficaria contra uma reforma tributária que lhe assegurasse as receitas, melhorasse a vida do cidadão e terminasse com pelo menos algumas das distorções do sistema existente? O bloqueio que ele de fato tem feito à aprovação de propostas em discussão só pode dever-se ou a dúvida quanto a manutenção da receita, ou a discordância sobre o mérito de alguns pontos, como a eliminação de qualquer tributo com efeito cascata, equivocadamente colocada, no texto da Comissão, como objetivo número um do novo sistema.

O Presidente tem dito que é necessário ficar muito atento à Reforma Tributária, porque os estados querem mais receitas, os municípios, igualmente, desejam aumentar sua arrecadação, e a sociedade quer pagar menos impostos. Isto levaria a perdas de receita para a União, inaceitáveis na luta vital que se trava pela estabilidade econômica, o que é a provável

lógica que tem levado o Governo a não se empenhar com afincos para a sua aprovação, sem o que a reforma não se dará.

Há, porém, uma verdade que torna essa lógica equivocada, qual seja a de que as mudanças dos hábitos e da tecnologia, e as conquistas eletrônicas, permitem formatar um sistema tributário praticamente imune à sonegação e à elisão fiscais, que permitirá aos que cumprem suas obrigações pagar menos, aumentando, porém, a receita, pelo ingresso, como contribuintes, dos que hoje participam da evasão estimada em 80% da arrecadação.

Levando em conta esse fato, e fruto de muitos debates e análises, durante oito anos, que abrangeram contribuições de inúmeros estudiosos e interessados no tema, entre os quais aquele que criou e implantou, no Brasil, em 1966, o primeiro IVA em escala nacional do mundo, o Professor Roberto Campos, a quem presto a modesta homenagem desta citação, foi preparada uma proposta de sistema tributário, que tramita na Câmara dos Deputados, e tem, entre outras, as seguintes características:

- Elimina, na prática, a elisão e a sonegação fiscais.
- Contempla a justiça tributária e o respeito à capacidade contributiva.
- Estabelece um pacto federativo lógico, claro e justo.
- Assegura a receita de cada ente federativo, mesmo reduzindo a carga fiscal dos que pagam.
- Elimina a corrupção, o privilégio e a perseguição de natureza tributária.
- Reduz, a quase nada o custo da arrecadação, um gigantesco desperdício de recursos.
- Simplifica a tributação, tornando-a entendida por todos.
- Acaba com as distorções da alta tributação sobre o salário.

– Retira os tributos da exportação, ampliando a competitividade nacional.

– Impõe às importações tributo igual ao que incide nos bens aqui produzidos.

Não cabe aqui a demonstração da verdade do que afirmamos acima, mas cabe reivindicar, Senhor Presidente, a oportunidade de fazê-la junto a quantos no Governo tenham envolvimento com o tema, inclusive junto aos que nela menos crêem. Mesmo conscientes da relevância de que seja dada a melhor ocupação ao seu limitado tempo, escasso para a solução de tantos problemas do País, estamos seguros de que Vossa Excelência não se arrependerá de dedicar duas ou três horas para, ouvindo o debate e o contraditório, aquilatar se vale ou não a pena mandar apurar as assertivas e os números contidos na proposta, e tentar convencer os chefes de poder dos demais entes federativos a aprofundar a análise desse novo caminho.

Queremos enaltecer a criação do fórum de competitividade. Como dissemos, a verdade quanto às medidas necessárias para o País resolver seus problemas será atingida com debates que envolvam, de fato, aqueles que tenham lucidez, conhecimento e experiência nas questões tratadas, e, portanto, a sua criação pelo MDIC, é vista, com grande expectativa e esperança, como uma forma eficaz de se aproveitar os tantos estudos, trabalhos e experiências que possuem as entidades representativas dos vários segmentos da produção, que muito podem ajudar na solução das questões nacionais. Por isso, nossas loas ao Ministro Tápias, pelo discernimento e pela corajosa iniciativa.

Devo, ainda, Senhor Presidente, externando a vontade dos companheiros, dizer do total apoio ao uso de todos os meios legais para impedir o desrespeito à ordem democrática. Vivemos, é sabido, em um país cheio de injustiças, privilégios, carências, miséria e violência. Escolhemos o regime democrático, com as suas limitações, para mudar esse quadro. A base

desse regime é a inviolabilidade dos fundamentais direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, como consta no art. 5º da nossa Constituição. Quando se contemporiza com o desrespeito a esses direitos, inicia-se um processo que, sem uma reversão vigorosa, encerra-se somente com a ruptura do estado de direito, a perda da liberdade e o fim da democracia.

Temos consciência da nossa natureza falível e de que é possível que nem todas essas verdades o sejam de fato, ainda que isto seja muito improvável, tendo em vista o aprofundamento e a extensão das discussões que nos levaram a elas.

Há, porém, uma verdade que eu me animaria a dizer que é irrefutável: mesmo para os que não crêem na eternidade, o encontro com a felicidade só se dá no respeito ao próximo, no exercício da solidariedade, na prática do bem, na obsessão pela justiça.

Que Deus nos faça ter sempre presente essa verdade.”

Elogia prisão de Salvatore Cacciola

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 12 de junho. Apartes: Lauro Campos (PT – DF), Renan Calheiros (PMDB – AL), Roberto Requião (PMDB – PR).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Líder do Governo nesta Casa fez hoje um elogio muito merecido a Gustavo Kuerten, o nosso Guga, hoje primeiro jogador de tênis no *ranking* mundial. Juntamente com Esperidião Amin, tive a felicidade de assistir a um jogo seu, quando ainda estava se preparando para vencer em Roma, quando a nossa comitiva visitou a Sua Santidade, o Papa.

S. Ex^a elogiou bem aquele jovem de Santa Catarina. Realmente, merecem o respeito da sociedade as pessoas que surgem com essa competência, com essa garra, fruto da capacidade de ação. Não há o que discutir: Guga é a cara do Brasil. Ele representa em si, embora de sangue alemão, o símbolo do brasileiro.

Salientou bem o Líder da Bancada do Governo o detalhe do que aconteceu em Paris, na final da Copa do Mundo. Até hoje também não compreendi aquele episódio ocorrido com o jovem Ronaldinho, o melhor jogador do mundo: sentindo ataques, que não se sabia se eram fruto de epilepsia, foi levado às pressas ao hospital. Feitos vários exames, ele tomou um comprimido forte para dar cabo aos sintomas. Todos os médicos a quem pergunto dizem que se tratava de remédio que praticamente paralisa um alto percentual do organismo do indivíduo. Saindo do hospital, o jovem jogador foi levado ao campo de futebol, junto à delegação do Brasil. Os jogadores brasileiros – parece que estou vendo uma cena patética, digna de um filme

do Federico Fellini – e toda a delegação votam para definir se o atleta entra em campo. “Quero jogar, faço questão de jogar.” Por votação, decidiram que ele iria jogar.

Pelo amor de Deus, em qualquer lugar do mundo o normal é que aquele jovem jogador tivesse ficado internado num hospital em Paris, em observação durante 24 horas, para ver que ataques eram aqueles, para ver o que estava acontecendo, se era epilepsia ou não. E, de lá, diriam que ele estava bem, que estava ótimo, mas em observação. Mas ele voltou, criou aquele impacto, jogou pessimamente e ocorreu o que já sabemos. Não vou tocar nesse assunto. Vou falar de Pelé e do seu desabafo nos jornais dos últimos dias: “Estou com vergonha do Brasil. Peço punição aos corruptos no Brasil. Não é possível continuar assim, não é possível continuar a corrupção, senhora absoluta”.

Chama atenção que o Pelé, além de ser um grande jogador, foi um homem que primou pela austeridade, pela seriedade, pela correção, adquirindo prestígio por todas as funções que passou. Lá se vai tanto tempo desde 1970, quando ele jogou a última Copa do Mundo, e ele ainda é considerado o rei do futebol.

Numa sexta-feira – sei como são as sextas-feiras em Gramado –, no Hotel Kur, um excepcional hotel, de primeiríssima grandeza, para as pessoas que precisam de descanso, serenidade e não somente para aquelas que querem emagrecer, preferido por intelectuais, empresários e artistas – inclusive os artistas globais, quando terminam uma novela, passam um período ali para se readaptarem –, estava o Salvatore, que também é filho de Deus, pois ele também se cansa, trabalha, anda, se movimenta. A vida do Sr. Salvatore deve ser intensa. Ele é jovem, tem uma vida agitada no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo. Ele cansou-se e foi ter o descanso merecido. E escolheu – vamos ser sinceros – com bom senso um belo lugar. Ele escolheu o Hotel Kur. E não é que ele foi preso? Não se respeita nem mais fim de semana! Não se respeita nem mais o descanso. Ele foi preso. Ele e não sei mais quantos foram parar na cadeia.

Ora, Sr. Presidente, custa-me crer, mas, na verdade, ainda tem gente neste Brasil que merece respeito. Esses jovens procuradores, promotores, que não se entregam, que vão

fuxicando e encontrando uma fórmula por meio da qual não deixam o assunto morrer, reabriram o processo do Sr. Salvatore Alberto Cacciola e pediram novamente a prisão do Sr. Chico Lopes – que vai muito bem, obrigado. Reabriram também o processo contra o Sr. Sérgio Luiz Bragança, sócio do Sr. Chico Lopes, e a solicitação da gentil diretora do Banco Central, cuja indicação para o cargo nos chamou a atenção pela sua anormalidade. Aquela senhora estava sendo processada e denunciada como envolvida no inquérito do FonteCidam – e a denúncia poderia até ser aceita. Como poderíamos indicar alguém para diretor do Banco Central com o nome sob investigação? Ela já tinha sido condenada pela CPI do Senado Federal, que considerou ela e o Sr. Cacciola responsáveis. A CPI havia mandado o processo para a Procuradoria-Geral da República, que solicitou a apuração. Como indicaríamos para diretoria do Banco Central uma pessoa que posteriormente poderia ser denunciada por fatos graves que envolveriam a sua posição no próprio banco?

A denúncia está aí. Já se estão discutindo o que ocorrerá. Estão correndo para ver se o juiz não aceita a denúncia. Considero isso difícil. O que será feito se o juiz aceitá-la? A diretora do Banco Central pedirá licença? Exato. Está sendo denunciada e pedirá licença. Renunciará? Sim. Fosse este um país de normas rígidas – se fosse um país de normas rígidas, ela não estaria lá – ou um país de normas mais ou menos rígidas, ela renunciaria. Já que não possui normas rígidas, uma licençazinha vai bem, enquanto o processo anda.

E o nosso Chico Lopes? Logo agora que a imprensa estava comentando que o Chico Lopes estava voltando a rir, a caminhar tranqüilo pelo Rio de Janeiro, a voltar a suas velhas reuniões, aos velhos companheiros, aos economistas e aos tecnocratas, logo agora que a sua empresa estava bem, começa tudo de novo. Que paisinho danado é esse?

O que ocorrerá com Chico Lopes? É verdade que os promotores foram verificar que o problema dele são os documentos encontrados na casa do seu sócio Bragança, numa operação da qual não se pode falar nada, uma absoluta operação perfeita

feita por dois promotores. Há de se dizer que promotor não deveria ter nenhuma relação com o caso, que promotor não se mete com Polícia Federal. E os dois promotores procuraram os dois delegados da Polícia Federal e, juntos, foram fazer a investigação.

Promotor e Polícia Federal não têm relação com o caso. Mas e a ordem judicial? Os dois promotores e os dois delegados da Polícia Federal foram à juíza federal pedir a ela que concedesse autorização, e ela assim o fez. Assim, os dois promotores e os dois delegados da Polícia Federal, com a autorização da juíza federal, puderam ir. Mas o que fazem os promotores e os delegados? Dizem: “Sozinhos, nós não vamos”. Um escrivão da Polícia Federal foi também levado para fazer a apuração. Dois promotores, dois delegados federais, o representante da Polícia, com mandado judicial, fizeram a apuração que durou 12 horas. Alguém denunciou daqui da tribuna do Senado, foi um escândalo. Pegaram os travesseiros, abriram, cortaram os colchões, fizeram horrores durante horas e horas. É verdade que precisaram de muitas horas para que essa tarefa fosse executada, mas não cometeram uma arbitrariedade, porque faziam questão de pegar documento por documento. De todos os documentos, o escrivão fazia uma descrição: anotava, dobrava e o colocava num envelope, que era lacrado e assinado pelos cinco membros. Fizeram o trabalho, entregaram-no à juíza em seu gabinete, que os lacrou e ficou de posse desses envelopes. A juíza abriu esses documentos na presença dos interessados, e os advogados dos interessados assistiram a essa abertura e lá encontraram: “Eu, Bragança, quero dizer que tenho US\$1,6 milhão em bancos estrangeiros, depositados em meu nome, mas que pertencem ao Sr. Chico Lopes. Aviso à Sr^a Fulana de tal e a quem interessar possa que esse dinheiro é do Sr. Chico Lopes”.

Um escândalo? Um escândalo. Uma bomba? Uma bomba. Mas o que aconteceu? O Sr. Chico Lopes provou que recebeu esse dinheiro de herança do seu pai. Do inventário, foi essa a quota que lhe coube do dinheiro que o pai tinha lá fora. O velho Lopes, o velho Lucas Lopes, um dos construtores de Brasília,

um dos homens mais extraordinários da História deste País, pelo qual Juscelino e o Brasil sempre tiveram o maior respeito.

Aí, criou-se uma situação de impacto: coitado do Chico Lopes! Até o dinheirinho que o pai dele deixou para ele está sendo metido nessa questão.

Os promotores foram adiante e verificaram que o Sr. Lucas Lopes não tem nada a ver com esse dinheiro, que não é de herança coisa alguma, não tem nada a ver com inventário, com testamento coisa alguma! Esse dinheiro vem de outras fontes.

Então, o Sr. Chico Lopes, que se negou a reconhecer esse documento na CPI, que se negou a reconhecer esse documento na Polícia Federal, está mentindo, pois foi mentirosa a afirmativa da existência dessa herança.

São chamados a depor novamente o Sr. Chico Lopes e o Sr. Pedro Malan, porque querem os promotores saber se o Sr. Pedro Malan realmente não sabia do risco sistêmico que estava correndo. O Sr. Pedro Malan, que esteve lá no Banco Central, o Sr. Pedro Malan, Ministro da Fazenda, foi convocado pelos promotores para depor como testemunha, porque querem saber se o mesmo sabia ou não do chamado risco sistêmico, e ele diz que não sabia. Ele, Pedro Malan, diz que não sabia.

Contam que, agora, no final da semana, houve uma reunião envolvendo a área econômica, em Buenos Aires, onde, uma ilustre jornalista do *Jornal do Brasil* perguntou ao Ministro da Economia da Argentina se poderia acontecer, na Argentina, o risco sistêmico sem o seu conhecimento. A resposta foi a esperada. No Brasil, teria ocorrido isso, pois o Sr. Pedro Malan está sendo convocado para responder à singeleza dessa matéria: se houve ou não.

Justiça seja feita, Sr. Presidente, esteve aqui semana passada o Procurador-Geral da República, atendendo a convite nosso, durante horas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Houve um longo debate sobre a matéria. Na oportunidade, cobrávamos a existência de processos que se arrastam e não têm andamento. Parece que há alguns fatos novos que determinam que fatos novos vão acontecer. Casos como esse, que

pareciam amortecidos definitivamente, virão à tona. E vamos reabrir alguns debates em cima de matérias como estas: dos Srs. Cacciola, do Banco Marka, e tantas questões dessa gravidade que estão acompanhando o País nesses últimos detalhes.

É uma vergonha? É uma vergonha. É grave? É grave. Alguma coisa tem que ser feita? Alguma coisa tem que ser feita. Lamentavelmente, é como dizem que aconteceu.

Fui entrevistado por uma das empresas da Globo – que depois não publicou, não levou ao ar, mas o restante saiu, aliás, muito bem, diga-se de passagem – sobre as questões referentes ao desaparecimento da documentação do Banco Central relativas ao Banco Nacional. Queria saber a Globo News o que eu teria a dizer sobre o desaparecimento do dossiê do Banco Nacional sobre o inquérito que acusou os seus diretores. Procura, não procura; onde está, onde não está. De repente, apareceu: está na Justiça Federal, num canto de uma vara da Justiça, enviado não sei por quem, aberto, olhado, verificado. Na verdade, esse é o inquérito do Banco Nacional. Como é que o inquérito do Banco Nacional, sem que ninguém soubesse, estava na Polícia Federal? Como ficou? Quantos anos? Por que nada foi feito? O que aconteceu? O Banco Central promoveu o inquérito. Chegou à conclusão de que não houve má-fé, mas burocracia, uma confusão sem limites.

Onde está? Onde está? O inquérito foi parar na Justiça Federal, onde não se sabia por que estava lá. A imprensa publicou, foram olhar, e lá estava. Vão fazer um trabalho muito profundo no Banco Central. Ao menos é o que a imprensa noticia. Vão fazer uma verdadeira revolução para que a burocracia interna do Banco Central não funcione de maneira tão anárquica, permitindo que tal aconteça. Parece piada, Sr. Presidente, parece um capítulo grosseiro de uma novela tragicômica. O assunto foi dado por encerrado. Ninguém foi culpado, ninguém é responsável.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo, com prazer, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a traz uma boa trouxa de roupa suja para lavar na tribuna e sabe, mais do que ninguém, que nem toda a roupa veio, como ocorreu, aliás, com o reencontro dos documentos que envolviam o Banco Nacional. Esses documentos foram encontrados às vésperas de sua prescrição, mas 15 volumes estavam faltando. Senador Pedro Simon, no caso do ex-Presidente do Banco Central Francisco Lopes, que conheci há 30 anos – que reconheci, porque na realidade meu conhecimento com ele foi bem mais antigo –, na verdade, veio para sujar o nome do pai dele. Quer dizer, a emenda saiu pior do que o soneto. Ao querer se livrar das acusações que pesam sobre ele de maneira insofismável, jogou a culpa no pai, no inventário e na herança que seu pai teria deixado. Serei breve e também penso que não pode ficar assim. A ajuda a bancos causou perda de R\$30 bilhões ao Banco Central. Como V. Ex^a já falou aqui uma vez, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, indormidamente, num fim de semana, ficou até de madrugada para fazer o Proer, que veio salvar bancos que, poucos anos antes, estavam tendo lucros fantásticos. O Proer injetou nesses bancos R\$30 bilhões. Eu fico por aqui porque realmente o tempo de V. Ex^a está esgotado e esse assunto é inesgotável. Sugiro ao Banco Central que se não tiver outras providências para tomar que coloque uma carrocinha da Polícia perto daquela instituição, para atender à justiça que pode cair sobre algumas cabeças de diretores e presidentes daquela instituição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço o Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, é um horizonte alvissareiro este que V. Ex^a nos desenha: a retomada desse processo. Tenho certeza de que, mais dia, menos dia, o Senado e a Câmara Federal abrirão comissões parla-

mentares de inquérito para examinar não só o que vem acontecendo no Banco Central, mas o nosso próprio comportamento, Senador. Há um pedido de indiciamento da Sr^a Tereza Grossi, acusada por uma peça da lavra do Senador Jader Barbalho, assumida pelo Relator, Senador João Alberto, aprovada na Comissão Parlamentar de Inquérito. Posteriormente, com o voto dos mesmos Senadores que participaram da CPI, ela foi confirmada na Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Há, sem a menor sombra de dúvida, muita coisa a ser investigada sobre o que tem acontecido no Governo do Presidente Fernando Henrique e no próprio Congresso Nacional.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que confere a verdade em um ponto que eu não tinha analisado da tribuna. Quando estava sendo indiciada, uma peça aprovada pela unanimidade da CPI, membros dessa CPI referendaram o nome dessa senhora para a diretoria do Banco.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a, Senador Renan Calheiros.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem toda razão. Mais uma vez, aborda da tribuna do Senado Federal um assunto que atrai a atenção do País. Concordo com V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Realmente chegou a hora de passarmos a limpo algumas caixas pretas que ainda existem intactas no País. É inconcebível que em um País, com as carências sociais do Brasil, se faça verdadeiramente o que se fez com os Bancos Marka e FonteCindam. É algo inconcebível. V. Ex^a, mais uma vez, conta com a nossa solidariedade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Encerro, agradecendo a V. Ex^a, Sr. Presidente, e chamando a atenção apenas para esta questão: este era um assunto que parecia morto, um assunto que eu próprio, uma semana antes, nas duas horas de debates que tivemos com o Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, a meu pedido, aqui, no Senado

Federal, enumerava este como um dos itens que eu lamentava estarem na gaveta, sem que nada acontecesse.

Pois, saiu da gaveta! E esses promotores, com rara competência, levaram a questão adiante e pegaram o Brasil de surpresa. Eu fui pego de surpresa, assim como tantas outras pessoas. Tenho preocupação se o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda, o Procurador-Geral da República, não sei mais quem nem quantas pessoas mais teriam sido surpreendidas.

Foi brilhante a atuação desses jovens. Nota 10 a eles! Porém, que se dê mão forte para que continuem, que não haja pressão para que, novamente, retrocedam quanto ao Sr. Chico Lopes. O primeiro documento perdeu valor porque se alegava dizer respeito a uma importância referente ao inventário do pai dele. Não é verdade! Sr. Presidente, que não se dê nova desculpa. Está escrito, com todas as letras, no documento: “Eu reconheço que US\$1.650 milhão, que estão depositados na minha conta Bragança, pertencem ao Sr. Chico Lopes. Digo isso a quem interessar possa, inclusive na minha falta”. Que não se dê nova redação a esse documento, Sr. Presidente.

Muitos me cobraram porque acharam estranho, na tribuna do Senado, o meu debate com o Sr. Cacciola. Eu fiz aquele debate depois que o Sr. Cacciola, durante duas horas e meia, debochou do Senado, ridicularizou-nos, fez-nos de verdadeiros fantoches. Foi um dos papéis mais grosseiros que já vi na vida: o Sr. Cacciola ensinando Senador, rindo e dando aula. Então, irritei-me e respondi diferente do que normalmente sou, mas coloquei o Sr. Cacciola no seu devido lugar. Agora, ele está declarando: “Que País é este? Estão me fazendo de bobo”, porque o levaram preso, quando o “coitadinho” estava dormindo em sua suíte no hotel.

Que seja levado adiante, Sr. Presidente! Que os ventos que estão soprando, dizendo que estão vindo novos tempos para o Brasil, sejam verdadeiros e que a apuração desse fato seja o início de novos tempos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Reunião da SBPC em Brasília

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 29 de junho.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, entre os dias 9 e 14 de julho será realizada aqui na Capital da República, no campus da Universidade de Brasília, a 52ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Este ano o tema será “O Brasil na sociedade do conhecimento: desafio para o século XXI”.

Desde o dia 23 de março, o Laboratório de Estudos do Futuro, da UnB e a Secretaria Regional do Distrito Federal da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência vêm promovendo debates com vistas à preparação deste grande evento. Nesses debates preparatórios, já foram discutidos temas como “Meio Ambiente”, “Biotecnologia”, “Recursos Hídricos”, “Desenvolvimento Socioeconômico” e “Informação e Comunicação”.

Na condição de Presidente da Subcomissão de Rádio e Televisão, que faz parte da Comissão de Educação do Senado Federal, fui convidado a participar do evento, numa mesa-redonda que discutirá mídia, violência e regulamentação.

Recentemente, a Universidade de Brasília divulgou um manifesto pela educação, ciência e tecnologia que, na minha opinião, trata muito bem de questões essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, tendo em vista a nossa inserção na economia globalizada.

Eu gostaria de destacar aqui, para reflexão dos Senhores Senadores, alguns trechos desse documento:

“Uma sociedade de informação e do conhecimento impõe aos seus cidadãos, ao setor produtivo e ao governo novas lógicas de desempenho e eficácia. A revolução científico-tecnológica e a expansão dos meios de comunicação, associadas ao dinamismo inovador do uso do conhecimento, exigem a redefinição de nossas instituições sociais, políticas e econômicas. Neste contexto, tão importante quanto o avanço científico e tecnológico é a sua utilização de maneira eficiente, consolidando um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o uso”.

Mais adiante, acrescenta o manifesto:

“A mudança da estrutura econômica internacional implicou, no Brasil, a revisão do modelo nacional-desenvolvimentista. Definiu-se, a partir dos anos de 1990, uma nova orientação para o desenvolvimento do País, buscando integrá-lo com sucesso à dinâmica da economia global, na qual cada sociedade procura preservar seus instrumentos de provimento da educação e de produção científico-tecnológica. Infelizmente, os investimentos públicos em Educação e Ciência e Tecnologia no Brasil não têm crescido em ritmo adequado, o que ameaça nosso futuro como nação. O resultado tem sido o crescente enfraquecimento da infra-estrutura tecnológico-científica construída ao longo de muitas décadas, à custa de um penoso esforço natural e da dedicação e do empenho de milhares de professores, cientistas e tecnólogos.”

E destaca ainda o documento:

“O insubstituível papel das universidades brasileiras na formação das nossas elites profissionais, culturais e científicas contrasta com a lamentável situação de decadência física vivida por muitas dessas instituições, em meio à penúria em que vivem – o que compromete, até mesmo, a sua adminis-

trabilidade. O declínio dos investimentos governamentais nas universidades públicas, certamente, tem contribuído para a desaceleração do desenvolvimento econômico e social do País. É, portanto, de absoluta relevância que nossas universidades públicas sejam reconhecidas como essenciais ao nosso futuro.”

E pondera também o manifesto da UnB:

“Deve-se atentar para que os benefícios fiscais concedidos ao setor produtivo não sejam considerados instrumentos privilegiados de incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico nacional, pois são de alcance limitado e não substituem investimentos diretos em universidades e centros de pesquisa. Um volume razoável de investimentos viabilizará um novo paradigma sociotécnico, que agrupará empresas, organizações e instituições e criará as condições para que a sociedade brasileira possa entrar em um processo acelerado de modernização tecnológica, resgatando, concomitantemente, nossa dívida social. Esta, já agravada pelo analfabetismo histórico (que ao findar a Década da Educação ainda persiste, com um constrangedor percentual de 16,5% de analfabetos tradicionais), pode crescer devido ao acúmulo de um tipo de analfabetismo igualmente nefasto – o científico-tecnológico.”

Infelizmente, como foi dito antes, o Brasil investe muito pouco em ciência e tecnologia, embora tenhamos um material humano excelente e uma boa rede de universidades e de centros de pesquisa. Ora, isso tem que ser mudado, sob pena de sermos condenados eternamente a um segundo plano entre as nações. Acho que a reunião da SBPC, este ano, em Brasília, será uma grande oportunidade para debatermos a fundo essa questão.

Muito obrigado.

Homenagem ao ex-Senador Salgado Filho

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 3 de agosto de 2000.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, há cinqüenta anos, mais exatamente no dia 30 de julho de 1950, o Rio Grande do Sul perdia, num acidente aéreo, um de seus mais destacados líderes políticos, o então Senador Salgado Filho.

Nascido em 1888, em Porto Alegre, Joaquim Pedro Salgado Filho pertencia ao quadro do Partido Trabalhista Brasileiro e era muito ligado a Getúlio Vargas. Aliás, ele faleceu quando se dirigia a São Borja, onde se encontraria com Vargas para pedir-lhe que o apoiasse na campanha para o Governo do Estado. O avião em que Salgado Filho viajava, um Lodestar, da SAVAG (Sociedade Anônima de Viação Aérea Rio-Grandense), explodiu ao colidir com o Cerro Cortelini, em São Francisco de Assis. Morreram as dez pessoas que estavam no aparelho.

Indicado por Getúlio Vargas, Salgado Filho foi o Primeiro-Ministro da Aeronáutica, de 1941 a 1945. Sua atuação foi decisiva para estruturar tanto a aviação civil quanto a aviação militar em nosso País. Organizou a Força Aérea Brasileira e criou o Primeiro Grupo de Aviação de Caça e a Primeira Esquadilha de Ligação e Observação, que atuaram na II Guerra Mundial. Na aviação civil, reorganizou as linhas nacionais e autorizou a primeira linha para os Estados Unidos. Ainda em sua gestão, foram construídos ou reaparelhados aeroportos e bases aéreas e foi aprovado o Regulamento do Tráfego Aéreo.

Formado em Direito, Salgado Filho apoiou Ruy Barbosa na campanha civilista, em 1910. Engajado na Revolução de 30, foi indicado para a chefia da Polícia do Rio de Janeiro, em 1932. Naquele mesmo ano, foi nomeado, interinamente, Ministro da Educação e Saúde Pública. Ainda em 1932, assumiu o cargo de Ministro da Indústria e Comércio e teve uma atuação brilhante, já que foi o autor de quase toda a legislação trabalhista do período, além de ter instituído o uso obrigatório da carteira de trabalho e criado os institutos de pensão e aposentadoria de bancários e comerciários. Eleito Deputado Federal, em 1935, mostrou-se ardoroso defensor da causa da aviação.

Em 1936, como Parlamentar, chefiou Missão Econômica do Brasil enviada ao Japão. Indicado Ministro do Superior Tribunal Militar, em 1938, permaneceu naquela Corte até 1941, quando foi comandar o recém-criado Ministério da Aeronáutica. Eleito Senador em 1947, integrou nesta Casa as Comissões de Finanças e de Forças Armadas.

A morte de Salgado Filho foi marcada por uma estranha coincidência. Dois dias antes de seu falecimento, no dia 28 de julho, havia ocorrido um grave acidente aéreo, no Rio Grande do Sul, com um Constellation, da Panair do Brasil, que se chocara contra o Morro do Chapéu, em Sapucaia do Sul.

Vindo do Rio de Janeiro, o Constellation não conseguiu pousar no aeroporto São João, em Porto Alegre, em função do mau tempo. Foi então desviado para Gravataí, onde havia um campo de pouso alternativo. Quando a aeronave ganhava altura, depois de uma segunda tentativa frustrada de pouso, houve o acidente, que vitimou 44 passageiros e 7 tripulantes.

Correu, então, no Rio de Janeiro, o boato da morte de Salgado Filho que, naquele mesmo dia 28 de julho, havia viajado para o Rio Grande do Sul. Mas o boato logo foi desmentido pelo filho de Salgado Filho, Pedro Grandmasson Salgado,

de 21 anos, que deixara o pai no aeroporto para embarcar num Constellation, sim, mas da Varig.

No dia seguinte, sábado, Salgado Filho compareceu ao velório de uma das vítimas do desastre do Constellation. Indagado na ocasião se não tinha medo de acidentes, ele reafirmou sua confiança na aviação. Disse que voaria no domingo, a São Borja, para pedir o apoio de Vargas.

Foi nesta viagem, iniciada ao meio-dia, sob mau tempo, que Salgado Filho acabou perdendo sua vida.

Nesta segunda-feira, a pista de pouso e decolagem da Base Aérea de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, passou a chamar-se Salgado Filho, em homenagem a este grande brasileiro. Na presença de dois de seus filhos, foi inaugurado um pedestal em sua memória. Trata-se de uma merecida homenagem a um homem que fazia parte de uma brilhante geração de líderes políticos gaúchos, que tiveram atuação nacional na primeira metade deste século, como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e João Neves da Fontoura, entre tantos outros.

Com este breve pronunciamento, presto eu também uma homenagem a Salgado Filho.

Era o que eu tinha a dizer.

Por uma cultura da paz

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 10 de agosto.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) está desenvolvendo ao longo deste ano uma importante campanha internacional intitulada “Por uma cultura de paz e não-violência”.

Esta iniciativa de primeira grandeza tem como objetivo básico assegurar a transição de uma cultura de guerra, violência e discriminação para um novo tempo em que os valores mais destacados sejam a paz, o diálogo, a tolerância e a solidariedade.

O Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-violência foi esboçado por um grupo de ganhadores do Prêmio Nobel da Paz – entre os quais os timorenses Ramos-Horta e Ximenes Belo, Perez Esquivel e Rigoberta Menchu, Mikhail Gorbatchov e Nelson Mandela, o Dalai Lama e Bispo Desmond Tutu – em Paris, durante as festividades pelo transcurso do cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos.

Trata-se, sem dúvida, de um documento de alta importância, que passo a ler na íntegra, para conhecimento e reflexão dos Senhores Senadores:

“Manifesto 2000

Por uma cultura de paz e não-violência

O ano 2000 deve ser um novo começo para todos nós. Juntos, poderemos transformar a cultura de guerra e violência em uma cultura de paz e não-violência.

Essa evolução exige a participação de cada um de nós para dar aos jovens e às gerações futuras valores que os ajudem a forjar um mundo mais digno e harmonioso, um mundo de justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade.

A cultura de paz torna possível o desenvolvimento duradouro, a proteção do ambiente natural e a satisfação pessoal de cada ser humano.

Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, me comprometo, em minha vida diária, minha família, meu trabalho, minha comunidade, minha região e meu país a:

1 – respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;

2 – praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;

3 – compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;

4 – defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta, o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e o rechaço ao próximo;

5 – promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do Planeta;

6 – contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade.”

Sr. Presidente, freqüentemente, tenho vindo a esta Tribuna falar de paz e solidariedade, de ética e de responsabilidade social, de justiça e de respeito aos direitos humanos. Já num dos últimos pronunciamentos do ano passado, eu dizia que não é pos-

sível que o homem, neste novo milênio, continue a ser o mesmo de sempre: violento, egoísta e ambicioso.

Mas a verdade é que, em nível planetário, a cultura da violência – calcada no conceito de “inimigo” – nos conduziu ao atual estágio, em que os cidadãos de umas poucas nações gozam de elevados padrões de vida enquanto uma grande maioria vive mergulhada na miséria e na violência.

Embora hoje seja muito menor o número de guerras e revoluções, o certo é que os orçamentos militares da maioria dos países permanecem elevados, especialmente pelos gastos para a produção de armas de alta tecnologia, ditas inteligentes, que matam à distância.

Se no plano internacional os conflitos diminuíram, também é verdade que aumentaram as guerras internas, especialmente em função de diferenças étnicas e religiosas. A intolerância que nasce do exagerado nacionalismo, além de reviver ódios religiosos ou étnicos, força milhões de pessoas ao êxodo.

Também se constata, neste início de milênio, o crescimento constante dos índices de criminalidade, seja em nações ricas ou pobres, mas este crescimento é ainda maior nos países em desenvolvimento ou nos que ostentam perversos sistemas de distribuição da renda, como é o caso do Brasil.

Por tudo isso, Sr. Presidente, a campanha da Unesco é mais do que oportuna. Ao registrar aqui, na íntegra, o seu manifesto, creio estar contribuindo para sua maior divulgação. O esforço em favor da paz e da não-violência deve ser permanente. Milhares de anos sob a égide da violência não serão banidos facilmente.

Encerro este breve pronunciamento com palavras do Diretor-Geral da Unesco, Federico Mayor. Para ele, “não pode haver paz sem desenvolvimento sustentável. Não pode haver desenvolvimento sem educação ao longo da vida. Não pode haver desenvolvimento sem democracia, sem uma distribuição mais equitativa dos recursos, sem a eliminação das disparidades que separam os países mais avançados daqueles menos desenvolvidos”.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Elogia Ministério Público Federal

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 16 de agosto.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, hoje é o trigésimo dia da morte de Barbosa Lima Sobrinho. Trago, mais uma vez, o voto de pesar e de profunda tristeza deste Congresso Nacional exatamente pela morte daquele que, nos séculos em que viveu – XIX e XX –, deixa para nossa geração a mensagem mais pura, mais bela e mais grandiosa de pátria, de nacionalismo e de civismo. Trinta dias depois de sua morte – parece que foi ontem – e ainda não aconteceu a votação, no plenário, da Lei da Mordaza. O Senador Lauro Campos complicou ainda mais a tramitação ao enviar o estudo com relação ao Presidente da República para os jovens e brilhantes procuradores. São elogios como esses que estão fazendo aparecer a Lei da Mordaza, lei que a Câmara dos Deputados, em gesto épico, rejeitou quando da Lei da Reforma Judiciária, mas que, lamentavelmente, aprovou num projeto de lei do Presidente. Há dois projetos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: um aprovado pela Câmara dos Deputados, dependendo de apreciação – e como não é emenda constitucional, o Governo fechou questão neste projeto com a Comissão. Uma vez aprovado nas duas Casas, a Lei da Mordaza entrará em vigor. O outro é um projeto do Senador Jorge Bornhausen. A diferença entre o que vamos votar e a Lei do Judiciário é que lá as questões eram civis, e aqui incluem questões da área penal, invocam, inclusive, sanções de ordem penal.

Não foi votado lá porque, quando estive no Rio de Janeiro participando de uma homenagem ao aniversário de Barbosa Lima Sobrinho, a OAB pediu-me para requerer audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de votar a matéria. Solicitei à OAB que fizesse o pedido por escrito. A OAB, a ABI e a CNBB querem ser ouvidas antes de ser instituída a Lei da Mordação no Brasil.

O Presidente da Comissão, com muita elegância, concordou. Mas lá se vão três meses. Na época, Barbosa estava vivo, falei com ele, que me fez essa solicitação. Em sua homenagem, a votação não saiu e o Presidente e o Plenário concordaram em convocar uma audiência pública, que não sei quando sairá. E é essa audiência que está trancando a vinda da matéria a plenário e a sua votação.

As manchetes nos jornais são permanentes. Já não se fala na Lei da Mordação, mas na Lei Fernando Henrique, porque a insistência de Sua Excelência é tão grande que, na verdade, se tornou uma questão pessoal. Nos últimos acontecimentos, vimos os nossos procuradores atuando, algo de fantástico. Que me perdoe a grande imprensa, mas o esforço que alguns homens do Governo fizeram para tirar o Secretário-Geral e colocar o Promotor no banco dos réus foi fantástico.

Aliás, *O Globo* de hoje edita a mesma coisa: “Desvio de verba? Corrupção? Vem aí o xarope Fernando: mordação!” – e traz o Presidente Fernando Henrique Cardoso colocando a mordação no Procurador que veio depor na Comissão. Esse tipo de *charge* envolvendo os procuradores está quase na média da do Senador Antonio Carlos Magalhães colocando o Presidente Fernando Henrique Cardoso no colo e dizendo: “Calma, filhinho, calma”. Está no mesmo pé de igualdade e de quantidade. Quiseram colocar os procuradores no banco dos réus.

Tenho obrigação de vir aqui porque bati muito à porta dos procuradores, da Polícia Federal, da Justiça Federal, do Procurador-Geral. Estou lhes cobrando durante muitos anos.

A Senadora Heloísa Helena, Líder do PT, dizia há pouco exatamente o mal que se chama impunidade pela não punição. A não punição passa pelo delegado que não termina o processo, pelo promotor que não denuncia e pelo juiz que não julga. É claro, tudo isso é fruto de uma irresponsabilidade de uma legislação jurídica por que nós, os congressistas, somos responsáveis.

Criamos uma lei para não funcionar, uma lei que facilita a liberdade dos “Nicolaus” da vida. Na hora em que ia ser preso, avisaram-no: “Olha, foge que vamos te prender”. Ora, isso facilita a fuga de um “Cacciola”, que estava preso e não tinha como não estar. Até hoje não entendo – que me perdoe o Presidente do Supremo Tribunal Federal – mas sob o argumento de que é melhor deixar livre um dia o cidadão do que um dia preso; soltaram-no por um dia e, quando o Presidente determinou sua prisão no outro dia, ele já havia fugido. Na verdade, quando o Vice-Presidente do Tribunal determinou sua soltura, ele já estava com a passagem, com o passaporte e hoje está em sua terra.

Em meio a tudo isso, em meio a toda essa impunidade, somos obrigados a reconhecer que há um movimento novo, o dos procuradores, dos jovens procuradores. Temos que saudar, dizer hosana, dizer, felizes, “chegou alguém, uma classe começou o trabalho de limpeza”. Estava na hora de começar uma revolução, uma revolta, um protesto, um grito, uma rebelião contra a omissão da burguesia, da nossa elite, por deixarmos que as coisas aconteçam sem fazermos nada! De repente, um grupo de jovens procuradores, singelamente, começou este trabalho. Gente simples, devagarinho, foram levando adiante; dir-se-ia à revelia do seu chefe. Tenho muito respeito pelo Procurador-Geral, mas não me parece que seja esse o estilo dele. Essa gente começou a aparecer. Os jovens procuradores deram um *show*. O que o Sr. Fernando Henrique não perdoa, o que a Fazenda não perdoa é o *show* que eles deram, porque, no Brasil, a

coisa mais difícil é prender gente importante. Na Europa, nos Estados Unidos, é fácil prender gente importante, basta sonegar um centavo, um dólar que se está preso, para explicar depois.

Dois procuradores, no Rio de Janeiro, acompanhados de dois policiais federais e um escrivão, foram a uma juíza e pediram ordem para entrar nas casas do Sr. Chico Lopes, do Sr. Bragança e do Sr. Cacciola. A Juíza deu-lhes a autorização, eles foram lá e entraram nas respectivas casas. Na casa do Chico Lopes, ficaram horas e horas e horas. Foi uma rebeldia. O noticiário dizia que eles já estavam incendiando, queimando, fazendo horrores. Como é que ficaram tanto tempo lá? Depois, verificou-se o porquê: eles pegavam documento por documento, registravam, botavam dentro do envelope, lacravam e assinavam os dois policiais, os dois procuradores e o escrivão. Levaram tudo isso para o escritório da Juíza, ficando lá trancados à chave. A Juíza chamou os advogados dos cidadãos que tinham tido as suas casas invadidas, para abrir os envelopes na frente deles.

Chamaram os procuradores a Brasília. Isso foi manchete na imprensa, e a pergunta era: que punição levarão? Vim a esta tribuna, dei o meu voto de solidariedade e recebi aparte de vários líderes e parlamentares, dando um voto de solidariedade aos procuradores e ridicularizando as notícias de imprensa, dizendo que – e parece ser verdade – eram chamados a Brasília para sofrer punição, porque não podiam fazer isso, sem ordem, sem orientação, sem determinação.

Tenho respeito pelo Procurador-Geral da República e sei que ele tem respeito pelo Senado. A verdade é que vieram aqui e até receberam elogio por parte do Procurador-Geral.

De lá para cá, tem havido uma série de atividades, nesse estilo, feitas por eles. Uma delas foi investigar a vida do Sr. Eduardo Jorge, que é até bonita. É uma atividade bonita de ver. Ele dá até um personagem para uma novela da TV Globo. É um jovem, casa com uma mulher bonita, começa de baixo, junta-se

a um senador. Esse senador é um revolucionário, no Senado, ele debate, luta. Depois, vai para o Itamaraty, percorre o mundo. Vai para o Ministério da Fazenda. Seu líder é eleito Presidente e ele é o secretário particular de Sua Excelência. Não há nada que não passe por ele. É o chefe da reeleição. E depois diz: “Eu me desiludi. Esta não é a socialdemocracia que eu queria. Queria uma outra socialdemocracia”. Sai de lá, compra uma casa de R\$1,2 milhão e vai viver um outro estilo de vida, que deve ser analisado, porque todos falam em *lobby*, que é algo comentado no mundo inteiro.

Nosso Vice-Presidente, Marco Maciel, um homem de bem, excepcional, apresentou um projeto, que considero correto, regulamentando o *lobby*. O que é o *lobby*? Ele é feito por pessoas que representam empresas ou por donos de empresas interessadas em projetos ou fatos; essas pessoas circulam abertamente por aqui, andam pelo Congresso. Por exemplo, os produtores de fumo vêm ao Congresso tentar fazer com que a lei que proíbe a propaganda do fumo seja a menos rigorosa possível. É o *lobby*.

Respeitável, ele não faz isso. Ele cria empresas, não de *lobby*. Imaginem se o ex-secretário particular da Presidência da República vai fundar um escritório de *lobby*! Não! É uma questão que tem de ser analisada, tem de ser aprofundada. É um escritório para orientar as empresas a conhecer o Governo por dentro. Isso é muito importante. Nos Estados Unidos, que é o país mestre da comunicação, ninguém tinha se dado conta da importância disso. *Lobby*, não! *Lobby* soa falso, soa a dinheiro. Agora, criar uma empresa, no sentido de dizer: “Venham cá, vocês da Souza Cruz, vocês têm que conhecer o Governo, têm que saber como é o Governo. Por exemplo, o Fernando Henrique não fuma, a não ser um charuto de vez em quando. Vocês têm que conhecer o Governo”. Esta é a especialidade do Sr. Eduardo Jorge: orientar o empresário a conhecer o Governo por dentro. E aí facilita as coisas.

Esses procuradores resolveram avançar, resolveram cobrar. E aí, o que acontece? Em primeiro lugar, houve um impacto tremendo com a vinda do Sr. Eduardo Jorge. Ele veio e, na minha opinião, saiu-se bem; tão bem que eu diria que houve um empate de zero a zero. Temos que entender que o Congresso Nacional chama as pessoas para depor, e elas depõem, falam, analisam, e nós ouvimos, escutamos, divergimos, deliberamos – isso é uma coisa. Agora, chamar uma pessoa para debater um aspecto ético-jurídico, se é corrupção ou não, aí tem que haver uma CPI. O cidadão tem de vir jurando dizer a verdade, ou ele vem como ontem e hoje. Hoje, assisti 10% dos pronunciamentos e fui embora. Ontem, fiquei até à meia-noite, a reunião foi fantástica. Eu me perguntava: o que está pensando essa gente que está nos assistindo pela televisão. Hoje, fiquei com vergonha; às 10 horas, eu me levantei e saí, porque eu não tinha o que fazer ali. Os cidadãos, que eram todos responsáveis por tudo o que aconteceu, de repente só faltaram dizer que não sabiam quem era Nicolau. O resto, tudo valia.

Dentro desse contexto, os procuradores estavam agindo. E estavam agindo como? O Sr. Eduardo Jorge disse o seguinte: “Eu estava no gabinete da Presidência como secretário particular do Presidente. Com a morte do Serjão, como não tinham ninguém, fui elevado ao número 2. Até então, o Serjão era o número 2. Deram-me o comando da campanha”.

Eduardo Jorge ficou com o comando da campanha. Terminada a campanha, não quis ficar. Então, o que ele fez? Durante muito tempo, com muito esforço, com a luta do trabalho dele, ele comprou uma casinha aqui, outra ali, um terreno ali, uma casinha no Rio de Janeiro e depois, pensando já no que ia fazer, vendeu aquela casa, a outra, aquela outra, pegou esse dinheiro e investiu em um fundo, algo entre um milhão e duzentos, um milhão e trezentos. Aí resolveu sair do Governo: “Não quero, não é mais a socialdemocracia que eu imaginava”. O Presidente reelegeu-se.

Não é um gesto fácil. Onde vamos ver antecedentes como esse? Quais são os antecedentes que conhecemos? Mais bonito do que esse é o de Che Guevara, que ganhou a eleição, e o Fidel Castro assumiu a presidência. O Che Guevara disse: “Eu já cumpri minha parte em Cuba. Vou fazer minha parte lá em Angola e na Bolívia”.

O Sr. Eduardo Jorge fez a parte dele. Não era a socialdemocracia que ele queria, então, vendeu as casas por um milhão e duzentos, pegou esse dinheiro e comprou uma casa por um milhão e duzentos.

Posso dizer alguma coisa sobre isso que ele está dizendo? Não posso dizer nada. O que ele está dizendo é tudo verdade, absolutamente correto e merece respeito. Ou é tudo mentira! Mas, para investigar uma questão dessa, é necessário abrir as contas do cidadão. Se ele está sob investigação, a fórmula para conhecer é abrir a conta. Era o que estavam fazendo os procuradores. Mas, de repente, passaram a ser maus. Em primeiro lugar, considerei um exagero o que a imprensa estava fazendo. Era um exagero. Batiam, batiam, era a bola da vez, queriam desmontar o Sr. Eduardo Jorge. Admirou-me a competência com que veio e a classe que teve para responder à inquirição sem se deixar levar pela avalanche de boatos e fatos publicados pela imprensa.

De repente, a imprensa deixou de lado o Sr. Eduardo Jorge. Foi a coisa mais engraçada! Após o depoimento, já não se fala mais nele. Agora, os réus são os procuradores. O caso Eduardo Jorge leva o Governo a rediscutir a Lei da Mordação. Esta deve ser votada imediatamente. O que é a Lei da Mordação? É uma coisa fantástica, porque nem na ditadura fizeram isso. É verdade que a ditadura tinha uma censura total. É verdade! É verdade que na ditadura diziam o que podia sair no jornal ou não, o que se podia fazer ou não. É verdade! Mas a ditadura não criou uma lei; teve a vergonha de pelo menos não colocar no papel o que agora está no papel. Eles tinham a censura: o que

queriam que saísse, saía; o que não queriam que saísse, não saía. Mas colocar no papel uma lei como a Lei da Mordaça, nem no tempo da ditadura.

E agora o que querem? Querem o seguinte: um delegado de polícia está examinando um caso; está examinando se o Pedro Simon brigou com a vizinha ou não, se deu uns tapas no fulano ou não, se apanhou ou andou bebendo e fazendo escândalo; o delegado ainda está averiguando; e esse caso deve ser mantido em sigilo, não pode sair na imprensa. Se sai na imprensa, o delegado é culpado, e pode até perder o cargo; ele tem que trabalhar em sigilo. Um promotor recebeu esse dossiê do Pedro Simon, que deveria ser mantido em sigilo, e está sem saber se oferece ou não uma denúncia contra o Pedro Simon. “– É, parece que esse Pedro Simon andou bebendo um pouco demais, parece que ele andou dando uns tapas um pouco fortes demais, parece que quebrou até o braço do cara, parece que há até um laudo mostrando que isso aconteceu”.

Então, o promotor está com um projeto para apresentar denúncia; e sai no jornal: “O promotor João vai apresentar denúncia contra o Pedro Simon”. Ele pode ser demitido. Pela Lei da Mordaça, isso não pode acontecer mais. O promotor tem que manter sigilo.

Aí, o promotor conseguiu manter o sigilo; e chegou à conclusão de que não tem o que discutir, que esse Pedro Simon realmente é réu; e faz a denúncia: “Denuncio Pedro Simon, porque no dia tal estava bêbado, na boate tal, ficou bravo e deu uns tapas – até estou bancando o bacana, porque nem bebo e nem tenho força – no fulano e no beltrano, que foram para o pronto-socorro, e levaram uns pontos...” Denúncia! E chega às mãos do juiz. Então, o juiz está com um processo contra o Pedro Simon, para decidir. E ele vai decidir. Se sair nos jornais que ele está com esse processo, pau nele! Só pode sair a decisão dele; não pode sair uma vírgula a respeito do fato de que ele tem um processo, uma denúncia assinada por um promotor contra

o Pedro Simon, que ele vai decidir etc. Isso é sigilo absoluto, é a mordação absoluta. Quando ele condena o Pedro Simon, essa condenação é o que sai no jornal.

É isso que querem no Brasil. O Brasil, que já é o país da impunidade, o Brasil, que já é o país onde quem vai para a cadeia é só o ladrão de galinha, o Brasil que já é o país que tem mil fórmulas de levar adiante e recorrer e recorrer novamente, este País é que, de repente, quer criar uma lei como essa, quer botar uma espada sobre a cabeça de delegado, promotor e juiz, que vão agir, tremendo, com medo de perder a função, de ser demitido ou ir para a cadeia. Perderão toda a liberdade, toda a autonomia, toda a possibilidade de agir, de buscar; agirão sob o manto do medo e, o que é mais importante, a imprensa passa a não saber de nada. Tudo será jogado para debaixo do tapete, e não vamos tomar conhecimento de nada. Meu Deus do céu, que lugar do mundo tem uma lei como esta? De onde copiaram uma lei maldita como essa Lei da Mordação? Meu Deus, não consigo entender.

Fico pensando: “Mas o Fernando Henrique...” Será que o homem se transforma e se transforma e se transforma e, de repente, não guarda nada das suas origens? Sempre ouvi falar que nós que temos uma mãe que nos orienta, que nos educa, que nos informa nos bons princípios, nós que, quando crianças, entramos na escola e recebemos, no início, uma boa formação, e que isso nos acompanhará no decorrer da nossa vida. De repente, vejo o Fernando Henrique, o meu Fernando Henrique, que eu adorava, que eu achava o homem mais preparado para ser Presidente da República, um homem extraordinário, de cultura, de capacidade, ser o defensor da Lei da Mordação, isso não consigo entender. A CNBB, a OAB e a ABI são, por unanimidade, contra. Por que não fazem o contrário? O que é que pune mais? O que é mais grave? Por que não colocam mordação na imprensa, então? Porque não têm coragem de colocar? Se o delegado, o promotor e o juiz não podem, então o jornalista tam-

bém não pode. Por que não fazem isso? Porque eles têm medo da imprensa. A imprensa publica. E acho que é uma grande conquista a imprensa livre, embora muitas vezes a imprensa faça injustiças, embora muitas vezes a imprensa caia no exagero que não dá para entender, embora muitas vezes seja difícil recuar, embora muitas vezes brinquem com a honra do cidadão. Mas daí a defendermos mordada na imprensa...

O que eu defendo – e o Governo não consegue votar – é que a imprensa deve nos dar o direito de resposta. Não adianta, numa página, chamar o Deputado João da Silva disso e daquilo, e ele irá à tribuna, responder e sair na carta ao leitor sua resposta em duas linhas: “Recebemos uma carta do Deputado João da Silva dizendo que não é verdade o contexto das páginas 5, 6, 7, 8 e 9”.

Aí é duro. Isso eu acho que deve ser analisado. Não que a imprensa não publique. Não é amordaçar a imprensa! Pelo amor de Deus, jamais! Não aceitarei, jamais, qualquer tipo de censura à imprensa, mas defendo o direito de o cidadão se defender, a chance que ele tem de resposta.

Para mim, a imprensa é uma maravilha. Essa TV Senado caiu do céu, porque pode não ser como deveria, um canal aberto – e acredito que será –, mas não há lugar em Brasília que não tenha 20, 30, 40, 70, 80 pessoas que a assistam e a divulguem. Em mais de uma oportunidade em que falaram coisas que não eram verdadeiras a meu respeito, avisei – e era lá no meu Estado, o Rio Grande do Sul; eu, candidato – e disse: “Meus amigos, eu gostaria que vocês, às quatro horas da tarde de quarta-feira, assistissem à TV Senado, porque, entre quatro e seis horas, vou ocupar a tribuna e vou responder sobre isso que a televisão noticiou”. Recebi milhares de respostas. E foi impressionante. Mas e os que não têm nem isso? Com isso o Governo não se preocupa, porque a imprensa, de um modo geral, é a favor dele.

Vamos fazer essa reunião pública, essa audiência pública, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Lei da Mordaza. Talvez seja esse o último pedido atendendo a uma solicitação escrita, quando ainda era vivo Barbosa Lima Sobrinho. Vamos debater, vamos analisar nos mínimos detalhes! Alguns são muito otimistas, porque pensam que o mais difícil já conseguiram. A Lei da Mordaza passou na Câmara e, agora, está aqui no Senado. Pensam que no Senado é mais fácil, porque como nós, senadores, somos mais reacionários, mais vaidosos – muitos de nós foram governadores, ministros –, temos mais a perder e, por isso, vamos votar a favor desse projeto. Eu, porém, dou-me conta de que não. Os que estão pensando assim estão enganados. Fomos nós, senadores, que aprovamos o projeto de lei que acaba com o sigilo bancário e que ainda não se transformou em lei porque está parado na Câmara dos Deputados. Nós, senadores, atendendo a pedido do Supremo, aprovamos o projeto segundo o qual não é preciso licença do Senado para processar deputado. Contudo, a matéria está parada na Câmara dos Deputados. Nós, senadores, já votamos o projeto que proíbe senador de nomear parente no seu gabinete, o qual também está parado na Câmara. Então, não pensem alguns que, porque o Projeto da Mordaza passou lá, também vai passar aqui com facilidade.

Saio daqui para ir à missa do meu amigo, cristão fervoroso, Barbosa Lima Sobrinho. Seria muito bom se ele conseguisse comover o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso, a fim de que ele orientasse a sua Bancada no sentido de rejeitar o projeto ou retirasse o próprio projeto.

Muito obrigado!

Inauguração do gasoduto Brasil–Argentina

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 17 de agosto. Apartes: Casildo Maldaner (PMDB – SC) e Bernardo Cabral (PFL – AM).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, inaugura-se amanhã mais um trecho do gasoduto Brasil–Argentina, exatamente na cidade argentina de Paso de los Libres, fronteira com Uruguaiana.

O gás da Argentina chegou oficialmente ao Brasil, em 4 de julho passado, oferecendo 2,8 milhões de metros cúbicos iniciais ao dia, volume que deve atingir 15 milhões de metros cúbicos diários, quando for concluída a etapa da região metropolitana de Porto Alegre. Em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, já está em funcionamento uma das termelétricas alimentadas pelo gás argentino. Inicialmente, o gás movimentará a primeira turbina, de 140 MHz, da usina final, que produzirá 600 mil MHz.

O Rio Grande do Sul atravessa uma fase de expansão da infra-estrutura de fornecimento de energia. Além do gasoduto Brasil–Argentina – em que o trecho Uruguaiana–Porto Alegre deverá ser concluído em dezembro de 2002 –, o estado já está sendo beneficiado pelo gasoduto Brasil–Bolívia, com as obras dos ramais da distribuição em fase final na região metropolitana da capital gaúcha. E já se anuncia a implantação de outro gasoduto, que vem do Uruguai e entra no Estado do Rio Grande do Sul pela cidade de Jaguarão. Com tudo isso, também a metade sul do Rio Grande do Sul, região castigada pelo descaso e abandono, poderá vislumbrar um futuro de prosperidade. A pers-

pectiva é de completa alteração, para melhor, da base energética do estado e também do Brasil. O Rio Grande do Sul atualmente importa 70% da energia que consome. Em breve, passará à condição de exportador de energia.

Por outro lado, em face das previsões de um crescente déficit de disponibilidade de energia elétrica no País, o gás natural apresenta-se de imediato como solução favorável à geração da eletricidade em termelétricas. Além disso, mais barato e não poluente.

Leio essas notícias com profunda emoção, porque eu era governador do Rio Grande do Sul quando promovi uma grande reunião em Uruguaiana, com o Presidente Raul Alfonsín, da Argentina, com o Presidente uruguaio e o nosso amigo Sarney, Presidente do Brasil.

Lançamos ali os marcos do Mercosul, o que, na prática, já se vinha fazendo desde o primeiro dia do Governo do Sr. Sarney, do qual tive a honra de ser ministro da Agricultura. Acreditávamos ser necessária uma fase nova no relacionamento internacional do Brasil. O Brasil, que iniciava uma democracia depois de longo período de ditadura militar, tinha de começar um grande debate novo com o mundo externo.

Eu fui um dos que defendi, na reunião, que tínhamos de começar pela América Latina. Justiça seja feita, mesmo durante o regime militar o Brasil manteve o diálogo com os países africanos, aumentando, inclusive, o número de representações diplomáticas naquele continente. Mas, na América Latina, o desgaste era crescente, principalmente o relacionamento do Brasil com a Argentina, que continuava, como sempre, desgastante, conflitante e com uma interrogação permanente.

Quando se falava em começar o diálogo Brasil–Argentina, o então Ministro das Relações Exteriores afirmava que tínhamos de aumentar a importação de maçã e de vinhos daquele país e que o Ministro da Agricultura, Pedro Simon, era

contrário a isso, prejudicando a nossa relação com a Argentina. Quando o Chanceler falou isso, o Presidente Sarney me disse: “Pedro, mas logo tu, do Rio Grande do Sul, que tens tanto interesse nessa integração...”. Eu disse: “Olha, Presidente, essa integração deve ser feita, mas não é com o aumento de importação de maçãs nem regulamentando o vinho da Argentina para entrar no Brasil para concorrer com o vinho gaúcho que vamos resolver essa questão”.

Disse ao Presidente que nós importávamos quatro milhões de toneladas de trigo, dois milhões do Canadá, dois milhões dos Estados Unidos e zero da Argentina, apesar de a Argentina ser um dos grandes fornecedores de trigo do mundo. Isso porque lá no passado – sei eu lá quando – a Argentina descumpriu um tratado de fornecimento de trigo que havia assinado com o Brasil – o preço aumentou e ela não cumpriu o tratado. Esse fato fez com que o Itamaraty não quisesse reabrir o tratado. Disse-lhe também que nós importávamos petróleo do mundo inteiro, mas não comprávamos um grama de petróleo da Argentina – a Argentina é exportadora de petróleo. Naquele momento, a Petrobras tentava encontrar gás – ainda não encontrou –, e a Argentina é uma grande exportadora de gás. Concluí, então: “Se o senhor quiser ser recebido como herói em Buenos Aires, não vá lá dizer que vamos discutir o problema do vinho entre Brasil e Argentina ou que vamos aumentar a importação de maçã em algumas toneladas. Vamos dizer que vamos diminuir a importação de trigo dos Estados Unidos e do Canadá e que vamos importar trigo da Argentina; anuncie que vamos importar gás da Argentina”. Foi um sucesso fantástico.

A Argentina, a partir de então, passou a ser grande admiradora do Brasil; as manchetes dos jornais argentinos passaram a mostrar com enorme simpatia o Brasil.

Numa reunião em Uruguaiana, nós assinamos, no âmbito do Tratado do Mercosul, a construção da célebre ponte Brasil–Argentina/São Borja–São Tomé, que para nós prevê, no

futuro, a ligação do Atlântico com o Pacífico – o Porto de Rio Grande com o Porto de Antofagasta, no Chile – e a construção do gasoduto Brasil–Argentina.

Saiu o ex-Presidente José Sarney, assumiu o poder no Brasil o Presidente Fernando Collor de Mello e Carlos Saul Menem, na Argentina. Num gesto muito bonito – sou reconhecido até hoje ao ex-Presidente Fernando Collor de Mello e sou agradecido ao ex-Presidente Carlos Saul Menem –, o ex-Presidente Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência da República, num domingo, às 16h; e, na segunda-feira, às 9h, o primeiro ato do seu Governo foi renovar o Tratado Mercosul/Ponte São Borja–São Tomé e o gasoduto Brasil–Argentina.

Aconteceu o que aconteceu com o Governo Collor. Assumiu o Presidente Fernando Henrique Cardoso e, de repente, passou para a ponta dos interesses do Brasil a construção do gasoduto Brasil–Bolívia, que terminava na cidade de São Paulo. Eu quase enlouqueci. Desta tribuna fiz uma infinidade de pronunciamentos, discursos e até um projeto de lei o Senado aprovou determinando a construção do gasoduto Brasil–Argentina.

Conseguimos, primeiro, que o gasoduto Bolívia–São Paulo não acabasse em São Paulo, mas que fosse até Porto Alegre – e já está em Porto Alegre. Foi uma grande vitória essa. Segundo, conseguimos que o gasoduto Brasil–Argentina também fosse construído, porque não era concorrente e poderia ser feita a integração – e ela vai ser feita – dos gasodutos. Tendo ficado fora, o Uruguai não gostou. Conseguiu-se, então, no âmbito do Mercosul, um novo gasoduto. Ele sai da Argentina, passa pelo Uruguai – Montevideu – e, vindo a Jaguarão, alcança Porto Alegre.

Para a metade sul do Rio Grande do Sul, que vive uma situação dramática, de dificuldades na sua economia, nada poderia ser melhor do que isso que está acontecendo: gás em profusão, energia barata em todos os recantos do Rio Grande.

Recebi um honroso convite para acompanhar, amanhã, a caravana presidencial do governo argentino que fará o

trajeto de Uruguaiana a Paso de los Libres. Lamentavelmente, não poderei estar presente, mas fiz uma mensagem à empresa que está construindo, que foi a portadora do convite, e fiz uma mensagem ao governo da Argentina, felicitando-o pelo grande significado do dia de amanhã no relacionamento Brasil–Argentina.

Não somos nós apenas, Rio Grande do Sul; não é apenas Brasil e Argentina, não é apenas o Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Acredito que o mercado latino-americano começa a evoluir por um caminho muito profundo e haverá de atingir uma fase de grande desenvolvimento. Esse novo quadro de produção de energia, com as adaptações que são necessárias, trarão benefícios para todos.

Quando participei da elaboração do primeiro acordo, do primeiro tratado do Mercosul, ficou estabelecido que ele entraria em vigor em dez anos – dez anos para que se preparassem e se adaptassem os vários países. Veio o Sr. Fernando Collor e, por mais que eu lhe dissesse que deveria ser em dez anos, ele, jovem, com vontade de fazer coisas diferentes, achou que renovar o acordo que Sarney tinha feito era pouco e diminuiu o prazo para cinco anos – o acordo entraria em vigor no prazo de cinco anos. E entrou em vigor.

Acontece – e é o que eu, à época, argumentava – que um acordo como esse tem de ter adaptações. O exemplo mais magnífico que nós conhecemos hoje é a Comunidade Econômica Européia. Quem diria que, depois de guerras que praticamente destruíram o continente europeu, a Europa se tornaria praticamente um país – os “Estados Unidos da Europa” –, com um parlamento único, quase chegando a uma moeda única. Foi a fórmula que eles encontraram para fazer frente aos Estados Unidos e ao Japão. E estão indo muito bem, obrigado, mas tiveram de fazer uma infinidade de adaptações – e não apenas as adaptações que, graças a Deus, nós não temos. Não temos sangue, não temos ódio, não temos nada que nos separe da Argentina, a não ser o futebol e invenções do tipo de que a guerra seria

inevitável, o que fez com que metade do Exército brasileiro, durante a vida inteira, ficasse na fronteira da Argentina com o Brasil, ali no Rio Grande do Sul. Até hoje, em Alegrete há quatro quartéis; também em Santiago, há quatro cartéis. Enfim, há uma infinidade de quartéis do Exército brasileiro na fronteira. Além disso, a bitola dos trilhos no Rio Grande do Sul é estreita, enquanto na Argentina e no resto do Brasil é larga. E por que isso? Porque tinha de se cuidar para que, com o começo da guerra, os trens não invadissem o Brasil pelo Rio Grande do Sul.

Afora isso que nunca aconteceu, o nosso relacionamento com a Argentina sempre foi bom, ao contrário da Europa, em que chagas e chagas tiveram de ser curadas. Mas, na Europa, também tiveram de fazer as adaptações comerciais e industriais.

V. Ex^{as} já imaginaram o esforço que a Europa teve de fazer para vender e encontrar mercado para o vinho branco e o vinho tinto de Portugal junto com os da Espanha? O champanha da Espanha é comparado com o champanha francês! Os vinhos tintos italianos e os vinhos brancos alemães concorrem com os espanhóis! Foi feito um trabalho fantástico de adaptação, partindo da tese de que havia mercado para todos. Não há pessoas para comprar um champanha a US\$400, US\$500 ou US\$600. Há, portanto, mercado para todos.

Diante da concorrência entre uma fábrica de caminhões que não tem grande credibilidade na Espanha e as grandes fábricas de caminhões da Alemanha, a solução foi fazer uma união, uma fusão, e as duas fábricas se transformaram numa fábrica só: uma fábrica na Espanha e outra na Alemanha. Foi feito um trabalho fantástico de engenharia dia após dia.

Mas, no Brasil não começou dessa forma, mas sim com uma disputa em que se baixava e se aumentava alíquota, e a confusão foi natural. Baixa-se a alíquota, e entra aqui o trigo da Argentina em grande quantidade. O trigo da Argentina é melhor do que o nosso e custa metade do preço, porque lá existe

uma produtividade enorme. E o pessoal daqui grita. São essas, portanto, as adaptações que estão sendo feitas.

Vi a fotografia do Presidente do Brasil com a Secretária de Estado dos Estados Unidos, que veio aqui especialmente para nos pressionar no sentido de que façamos, o mais rápido possível, a integração do mercado comum de toda a América, a Alca. E o Plenário deste Senado votou de forma contrária, mas não porque somos contrários à Alca, mas porque queremos, em primeiro lugar, a integração da América Latina. Queremos o Brasil e a América Latina integrados e fortes, para depois nos sentarmos à mesa com os Estados Unidos e não sermos esmagados. Hoje, na Europa, quando, por exemplo, os Estados Unidos querem discutir sobre petróleo ou sobre azeite com Portugal, a conversa não é travada com Portugal, mas com o Mercado Comum Europeu.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, penso que essa parte está sendo feita, e o Itamaraty deve aprofundar-se ainda mais nesse trabalho. O Itamaraty faz um belíssimo trabalho e tem uma grande capacidade de ação. Tenho a maior admiração e o maior respeito por esse órgão, mas penso que o Itamaraty deve ter um jogo de cintura que vai um pouco além nessa integração entre Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Chile.

Há algum tempo, quando estive no Chile, eles estavam com uma vaidade tremenda e diziam que entrariam no mercado americano, mas que não entrariam no nosso mercado. Hoje, eles reconhecem que devem entrar no nosso mercado e não no americano.

Essa é a grande missão que nos é reservada.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer, concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Quando V. Ex^a era governador do Rio Grande do Sul, lembro-me que, em um debate ocorrido numa rede de televisão em São Paulo, V. Ex^a defendia a queda das barreiras militares que existiam entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai. Àquela época, V. Ex^a já dizia que não podíamos mais continuar investindo dinheiro nessa autodefesa em relação aos nossos irmãos vizinhos; precisávamos derrubar as barreiras e partir para a integração. Vejo que V. Ex^a, depois de ter sido ministro da Agricultura, por tudo que passou e pelo que representa, ainda continua nessa defesa de nos entendermos aqui no Cone Sul, de dar-mo-nos as mãos e eliminarmos algumas diferenças que possam existir, para depois termos mais condições e mais força de conversarmos com o mundo. Temos de partir de casa com uma força maior e não nos degladiarmos com os países do Mercosul. Precisamos formar parcerias para conversarmos com o mundo com mais força. Essa é a intenção, e este é o momento. Reconheço que, neste instante, Senador Pedro Simon, a Argentina passa por sérios problemas – não há a menor dúvida –, inclusive na questão da estabilidade, na relação do peso com o dólar. Reconheço que, se, nessa adaptação, a Argentina não se der bem e se houver uma desvalorização do peso, vamos sentir as conseqüências, porque, atualmente, o Brasil tem um mercado exportador muito forte na Argentina. V. Ex^a apela para que o Itamaraty tenha habilidade, vá com cuidado, procurando fazer com que as relações entre o Brasil, a Argentina, principalmente, o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia e o Chile sejam as melhores possíveis. Considero isso extremamente importante, para que depois possamos pensar em termos de Alca. Portanto, para podermos conversar de igual para igual com outros blocos, é importante eliminarmos as possíveis diferenças que possam existir entre nós e o mercado comum do extremo sul. Por isso, quero louvar a preocupação de V. Ex^a e, ao mesmo tempo, o apelo que faz ao Itamaraty para que engendre esforços, os melhores possíveis, para que essas diferenças que hoje ocorrem entre nós e os países do Cone Sul sejam aparadas. Pre-

cisamos nos dar as mãos, pois somos irmãos. Não é possível continuar como está! Vamos conversar sobre as diferenças de autopeças daqui ou de lá, sobre isso ou aquilo. Somos uma família. V. Ex^a, naquela época, já dizia que seria preciso derrubar essas barreiras. Para que investir tanto em autodefesa, nos regimes militares dos países do Cone Sul? Vamos nos aproximar cada vez mais e, juntos, vamos fazer com a que legislação no campo comercial se adapte à nossa situação e a deles. Vamos acabar com essas diferenças, inclusive em outros sentidos: no campo jurídico, no campo da legislação, do Parlamento, do Executivo, enfim, em todos os campos. Vamos tentar nos adaptar cada vez mais, porque somos irmãos. Já foi aprovada aqui a obrigatoriedade do ensino do espanhol nas nossas escolas. Vamos, pois, conversar na mesma língua. E que lá eles também aprendam a nossa língua! Que nos misturemos! Penso que é esse o caminho que devemos seguir. Por isso, quero louvá-lo e cumprimentá-lo, Senador Pedro Simon, porque V. Ex^a, oportunamente, traz à tribuna a sua preocupação no sentido de que nós, irmãos latino-americanos, não nos degladiemos por diferenças menores, fazendo, assim, com que outros países possam vir a tirar proveito disso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a é nosso irmão, nosso vizinho. O que falo com relação ao Rio Grande do Sul aplica-se *in totum* em relação a Santa Catarina, ainda mais porque Santa Catarina, que foi premiada por Deus com uma natureza bela e é, por isso, um dos maiores fluxos de turismo do mundo inteiro, atrai especialmente os argentinos em busca das suas praias. Essa integração facilitaria e facilitará cada vez mais o nosso relacionamento.

O Itamaraty, na época do regime militar, teve um bom relacionamento com outros países e abriu muitas portas na África, mas, ultimamente, observamos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela sua formação, se identifica com os Estados Unidos e, de certa forma, com os países europeus: França,

Inglaterra, Espanha, Alemanha. Não se vê um gesto, uma atitude mais arrojada, por parte do Brasil, no sentido de abrir caminhos. Pelo amor de Deus, jamais poderíamos pensar em não termos um melhor relacionamento com os Estados Unidos e com os europeus, mesmo porque esses são os nossos maiores mercados de compra e venda e povos com quem nos identificamos em toda a nossa História. Reparem que coisa interessante: Hugo Chávez, Presidente venezuelano, recém-assumido, tomou um avião e foi buscar o diálogo, o entendimento com Bagdá, rompendo o bloqueio que os americanos fazem àquele país. Ele foi convidado por produtores de petróleo, que já querem que a próxima reunião seja em seu território, aqui na América Latina. Estamos assistindo a Índia e a Rússia buscarem diálogo com a China; procurando fórmulas para vencer o isolamento e, com isto, se integrarem rumo ao desafio da globalização.

Fui contrário à política de privatizações do Brasil da maneira como ela foi feita. Cito como exemplo a Vale do Rio Doce. Na minha opinião, a Vale do Rio Doce podia até privatizar as empresas isoladamente, mas tinha de ter uma grande *holding* na mão do Governo Federal, assim ele poderia debater e discutir essa matéria, que é um dos poucos pontos onde o Brasil tem prioridade e falaria em condições de igualdade.

Nessas condições é que creio ser muito importante um posicionamento novo do Itamaraty, mais avançado e com propostas mais concretas. Estando o Brasil fechado com a América Latina poderá buscar fórmulas para avançar. Se não nos cuidarmos, podemos cair no caminho contrário. Tivemos de assistir à terceira eleição do Fujimori da maneira que foi, sobre a qual os americanos fizeram algumas afirmativas verdadeiras que tivemos de engolir. Vimos ressurgir, em outras partes da América Latina, democracias, sim, mas com alguns resquícios de que algo foi feito para que as coisas continuassem, como aconteceu agora no Paraguai, onde foi feito um arranjo para que o Vice-Presidente fosse eleito, mas não o Presidente, e a democracia fosse mantida. Então, haverá um regime *sui generis*, onde o

Presidente é fruto do entendimento, e o Vice-Presidente é eleito pelo voto popular.

Se não nos dermos conta, a faixa triste do Cone Sul em que vivemos – ele teve a sua época negra e era olhado com dó pelo mundo inteiro: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia – é hoje causa de orgulho. Somos todos democratas e estamos todos integrados buscando um caminho comum, embora não possamos garantir que esse caminho comum já esteja assegurado e possamos até entrar num caminho de volta. Temos de fazer força e avançar por esse caminho comum. Se há um país que tem essa responsabilidade, se chama Brasil, pela sua força, pelo seu significado e porque foi ele que iniciou essa caminhada. Foi o Brasil, no Governo Sarney, que teve a coragem de ir à Argentina, ao Uruguai e ao Paraguai vencer barreiras, escrúpulos seculares e iniciar isso que deu certo, que hoje é uma tremenda realidade e que temos obrigação de manter.

Por isso, como brasileiro, como senador desta Casa e como pessoa, sinto uma alegria muito grande e faço questão de que conste nos *Anais* do Senado Federal um voto de profundo louvor por essa vitória desse trecho do gasoduto da Argentina. Que a alegria deles seja festiva, que esse dia em que o Presidente estará ali na fronteira com o Brasil, onde delegações, estou sabendo, de vários municípios, inclusive da capital do Rio Grande do Sul, lá estarão – fui convidado, repito, lamentavelmente não vou por fatos absolutamente impeditivos –, consolide essa integração entre Brasil e Argentina.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Dar-lhe-ei o aparte, mas, depois, gostaria de fazer uma intromissão no discurso proferido ontem por V. Ex^a. Vim correndo para dar o aparte, mas não consegui; um discurso dos mais importantes e mais significativos que tivemos neste Congresso.

Com o maior prazer.

*O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Pedro Simon, veja a semelhança da nossa atuação: eu vinha ouvindo o discurso de V. Ex^a desde a sala do café. E o discurso de V. Ex^a, geralmente, é de alta voltagem política. Observe que, quando V. Ex^a ocupa a tribuna, às vezes, derruba até ministro. Mas, hoje, V. Ex^a faz um discurso, cuja densidade para o seu estado é inimaginável, pois mostra o problema de gás desde o país que vem e a quantidade de metros cúbicos até a ampliação que vai ter. E faço o paralelo com o meu estado, que também está preocupado com o gás de Urucu, que é um município do interior para a capital. Ou seja, o discurso de V. Ex^a é recheado, é prenhe de responsabilidade de quem representa a Federação. Muita gente confunde a atuação do deputado federal com a do senador: a atuação daquele deve ser, toda ela, voltada em favor do eleitor, do ser humano; a do senador é voltada para o seu estado. Daí o equilíbrio federativo que nós temos. Se pudesse, Senador Pedro Simon, e se não fosse incorrer naquilo que os franceses chamam de *flatterie*, porque, realmente, não há elogio no que quero falar, colocaria no meu currículo a oportunidade que tive de conviver com V. Ex^a no Senado. Isso se chama responsabilidade, e V. Ex^a a tem, V. Ex^a a demonstra, V. Ex^a a comprova, e ela é reconhecida e proclamada pelos seus colegas. Quero dizer a V. Ex^a que um discurso dessa densidade, desenvolvido todo ele numa linearidade que é absoluta, só poderia receber meus cumprimentos, o que faço com muita alegria.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a a gentileza e a amabilidade. Entendo que é exatamente o contrário: não é apenas o Senador Pedro Simon, mas são os 80 senadores desta Casa que têm a honra de poderem dizer que conviveram com V. Ex^a, pelo que V. Ex^a é, pelo que representa, por sua firmeza de caráter.

V. Ex^a é um homem muito interessante. Pertence ao PFL; no entanto, suas idéias vão muito além do partido e das divergências partidárias. Seus pensamentos são os mesmos da época da Constituinte, são os mesmos da época em que presidia

a OAB, são os mesmos da época de deputado cassado. Se V. Ex^a, por dissabores de brigas locais, que a rigor acontecem em todos os lugares e são difíceis de se entender, abrigou-se em uma outra legenda, que merece respeito, V. Ex^a não mudou seu pensamento, não foi pulando de idéia em idéia, de opinião em opinião, de filosofia em filosofia. V. Ex^a teve de mudar de partido, teve de deixar de ser nosso companheiro, junto com o Dr. Ulysses, para chegar onde chegou e manter as suas idéias, para ser o que é.

O discurso de V. Ex^a, ontem, em defesa da Amazônia foi muito sério. Eu, que sou do Rio Grande do Sul, tive a honra de ser convidado pela Câmara de Vereadores de Manaus, onde chamei a atenção para um ponto sobre o qual já falei: “Para mim, Pedro Simon, o problema número um do Brasil é gente passando fome; o número dois é a Amazônia, pois querem tirar a autoridade que temos sobre ela”. Esse é o grande problema, o grande desafio que estamos enfrentando. Entretanto, não sinto a reação que deveria existir, não sinto o protesto e a manifestação que deveriam existir. Já vejo se formando por aí afora, sob os mais variados argumentos, aquilo que já estão dizendo com todas as letras: um movimento para acabar com a soberania absoluta do Brasil sobre a Amazônia. A Amazônia se tornaria uma Antártida, uma terra de ninguém; e o Brasil seria como o Chile: sendo o mais perto, a ele caberia uma porção maior da Amazônia, mas todo mundo poderia lá chegar.

Eu digo a nossa Senadora do Acre, que é uma santa, que ela tem razão em tudo que diz, mas que temos de dar uma olhada nessa gente que chega querendo rachar. Tem gente que não se conforma até hoje com o fato de a América Latina ter se rachado aos pedaços e o Brasil não. Essa gente defende, até hoje, que a saída para o Brasil é rachá-lo.

Em 1964, o Presidente do Congresso, imoral e cretinamente, decretou vaga a Presidência da República, porque não sabia onde o Presidente João Goulart se encontrava, e

ele estava em Porto Alegre, na casa do Comandante do III Exército – e eu estava com ele! Mesmo assim ele viajou para o exterior, porque as informações que tinha eram no sentido de que milhares e milhares de *mariners* já estavam em nossa costa. O que eles querem é exatamente isto: pegar a Amazônia.

Em seu pronunciamento de ontem, V. Ex^a mostrou que várias comissões estão suprimindo as vantagens da Zona Franca. Por outro lado, em lugar nenhum estão tendo a menor preocupação com o que está acontecendo.

Se eu pudesse cochichar no ouvido do Presidente, diria a Sua Excelência: “Presidente, sei que não é do seu feitio, pois Vossa Excelência gosta mais da Europa, de São Paulo, da Bahia, do Rio de Janeiro, mas faça este sacrifício: enterre-se na Amazônia, transfira o Governo, por um par de dias, por um par de semanas, por uma quinzena, para a selva amazônica, e converse com o povo sobre as questões da região. Algumas, temos de resolver, mas jamais como querem os nossos irmãos do norte, internacionalizando a Amazônia ou criando uma nova nação e rachando nosso País pela metade”.

São coisas do Itamaraty. E o Presidente da República foi chanceler. Não sei, mas creio que Fernando Henrique foi o único ministro das Relações Exteriores que chegou a presidente da República. Reparem que o atual Presidente da República tem algumas vantagens e qualidades impressionantes, que devemos analisar. V. Ex^{as} já imaginaram a força de um presidente da República que já foi ministro da Fazenda? Sua Excelência conhece tudo, está por dentro de tudo. Ele não “come pela mão” do Ministro da Fazenda. O Ministro da Fazenda é que tem de conversar e receber orientação dele. Quanto ao Itamaraty, normal seria o Presidente da República receber o Chanceler, que vem todo arrumadinho, todo alinhado – percorreu o mundo, fala várias línguas – e ouvi-lo dizer: “Presidente, não é assim, lá é diferente; temos de ver isso e aquilo”. Entretanto, com Fernando Henrique não acontece isso. Em primeiro lugar, ele fala quatro

vezes mais línguas que o Chanceler. Em segundo lugar, ele já foi chanceler, já esteve pelo mundo, já conversou, já abriu caminho. Temos, portanto, um presidente da República que já foi chanceler, que já foi ministro da Fazenda, um Presidente da República que fala trinta línguas. Pelo amor de Deus!

Com aquela Secretária de Estado americano, por quem, com todo respeito, não consigo ter muita simpatia – é gratuito; ela é mulher, mas é muito impositiva, apresenta-se como a dona do mundo, como o centro das atenções –, o Presidente Fernando Henrique portou-se como um *gentleman*, educado, gentil. Mas ela nem notava. Para ela era o que menos importava. Em determinado momento, o Presidente Fernando Henrique ainda fazia gestos oferecendo a cadeira para ela se sentar, mas ela já havia se antecipado e sentado.

É um estilo que eu respeito. Mas, em vez dessas atitudes, creio que o Presidente Fernando Henrique tinha de ter um gesto de arroubo. Acredito que marcaria pontos na biografia de Fernando Henrique se ele fosse o presidente que tivesse tomado uma atitude no sentido da integração da Amazônia, no sentido de dar um basta, uma resposta definitiva a essa gente que fala em autonomia liberada, autonomia diminuída do Brasil naquela região.

Acho que o Presidente da República, justiça seja feita, com a Argentina, com o Uruguai, com o Chile e com o Paraguai tem levado adiante essa questão. Com os percalços naturais, as vitórias vêm vindo. V. Ex^a, Senador, meu querido amigo Cabral, tem a mesma sorte.

O Senhor Fernando Henrique tem de pagar os seus pecados: passar 15 dias na Amazônia e integrar o seu Governo àquela região. Deve escolher o local, ali, na fronteira, e dar uma palavra definitiva e clara sobre as grandes questões da autonomia da Amazônia.

Meus cumprimentos à Argentina.

Que bom! O meu Rio Grande do Sul, ainda hoje o maior importador de energia do Brasil, é o estado que mais importa energia. Com os gasodutos, logo ali adiante, seremos o grande exportador de energia do Brasil.

Homenagem a Getúlio Vargas

Discurso pronunciado no plenário do Senado Federal em 24 de agosto. Aparte: Bernardo Cabral (PFL – AM).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em primeiro lugar, como venho fazendo desde 1954, trago o meu abraço fraterno à memória do Dr. Getúlio Vargas, que, exatamente na madrugada do dia 24 de agosto de 1954, num gesto que merece respeito, abriu mão da própria vida para não aceitar a imposição dos militares, que exigiam a sua renúncia, e para que não se iniciasse uma guerra civil de conseqüências imprevisíveis.

Aliás, um de seus filhos, João Goulart, foi apeado do Governo, tendo a maioria do povo e muitos militares ao seu lado. Preferiu o exílio. Foi para Montevideu ao invés de iniciar uma guerra civil. E terminamos com uma ronha: o golpe de 1964.

Getúlio Vargas foi, sem dúvida, uma das figuras mais dignas e honradas do País. Podemos analisar sua vida e seus equívocos, embora, ao analisar o equívoco de 1937, devamos analisá-lo de acordo com a conjectura da época: o Brasil estava entre o integralismo e o comunismo, havia o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o comunismo na Rússia, uma guerra mundial de conseqüências imprevisíveis.

É claro que sempre defendo que o ideal era nós ficarmos na democracia. Mas houve grandes passagens na época de Getúlio Vargas, e pode-se dizer que ele foi o homem da História

deste País, desde o seu descobrimento. Há outros, como Juscelino, mas não há nenhum como Getúlio Vargas. Ele é o primeiro.

Nesta hora, quando se fala tanto em ética, quando o Governo praticamente põe a público o seu código de ética e razões que haverão de orientar e determinar o seu andamento, faço questão de salientar as diferenças em questão de ética e o que significava para o Presidente Vargas a questão de ética.

As acusações mais absurdas que se possam imaginar foram feitas ao Presidente Vargas. A imprensa, sordidamente, tendo à frente o Sr. Carlos Lacerda, foi usada total e absolutamente para demolir a imagem do Presidente e transformá-lo num monstro, num criminoso, num corrupto.

A História mostrou, desde o dia do suicídio de Getúlio Vargas até hoje, que a sua vida na Presidência da República – ele que vinha do positivismo no Rio Grande do Sul, discípulo nesse sentido de Júlio de Castilho – era de uma retidão, de uma dignidade e de uma correção que iam ao exagero.

Entraram no quarto onde ele morava. Abriram seu inventário, e se tomou conhecimento do que ele havia deixado para seus filhos: muito menos do que tinha recebido de seu pai, fazendeiro de São Borja. Pôde-se constatar que, durante os vinte anos de Presidência da República, ele não tinha comprado absolutamente nada e não tinha absolutamente nada a mais do que as fazendas herdadas pelo seu pai. As fazendas estavam malcuidadas, porque ele não podia estar lá e seus filhos não tinham grande predileção pela fazenda e moravam no Rio de Janeiro. Assim, as fazendas eram cuidadas por terceiros. É fácil de entender que as fazendas não estivessem sendo tão bem-cuidadas como quando eram controladas pelo velho General Vargas, que tinha o comando e o gosto pela vida rural, pela pecuária.

É interessante notar, em toda a vida do Presidente Vargas, em toda a sua biografia, o caráter da dignidade, o caráter da seriedade, o caráter da honorabilidade. O seu diário íntimo, que foi publicado, demonstra até que ponto ia, no seu Go-

verno, o aspecto da seriedade. Agora dizem que o Presidente da República, às vezes, assina sem ler. O diário mostrava que o Presidente Vargas não despachava na mesma hora. O Ministro deixava determinada matéria com o Presidente, que a levava para o seu gabinete; só depois de ler e reler a matéria, o Dr. Getúlio Vargas a mandava com a sua assinatura para o Ministro. Quando o Ministro levava uma proposta de projeto ao gabinete do Presidente Getúlio Vargas, aquela proposta não saía dali assinada. Ele deixava o projeto com o Presidente, que fazia um estudo, e depois o Chefe da Casa Civil fazia chegar a matéria às mãos do Ministro.

É interessante comparar aquela época em que a imprensa judiou tanto da figura de Vargas com os dias de hoje. Lembro-me do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda senador, eleito Presidente da República, fazendo a sua despedida desta tribuna. Ele chamou a nossa atenção, dizendo com todas as letras: “Está encerrada a Era Vargas!”. Fui um dos que não conseguiram entender o conjunto do seu pronunciamento. O que o Presidente quis dizer com aquelas palavras? É verdade que o Presidente Fernando Henrique Cardoso é filho do Sr. Leonidas Cardoso, um general ilustre – diga-se de passagem –, que defendia uma linha conhecida ao longo da História.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador Bernardo Cabral, com o maior prazer e com muita honra.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que eu sempre o ouço com a atenção que me merece e com o respeito que esta Casa lhe tributa. V. Ex^a aborda um tema que confirma a velha tese de que só se consegue verificar o tamanho de uma montanha afastando-se bem dela; da base não se consegue divisá-la na sua inteireza. É preciso que o tempo decorra para que as pessoas saibam a grandeza de outras

que se foram – nem sempre há o reconhecimento dos seus contemporâneos. Mas V. Ex^a, que é contemporâneo, está fazendo uma justiça que os pósteros vão proclamar. V. Ex^a é uma espécie de navio político que parte para o destino onde a sociedade quer que chegue e V. Ex^a chega lá. Chega, Senador Pedro Simon, porque remove o passado de um conterrâneo seu que não haverá quem ponha cobro ou fim à sua era. Isso é produto, talvez, quem sabe, de uma miopia política ou de um delírio exagerado de querer fazer – não é apagar – que uma figura como Vargas fique esmaecida. É pena que V. Ex^a faça um belo e denso discurso num plenário que não está totalmente lotado como deveria. Mas eu olhava para trás e verificava que talvez isso não fosse necessário, porque a voz de V. Ex^a vai ecoar. E aí V. Ex^a lembra o velho Padre Vieira nos seus Sermões, que dizia que “até os penhascos respondem com o eco, senão rebentariam de dor”. O eco da história V. Ex^a está fazendo agora, com sua voz. Veja nas minhas palavras sílabas de solidariedade, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a é, indiscutivelmente, um senador excepcional. É um grande tribuno, dos maiores que temos, um grande jurista, um grande administrador e um grande historiador, mas V. Ex^a tem a sensibilidade de ver, de sentir os problemas e analisá-los no seu contexto. Não é apenas o aparte de V. Ex^a que me honra e emociona neste momento, mas a constância de V. Ex^a, que tem serenidade. Espero que V. Ex^a me perdoe, mas chego a ter um pouco de inveja cristã de V. Ex^a.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – É inveja sadia, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como eu gostaria de ser assim! V. Ex^a tem a grandeza de ver, analisar e interpretar os fatos com imparcialidade e com a visão de quem está vendo, sentindo e traçando o rumo.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) Concordo com V. Ex^a. Não foi feliz o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, desta tribuna, determinou que estava encerrada a Era Vargas. Não somos nós que determinamos o início e o encerramento de um ciclo. Às vezes, as pessoas podem até determinar o início, sem o desejarem. Por exemplo, a morte do Arquiduque Francisco Ferdinando decretou o início da Guerra de 1914. Nem ele sabia; não era esperada a sua morte. E é verdade que esse fato decretou o início da I Guerra Mundial.

O Brasil, entretanto, tem muito poucas grandes lideranças a admirar, e parece que, de certa forma, às vezes, faz questão de humilhar as suas grandes lideranças. Outro dia, li um livro sobre D. Pedro II, invocando os seus possíveis vícios grotescos, dos quais nunca tinha ouvido falar, e, sinceramente, repugnou-me a determinação, a coragem de alguém de fazer uma agressão dessa natureza a um vulto da História do Brasil.

Com Getúlio, isso já passou. Conversando hoje com seus maiores adversários, vemos e reconhecemos que eram adversários por uma questão de posição: ele estava numa linha que derrotou a chamada linha café-com-leite, de Minas Gerais e de São Paulo, que dominava todo o País. Houve uma mudança de hábitos e de princípios, e, logo em seguida, o Presidente Getúlio Vargas não só mudou a política café-com-leite, como pôs fim à política dos presidentes – os governadores da época –, que mandavam no Brasil. O Dr. Getúlio terminou com a era dos governadores e passou a criar uma nação. À época, não tínhamos nem partido político nacional; havia o Partido Republicano Paulista; as grandes formações ocorriam em torno dos estados. A República era uma ficção total, e o Dr. Getúlio foi até ao excesso de queimar as bandeiras dos estados – é claro que foi excesso –, mas, na verdade, ele iniciou o caminho da Pátria brasileira.

Quero salientar aqui, entre ele e Fernando Henrique Cardoso, as diferenças e as igualdades.

Getúlio Vargas foi uma figura que nasceu, de certa forma, predestinada. Ele não tinha por que chegar à Presidência

da República: fazendeiro, filho de fazendeiro, advogado, deputado de um estado que, à época, era importante – o Rio Grande do Sul era o segundo estado em economia do Brasil –, mas sem qualquer chance de projeção nacional.

Ele veio para cá, líder do Governo. Washington Luís o escolhe ministro da Fazenda, de certa forma, para irritar a figura de Borges de Medeiros, Governador do Rio Grande do Sul, dando uma projeção maior a Getúlio Vargas, para que o seu chefe passasse a vê-lo com certa restrição.

É até interessante: vi em um arquivo de Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, uma carta de Getúlio Vargas a ele – naquela época, era correspondência – dizendo que tinha sido surpreendido com um convite de Washington Luís para ser Ministro da Fazenda. Ele não sabia o que responder, pedia um tempo e consultava o Dr. Borges de Medeiros, o chefe, para este dizer o que deveria fazer.

Vejam a malícia do Dr. Getúlio Vargas e vejam a franqueza de Borges de Medeiros, que responde dizendo que previa um grande futuro para Getúlio Vargas, mas que ele não deveria assumir o Ministério da Fazenda, pois não era essa a sua missão. Devia continuar lutando, como todos nós lutávamos, para que Assis Brasil fosse Ministro da Agricultura – e repare como é a história –, porque, naquela época, o Ministério da Agricultura era muito mais importante para o Rio Grande do Sul do que o Ministério da Fazenda.

Getúlio Vargas recebeu a carta e o que fez? Em vez de ir ao encontro de Washington Luís e transmitir-lhe a sua decisão – em outras palavras, acatar ou não o pedido do Governador, que havia lhe pedido para não aceitar –, Getúlio Vargas teve uma “enfermidade”. Essa enfermidade durou algum tempo: o tempo suficiente para que Borges de Medeiros mandasse outra carta a Getúlio Vargas, dizendo que ele alterava o seu pensamento e achava que Getúlio Vargas deveria aceitar o Ministério da Fazenda. Getúlio Vargas responde, di-

zendo: “Atendendo ao seu pedido, vou aceitar o Ministério da Fazenda”.

Mesmo assim, aonde é que iria Getúlio Vargas? Era um candidato meio que de mentira, porque era a vez de Minas Gerais e São Paulo quis repetir com Washington Luís, substituindo-o por Júlio Prestes. O Governador de Minas Gerais não aceitou, rebelou-se e lançou a candidatura de Getúlio. Assim teve início a sua caminhada.

Fernando Henrique tem uma história completamente diferente. De avô e pai ilustres, nasceu em berço de ouro. A sua formação foi excepcional do ponto de vista da cultura, da educação, da moral e da ética. Sempre cursou as melhores escolas e pôde contar com grandes exemplos em sua família. Dotado de capacidade privilegiada desde o início, transformou-se num homem de grande capacidade: várias línguas, vários ramos do Direito e da Cultura, além da Sociologia, que constitui a sua principal formação, livros publicados, cursos, passagens por inúmeras universidades e conferências, além da convivência com lideranças intelectuais e políticas do mundo inteiro. Fernando Henrique foi e não foi atingido pelos atos de arbítrio, porque, aposentado pela universidade, saiu na frente e se auto-exilou, afastando-se do Brasil e tendo tido, primeiro no Chile e depois na França, diversas oportunidades. Evidentemente, jamais poderemos falar da mágoa, da tristeza de um exilado ou mesmo de alguém que, não tendo sido exilado, decidiu abandonar sua pátria em razão de dificuldades enfrentadas para nela viver.

Conviveu com o que tinha de melhor na cultura, na intelectualidade e na política do mundo inteiro. Uma época – e todos que estiveram lá me contam – fantástica aquela em que os políticos latino-americanos viveram no Chile. Depois, com a queda de Allende, foram para vários lugares do mundo.

O Dr. Fernando, de saída, foi a Paris e lecionou em inúmeras universidades. Voltou ao seu país, integrou-se na vida política. Ou melhor, primeiro integrou-se, digamos assim, na

vida intelectual, naquela movimentação que havia logo quando o regime militar estava se afastando e já se sentia o cheiro da democracia brotando das flores da primavera.

Lembro-me de como ele brilhou, de como a mocidade de Porto Alegre e a mocidade de São Paulo vibravam assistindo às suas palestras. Ele tinha – aliás, ele tem – o que Getúlio Vargas também tinha: uma capacidade enorme de agradar as pessoas que assistiam às suas palestras.

Getúlio era uma pessoa de quem patrões e empregados gostavam muito. Dizia-se até que ele era o pai dos pobres e a mãe dos ricos. A verdade, porém, é que Getúlio fez amplo campo de profundas penetrações, e muitas pessoas ligadas ao empresariado tinham muito respeito por ele. Isso, além de ele ser um grande nome ligado às massas trabalhadoras.

Fernando Henrique era isso. Naquele ambiente onde havia unanimidade em torno do pensamento de que o regime militar deveria terminar havia interrogações imensas acerca do rumo a tomar. Eu fui um dos derrotados. Eu lutei muito, eu lutei intensamente para que ficássemos todos juntos até o dia em que fosse instalada a Constituinte. Eu acreditava que, se pudéssemos ficar juntos até o início dos trabalhos da Constituinte, os partidos poderiam ser extintos e poderíamos votar a nova Constituição assumindo compromissos unicamente com o povo. Terminava a história de saber se a pessoa vinha da Revolução, era contra ou a favor dela, era do MDB, era Getúlio, era PTB etc. Deveria ser uma discussão entre cidadãos brasileiros.

O debate da Constituinte foi fantástico, querido Senador Bernardo Cabral. Essa foi uma época em que senti uma inveja que não se pode dizer que tenha sido cristã. Eu chegava a me morder, lá no Governo do Rio Grande do Sul, assistindo ao debate da Constituinte. Às vezes eu vinha, principalmente nos fins de semana, e caminhava pelos corredores do Congresso Nacional como um anônimo – colocava óculos escuros e chapéu. Eu não me lembro, na história do mundo, de uma prepara-

ção de constituição tão bela e tão magnífica, com a participação de toda a sociedade. Havia dez, quinze, vinte reuniões ao mesmo tempo. Ficávamos tontos. Alguém dizia: “No auditório Petrônio Portella, está falando fulano.” Eu estava nesse auditório e outro dizia: “No auditório Nereu Ramos, está falando beltrano, está havendo um debate sobre isso”. Praticamente todos participaram.

Foi um grande trabalho, foi uma grande Constituição, mas houve um erro: houve um racha. O MDB, os contra a Revolução de um lado, os da Arena de outro lado. Criaram o Centrão e não se votou uma Constituinte, cada um de acordo com a sua consciência; não se votou uma Constituinte onde os grupos tenham-se formado dentro dos princípios do debate. Votou-se uma Constituinte onde vários grupos se formaram aleatoriamente – havia o grupão, o centrão, não sei o que e assim por diante – e, baseado nisso, a maioria parlamentar – muitos cumprindo o primeiro mandato – votou sem saber o que estava votando, empurrada por um líder ou por outra pessoa.

Foi uma pena, porque estamos pagando até hoje pela falta de partidos consolidados, que não foram criados naquela época e que não conseguimos criar até hoje. Essa foi a vibração: para aonde vamos? O que queremos? Cada um agia de forma semelhante ao que ocorreu durante a revolução espanhola, ou seja, quando encontravam no meio da floresta um guerrilheiro, prendiam-no e levavam dias querendo saber a que grupo pertencia. E ele dizia: “Tenho uma metralhadora e luto por conta própria. Não tenho grupo nenhum”. Havia pessoas naquela época que se comportavam mais ou menos assim: grupo de um, dois, três integrantes.

E nesse cenário Fernando Henrique brilhou pela sua capacidade, competência e pela fórmula que tinha de agradar. A Esquerda gostava muito de Fernando Henrique Cardoso. Quando Sua Excelência candidatou-se ao Senado Federal, ainda havia a invenção da sua legenda. E, tendo sua legenda, den-

tro dela o MDB de São Paulo apresentou Franco Montoro como candidato principal, tendo conseguido sete milhões de votos. Mas toda a Esquerda, incluindo Eduardo Suplicy, Lula, enfim, todo esse pessoal lançou Fernando Henrique Cardoso para senador. Portanto, a origem política de Fernando Henrique Cardoso foi no meio sindical, foi no grupo que terminou por formar o Partido dos Trabalhadores. Ou seja, todo esse pessoal de Esquerda estava na frente que comandava a campanha de Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Indicado pelo Almino Afonso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Às madrugadas, iam à beira da fábrica, Lula na frente, e Sua Excelência obteve uma quantia de votos razoável para um jovem que não tinha nenhuma militância e que combateu quem tinha sido governador de São Paulo, Franco Montoro. Já naquela época foi interessante porque a grande campanha de Fernando Henrique Cardoso foi feita na saída das fábricas, nos bares, em São Bernardo, naquela região, mas, como ainda hoje acontece com o PT, a maioria dos votos foi obtida na zona de classe média alta, na zona mais bem aquinhoada.

Eleito senador, foi uma figura brilhante neste Parlamento. Lotava-se este Senado para ouvi-lo falar. Ora, sou uma pessoa com mil defeitos. Entre os mil defeitos que tenho, um deles é que quando falo, falo. Falo para V. Ex^a, daqui a pouco V. Ex^a sai daqui, procura-me e diz: “Achei horrível seu discurso”. Mas o Senador Bernardo Cabral pode me dizer: “Gostei muito de seu discurso”. Jamais vou conseguir que duas pessoas que pensam diferente gostem do meu discurso se assim o fiz agradando a um lado e não agradando ao outro.

Então, o que me chamou a atenção, o que me deixou impressionado foi quando Fernando Henrique Cardoso fez seu primeiro pronunciamento nesta tribuna. Sua Excelência não fora eleito, fora eleito Franco Montoro, que ficou quatro anos, de 1978 a 1982, nesta tribuna. Em 1982, quando Franco Montoro elegeu-se governador, Fernando Henrique Cardoso assumiu o Senado. O seu discurso de posse foi algo fantástico. O plenário estava lotado. E quando saíamos, com todas as pessoas com quem falávamos, do comuna mais fanático ao Robertão, o homem de centro-direita mais fanático, era sempre a mesma coisa: “Que discurso! Esse discurso é muito bom! Esse é o homem de que precisávamos. Que belo discurso!” Era fantástica a capacidade e a competência de Fernando Henrique em expor e buscar, apesar das nossas divergências, as nossas convergências. Ou seja, ele apresentava convergências tão sérias e tão significativas que fazia com que esquecêssemos as divergências e nos identificássemos com as suas convergências.

Terminou como presidente da República. Mas antes de ele assumir no Governo Itamar, já se tinha feito algo em termos da ética e da seriedade. E não se vai encontrar na História deste País, e não é porque eu tenha sido líder do Governo, um governo que tenha tido mais preocupação com a ética e com a seriedade do que o Governo Itamar. Isso era intrínseco, estava no sangue dele. E o seu Governo foi assim. Foi um governo levado aos exageros. Eu, por exemplo, fiquei profundamente magoado com Itamar Franco quando ele demitiu a Erundina, grande líder. E também foi um grande erro do PT, porque poderíamos ter feito um grande pacto e mudado a História do Brasil, mas o PT, ao invés de aceitar um entendimento, obrigou a Erundina a se afastar temporariamente do PT e, depois, definitivamente.

Não entenderam que a Erundina, ministra, estava exatamente dialogando ao seu estilo. Ela desceu do Ministério e foi até a porta falar com os trabalhadores, debater com os trabalhadores, discutir com os trabalhadores. Mas o Sr. Itamar Fran-

co não considerou que aquilo estava certo, ou seja, ela não poderia falar com os trabalhadores sem ter conversado com ele. E a demitiu pelo telefone. Era tal o sentimento de seriedade na linha de seu Governo que era assim que agia.

O Ministro do Planejamento, seu amigo íntimo, convidou Fernando Henrique, candidato nosso e dele à presidência da República, para a inauguração de uma hidrelétrica no Centro-Oeste. Foi demitido por um telegrama. O Governo tinha candidato. Nosso candidato era Fernando Henrique. Mas o Governo tinha de agir imparcialmente. A máquina do Governo não podia ter candidato. Nomeou para Secretária de Transportes a Sr^a Margarida Procópio, no Rio de Janeiro, de quem nunca tinha ouvido falar, até mexi com ele quando a indicou. Ele disse que era uma moça muito bonita. Disse: “Está certo, Itamar, é uma moça muito bonita, uma senhora muito bonita, mas qual é a sua biografia?” Depois de 15 dias a demitiu por telefone, quando ficou sabendo que era funcionária da empresa que cobrava o pedágio da ponte Rio–Niterói, colocada à disposição. Como é que ele ia ter como ministra dos Transportes uma senhora que estava no Ministério dos Transportes, estava trabalhando na ponte Rio–Niterói, mas, na verdade, na verdade, era uma funcionária da empresa que fazia a cobrança cedida ao Governo.

Lembro-me que procurei o Itamar, nos primeiros dias de seu Governo, e propus-lhe, como uma de suas grandes realizações, a criação de uma ouvidoria e de uma comissão especial para combater a corrupção, para apurar os atos do seu Governo; uma comissão composta não de membros do Governo nem de funcionários, mas de notáveis que fossem escolhidos para o cargo. Ele aceitou; foi designada a comissão. Os notáveis foram escolhidos da OAB, da ABI, gente de ilibada respeitabilidade, e, indicados que foram, assumiram com autonomia total, diretamente ligados ao gabinete do Presidente da República. Os ministros lhes deviam respeito e obediência; convocados, tinham de responder imediatamente. E funcionou muito bem. Como

líder do Governo, se alguém me trazia algum fato, ou se um ministro tinha algum desafeto em relação a outro, em vez de aparecer como aparece hoje e o Governo berra que ministro não pode falar de ministro, levava o caso à comissão e a comissão averiguava. Funcionou que era uma maravilha. O único elemento do Governo que participava da dita comissão era o Secretário da Administração, General Romildo Canhim, que era o coordenador sem direito a voto.

Fernando Henrique assumiu e um dos seus primeiros atos foi extinguir a comissão. Tão logo tomei conhecimento, fui procurá-lo. Ele manifestou profunda estranheza, não acreditava. Quando lhe mostrei o decreto, o Presidente ficou perplexo. Devia ser um daqueles decretos que assinamos confiando na pessoa que o traz. Sua Excelência garantiu-me que iria anular. Nas próximas horas o decreto seria extinto e voltaria a existir a comissão. E o tempo passou e passou, falei novamente, e o tempo passou. Apresentei como projeto nesta Casa, tendo sido aprovado por unanimidade, entretanto, o projeto está parado na Câmara dos Deputados, porque o Governo não deixa passar, não quer que passe.

Repare que é uma comissão, Sr. Presidente, que dá a maior tranqüilidade e a maior serenidade para o Governo, não há aquela história da fofoca do Malan com o Serra, ou do Serra com outra pessoa, quer dizer, houve o problema, a crise, o fato, o caso vai para a comissão, que é composta de pessoas de uma integridade, de uma capacidade que merecem a confiança de todos e, portanto, podem tomar uma determinação. A maioria dos fatos a comissão decidiu, outros, eles mandaram abrir inquérito, mas os casos mais políticos, digamos assim, ali, naquele entendimento, eram resolvidos, e o Itamar tinha o pensamento de que aquele era o caminho. Foi uma pena a extinção da comissão! Hoje os jornais estão dizendo que o Presidente está querendo criar a comissão. Que bom! Mas é tarde, mas é bom. Antes tarde do que nunca. O Presidente Fernando Henrique

conviveu no Governo Itamar, durante dois anos, com essa comissão, gostou, aplaudiu e agora pensa em criá-la... É bom, mas não sei...

Vejamos os decretos que foram publicados no Governo Itamar. Decreto nº 1.171, de 22 de junho, de 1994:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que com este baixa.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indiretamente, implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo e emprego permanente.

Portanto, foi publicado o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal dentro do prazo de 90 dias, tratando das regras deontológicas, dos principais deveres do servidor público e das vedações ao servidor público, nos seguintes termos:

XV – É vedado ao servidor público:

- a) *o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem;*
- b) *prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam;*
- c) *ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;*
- d) *usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;*

e) *deixar de usar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister. Depois, trata das comissões de ética.*

Sr. Presidente, isso funcionou muito bem.

Não se tem notícia, no Governo do Sr. Itamar Franco, que não tenha funcionado a seriedade, a correção e a dignidade, porque se sabia que o Governo tinha uma linha, e o Presidente demitia até amigo pessoal.

Em primeiro lugar, houve a Comissão Parlamentar de Inquérito. Itamar Franco tornou-se Presidente da República em função da CPI do *Impeachment*, que afastou o então Presidente Fernando Collor. Quando S. Ex^a assumiu a Presidência da República, apareceu um cidadão mostrando uma montanha de corrupção envolvendo o Orçamento do Congresso Nacional. Imediatamente, como líder do Governo, colhi os dados para assinar o requerimento de instalação da CPI. Um grupo enorme do Governo e da sociedade foi contra, afirmando que havia passado seis meses na CPI do Collor e que, naquele momento, o Presidente Itamar deveria governar, já que tinha ainda dois anos e meio de mandato. Criamos a CPI do Orçamento, que apurou corrupções enormes e cassou dez parlamentares. Apurou tanta corrupção, que extrapolou.

O meu querido amigo, ex-Senador José Paulo Bisol, brilhante, e um grande jornalista, Lula – não o político –, terminaram por fazer sair, nas páginas da revista *Veja*, uma infinidade de notícias e fatos que tinham sido encontrados numa casa aqui em Brasília. Publicaram muita coisa, dentre as quais algumas injustiças. Lá pelas tantas, havia uma lista de nomes daqueles que tinham ganho presentes, agendas, folhinhas, e apareciam como corruptos.

O Congresso Nacional ficou tão irritado, tão revoltado, que não deu mais do que os 20 dias que faltavam e não

admitiu prorrogar. Fui um dos responsáveis por isso: “Se só temos 20 dias, vamos apurar os parlamentares e deixar os empresários.” Se fôssemos apurar as duas coisas, iríamos fazer o que eles queriam. Quer dizer, passariam os vinte dias e nada seria apurado. Fizemos o serviço com tanta competência, com tanta seriedade, que apuramos os fatos e cassamos dez parlamentares.

O último item do relatório da CPI dos Anões do Orçamento, feito por mim, dizia o seguinte: fica desde já aprovada a criação de uma CPI, a ser instalada imediatamente, a fim de apurar a lista dos corruptores descobertos nesta CPI e na CPI do *Impeachment*. A CPI terminou e não atrapalhou o Governo Itamar. Na CPI, envolveram o nome do Chefe da Casa Civil, o Dr. Henrique Hargreaves. Quando fui falar com o Presidente Itamar, o Hargreaves já estava lá com a carta de demissão. Ele renunciou à Chefia da Casa Civil, porque ele tinha sido convocado para depor na CPI. Ele disse que iria à CPI depor, mas não como ministro. Veio como cidadão, como ex-ministro, depôs, esperou o resultado da CPI e, como não houve uma vírgula sequer contra a sua dignidade, ele voltou.

Assumi Fernando Henrique Cardoso e, imediatamente, fui convidado insistentemente para ser o líder do Governo. Não aceitei por uma razão muito simples: pensei que o Governo Fernando Henrique tinha sido constituído numa base muito ampla, envolvendo o PMDB, o PSDB, o PPB, o PFL, com os quais tinha conflitos tradicionais, divergências frequentes, não tinha uma intimidade tão grande com essa base. E disse, então, a Sua Excelência que eu ajudaria muito mais sendo uma pessoa com quem pudesse contar a qualquer momento no Senado, livre, do que assumindo uma liderança do Governo, onde tenho, inclusive, com parte da base, atritos tradicionais – eu, vindo do MDB, com o PFL –, divergências frequentes.

O Fernando concordou, entendeu e eu continuei participando da organização do seu Governo e, por várias vezes, conversamos. Dentro desse espírito, fui ao Fernando e disse que

convocaria a CPI que havíamos programado, para apurar os atos dos corruptores. A CPI, Sr. Presidente, já estava pronta. Em 60 dias, não tínhamos de ir buscar ou nomear ninguém. Estava tudo feito, bastava pegar o que já havia, escolher uma equipe de técnicos e analisar os dados. Ele até que concordou, mas a assessoria enlouqueceu, dizendo que, no Governo Collor, só se havia falado em corrupção; que, no Governo Itamar, só se falou sobre isso e que, agora, tínhamos de governar.

Consegui a assinatura de mais da metade dos parlamentares, na Câmara e no Senado. Mas o Governo determinou que o PFL e o PSDB retirassem as assinaturas, na Câmara e no Senado. Consegui as assinaturas no Senado e o Governo mandou que elas fossem retiradas. E os parlamentares do PSDB e do PFL não retiraram. Constituída a comissão, os líderes do PFL e do PSDB nunca indicaram os membros, e a comissão não foi instalada.

A minha tese é que, não sendo instalada a comissão – diz o Regimento não o do Senado, mas o do Congresso Nacional –, “pode ser invocado solidariamente” – porque se os líderes não indicam os membros na comissão, o Presidente da Casa, em trinta dias, pode indicá-los.

Apresentei um requerimento pedindo que o Presidente fizesse a indicação. O Presidente resolveu enviar o meu requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde ficou por um tempo, um ano; e o Relator não se pronunciou; passou-se para outro Relator; e não deu em nada.

Aconteceu, então, o primeiro grande incidente no Governo Fernando Henrique Cardoso: foi aquele do Sivam, quando surgiram fitas gravadas no Palácio do Planalto. Uma pessoa foi demitida, ou se demitiu: o Ministro da Marinha. O outro saiu, mas foi ser secretário de Agricultura do Governo Covas. O outro saiu, mas foi ser embaixador da Unesco, ou coisa que o valha, em Roma, onde está até hoje. Não deixaram que fosse criada a CPI do Sivam. Inventaram uma supercomissão, da qual o Se-

nador Antonio Carlos Magalhães foi o presidente, composta pela Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apurar aquele escândalo do Sivam. Garantiram até que um senador ia ser cassado, um senador pelo Amazonas, com muita vivência em São Paulo, pertencente ao PMDB. Claro que não foi; mas foi a garantir ao PFL maioria para eleger o Presidente do Senado. O caso do Sivam não deu em absolutamente nada, apesar das evidências, provas e números comprovados! Não houve nenhuma consequência dos fatos apurados. Isso, levado adiante, faz com que se verifique que, no Governo Fernando Henrique, o que faltou foram atos de coragem para punir quem tinha de ser punido, que houve inflexibilidade com o que deveria ter sido feito. Isso não aconteceu ao longo do tempo.

Lá pelas tantas, a imprensa divulgou denúncias envolvendo o Palácio, de que vários ministros usavam o aviões da FAB para viajar à ilha de Fernando de Noronha, com suas famílias e amigos. Abriu-se inquérito e iniciou-se a discussão. Em consequência, baixaram uma resolução regulamentando o uso dos aviões. Bom, fui ministro e eu nunca vi essa preocupação com o uso dos aviões. Mas, na verdade, preocuparam-se com o uso dos aviões e ficaram só nisso. Não acharam que tinham de regulamentar mais alguma coisa. Ficou nisso! Acabou, toca para frente!

Começou então uma fase que parecia uma fase de comadre, com ministro a falar mal de ministro. E era o ministro tal dizendo que o ministro tal era não sei o quê; e era o ministro tal respondendo que o ministro tal era não sei o quê. Era uma confusão tão grande... E o coitado do Fernando Henrique a dizer: “Não admito mais. Não pode ser! Chega, não pode ser! Isso é um absurdo! Se tem que falar, tem que falar internamente e tal...”. Baixaram uma regulamentação. É uma coisa fantástica. Baixaram uma regulamentação de acordo com a qual em hipótese alguma ministro poderia falar de ministro; qualquer coisa

teria de ser interno e, se for o caso, via Presidente. Até achei meio exagerado. Uma coisa é a fofoca, é o ministro falar mal e criticar etc.; outra coisa é uma tese, digamos assim, respeitável – digamos que um ministro discorde da transposição do vale do São Francisco e defenda uma tese que é diferente, mas é uma tese profunda. Mas baixaram o decreto: “ministro não pode falar de ministro”.

Foi quando aconteceu, algum tempo depois desse decreto, um episódio com o ex-Chefe da Casa Civil, que era ministro do Planejamento, se não me engano. Houve um seminário da Fundação do PSDB – um seminário bonito –, transmitido pela televisão. Nesse seminário, estavam sentados o Presidente, o Senador Jorge Bornhausen e vários ministros. Entre os ministros, estavam sentados lado a lado o Ministro Pedro Malan e o Dr. Clóvis, que foi chefe da Casa Civil e era ministro do Planejamento. Fala o Malan, com um discurso de improviso, argumentando etc., dizendo o que achava e o que não achava, com ética, com elegância, dizendo como ele pensava que o Governo deveria agir.

Quando ele sai, o Clóvis faz o seu discurso, que estava escrito. E foi muito duro. Entre outras coisas, ele disse o seguinte: “A política econômica deste Governo é uma política covarde. A política econômica é uma política covarde. Não entendo como pode se admitir uma política covarde como esta”. Esse fato ocorreu não sei quantos dias depois de baixado o decreto dizendo que ministro não podia criticar ministro em hipótese nenhuma. Isso resultou tão negativamente que a imprensa cobrou do Presidente: “Afim, Presidente, o Malan é covarde? Ou o Clóvis é irresponsável?” Terminou caindo o Clóvis. Reparem: apesar de existir o código determinando que ministro não poderia falar mal de ministro.

Agora, acontecem esses últimos fatos e a confusão que está aí. O Governo deveria ter deixado criar a CPI com relação ao Sr. Eduardo Jorge. Teria sido muito melhor. Ele deu a versão

dele. Acho que a versão dele pode ser verdadeira. Pode ser. Ele comprou a casa um, depois a casa dois, depois a casa três, depois a casa quatro, depois o terreno cinco. Quando chegou ao final dos quatro anos do Governo, ele, que tinha sido elevado ao cargo mais importante – ele era o Serjão do primeiro Governo, o homem da Tesouraria. Quando o Serjão morreu, colocaram em seu lugar o Sr. Eduardo Jorge. Mas ele não gostou, achou que os rumos do Governo Fernando Henrique não eram os que gostava, não era a social-democracia que ele esperava, e teve o gesto de renunciar e dizer que não queria mais. Então, vendeu a casa um, a casa dois, a casa três, a quatro e a cinco, pegou o dinheiro e investiu. Saiu do Governo e comprou um apartamento, uma casa, não sei, no valor de R\$1,2 milhão, no Rio de Janeiro. Esse fato é a coisa mais singela que existe. Só que ele era secretário particular do Presidente, ele estava ali na Presidência. Saiu da Presidência e comprou a casa. Seria o fato mais normal e mais simples do mundo. Abrem-se as suas contas, e ele mostra tudo, dizendo: “Comprei a casa tal no dia tal, e está aqui a escritura; comprei a casa tal no dia tal, e está aqui a escritura, está tudo aqui. Posso informar o dia em que vendi cada uma dessas casas. O dinheiro estava depositado em poupança, em tal lugar. Em tal dia, comprei a casa número tal, no valor de R\$1,3 milhão. Esse foi o dinheiro que paguei, e essa é a escritura”. Pronto, acabou. Ele foi à comissão e contou a sua história, que pode ser verdadeira. No entanto, quem é da Oposição não acredita nisso. E não se resolveu nada.

E aí veio de novo esse fala-fala – fulano fala de beltrano, beltrano fala de não sei quem. E o Governo baixa agora, então – está aqui no *Diário Oficial* –, e temos o ato importante do Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso: “*Diário Oficial*, terça-feira, 22 de agosto de 2000” – é da Casa Civil: “Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submeto à elevada consideração de V. Ex^a a anexa proposta do Código de Conduta da alta Administração Federal, elaborado tendo em conta os trabalhos e a importante contribuição da Comissão Ética

Pública – CEP” – eu havia esquecido: no dia 26 de maio, de 1999, o Presidente da República criou uma Comissão de Ética Pública – “criada pelo Decreto de 26 de maio de 1999, e tinha como seus ilustres membros o Deputado João Geraldo Piquet Carneiro, Célio Borja, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Lourdes Sola, Miguel Reale Júnior e Roberto Teixeira da Costa (...)”. Essa era a comissão. Nunca mais ouvi falar dessa comissão. Essa era a comissão, que, naquela época, naquela confusão que houve, a que me referi, ele criou. Nunca mais ouvi falar da comissão. Não mais tomei conhecimento da comissão. Até que, agora, ela é lembrada, dizendo-se que prestou inestimáveis serviços.

Continuo, Sr. Presidente: “Esse Código, antes de tudo, valerá como compromisso moral das autoridades integrantes da alta Administração Federal, com o Chefe do Governo, proporcionando elevado padrão de comportamento ético, capaz de assegurar, em todos os casos, a lisura e a transparência dos atos praticados na condução da coisa pública. A conduta dessas autoridades ocupantes dos mais elevados postos da estrutura do Estado servirá como exemplo a ser seguido pelos demais servidores públicos, que, não obstante sujeitos a diversas normas fixadas de condutas exigíveis – tais como o Estatuto do Servidor Público Civil, a Lei da Improbidade e o próprio Código Penal Brasileiro, além de outros de menor hierarquia –, ainda assim, sempre se sentirão estimulados por demonstrações, a exemplo de seus superiores.

Está aqui:

“Art. 1º Fica instituído o Código de Conduta da alta Administração Federal, com as seguintes finalidades:

I – tornar claras as regras éticas de conduta das autoridades da alta Administração Pública Federal, para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura do processo decisório governamental;

II – contribuir com o aperfeiçoamento dos padrões éticos da Administração Pública Federal, a partir do

exemplo dado pela autoridade de nível hierárquico superior;

III – preservar a imagem e a reputação do administrador público, cuja conduta esteja de acordo com as normas éticas estabelecidas neste Código;

IV – estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses públicos e privados e limitações de atividades profissionais posteriores aos exercícios do cargo público;

V – minimizar a possibilidade de conflito entre o interesse privado e o dever funcional das autoridades públicas e da Administração Pública Federal (...)”

É um documento bonito, longo.

O Brasil tem o Código de Ética Profissional do Servidor Público. Há um código de ética para nós, os “magrinhos”, e o código de ética para os “grandes”: os ministros, a secretaria da Mesa...; as pessoas mais importantes têm o seu código de ética pessoal mais elevado.

Se isso fosse feito trinta dias depois de o Fernando Henrique assumir o primeiro mandato, penso que estaria certo. Podíamos dizer: o Fernando Henrique quer levar as coisas seriamente, quer que o negócio seja para valer. Não é aquela história de assim, assim... Não, o negócio é para valer. Mas seis anos e meio depois!?

Por outro lado, aqui há uma prova de humildade, um bonito gesto de humildade. O Sr. Fernando Henrique Cardoso está assinando um gesto de profunda humildade, mostrando que não conseguiu fazer essas coisas em seis anos e sete meses de governo, mas deixa as normas estabelecidas para servirem de exemplo para os dezessete meses que faltam e também para o próximo governo.

Se esse gesto não fosse do Fernando Henrique, se fosse de outra pessoa, eu o acharia natural. O Fernando Henrique é uma pessoa tão vaidosa que acho exagerada essa humildade. Está praticando um gesto fantástico de humildade. É como se dissesse: reconheço que em meus seis anos e meio de governo baixei esse ato a respeito dos aviões, baixei o ato tal, referente aos ministros, e não sei mais o quê, mas nada deu certo. Agora estou baixando o Código de Ética, e é para valer tanto para esse ano e cinco meses que faltam, como também para o próximo governo.

Felicito o Presidente Fernando Henrique. Eu o respeito, mas tenho algumas interrogações. Por exemplo, fala em trinta dias de quarentena – e a imprensa já está me cobrando –, mas acho que é diferente. Não está querendo dizer que a quarentena para o Presidente do Banco Central seja de quarenta dias. Aqui há alguma coisa que deve ser esclarecida. É claro que para o Banco Central o Senado já aprovou o projeto, que está lá na Câmara dos Deputados. Se houver quarentena, e ele está demonstrando que quer, ela não será de quarenta dias. De qualquer maneira o Código foi aprovado – está aqui – e merece respeito. Espero que meu amigo Chefe da Casa Civil mande uma cópia dele para cada ministro.

Aqui há uma coisa muito interessante, que deixa uma dúvida: ele não faz um ato hierárquico. Sabemos que no Exército existe o general-de-exército, o general-de-divisão, o general-de-brigada, o coronel, o tenente-coronel, o major, o capitão, o tenente e o sargento. Então, não sabemos onde é que começa, porque atinge apenas os importantes: “Submeto à elevada consideração de V. Ex^a a anexa proposta do Código de Conduta da Alta Administração Federal, elaborado, tendo em conta os trabalhos de importante contribuição da Comissão de Ética Pública...”

Então, o que é alta e o que é baixa? Essas normas são para a alta. Lá pelas tantas, temos de ver. Eu penso que é importante que o Chefe da Casa Civil estabeleça a norma, porque,

daqui a pouco, alguém pensa que não está nessa e não está naquela. Na hora de enquadrar, alguém dirá: isso é para a alta; eu sou da baixa. Ou então: isso é para a baixa, mas eu sou da alta. Nós estabelecemos agora uma dupla ação, ou melhor, nós sempre a tivemos. É claro que presidente é presidente, ministro é ministro. Sempre existiu a alta equipe do Governo. Mas, agora, dois padrões? Eu não sei. Espero que dessa vez dê certo.

Meu amigo Fernando Henrique, há coisas que, para darem certo, dependem do Presidente, dependem da ação do Presidente, dependem da vontade do Presidente, dependem da caneta do Presidente.

Acho que estão fazendo uma tremenda injustiça contra os procuradores. Eles estão cumprindo o seu papel. Nessa maresia de não se fazer, eles estão querendo agir. Essa história de dizerem que eles estão querendo aparecer, querendo exhibir-se para a imprensa, sabemos que não é verdade. Sabemos que a imprensa corre para onde há o fato. Isso acontece também com os parlamentares, se alguém é membro de uma CPI, se é relator de uma CPI, ou sabe de um fato importante, a imprensa corre atrás dele. É o caso do Sr. Antonio Carlos. Como a imprensa sabe que o Sr. Antonio Carlos é um homem muito forte neste País e gosta de dar notícia, gosta de provocações às vezes, ela corre atrás dele. Aqui na entrada, durante a semana inteira, na hora de entrar e na hora de sair, não há nenhum jornalista, nem fotógrafo, porque sabem que ele não está aqui. Mas quando sabem que o Sr. Antonio Carlos está aqui, ficam todos perguntando a que horas ele vem de manhã, a que horas ele vai almoçar e onde, a que horas ele vem de tarde e a que horas da noite ele sai. E ficam 50 a 60 jornalistas esperando para ouvir o Sr. Antonio Carlos.

Então, no momento em que um procurador apresenta um fato e vai, por exemplo, à casa do Presidente do Banco Central e descobre um documento como aquele, é evidente que é notícia, é evidente que é manchete, é evidente que a imprensa vai atrás dele. Todavia – justiça seja feita –, os procuradores

estão fazendo um trabalho excepcional. Daí a se querer colocar uma tranca na boca de juízes, de procuradores, de delegados, com esse projeto de lei da mordaza, não fica bem, notadamente em um país como o nosso, conhecido como o país da impunidade, onde as pessoas nunca são presas, ou, quando o são – e tal já ocorreu com o ex-presidente do Banco Central –, lá ficam por apenas duas horas, sendo soltas após pagarem uma fiança de R\$200,00. E é de se lembrar que, no caso, S. S^a fez uma besteira, porque pagou a fiança sendo que, meia hora depois, já estaria solto sem nada gastar.

Assim, Sr. Presidente, de repente, em um país como este, não poderemos mais saber, acompanhar pelos jornais que houve uma denúncia feita pelo promotor tal ou pelo juiz tal contra o Sr. Pedro Simon, porque tudo será feito em total segredo. Hoje, os agentes não são punidos, mas a sociedade toma conhecimento das questões porque a imprensa publica. No futuro, não haverá punição e sequer saberemos do que se trata. Manifesto, portanto, meu respeito aos procuradores em meio a essa fase difícil pela qual estão passando.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância, Sr. Presidente. Creio que nós dois, de certa forma, proporcionamos uma reunião diferente a esta Casa. Às vezes, as reuniões valem não só pela presença dos senadores, pelos apertes, mas pelo que fica registrado.

Esta Casa tem um papel importante, Sr. Presidente, bem como a TV Senado. Esta pode não ter uma grande quantidade de telespectadores, pois ainda não é uma TV aberta, como deveria ser; porém, há um grande número de pessoas que a assistem, que a escutam e nos escrevem manifestando quando consideram que as coisas estão certas e quando estão erradas. Se V. Ex^a quiser posso mostrar-lhe o número de mensagens que recebi abordando cada um dos assuntos que mencionei. As pessoas que assistem à TV Senado perguntam qual foi o rumo tomado pelas questões relevantes tratadas pela Casa, qual o rumo tomado pelas comissões etc., e ficam esperando respostas.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, nesse ponto, é bem diferente do ex-Presidente Getúlio Vargas. Este tinha aquele sentimento dos positivistas. Seu Líder, Borges de Medeiros, foi, por vinte anos, governador do Rio Grande do Sul. S. Ex^a trabalhou até o fim do expediente, às 18h, do último dia. A sua esposa preparou a bagagem, já que eles iriam se mudar para uma casa que ficava a duas quadras do Palácio Piratini, na mesma Rua Duque de Caxias. Quando S. Ex^a desceu para se juntar à esposa a fim de irem para a nova residência, S. Ex^a viu que a esposa reunira uma enorme bagagem. S. Ex^a, então, perguntou: “Mas o que é isso?” Sua esposa respondeu: “Essas são as nossas coisas; são os presentes que ganhamos; são as coisas que comprei quando fomos ao exterior!” S. Ex^a, o Dr. Borges de Medeiros, então, pegou-a pela mão e disse: “Vamos só nós dois. Quando entrei nesta casa, todos nos viram entrar pela porta da frente. Entramos de mãos dadas e nós não tínhamos nada. Agora, está todo esse povo aí esperando, alegre e feliz da vida porque saí. Não posso agora sair com isso. Eles vão ver sair algo que nunca viram entrar. Isso vai ficar aqui!” O que lá ficou é até hoje patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul.

Getúlio era assim; Getúlio pertencia a essa escola de homens públicos. S. Ex^a foi assim no Governo do Estado e nos vinte anos em que foi presidente da República. A meu ver, é por isso que o tempo passa, mas a imagem do Dr. Getúlio Vargas fica.

Sou uma pessoa que tem muito carinho pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem convivi em maus momentos. Um dos primeiros lugares em que Sua Excelência iniciou a sua atividade na vida pública foi o Rio Grande do Sul. Naquela época, o Congresso Nacional e todas as Assembléias Legislativas estavam fechados, à exceção da do Rio Grande do Sul. Usamos um expediente inteligente: o Presidente da Assembléia Legislativa, Waldir Lopes, pediu uma audiência, por ser seu primo-irmão, ao ex-Presidente Costa e Silva. Foi-lhe então mostrado tudo o que ganhava um deputado do Rio Grande do

Sul, item por item. O então Presidente chamou a sua assessoria e perguntou se o que o primo dele estava mostrando era verdade. Um deputado estadual do Rio Grande do Sul, na época, ganhava quatro mil e quinhentos cruzeiros, sem sessões extraordinárias etc. Comprovado tudo isso, ficou determinado que a Assembléia do Rio Grande do Sul não fecharia. Todas as Assembléias Legislativas fecharam, menos a do meu estado.

Então, temos essa tradição e essa história. Por isso, Fernando Henrique Cardoso ia para aquele estado, porque era o único lugar em que a Assembléia funcionava. Foi ali que aprendi a respeitá-lo. Fernando Henrique é um homem de bem. Não só tem uma cultura extraordinária, fala várias línguas, mas é um homem preocupado com o social; é um homem afável. Todavia, é um homem despreocupado com outros interesses. Não me passa pela cabeça ver o Fernando Henrique preocupado com uma privatização ou com alguém que diga que Sua Excelência tem dinheiro no exterior, porque ganhou isso ou porque ganhou aquilo. Isso não faz o gênero de Sua Excelência. Sinceramente não tenho essa dúvida; se tivesse, diria – é a minha obrigação dizer. Não digo porque não acredito. Todavia, que falta a Sua Excelência a firmeza falta. Discordo do Ciro Gomes quando diz que o Fernando Henrique não rouba mas deixa roubar; não concordo! O Fernando Henrique não rouba e não deixa roubar, mas, como não podia deixar de acontecer, alguém rouba e lhe falta firmeza para demitir, para tomar providências, para punir aquele que rouba, até para que sirva de exemplo para que os demais também não roubassem. Acredito ser este o grande equívoco do Presidente Fernando Henrique: a falta de firmeza. Por isso é que, por tanto tempo, Sua Excelência teria ficado à margem, ao lado, tendo o Sr. Antonio Carlos Magalhães ditado as normas. Por quanto tempo *O Globo* publicou aquelas charges? Durante quanto tempo o “Serjão” parecia ser a pessoa que ditava as normas! Sendo um *gentleman* ao exagero, um estadista real, falta ao Fernando Henrique talvez um pouco de Itamar: demitir pelo

telefone; dizer “não gostei, cai fora”; bater na mesa, demitir para valer. E nunca é tarde.

A esta altura dos acontecimentos, seis anos e meio depois, o Presidente teve humildade – considero o Código de Ética que ele está publicando um gesto de humildade. Mas eu não o faria depois de seis anos e meio. Eu diria: “meu Código é este”, “é esta a minha maneira de ser”, “é esta a minha maneira de proceder”. Aliás, o grande Código de Ética do Governo é o comportamento do Presidente.

Quando assumi o Governo do Estado, determinei que no meu Governo não haveria parentes. Eu não havia nomeado parentes. Quando meu Chefe da Casa Militar trouxe a lista dos membros da Casa Militar, estava lá o nome de seu filho.

Eu disse a ele: “Mas não combinamos que não haveria parentes”?

Ele respondeu que ali era diferente, que a Casa Militar tinha uma lista de hierarquia e nela seu filho estava em primeiro lugar, e que ele não iria prejudicar o filho só por ser filho.

Respondi: “É verdade. O senhor não vai prejudicar o seu filho só porque ele é o seu filho. Ele fica e o senhor sai”.

Esse foi o único caso. Não houve um segundo caso. Criei problemas até com amigos íntimos meus, homens da maior dignidade, da maior honestidade, da maior seriedade, da maior integridade. A imprensa, por razões que não cabem comentar aqui, judiou e judiou. Eu fui agüentando, até que, lá pelas tantas, essa pessoa cometeu um desvio que não está no Código de Ética de Fernando Henrique, mas que está no meu. E eu o demiti. Nada tinha a ver com o que os jornais publicavam, mas era algo que tínhamos combinado que não se faria e ele fez.

No meu Governo, o Código de Ética era o meu código de ética. O PT inaugurou, no Rio Grande do Sul, no meu Governo. O Partido dos Trabalhadores devia me pagar um percentual, porque eu servi de cobaia para ele aprender a fazer política. Hoje,

no Rio Grande do Sul, encontra-se um PT com pessoas altamente cultas, capacitadas, educadas. Mas, no meu Governo! Só os *impeachments* que foram pedidos para mim, meu Deus do céu! Mesmo assim, cada pronunciamento de parlamentar de oposição tinha uma resposta. A minha gente ouvia e investigava para ver se era mentira. Eu ia em busca do fato, para apurar o que realmente era. Isso era importante.

Demiti um dirigente importante de uma grande instituição financeira, homem digno, correto, decente, honesto, tanto que lhe dei uma outra posição. Havia influências que ele estava tentando evitar, mas que estavam em roda dele, e não fica bem que essas influências fiquem em roda de uma instituição financeira. Eu o afastei, embora não tivesse nenhuma dúvida com relação a ele. Ele foi aproveitado em uma outra posição

O Código de Ética quem faz, quem determina, é o Presidente. É ação do Presidente. Mas, já que Sua Excelência o fez seis anos e meio depois, volto a dizer: “Presidente, o senhor é o primeiro a cumprir tudo o que está neste Código. Desta vez, bata na mesa, Presidente. Demita, nem que seja o Sr. Malan. Praticou o ato, demita”.

Não digo que agora temos ética. Ética é um princípio que devemos ter sempre. Mas, pelo menos, posso sair da tribuna, dizendo: “Sr. Presidente, agora nós temos um Código de Ética!”

Vigilância da Amazônia

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 30 de agosto.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, em clima de muita apreensão, a Colômbia espera amanhã o Presidente dos Estados Unidos, que vai assinar um acordo com aquele país, começando com a entrega de um cheque de US\$1,8 bilhão, parte de uma importância muito maior, para iniciar as operações contra o narcotráfico.

Dizem os termos do acordo contra o narcotráfico: “Todos sabemos a grave situação em que vive a Colômbia”. Aliás, aquela região toda vive realmente uma situação muito difícil com as plantações de cocaína e de outras drogas e com o tráfico de entorpecentes para os Estados Unidos e para a Europa.

Na Colômbia, há um aumento de contingente dos fora-da-lei, há a criação de entidades páramilitares. Fala-se, inclusive, em territórios dos quais o próprio governo permite que essas entidades tenham o comando, tenham o controle, tenham autoridade. Ali, praticamente o governo não entra. Tudo isso faz com que se perceba a situação grave e difícil por que passa a Colômbia.

Por outro lado, misturado a esse problema do tráfico de entorpecentes, existe a questão da fronteira, que en-

volve a fixação das terras indígenas e que determina a presença de várias entidades não-governamentais que participam desse debate. Elas se preocupam não pelo fato de apoiarem a fixação das terras indígenas, o que acho justo e correto, mas pela tentativa de fixação dessas regiões, Brasil, Colômbia e Venezuela juntos, quando já não se fala nas nações indígenas, nas tribos indígenas, nos povos indígenas, mas na nação ianomâmi, que se quer criar com um pedaço no Brasil, um pedaço na Venezuela e um pedaço na Colômbia. Tudo isso nos deixa apreensivos.

Os americanos argumentam no sentido de que é quase impossível, apesar de todo o esforço que fazem, evitar a entrada da droga nos Estados Unidos. Eles não argumentam que a droga é plantada e que o tráfico é mantido porque eles têm o dinheiro e pagam, a peso de ouro, por essa droga. Quer dizer, há o que vende, mas há o que compra; e só existe o que planta e vende porque existe o que compra. Se não existissem os dólares americanos, se não existissem as infinidades de grupos que interferem nesse processo, a droga colombiana não teria muito valor.

O Brasil praticamente colocou de prontidão a sua fronteira, e parece-me que outros países de lá se encontram na mesma posição. Fala-se – e os próprios norte-americanos têm medo que isso já esteja iniciando –, a exemplo de Kennedy, no final do seu governo, que o Sr. Bill Clinton estaria deixando um novo Vietnã. Porque, na verdade, misturarão os grupos de entorpecentes com as tropas chamadas nacionalistas, as questões da política interna com os grupos de narcotráfico que fornecem e patrocinam essas tropas; e, diante dessa mistura, espera-se o início de uma luta cujo fim não se sabe.

A única questão que se observa na imprensa americana está relacionada às vidas norte-americanas. “Per-

demos mais de 50 mil norte-americanos no Vietnã; não podemos iniciar outra caminhada”. Aí vem a resposta de que o atual poderio americano é de tal intensidade que mata, apertando os botões em território norte-americano, sem praticamente perder um cidadão norte-americano. Vimos isso recentemente no Oriente, em que, em algumas operações, eles invadiram o centro da cidade, atingiram hospitais e tudo o mais, mas não houve uma morte de um norte-americano.

Isso nos deixa preocupados, porque ali está a floresta amazônica; ali está a metade do território brasileiro e não se sabe onde começa a floresta amazônica brasileira e termina a colombiana ou onde começa a da Venezuela e termina a peruana. São vários os países envolvidos e é fácil imaginar que, iniciada a guerrilha, os colombianos virão ao território brasileiro; e, atrás dos colombianos, virão os norte-americanos. Dessa forma, estará iniciado o conflito, a pretexto do combate ao narcotráfico.

Oito meses atrás, os norte-americanos propuseram um pacto aos países da floresta amazônica para que todos se unissem e enviassem pessoas para combater o narcotráfico na Colômbia. Uma união que a Argentina, o Brasil e todos os demais países rejeitaram. Mas os americanos, via Organização dos Estados Americanos, queriam que essa invasão fosse oficial, com a OEA e as tropas de toda a América. Como isso não foi aceito pelos americanos do sul, os norte-americanos, por conta própria, decidiram fazê-lo.

Agora sabemos o que a Secretária de Estado norte-americano esteve falando aqui, há quatro dias, com o Presidente Fernando Henrique. Veio comunicar que isso estava para acontecer.

Amanhã, o Presidente americano estará em território colombiano assinando o acordo, em meio à revolta e em meio ao protesto. E, a partir de depois de amanhã, começa a expectativa. Amanhã é o dia “zero” do que pode acontecer naquela região como consequência.

O Governo brasileiro fez bem em colocar as tropas brasileiras de prontidão naquela região. Várias vezes fui ao local e sei que é quase impossível agir-se ali. Olhando-se pelo alto aquela imensidão não se distingue coisa alguma. Olhando-se de qualquer ângulo, não se tem a mínima idéia do que é Brasil, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Peru ou Panamá. Ali, o americano resolveu colocar a mão. Amanhã, inicia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já disse, desta tribuna, que se me perguntarem qual é a maior angústia que tenho com relação ao futuro do Brasil neste novo milênio, responderei: a soberania da Amazônia, que os estrangeiros querem que fique reduzida para nós. Querem criar, naquela região, uma espécie de território da Antártida, onde cada país do mundo tem um pedaço que pode explorar.

É estranho que essas coisas estejam acontecendo com o silêncio tranquilo do País. É verdade, justiça seja feita, que o Brasil se manifestou, mas também é verdade que o clima que vivemos é da mais absoluta serenidade. Por isso estou aqui, nesta tribuna, formulando este pronunciamento, que é mágoa, ressentimento, mas que é Pátria e patriotismo.

Tenho a convicção, pelo que vi das notícias e iniciados os acontecimentos, de que, no momento em que interferirem no território brasileiro, haverá uma exigência unânime do nosso povo no sentido de respeito a nossa soberania.

Que pena, Sr. Presidente, que, mais uma vez, um presidente americano, às vésperas de encerrar o seu mandato, repita o que outro já fez e deixe a sociedade num clima de terror e numa expectativa imprevisível! Só que, desta vez, nós podemos ser as vítimas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Política agrícola brasileira

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 31 de agosto.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, falarei hoje sobre o Rio Grande do Sul, a Expointer e a crise grave da febre aftosa. Nós, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, há muitos anos, tínhamos considerado extinta a febre aftosa e, agora, surpreendentemente, aparecem novos focos no Município de Jóia, na divisa entre os dois estados. Entendo que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por intermédio do gaúcho Pratini de Moraes, e o Governo do Rio Grande do Sul devem envidar todos os esforços necessários – e devem estar fazendo –, devem esquecer todas as divergências – e acho que estão esquecendo – e devem somar esforços o máximo possível para terminar com a maior rapidez com esse problema.

O lado negativo da repercussão de uma notícia como esta é que ela apaga dezenas de anos de luta, dia após dia, para melhorar a situação. De repente, a notícia de apenas um foco da doença deixa todo mundo com um medo tremendo, prevendo problemas e dificuldades no mercado de importação/exportação de carnes. E tudo isso coincide com a abertura da Expointer e todos nós estamos numa grande expectativa e confiantes que o Governo do Estado, por intermédio da sua Secretaria da Agricultura, e do nosso conterrâneo, Ministro Pratini de Moraes, à frente do Ministério da Agricultura, façam todo o possível para equacionar esse problema.

Está sendo realizada, na cidade de Esteio, por estes dias, a maior feira agropecuária da América Latina e uma das maiores do mundo, a Exposição Internacional de Animais do Rio Grande do Sul – a EXPOINTER – do ano 2000. Entre os dias 26 de agosto e 3 de setembro, mais de 2.400 expositores estarão mostrando e vendendo máquinas agrícolas, animais, implementos, insumos e serviços. Essa tradicional exposição, que congrega os agentes mais destacados em cada um dos segmentos rurais, serve como referencial de qualidade e eficiência para produtores não só do Brasil, mas de toda a América Latina, em especial do Mercosul.

A Expointer também funciona como palco para a exibição de todo e qualquer trabalho de inovação tecnológica, tendo em vista que os homens do campo do Rio Grande do Sul sempre foram muito ciosos com relação à melhoria e à qualidade daquilo que produzem.

Além disso, a Expointer recebe toda uma gama de empresas que prestam serviços aos agricultores, como assistência técnica, informática, consultoria, seguros e financiamentos bancários.

Para que os Srs. Senadores tenham uma idéia das dimensões desse evento, basta lembrar que, no ano passado, passaram pelo pavilhão da Expointer 600 mil pessoas.

No próximo ano estará sendo comemorado o centenário desta que é a nossa maior e mais destacada exposição. Na verdade, a primeira exposição de animais, produtos agrícolas e industriais do Rio Grande do Sul aconteceu em 1901, durante o Governo Borges de Medeiros. Naquela época, a estrutura foi montada no Campo da Redenção, atual Parque da Redenção, no centro da nossa capital.

Em 1909, a exposição passou a ser realizada no Prado Riograndense, onde, posteriormente, veio a ser construído o Parque de Exposições do Menino Deus. Com o incessante cres-

cimento do número de expositores, houve necessidade de maior espaço e foi definida a compra da Fazenda Kroeff, de 64 hectares, em Esteio. Ali, em 1970, foi realizada a trigésima terceira exposição.

Em 1972, foi oficializada a participação de outros países, e o evento recebeu o seu nome atual: Exposição Internacional de Animais do Rio Grande do Sul – EXPOINTER. Eu queria, agora, aqui, da tribuna do Senado, mandar o meu incentivo e o meu apoio aos homens do campo do Rio Grande do Sul, que, com o seu trabalho, vêm fazendo a riqueza da nossa terra há tanto tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito esta ocasião para informar que o Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural e a Rede Brasil Sul, durante esta Expointer, vão homenagear ex-Ministros da Agricultura, entre os quais estarei incluído.

Agradeço emocionado esta homenagem – que terá lugar, hoje, em Esteio, na Expointer –, porque realmente o meu tempo à frente do Ministério foi uma época muito bonita da minha vida pública. Lá, no Ministério da Agricultura, tive a grande oportunidade de desenvolver vários projetos que deram positivos resultados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando assumi o Ministério da Agricultura, em 15 de março de 1985, defini três objetivos principais para nortear a minha gestão: – recuperação do prestígio político no Ministério da Agricultura, combatido pelas administrações dos períodos militares; – defesa dos pequenos e médios produtores, responsáveis por 80% da produção de alimentos no País e incentivos às culturas básicas; – lançamento das bases de uma política agrícola duradoura e que verdadeiramente levasse em consideração a realidade do nosso povo e as necessidades econômicas do País.

Entre as prioridades que estabeleci durante toda a minha gestão, a principal foi a de trabalhar para dar ao País

uma política agrícola sólida e duradoura, não atrelada às decisões e fenômenos de caráter meramente circunstancial.

Para tanto, o Ministério da Agricultura organizou amplos seminários nas cinco regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Deles participaram produtores – grandes, pequenos e médios –, empresários, trabalhadores rurais, técnicos e representantes de organismos estaduais e regionais, que apresentaram reivindicações e elaboraram, em conjunto, propostas de uma política agrícola duradoura. Os seminários regionais culminaram com a realização de um grande encontro nacional em Brasília, quando as principais linhas da nova agricultura foram delineadas.

Para começar, chegou-se à conclusão de que a agricultura brasileira precisava estar sustentada em um sistema financeiro próprio, com recursos definidos, adotando-se inclusive uma caderneta de poupança rural.

O sistema de financiamento à agricultura praticado então, dependente dos rígidos orçamentos do Governo e de uma política caduca de exigibilidade de aplicação por parte dos bancos privados, havia se tornado incapaz de dar um novo incentivo à produção.

No Ministério da Agricultura, durante a minha gestão, lutei para implantar vários programas sociais, sendo o mais destacado deles o Programa de Alimentação Popular (PAP), que atingiu 6 milhões de pessoas.

Quero registrar também o êxito de dois outros programas semelhantes, que, geridos por outros Ministérios, tiveram a participação decisiva do Ministério da Agricultura: o Programa de Suplementação Alimentar, que permitiu a distribuição gratuita de alimentos a gestantes, nutrizes e crianças com até 35 meses, beneficiando 10 milhões de pessoas; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atingiu 22 milhões de escolares.

Como sabem os Srs. Senadores, o Brasil tem uma das maiores reservas de terras agricultáveis do mundo. Para a utilização desse potencial, é preciso irrigação e em grande escala. Em 1985, apresentei ao Presidente José Sarney um plano de irrigação de 1 milhão de hectares, utilizando tecnologias de baixo custo e uso intensivo de mão-de-obra. A inspiração desse projeto surgiu quando estive na Índia, país de igual vocação e problemas na agricultura.

O plano inovava, ao prever a participação efetiva dos agricultores do planejamento e execução dos projetos no controle da distribuição e na utilização dos recursos. As organizações representativas dos agricultores em diferentes níveis seriam encarregadas de zelar para que os recursos gerados pela sociedade para o desenvolvimento dos agricultores mais pobres não fossem desviados de seus objetivos.

As linhas básicas da proposta, que deveria alocar recursos na ordem de US\$1 bilhão em quatro anos: – dar acesso à cidadania a uma parcela da população brasileira; – possibilitar acesso à água a populações de 500 mil hectares no Nordeste, com tecnologia de baixo custo; – implementar a irrigação de mais 500 mil hectares distribuídos estrategicamente no País; – usar a equivalência em produto nas operações de financiamento do programa; – criar 700 mil empregos diretos; – produzir mais alimentos; – incrementar a produtividade de produtos estratégicos.

Em 1993, aqui no Congresso, voltei a apresentar a proposta, reformulada, começando por prover as regiões mais pobres de água para consumo doméstico, criando-se condições de vida digna e acesso à cidadania para uma parcela significativa da população. Ao mesmo tempo, gera-se excedentes de alimentos básicos extremamente necessários, num país onde 30 milhões passam fome.

No que se refere à Embrapa, extensão rural, meteorologia e cooperativismo, também tive a possibilidade de desen-

volver vários projetos. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) passou por um processo de saneamento interno, ficando habilitada a buscar recursos para dar sustentação às suas atividades e, seguindo nossa orientação, voltou sua atuação para dois campos de largo alcance social: a reorientação da pesquisa para atender basicamente aos pequenos e médios produtores e para incrementar o desenvolvimento das culturas alimentares básicas.

Preocupamo-nos com a valorização da extensão rural, com a interiorização dos técnicos para que atuassem junto ao agricultor e sua família. O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), por sua vez, iniciou a modernização dos equipamentos do sistema de previsão do tempo. Desde 1940 que o instituto não recebia qualquer incentivo do Governo para melhorar sua capacitação técnica.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que, nos governos anteriores, esteve envolvido em escândalos, como o da Capemi e da Centralsul, realizou o saneamento financeiro e, com isso, recuperou credibilidade. Desenvolveu-se uma política de apoio e incentivo ao cooperativismo no País.

Registro ainda os esforços realizados para implementar um grande programa de eletrificação rural, com apoio do Banco Mundial, difundindo o uso da energia elétrica como insumo significativo ao aumento da produção e à melhoria da qualidade de vida das famílias, e contribuindo para fixar o homem ao campo.

Não podemos deixar de apontar também o que foi feito pelo Ministério da Agricultura em nossa gestão, no que se refere à política de defesa agropecuária. À época, foi incrementada a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, que compreendia cinco secretarias técnicas, responsáveis pela programação, normatização, orientação, coordenação, execução e controle das ações específicas em cada área. A secretaria nacional dispunha ainda de dois laboratórios: um, atuando na área técnico-científica e outro, voltado à produção vegetal. Diversas ações foram

implementadas no controle de pragas e doenças, como o combate ao bicudo-do-algodoeiro, erradicação do cancro cítrico, controle da vassoura-de-bruxa-do-cacau, o combate ao gafanhoto e às doenças da pimenta-do-reino, ao “moko” da bananeira e às pragas das pastagens.

A secretaria de defesa sanitária animal desenvolveu ações voltadas à saúde animal, visando à proteção dos rebanhos nacionais contra a disseminação de doenças que poderiam ser introduzidas pela importação de animais, além de controlar e erradicar as doenças animais já existentes no País. A febre aftosa foi controlada, permanecendo pequenos focos no sul. A peste suína clássica apresentou focos isolados.

Essas e outras atividades, levadas adiante pelo Ministério da Agricultura, proporcionaram ao produtor condições favoráveis de mercado e, ao consumidor, produtos de melhor qualidade. Enfim, de tudo o que foi feito, considero que foi pouco; ainda é pouco para a nossa agricultura, para o nosso País e para o nosso estado. O fato de me sentir honrando e lisonjeado com essa homenagem de forma alguma significa estar gratificado por meus atos, e pelos meus atos, pelo contrário, só me reforça a vontade de fazer mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Por que no Brasil, quando vem à tona qualquer escândalo, fica-se na expectativa da criação de uma CPI?

Por que o Sr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, diz que vibra quando vê no jornal o início do funcionamento de uma CPI? Ora, S. S^a diz que vibra porque é a única oportunidade que tem a Receita Federal de tomar conhecimento das falcaturas que acontecem, já que, via Banco Central, não se consegue nada; via Tribunal de Contas, não se consegue nada; via Justiça, não se consegue nada. Só se consegue ver contas abertas e tomar conhecimento do que acontece quando há uma CPI.

Agora no Brasil, é só a CPI que funciona. A CPI do **Impeachment** cassou um presidente. O que a Justiça fez depois?

Fizemos uma CPI e cassamos dez parlamentares. Até agora não existe inquérito andando contra absolutamente ninguém. A CPI dos Precatórios denunciou governadores, prefeitos, secretários, bancos, uma enormidade de pessoas e não aconteceu absolutamente nada. Assim, surge uma conclusão lógica: para a opinião pública, CPI termina em pizza, o que não é verdade. É uma tremenda injustiça que a imprensa tinha a obrigação de esclarecer.

Vou dizer uma coisa muito séria aqui: o Governo Federal do Sr. Fernando Henrique e o Sistema Judiciário praticamente nos reduzem a zero.

Mas este Congresso, na minha opinião, nessa hora em que a corrupção e a impunidade aparecem como o que há de mais sério no País, é o que está desenvolvendo melhor o seu papel.

Desde quando se acusou Getúlio Vargas, no episódio do chamado mar de lama, fala-se em corrupção. A figura dos corruptos mudou uma infinidade. Seguidamente, deputados, ministros, secretários e governadores são acusados de corrupção. Às vezes é verdade, às vezes é mentira, mas tudo cai logo no ostracismo.

Se temos de mudar o Judiciário, vamos fazê-lo; se temos de alterar leis, vamos fazê-lo. Mas as decisões tomadas por uma CPI não podem terminar na gaveta do Judiciário ou do Procurador.

Mas digo, Sr. Presidente, com todo o coração, nesta hora, se formos analisar em relação ao crime, à corrupção, à impunidade, quem está na frente, cumprindo o seu papel, é o Congresso Nacional. Lá atrás, o Judiciário e o Executivo.

Trechos do discurso de 16 de março em que o Senador Pedro Simon analisa o funcionamento das CPI no Brasil.